



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Rodolfo Ferreira da Silva

**Segue o “fluxo”! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso
de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2024

Rodolfo Ferreira da Silva

Segue o “fluxo”! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Claudia Pereira Coelho

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S586 Silva, Rodolfo Ferreira da.
Segue o “fluxo”! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro / Rodolfo Ferreira da Silva. – 2024.
198 f.

Orientadora: Maria Claudia Pereira Coelho.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Viciados em drogas - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 2. Crack (Droga) - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 3. Antropologia urbana - Rio de Janeiro (Estado) - Teses. 4. Rio de Janeiro (Estado) - Teses. I. Coelho, Maria Claudia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 343.976

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rodolfo Ferreira da Silva

Segue o “fluxo”! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de maio de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Claudia Coelho (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Vinícius Kauê Ferreira
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Claudia Barcellos Rezende
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof. Dr. Mauricio Fiore
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Prof.^a Dra. Taniele Rui
Universidade Estadual de Campinas

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

À minha amada irmã Érica (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer aos meus familiares, em especial minha mãe, meu pai, minha filha e minha companheira, a Dra. Camila Santanna, que sempre me apoiaram.

Gostaria também de agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ). Mesmo não tendo cursado a graduação aqui, a UERJ sempre teve um papel de destaque na minha formação. Sem sombra de dúvidas, é uma universidade plural, diversa e democrática. O acolhimento que aqui recebi me ajudou muito a superar os anos de afastamento do universo acadêmico. Cabe destacar o papel fundamental que cumpriu a minha orientadora, a professora Maria Claudia Coelho, que combina como poucos a competência acadêmica com uma profunda sensibilidade. Aprendi demais com a nossa convivência e lhe sou muito grato por isso, inclusive.

Também agradeço aos meus colegas de programa, representados na figura do meu amigo Pedro Barboza, um rapaz extraordinário que me acolheu desde a primeira hora, tornando a minha trajetória desde o Mestrado mais fácil.

Agradeço ainda aos professores que se dispuseram a compor a banca e que assim auxiliam na minha formação e crescimento intelectual, contribuindo com críticas e sugestões pertinentes e que certamente me farão melhorar ainda mais o texto da Tese.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos Ellan Lustosa, Bruno Lima e Pedro Alvim, que contribuíram direta e indiretamente para o meu desenvolvimento acadêmico/profissional e foram decisivos para que o texto fosse finalizado.

Finalmente, gostaria de agradecer imensamente aos moradores da ocupação Colombo. Pessoas cujas vidas foram atravessadas por episódios de violência e agressões, mas que insistem em “(re)existir”. São um exemplo de resiliência diante de tantas dificuldades, preconceitos e exclusões. Sem eles e sem a sua extrema generosidade, este trabalho não seria possível. Nossa relação está apenas começando e, como prometido, continuarei me fazendo presente sempre que possível, a fim de aprender cada vez mais sobre aquilo que realmente importa. Muito obrigado!

RESUMO

SILVA, Rodolfo Ferreira da. *Segue o “fluxo”! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro*. 2024. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A pesquisa discute os desdobramentos sociais do consumo problemático de crack por moradores e frequentadores de uma ocupação no centro da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo daqueles estigmatizados sob a pecha de “noia” ou “cracudos”, ou seja, indivíduos que construíram um sentido próprio de vida em torno do consumo de crack. Para tanto, busco entender o contexto social em que estão inseridos, seus hábitos, demandas e emoções. Assim, através de uma etnografia da ocupação Colombo, penso sobre as representações sociais em torno do uso considerado problemático de crack, analisando em que medida essas representações são internalizadas ou não pelos usuários e moradores da cena pesquisada. Procuo também examinar, a partir dos relatos e das histórias de vida dos usuários e moradores, as gramáticas emocionais relativas ao uso problemático de crack. Aqui, a vergonha emerge como afeto central, atravessando as trajetórias de vida dos meus interlocutores, conferindo sentido e contribuindo na construção de uma identidade a partir de uma imagem que tem como referência a percepção do outro sobre si. Finalmente, gostaria de propor que a vergonha pode ser entendida como a maneira pela qual os moradores e frequentadores da ocupação acabam por internalizar a “cultura da evitação”. A vergonha surge como expressão de um certo ressentimento pela forma como são vistos e tratados pelos “outros” e se reflete na própria “construção de si”.

Palavras-chave: crack, emoções, etnografia, antropologia, ocupação.

ABSTRACT

SILVA, Rodolfo Ferreira da. *Follow the "flow"! Emotions from an Ethnography of crack use in downtown Rio de Janeiro*. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The research discusses the social consequences of problematic crack consumption by residents and regulars of an occupation in downtown Rio de Janeiro, especially those stigmatized as "nóia" or "crackheads", in other words, individuals who have built their own sense of life around crack consumption. To do this, I try to understand the social context in which they live, their habits, demands and emotions. Thus, through an ethnography of the Colombo occupation, I think about the social representations surrounding the problematic use of crack, analyzing the extent to which these representations are internalized or not by the users and residents of the researched scene. I also try to examine the emotional grammars related to problematic crack use, based on the accounts and life stories of the users and residents of the scene researched. Here, shame emerges as a central affect, traversing the life trajectories of my interlocutors, giving meaning and contributing to the construction of an identity based on an image that has the other's perception of you as a reference. Finally, I would like to propose that shame can be understood as the way in which the occupation's residents and visitors end up internalizing the "culture of avoidance". Shame arises as an expression of a certain resentment at the way they are seen and treated by "others" and is reflected in their own "construction of self".

Keywords: crack, emotions, ethnography, anthropology, occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Faixa etária dos usuários de crack e/ou similares.....	15
Gráfico 2 –	Sexo dos usuários de crack e/ou similares.....	15
Gráfico 3 –	Questionário on-line realizado com membros de Narcóticos Anônimos.....	31
Foto 1 –	Ocupação Machado de Assis.....	66
Foto 2 –	Ocupação Machado de Assis.....	66
Foto 3 –	Entrada da ocupação vista de dentro.....	71
Foto 4 –	Andar térreo da ocupação Colombo.....	72
Fotos 5 e 6 –	Segundo andar do prédio.....	73
Fotos 7 e 8 –	Moradores da ocupação Colombo.....	74

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	A CAMINHADA.....	20
1.1	A construção do Objeto.....	20
1.2	A carreira de usuário.....	24
1.3	A pesquisa de Mestrado.....	28
1.4	Revisão de Literatura.....	40
1.5	Revisão de Literatura – A questão do crack numa primeira visada.....	45
1.6	Uma nova incursão na questão do crack.....	52
1.7	A questão do crack no Rio de Janeiro.....	59
1.8	Algumas considerações sobre o campo.....	65
1.9	A ocupação Machado de Assis.....	66
1.10	A ocupação Colombo e os primeiros contatos.....	69
1.10.1	<u>Primeiras impressões.....</u>	72
1.10.2	<u>As pessoas.....</u>	74
1.10.3	<u>Uma “etnografia do fragmento”</u>	76
2	EMOÇÕES “EM CAMPO” NO CAMPO.....	88
2.1	Fragmentos de histórias da ocupação Colombo.....	89
2.2	Sobre as emoções e a ocupação Colombo.....	121
3	VERGONHA, EVITAÇÃO E SUBJETIVIDADES.....	133
3.1	Outros fragmentos de histórias da ocupação Colombo.....	133
3.2	Juntando as pontas.....	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
	REFERÊNCIAS.....	190

INTRODUÇÃO

Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro.
(O Outro – Mário de Sá-Carneiro).

Sou professor de História da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. Como tal, venho desde 1999 atuando em colégios situados em regiões periféricas do Estado ou em comunidades da cidade do Rio de Janeiro. No início dos anos 2000, atuei na Baixada Fluminense e pude ver de perto os resultados da política de enfrentamento numa comunidade situada atrás do colégio onde trabalhava em Nova Iguaçu. A “guerra às drogas” tornava frequente a suspensão das aulas e por inúmeras vezes foi preciso defender-me das balas me atirando ao chão ou mesmo saindo escoltado pela Polícia Militar.

Durante o “processo de pacificação”, atuei num colégio na Cidade de Deus, onde o clima de tensão também não era menor. Dessa vez, a “guerra” não era mais declarada, mas as constantes hostilidades entre os policiais e varejistas de drogas da comunidade também tornaram aqueles dias bastante desafiadores. Numa dessas ocasiões, lembro de um confronto na comunidade no período das aulas (noturno), onde a notícia de que havia muitos feridos rapidamente chegou ao colégio por meio de aplicativos de mensagens. Alunos em desespero tentavam sair do colégio para ir ao socorro de familiares e amigos, enquanto a direção do colégio trancava o portão para impedir que deixassem o espaço. No meio disso tudo, os professores buscavam dissuadir alunos chorando e tentando pular o muro da escola, num momento de desespero que infelizmente acabou se tornando uma constante desde que “os UPPs”, como diziam os estudantes, instalaram-se na comunidade e, segundo eles, passaram a cometer uma série de arbitrariedades e abusos contra os moradores.

Mas o evento mais dramático que presenciei nesses anos de magistério foi, sem dúvida alguma, o assassinato do aluno Rodrigo Cerqueira, do Colégio Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker, na região da Gamboa, no centro do Rio de Janeiro. Com a pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV2), os professores do colégio juntaram-se aos professores do Pré-vestibular comunitário Machado de Assis para promover uma ação de distribuição de cestas básicas na comunidade da Providência, onde ficam o colégio e o curso. Realizamos uma vaquinha virtual e conseguimos organizar a distribuição de centenas de cestas básicas durante vários dias ao longo do ano de 2020. Numa quinta-feira, dia 21 de maio daquele ano, enquanto nos preparávamos para mais uma ação de distribuição de cestas

básicas, uma operação da UPP da Providência assassinou o jovem Rodrigo Cerqueira. O caso se deu por volta das 16h e teve grande repercussão na mídia.¹ Os relatos dão conta de que a PMERJ chegou atirando e que Rodrigo, que aguardava com amigos pela distribuição das cestas básicas, foi atingido e caiu. Foi socorrido e levado ao hospital, mas já chegou sem vida. A versão da Polícia Militar é de que Rodrigo era traficante e de que portava uma arma de fogo.

Rodrigo Cerqueira tinha 19 anos, era preto, ambulante e estudante do Colégio Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker. Rodrigo foi meu aluno desde o primeiro ano do ensino médio. É impossível afirmar categoricamente que Rodrigo não tinha qualquer envolvimento com o varejo de drogas local, uma vez que o acompanhava apenas no ambiente escolar. No entanto, a experiência de mais de vinte anos de sala de aula em comunidades me leva a crer ser bastante difícil acreditar na versão da PMERJ. Rodrigo tinha um sério problema de visão. Usava óculos com lentes muito grossas e se sentava sempre na primeira fileira, pois mesmo com os óculos ele tinha dificuldades para enxergar o conteúdo no quadro. Lembro de haver uma orientação da coordenação pedagógica do colégio, inclusive, para que os professores aumentassem a letra ao escrever no quadro na turma do Rodrigo para que ele pudesse ler os conteúdos e participar das aulas.

Rodrigo ajudava a mãe como ambulante na Central do Brasil, antes e após o período de aulas. Como muitos dos nossos estudantes, vinha de uma família numerosa cujos filhos precisam conciliar, quando conseguem, o trabalho com os estudos para sobreviver. É muito difícil imaginar que alguém com essas características atuasse no varejo de drogas da região. Tendo em vista sua dificuldade para enxergar as atividades no quadro, fico imaginando como alguém com essa limitação poderia portar uma arma de fogo. Rodrigo era um aluno calmo e esforçado que buscava viver sua vida com dignidade e que, naquela tarde, estava no local, como muitas outras pessoas, em busca de uma cesta básica para alimentar a família.

A política de “pacificação” partiu da premissa equivocada de que “pacificar” tem a ver com “militarizar a vida”, “disciplinar” corpos e comportamentos numa perspectiva “civilizatória” que percebe a pessoa preta e pobre da favela como o “outro a ser combatido”. Nesse contexto, “pacificar” significa enquadrar essas populações numa lógica externa, à qual os moradores teriam de supostamente se “adequar” a um modelo “correto”, sem ouvi-los,

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/22/mae-de-jovem-morto-durante-distribuicao-de-alimentos-no-centro-do-rio-critica-acao-da-pm-todo-mundo-e-bandido-para-eles.ghtml>

sem assegurar aos mesmos os mínimos direitos e garantias fundamentais, numa “guerra” sem sentido, cruel e improdutiva.

Em viagem ao Rio de Janeiro para conhecer a política de “guerra às drogas” na cidade, o jornalista Johann Hari (2018) destacou como ela está associada a uma herança racista e escravista. Visitando e conversando com lideranças do Complexo da Maré, percebe o caráter segregacionista da política de segurança pública do Rio de Janeiro, sobretudo se comparado com os vizinhos sul-americanos, como a Argentina, de onde ele acabara de chegar. Destaca que nos lugares badalados e “bem frequentados” da zona sul da cidade, o consumo de drogas como maconha e cocaína é abundante e feito sem qualquer restrição, diferentemente do que ocorre nas periferias e nas comunidades da cidade. Para ele, a “guerra às drogas” no Brasil é um caso tão extremo que chega a ser caricato como é utilizada no controle aos pobres, seja por parte das forças de segurança, seja por parte do sistema judiciário, que promove um encarceramento em massa dessas populações.

A nova Lei de Drogas de 2006² objetivava retirar o usuário de drogas ilícitas do rol de “criminoso”, colocando-o na categoria de “doente”, amparado no saber médico. No entanto, a lei não estabelece de forma inequívoca os casos e as quantidades que deveriam ser caracterizadas como consumo ou tráfico, provocando um incremento significativo do encarceramento, sobretudo entre as populações pobres, pretas e faveladas.

A novidade deste dispositivo, portanto, estava em sua promessa de deslocar o usuário do sistema de justiça para o de saúde. Entretanto, o novo nem sempre vem. É o que se vê quando da aplicação efetiva da nova Lei de Drogas pelo sistema de justiça criminal. Contrariamente às expectativas geradas durante sua tramitação no Congresso Nacional, a aprovação da nova Lei de Drogas brasileira, em 2006, foi seguida de uma escalada nas taxas de encarceramento pelo crime de tráfico no país. (CAMPOS, 2018).

Organizado e publicado pelo CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) em 2021, o relatório “Drogas, quanto custa proibir” traz uma série de dados sobre a política de segurança pública nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, buscando responder às seguintes questões: quanto custa proibir certos tipos de drogas? Quanto recurso e esforço dispendido nesta política poderia ser aplicado em saúde e educação? Quais são os resultados efetivos desta política?

² A lei de drogas pode ser acessada em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm

O relatório começa destacando o caráter racista da política de segurança no Brasil, onde o arcabouço jurídico é pensado e produzido de uma forma pela qual apenas as populações mais pobres são punidas. Nesse sentido, destaca o fracasso da política de “guerra às drogas”, que não é capaz de atingir os seus objetivos, pelo menos aqueles oficialmente declarados. O consumo de drogas não diminui – e seria ingenuidade acreditar que tal política fosse produzir este efeito –, bem como a violência. Na verdade, o que a política de “guerra às drogas” produz é um aumento dos índices de violência e criminalidade, num ciclo vicioso perene de morte e encarceramento.

Dentre os inúmeros dados apontados pelo relatório, gostaria de destacar os seguintes:

Com o valor de mais de R\$ 1 bilhão gasto pelo Rio de Janeiro em 2017 para aplicar Lei de Drogas, seria possível, alternativamente:

- Custear a educação de 252 mil alunos em uma escola do ensino médio
- Construir 121 escolas para mais de 77 mil novos alunos
- Custear, por um ano inteiro, a educação universitária de mais de 32 mil alunos na UERJ
- Manter o funcionamento de 81 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em favelas e periferias
- Adquirir mais de 5.850 ambulâncias com UTI móvel
- Garantir por um ano o funcionamento de cinco hospitais estaduais de referência como o Hospital Getúlio Vargas
- Beneficiar 156 mil famílias com aluguel social ao longo de um ano
- Beneficiar 145 mil famílias, ao longo de um ano, num programa de renda básica equivalente ao auxílio emergencial pago durante a pandemia de Covid-19
- Comprar 36 milhões de doses da vacina AstraZeneca, suficientes para vacinar 18 milhões de pessoas contra a Covid-19. (CESEC, 2021, p. 60).

Entendo pelos dados apresentados acima quanto equivocada é a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, e quão grandes são o desperdício de recursos e as perdas humanas provocadas por esta política. É importante salientar o quanto estas decisões são politicamente direcionadas para um modelo que privilegia a “pirotecnia”, em detrimento de outro, com investimento em políticas sociais que efetivamente pudessem incorporar e promover a cidadania de forma plena nas comunidades e periferias das grandes cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, a política de “pacificação” significou, na verdade, a militarização e disciplinarização da vida nesses espaços. Tanto é assim que o projeto das UPPs sociais, que prometia implementar uma série de políticas sociais nas comunidades, se mostrou ineficiente, produzindo pouco ou quase nenhum efeito no que tange à cidadania.

Ainda segundo o relatório, o que os números apresentados nos dizem sobre a forma como lidamos com as drogas é que:

A proibição e a guerra às drogas são políticas custosas em múltiplas dimensões. Em seu nome, o Estado brasileiro criminaliza, persegue, processa, encarcera e, em muitos casos, mata dezenas de milhares de pessoas todos os anos, notadamente jovens negros e pobres que habitam as favelas e periferias brasileiras. Além disso, move uma máquina burocrática e administrativa cara e pesada, drenando recursos públicos preciosos que se traduzem na ausência de serviços básicos para milhões de brasileiros todos os dias. (CESEC, 2021, p. 57).

Em suma, enquanto centenas de moradores das comunidades e periferias cariocas têm de conviver todos os dias com um série de problemas – falta de saneamento básico, água encanada, sistema de coleta de lixo, falta de atendimento médico adequado, carência de educação pública de qualidade, equipamentos culturais –, e ainda assistem ao massacre e encarceramento das populações jovens e pretas sem qualquer perspectiva, são gastos bilhões de reais com uma política de segurança e de drogas, incapaz de manter a segurança e reduzir o consumo de drogas ilícitas na sociedade.

O uso de crack no Brasil

O uso de drogas³, entendidas como substâncias psicoativas que alteram o ânimo e humor, é milenar na humanidade. Seu uso foi uma constante pelos mais diferentes povos e nas mais diversas culturas ao longo dos séculos. Historicamente falando, no entanto, é recente o processo de medicalização e criminalização.

O nascimento dos dispositivos de controle e criminalização do uso de substâncias psicoativas pode ser datado do século XIX e acompanha o processo de desenvolvimento do próprio capitalismo na segunda fase da Revolução Industrial, bem como a consolidação de valores morais associados ao protestantismo nos Estados Unidos da América (FIORE, 2005). A necessidade de mão de obra para a indústria crescente, bem como o ascetismo moral, forma a base de sustentação de uma política proibicionista que encontra o seu auge nos anos 20, consubstanciada na proibição da comercialização do álcool (Lei Seca de 1920).

³Segundo a organização mundial de saúde (OMS), droga é qualquer substância que, introduzida no organismo, interfere no seu funcionamento. Consequentemente, tanto é droga a maconha quanto a aspirina e o antibiótico; tanto o álcool quanto a cocaína; tanto o cigarro quanto o LSD; tanto o cafezinho quanto o lança perfume. O que varia é como atua no organismo de cada indivíduo, bem como a finalidade, pois, quando a droga é empregada com finalidade terapêutica, ela passa a denominar-se medicamento. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Tradução: Dorgival Caetano, 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 69-82, 1993.

O uso de drogas também passa a ser associado às “classes perigosas” e os dispositivos de controle, tanto da medicina quanto do judiciário, começam a impor um controle cada vez maior. De uma questão privada, o uso de drogas passa a ser visto como uma questão de saúde pública e criminal, uma questão de Estado.

No Brasil, a legislação sobre drogas data dos anos 30 do século passado (FIORE, 2005). Aqui, há também um processo de medicalização e criminalização, através do qual o usuário passa a ser visto como criminoso, sobretudo nas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Durante a ditadura militar, a legislação estabelece pena de reclusão tanto para quem trafica como para quem consome. Apenas na reforma da legislação de 2006 essa questão é alterada. No entanto, como vimos anteriormente, a lei não estabelece uma quantidade exata que caracterize tráfico ou uso pessoal, ficando esta caracterização a cargo das autoridades. Tendo como referência o histórico de racismo presente na sociedade brasileira, fica fácil entender como essa legislação afetará as populações pretas e pobres das comunidades e periferias.

No caso específico do uso de crack⁴ no Brasil, não é possível precisar desde quando esta droga está disponível. No entanto, existem relatos de que a droga já estaria disponível em São Paulo desde 1991 (BASTOS & BERTONI, 2014). É consumida sendo fumada em cachimbos, copos ou outros apetrechos, como também pode ser misturada a outras drogas, sendo comum também a mistura com cigarros de tabaco ou maconha (mesclado).

Segundo levantamento da *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?* organizado pela FIOCRUZ (2014), os usuários de crack no Brasil são majoritariamente homens, com média de 30 anos.

⁴O crack é um derivado da pasta base da coca, estabilizada com a adição de uma substância alcalina (base) como, por exemplo, o bicarbonato de sódio, e é primariamente consumido como uma pedra fumada. O crack foi inicialmente identificado nas ruas dos Estados Unidos na década de 1980, com forte concentração em comunidades em situação de vulnerabilidade social, habitualmente vivendo nas regiões centrais (empobrecidas com o deslocamento da classe média para os bairros mais afastados e subúrbios), de cidades das costas Leste e Oeste, como Baltimore, Maryland, MD e Los Angeles, CA (Smart, 1991). Neste período inicial, as cenas (locais de maior concentração) de tráfico e consumo se sobrepunham de forma marcante com minorias étnicas e linguísticas, afetando de forma desproporcional as comunidades negra e hispânica. *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?* / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014, p. 13.

Figura 1- Faixa etária dos usuários de crack e/ou similares

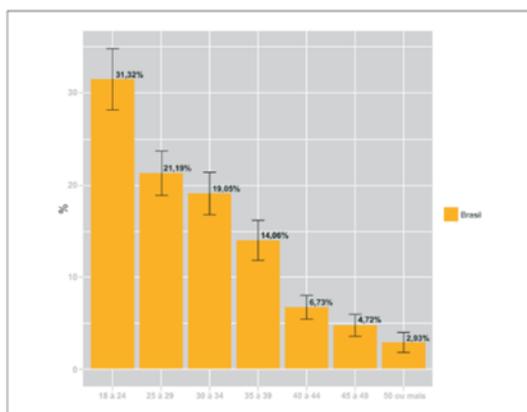


Figura 1:
Faixa etária dos
usuários de crack e/ou
similares, Brasil, 2012

Fonte: BASTOS & BERTONI, 2014, p. 48

Figura 2 – Sexo dos usuários de crack e/ou similares

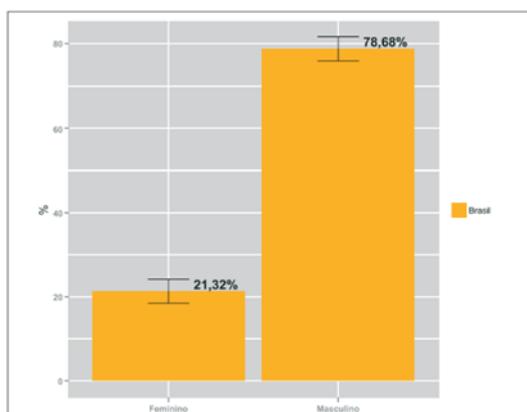


Figura 3:
Sexo dos usuários de
crack e/ou similares,
Brasil, 2012

Fonte: BASTOS & BERTINI, 2014, p.49

Ainda segundo a referida pesquisa, apenas 20% dos usuários de crack no Brasil eram de cor branca, contra 80% de não-brancos; cerca de 60% declararam-se solteiras (os), 16% concluíram o Ensino Médio e aproximadamente 40% encontravam-se em situação de rua à época da pesquisa. Com relação à obtenção de dinheiro, a maioria, cerca de 65%, desempenhava algum tipo de atividade autônoma (BASTOS & BERTINI, 2014, pp. 50-55).

Quando questionados sobre os motivos que os levaram ao uso do crack, a maioria aponta para a oportunidade, a disponibilidade da droga e a curiosidade. O valor mais baixo do crack com relação às outras drogas, como a cocaína por exemplo, foi identificado como um fator de facilitação para a manutenção e frequência do uso.

Com relação ao universo de usuários de crack nas capitais do país e no Distrito Federal, o estudo aponta que 0,81% da população consome crack e similares, enquanto 0,54% consomem apenas crack (BASTOS & BERTINI, 2014, pp.134-135).

A conclusão do estudo é a de que o uso de crack é experienciado em sua maioria por homens, jovens, com pouca escolaridade e vivendo em situação de rua. Embora esses dados corroborem uma certa visão do senso comum sobre a droga, apontam para outros que o contradizem, como o tempo de uso que estes indivíduos consomem o crack (cerca de 80 meses), bem como o período de abstinência – cerca de 60% relataram já ter ficado mais de um mês sem usar –, e 78% manifestado o desejo de fazer parte de um tratamento para dependência química. (BASTOS & BERTINI, 2014, pp. 55-66). Finalmente, o estudo aponta que:

A partir dos achados da pesquisa, o gestor público pode concluir que o uso prejudicial do crack no Brasil de hoje é principalmente um problema social. Não foi diferente, aliás, a conclusão a que chegaram os estudiosos estadunidenses sobre a “epidemia de preocupação” com o crack pela qual passou aquele país a partir de meados dos anos 80 até o início dos anos 90. O que as evidências científicas mostraram foi que os problemas causados pelo crack restringiram-se a um segmento específico de jovens negros e hispânicos de bairros pobres das grandes cidades. *Nos Estados Unidos de então, como no Brasil de hoje, o foco do debate na farmacologia do crack obscureceu a análise das histórias de vida das pessoas que o usam e a dimensão social de seus determinantes.* (BASTOS & BERTINI, 2014, p 150). Grifo meu.

Os dados apresentados acima parecem corroborar uma visão menos alarmista do que aquela normalmente propagada pelos meios de comunicação quando o assunto é o consumo de crack. Falando sobre suas pesquisas nos Estados Unidos, o neurocientista Carl Hart informa:

A insistência dos meios de comunicação em formas extremamente patológicas de comportamento por parte de usuários de crack nos levou a acreditar em histórias incríveis. Por exemplo, um dos equívocos mais disseminados a respeito do crack era de que a pessoa podia ficar viciada só com uma dose [...] mesmo no auge da disseminação do consumo, apenas 10 a 20% dos usuários de crack ficavam viciados. Outro persistente estereótipo era de que, em sua maioria, os usuários de crack são pessoas impulsivas, que só pensam em conseguir mais droga. O que pude constatar em minhas pesquisas (e nas de outros estudiosos) é que essa afirmação também está errada. (HART, 2014, p, 186).

Mas, então, se o crack não tem todo esse poder devastador, como podemos situar, do ponto de vista das Ciências Sociais, aqueles usuários que desenvolveram um consumo considerado problemático⁵? Como pensar as dimensões de consumo geradoras de uma

⁵Segundo relatório da OMS-UNDOC, pelo menos 8% dos indivíduos que começam a usar drogas psicoativas desenvolverão um transtorno por uso de drogas ao longo do tempo, com variações significativas para diferentes classes de substâncias psicoativas. O uso problemático ou “transtornos devido ao uso de drogas” compreendem uma categoria mais ampla de condições de saúde que incluem intoxicação, síndrome de abstinência e uma série de transtornos mentais induzidos por drogas. Muitas vezes andam de mãos dadas com um desejo significativo de usar drogas psicoativas, que pode persistir ou facilmente ser reativado, mesmo

corporalidade e temporalidade específicas? De que maneira o consumo problemático de crack atravessa as histórias de vida de nossos interlocutores? Como forjar uma adequada compreensão das dinâmicas sociais que envolvem o consumo de crack? É possível, a partir das histórias de vidas de nossos interlocutores, suas expectativas e sentimentos, pensar a dimensão micropolítica das emoções? Nas páginas a seguir, procuro esboçar as estratégias e caminhos que pretendo adotar para alcançar tal intento.

Minha proposta de pesquisa caminha no sentido de discutir os desdobramentos sociais dessas questões (consumo problemático, violência, doença, vida e morte), sob o ponto de vista de usuários de crack, sobretudo daqueles estigmatizados sob a pecha de “noia” ou “cracudos”, ou seja, indivíduos que construíram um sentido próprio de vida em torno do consumo de crack. Não se trata aqui de julgar, moralizar, estereotipar ou estigmatizar os usuários problemáticos de crack. O que interessa antes é “mapear” possíveis caminhos que levaram esses usuários a uma situação que os distingue de uma parte da sociedade, constituindo uma rede de sociabilidade específica, de signos e sentidos próprios. Para tanto busco entender o contexto social em que estão inseridos, seus hábitos, demandas e emoções. Dito de outra forma, esta não é uma pesquisa sobre drogas, tampouco sobre os efeitos que substâncias psicoativas podem desencadear em seus usuários. Esta é uma pesquisa sobre as emoções de pessoas que vivem numa ocupação situada no centro da cidade do Rio de Janeiro e que tiveram as suas trajetórias atravessadas pelo uso de drogas, notadamente o crack.

Dessa forma, aponto como objetivos e hipótese da pesquisa:

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre as representações sociais em torno do uso considerado problemático de crack na figura do “nóia” ou “cracudo”.
- Examinar, a partir dos relatos dos usuários/moradores da cena pesquisada, as gramáticas emocionais relativas ao uso problemático de crack.

Objetivos Gerais:

- Colaborar para a reflexão, do ponto de vista das Ciências Sociais, sobre as formas de cuidado aos indivíduos que se encontram em situação de consumo considerado problemático de drogas.

após um longo período de abstinência. Muitas vezes, os transtornos por uso de drogas estão associados com uso perigoso ou prejudicial de outras substâncias psicoativas, como álcool ou nicotina, ou com dependência de álcool e nicotina. Relatório da OMS-UNODC International standards for the treatment of drug use disorders – Revised edition incorporating results of field-testing, 2020 p. 04. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331635>

– Contribuir para o debate sobre o consumo considerado problemático de drogas no contexto brasileiro, tendo como referência a lógica proibicionista e a política de “guerra às drogas”.

Hipótese:

- A vergonha, que emerge como afeto central das trocas com meus interlocutores, operam num duplo sentido. Por um lado, refletem a internalização de padrões de comportamento e moralidades estabelecidos pelo senso comum, ou seja, de que pessoas em situação de rua e usuários de crack (“cracudos”) devem ser discriminadas e evitadas a todo custo. Por outro lado, é também através da vergonha que os moradores/frequentadores da ocupação Colombo desenvolvem um senso de pertencimento e de comunidade, que atua como catalizador de relações de sociabilidade e solidariedade.

No primeiro capítulo, falo da origem da minha proposta como um desdobramento da minha pesquisa de Mestrado sobre grupos anônimos, sobretudo os Narcóticos Anônimos. Aqui, procuro também entender o estado d’arte sobre o tema, descrever os primeiros contatos com o campo e refletir sobre a proposta de etnografia e as dificuldades enfrentadas pelas características da cena pesquisada.

Já no segundo e no terceiro capítulos, apresento a etnografia produzida ao longo de cerca de um ano e meio de pesquisa, com visitas regulares à ocupação Colombo. Aqui, abordo também as dificuldades do trabalho de campo em uma cena em que os relatos surgem de maneira bastante fragmentada. Ao final do segundo capítulo, proponho uma articulação com o arcabouço teórico da Antropologia das Emoções de forma mais ampla. Apresento as diversas perspectivas sobre o tema e me posiciono em favor de uma visão contextualista das emoções.

No terceiro capítulo, dou continuidade à etnografia e procuro articular o tema pesquisado com a questão da vergonha, afeto que emerge das conversas com meus interlocutores, tendo como referência teórica as reflexões de Thomas Scheff.

Finalmente, nas considerações finais, faço um balanço da pesquisa, avaliando os limites que me foram impostos pela opção de trabalho, as possibilidades de desdobramentos, novas perspectivas possíveis de abordagem sobre o tema, bem como desenvolvo algumas reflexões embrionárias sobre uma articulação entre o tema pesquisado e a questão dos

direitos humanos, que me parece presente em todo o trabalho, ainda que de maneira subjacente e transversal.

Gostaria ainda de destacar algumas opções de terminologia adotadas. Evitei tratar as conversas gravadas com meus interlocutores como entrevistas no sentido formal, pois as condições de pesquisa não me permitiram, em momento algum, estabelecer uma relação de interlocução que pudesse ser assim classificada. Como tratarei ao longo do texto, a relação sempre fragmentada, que inicialmente imaginei como um problema, acabou se revelando um dado a mais de pesquisa e análise.

Outro ponto que merece atenção se refere ao processo de transcrição das gravações. Optei por não interferir nas falas dos meus interlocutores, evitando ao máximo correções do texto, a fim de preservar a ênfase em determinados pontos, bem como a utilização de categorias nativas do campo, que pude explicitar ao longo da pesquisa.

Também merece atenção o fato de que este é um trabalho produzido por um historiador que se encontra em “processo de transição” para as Ciências Sociais, sobretudo para a Antropologia. Por mais que tentasse me corrigir nesse sentido, foi muito difícil evitar explicações ancoradas em uma perspectiva histórica, sobretudo com algumas generalizações que gostaria de ter evitado. No entanto, tendo em vista um dos aspectos mais empolgantes da Antropologia, que é exatamente o seu caráter autorreflexivo, resolvi (ou não consegui) não “corrigir” esse ponto, com a esperança de que se produza um debate que torne possível o aperfeiçoamento de uma prática que se encontra “em construção”. Espero sinceramente que a satisfação experimentada pelo pesquisador ao longo desta pesquisa possa se replicar em outros momentos daqui para frente, dando início a um novo processo de relação com o saber que lhe garanta outros instantes de fruição semelhantes.

1 A CAMINHADA

Perdi vinte em vinte e nove amizades
Por conta de uma pedra em minhas mãos
Me embriaguei morrendo vinte e nove vezes
Estou aprendendo a viver sem você
(Vinte e nove – Renato Russo)

1.1 A Construção do objeto

Era uma segunda-feira, a última aula do turno da tarde acabara às 16h20 e a próxima começaria apenas às 18h30, já no curso noturno. Como professor da rede pública estadual, muitas vezes sou submetido ao que chamamos de “janela”, ou seja, lapsos temporais entre um tempo de aula e outro, ou entre um turno e outro. As “janelas” no quadro de horários são comuns, sobretudo em função da disparidade de carga horária (tempos de aula) das disciplinas na mesma turma. Enquanto algumas contam com quatro ou cinco tempos de aula, como Matemática e Língua Portuguesa, minha disciplina (História) conta com apenas dois tempos por turma. Daí decorrem as dificuldades para encaixar as “peças do quebra-cabeças” e, conseqüentemente, as “janelas”. Normalmente, utilizamos este período para estudo, preparação de aulas, correção de trabalhos e provas, ou simplesmente para descansar um pouco de uma rotina exaustiva. A fim de garantir sua sobrevivência, é muito comum que professores tenham que se submeter a longas jornadas de horas extras, chegando muitas vezes a cumprir sessenta tempos de aula em trinta turmas. Eu mesmo já vivi essa experiência num passado recente.

No entanto, nesse dia eu preferi utilizar a minha “janela” para continuar, como se tornou frequente ao longo da pesquisa, o trabalho de campo na ocupação Colombo que fica na rua ao lado do colégio onde leciono. Venho aproveitando essas lacunas no meu horário para desenvolver esse trabalho, do mesmo modo que o faço nos dias em que não leciono. São estratégias de alguém que desde a adolescência precisa se dividir, assumindo o papel de “trabalhador/estudante” ou “estudante/trabalhador”. A realidade da Pós-graduação pode ser especialmente difícil para tipos como eu, mas essa foi uma experiência que resolvi “pagar pra ver”, sobretudo porque, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, encontrei um ambiente favorável e que incentiva a participação das camadas menos favorecidas no

universo acadêmico. Após descer a rampa que dá acesso ao colégio, virar na primeira rua à direita, cumprindo uma distância de 140 metros, chego à ocupação Colombo.

O trabalho de campo deveria ter se desenvolvido em outras cenas. No entanto, a pandemia do novo coronavírus e outros inconvenientes acabaram inviabilizando o trabalho nas cenas anteriormente propostas. Tanto a “Cracolândia”, na região central de São Paulo, quanto a cena da comunidade da Maré mostraram-se inviáveis, seja pela pandemia, seja pela dificuldade de acessar uma cena em que os contatos e interlocuções eram muito escassos, como a cena da Maré. A interlocução com a responsável pela ONG “Redes da Maré” se deu, sobretudo, a partir da troca de e-mails. No entanto, a emergência colocada pela pandemia tornou praticamente inviável a minha presença, seja em São Paulo, seja na Maré. Isso se deveu ao fato de que nesses espaços eu era sempre “ciceroneado” por instituições que apoiariam o meu trabalho de campo. Com a pandemia, obviamente todos os esforços se voltaram para o combate ao vírus e a prevenção de novos casos. As medidas restritivas frustraram as tentativas de busca por apoio tanto com os membros de Narcóticos Anônimos em São Paulo, quanto com a minha interlocutora “Redes da Maré”, no Rio de Janeiro.

Por outro lado, a chegada à Ocupação Colombo acabou sendo providencial, tanto pelo ineditismo da cena, como também pela proximidade do meu local de trabalho, facilitando enormemente os meus deslocamentos que, de outra maneira, não seriam tão frequentes como foram. Na prática, eu acabava por visitar a cena quase que diariamente, tendo em vista a proximidade. Era também muito comum encontrar os moradores/frequentadores do local pelas ruas do centro, da Gamboa, pela Central do Brasil—por onde passava para acessar o colégio—, no Posto de Saúde, que fica ao lado da rampa de acesso ao colégio, ou pela rua do lado, por onde eu passava quando vinha de carro e onde também fica o ponto de venda de crack. Nessas ocasiões, os moradores/frequentadores da Ocupação Colombo quase sempre me chamavam, acenavam e puxavam conversa. Normalmente, estavam a caminho de alguma situação que pudesse lhes garantir algum dinheiro, como algum bico ou venda de balas no sinal. Recordo-me da vez em que encontrei Leonardo na Central do Brasil e ele insistiu para que eu comprasse alguns doces para que ele pudesse vender. Diante de tanta insistência, acabamos indo a uma loja de doces na Rua Senador Pompeu, onde comprei para ele alguns doces para que pudesse trabalhar pelas ruas do centro. Ele me agradeceu efusivamente e me prometeu, sem que eu exigisse isso dele, que deixaria de usar crack, o que não se concretizou. Por mais que eu me esforçasse para desmentir, era flagrante a percepção que os moradores/frequentadores tinham de que eu

atribuiria qualquer juízo moral ao que faziam. Isso diz muito sobre como me percebiam ali, ponto que pretendo aprofundar posteriormente.

Em outra ocasião, encontrei Carlos – de quem falaremos mais tarde –, que me encontrou e disse que estava com vontade de conversar. Carlos recolhia material reciclado (latinhas de alumínio) pelas ruas da Gamboa, enquanto caminhávamos na direção do colégio e da ocupação. Ele me contou algumas das suas histórias de infância que retomarei adiante. Essas oportunidades eram muito frutíferas e eu sempre acabava obtendo muita informação interessante para a minha pesquisa. Após o rompimento das barreiras impostas por um contato inicial, os moradores/frequentadores mostraram-se dispostos a compartilhar suas trajetórias comigo e eram bastante falantes, salvo quando imediatamente após o uso do crack, ocasiões em que a maioria ficava mais calada.

Voltando àquela segunda-feira, assim que passo pela entrada, sou interpelado por um trio de moradores/frequentadores que, conversando entre si, indagam: “ele não é aquele professor que está escrevendo um livro sobre a gente?”. Logo em seguida, após cumprimentá-los, ouço o seguinte comentário: “aí, professor, vai um pouco aí? Chega aí, fica à vontade, fuma aí”. A essa altura, eu já fazia parte da “paisagem local” e minha presença já não causava tanta estranheza.

Depois de cumprimentá-los e educadamente recusar sua oferta para partilhar com eles uma pedra de crack, resolvi parar e conversar um pouco. Eles me contaram que estão ali porque se sentiam mais seguros num prédio do que nas ruas, onde estão sujeitos aos mais variados tipos de agressões e abusos. Também me contaram que conseguem dinheiro exercendo atividades informais, como a venda de balas no sinal, a reciclagem de latinhas ou cometendo pequenos furtos, o que me foi dito sem qualquer constrangimento. Achei esse fato interessante porque talvez seja o indicativo de que eu realmente já havia lhes conquistado a confiança, a ponto de me contarem, sem que eu sequer perguntasse, como cometiam pequenos delitos pelas ruas do centro.

Sentei-me ao lado deles no chão e passamos algum tempo conversando, quando procurei estabelecer uma relação de horizontalidade, buscando deixá-los o mais à vontade possível para narrarem suas “aventuras” pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, como, por exemplo, as estratégias que desenvolveram para usar crack, sua relação com ele, bem como as durezas da vida de quem se encontrava em situação de rua, sujeitos a toda sorte de violência, seja das forças de segurança e ordem pública, seja de outras pessoas em situação de rua– que segundo eles era menos frequente, mas existente –, ou ainda de transeuntes que,

segundo o grupo, além de recriminá-los, também os agrediam, ainda que verbalmente na maioria das vezes.

Não foi a primeira vez que me ofereceram crack. À medida que me conheciam, a relação de confiança foi aumentando e os moradores/frequentadores da ocupação foram se sentindo cada vez mais próximos. Essa relação foi construída, passo a passo, ao longo do tempo em que frequentei o espaço. Lembro-me de que, quando cheguei, era visto com um olhar de desconfiança e estranhamento. Não fossem os meus contatos e a interlocução com a “responsável” pelo local, provavelmente nem conseguiria entrar naquele espaço. Nesse sentido, foi mais um dia numa rotina de pesquisa que criara e que, já naquele momento, se desenrolava sem maiores intercorrências. Dito de outra forma, minha presença transformou-se em “lugar comum” e não causava mais qualquer tipo de estranheza. Talvez estivesse colhendo os frutos de um esforço honesto e sincero de aproximação, segundo o qual eu procurava me colocar não como um pesquisador ou “o professor”, apelido que acabou partindo deles. Na verdade, eu mesmo tinha alguma dificuldade em me ver o tempo todo dessa forma, como “o pesquisador” ou “o antropólogo”, uma vez que a minha trajetória pessoal também estava borrada pela experiência de uso problemático de drogas.

Acreditei que abrindo o meu “anonimato”, revelando minha própria trajetória como usuário problemático de cocaína durante treze anos, dos quinze aos vinte e oito anos de idade, eu desenvolveria mais facilidade na construção de vínculos. Acreditava fortemente na ideia de que, ao revelar o meu passado como usuário de drogas, conseguiria estabelecer com os meus interlocutores uma maior conexão, criada pelo fato de que eu já “estive ali” e “naquela condição”, ou seja, também experimentei situações corriqueiras e cotidianas que atravessam o uso problemático de drogas. Imaginava que seria visto como “um deles” e que, portanto, teria acesso facilitado às suas histórias.

Pensei que, ao contar um pouco da minha história, eles se sentiriam incentivados a contar um pouco das suas também. Na verdade, foi a primeira vez desde que interrompi o meu uso problemático que passava tanto tempo tão próximo de drogas e/ou de pessoas consumindo drogas. Tendo em vista minha abstinência de 21 anos não foi exatamente um problema, mas foi bem diferente, sobretudo se comparada à experiência de pesquisa que tive no mestrado, ao estudar o mesmo grupo de ajuda mútua que havia me recebido no feriado de 15 de novembro de 2002, os Narcóticos Anônimos (NA). Gostaria de retomar um pouco essa trajetória, objetivando esclarecer como chegamos até aqui.

1.2 A “carreira de usuário”

Quando conheci Narcóticos Anônimos (NA) em 2002, minha preocupação principal não estava voltada para pesquisa acadêmica. Pelo contrário, após passar por algumas intervenções terapêuticas com inúmeros profissionais, experimentar uma internação com tratamento por eletrochoque e até mesmo uma mudança de residência para outro estado da federação, tudo que buscava era interromper um ciclo de relação problemática com a cocaína.

O uso da cocaína começou muito cedo, por volta dos 15 anos de idade. Filho de pais divorciados, um administrador e uma professora de História, formada pela UFRJ como eu – ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais, já dizia o poeta –, de classe média baixa e morador do subúrbio carioca de Osvaldo Cruz, comecei a estudar muito cedo. Como minha mãe não tinha com quem me deixar, me levava para a escola onde lecionava e lá eu concluí o ensino fundamental aos doze e o ensino médio aos quinze anos de idade. Na verdade, eu adorava ir para escola com a minha mãe. Após as aulas eu passava horas na biblioteca lendo histórias infantis ou brincando com os rapazes do nono ano (antiga oitava série), o que eu achava o máximo, tendo em vista que era bem mais novo e brincava com pessoas bem mais velhas que eu. Isso acabou se tornando algo frequente porque, como disse anteriormente, concluí o ensino fundamental aos doze, o médio aos quinze e ingressei na Universidade aos dezesseis. Nesse sentido, a esmagadora maioria de meus relacionamentos seriam com rapazes e moças bem mais velhos que eu.

Foi durante o ensino médio que a minha relação com a cocaína teve início. Eu já usava álcool desde muito cedo e, provavelmente para “fazer parte” ou por curiosidade, não me recordo muito bem, experimentei a cocaína. Para tal, pedi ajuda a um colega de bairro mais experiente e que sabia onde e como comprar. Como trabalhava desde os treze anos de idade, já tinha o meu próprio dinheiro. Fomos ao ponto de venda mais próximo, numa comunidade muito pequena perto da minha casa. Essa comunidade margeava a linha de trem e era bastante escura à noite, com iluminação pública bem precária. Eu não tive medo naquele dia, talvez por desconhecer os perigos que corria ao entrar numa comunidade do subúrbio carioca para comprar drogas. Essa era uma situação que logo iria se alterar. À medida em que as incursões ficaram mais frequentes, mais frequentes ficaram também as “duras” da Polícia Militar. Naquele dia, no entanto, eu não tive medo. Entramos na comunidade, compramos a cocaína e voltamos para a rua onde meu colega morava para usar.

Após o uso, fomos para um bar próximo e pedimos uma cerveja. Naquele momento eu não senti nada e achei, na verdade, aquilo tudo muito sem graça. De qualquer forma, resolvi insistir um pouco mais e usei outras vezes, até que fui “aprendendo a curtir a onda” proporcionada pela droga (BECKER, 2008). Voltarei a esse ponto adiante.

Minha relação com a cocaína se tornou em pouco tempo bastante intensa. Muito tímido e introvertido que era, experimentei uma sensação de poder e prazer indescritíveis que, mais tarde, se transformaria em isolamento e introspecção ao longo dos anos. Antes, porém, a cocaína me ajudava a socializar e enfrentar as dificuldades de relacionamento que experimentava, sobretudo quando ingressei na Universidade com apenas dezesseis anos de idade. Na graduação, meus relacionamentos giravam em torno da cocaína. Rapidamente identifiquei um grupo de usuários, alguns diletantes e outros problemáticos como eu, passando a me relacionar preferencialmente com este último grupo. Outra estratégia que desenvolvi para usar a cocaína com certa tranquilidade foi me relacionar com usuários de outras Universidades, que havia conhecido no período em que ainda conseguia militar no movimento estudantil.

Ao longo do curso fui me afastando. Construí uma personagem bastante sinistra que me isolou de praticamente todos os antigos colegas e que, eu acreditava, me livraria de maiores embaraços. Passei a ficar a maior parte do tempo lendo sozinho, o que acabava operando como uma espécie de “fuga” ou desculpa para o meu isolamento. Precisava estudar e, dessa forma, me isolava em salas de aula vazias onde pudesse usar tranquilamente. Fui me transformando numa figura melancólica. Fã de The Doors e de canções como *The End*, eu queria ser o próprio Jim Morrison e dizia que viveria pouco, mas intensamente, no melhor estilo da teledramaturgia mexicana.

Fui desenvolvendo progressivamente uma relação problemática com a droga. Como apontei na introdução, por relação problemática entendo a incapacidade de “funcionar socialmente”. Chegando próximo ao fim do curso e do aprofundamento de um relacionamento problemático, o nível de concentração e carga de leitura diminuíram sensivelmente. Felizmente esse momento coincidiu com a colação de grau e a aprovação no primeiro concurso público, realizado em dezembro de 1998. No segundo concurso público, já não obtive uma colocação que pudesse me garantir uma primeira convocação como no concurso anterior, e precisei aguardar alguns meses até que uma reclassificação garantisse uma segunda matrícula.

Acredito que, se não tivesse conseguido essa dupla aprovação, dificilmente exerceria plenamente minha profissão. Como funcionário público, precisei recorrer inúmeras vezes aos atestados médicos, simplesmente por estar de ressaca ou extremamente fraco para conseguir trabalhar. Lembro-me de uma ocasião em que cheguei a ser flagrado pelos alunos do colégio onde atuava. Eu dormia no carro, uma vez que havia passado toda a noite anterior bebendo e usando cocaína. O constrangimento só não foi maior, penso, pois ainda não havia smartphones ou redes sociais à época. Mesmo assim, o fato foi “o tema” da semana, rendendo uma conversa bastante sincera com a direção da unidade, inclusive.

Os níveis de interação social se tornaram cada vez mais escassos, chegando ao ponto de até os meus “colegas de uso” me excluírem por julgarem que a qualquer momento eu poderia ter uma overdose. No jargão dos usuários de drogas do subúrbio carioca, eu me tornei o “vacilão”. Comecei a andar e usar cocaína sozinho, na maior parte das vezes, trancado no quarto de casa, sob os lamentos da minha mãe. Diante dos seus apelos, procurei ajuda por inúmeras vezes e nos mais variados lugares, como terapias e até mesmo religião, mas nada funcionava. Após sofrer um acidente automobilístico, completamente embriagado e drogado, fui submetido a duas cirurgias, mas nem esse evento foi capaz de me dissuadir. Três meses depois da internação e, conseqüentemente, de abstinência, retomei minha relação problemática com a cocaína nos mesmos moldes de antes do acidente.

O momento em que tomei a decisão de interromper o ciclo de uso problemático foi quando abandonei a mãe da minha filha, ainda grávida, desaparecendo por uma semana de casa. Meu sumiço causou pânico e ela foi parar no hospital, onde por muito pouco não teve um aborto espontâneo, provocado pela situação de tensão em que estava, segundo relatos do médico. Só então parece que comecei a perceber que, no meu caso específico, a relação com a cocaína havia deixado de ser prazerosa há muito tempo. Nesse momento, decidi pedir ajuda a um antigo companheiro de uso que ingressara em NA.

Gradativamente, fui recuperando a minha vida e desenvolvendo novas perspectivas de futuro, como, por exemplo, retomar os estudos e o contato com a Academia. Ainda assim, me foi muito custoso retomar o Mestrado. Passei boa parte do início do curso com bastante dificuldade de readaptação ao universo acadêmico, mas felizmente a ansiedade que me dominava no início foi, aos poucos, cedendo espaço ao prazer de retomar o contato com o universo acadêmico e as discussões bastante estimulantes com os colegas.

Há um ponto, no entanto, que gostaria de ressaltar. Não considero a minha trajetória de usuário problemático uma regra. Muitos de meus antigos colegas de uso “funcionavam

socialmente”, trabalhavam, casavam-se, estudavam, pagavam suas contas, e a cocaína parecia não interferir tanto assim em suas vidas. Ao longo da minha “carreira de usuário”, tive contato com diversas pessoas que pareciam não desenvolver qualquer tipo de dificuldade em administrar um uso recreativo da cocaína com suas responsabilidades. Nesse sentido, concordo com a perspectiva do doutor Carl Hart (2014), quando afirma que apenas os casos problemáticos vêm à tona, uma vez que usuários diletantes não ficam por aí reforçando sua posição, mantendo seu consumo no mais completo anonimato. Quanto mais eu estudava sobre o assunto, mais eu me aproximava de uma perspectiva antiproibicionista e da redução de danos como uma forma mais humana de lidar com a questão. A ideia de “reduzir danos”, me parece, não se constitui necessariamente num contrassenso com relação à abstinência, sobretudo se considerarmos que, para certo grupo de pessoas, “reduzir danos” pode simplesmente significar não usar. Enfim, à medida que me aprofundava na literatura sobre o tema, fui percebendo que as trajetórias não eram tão “uniformes” quanto pareciam; a minha, inclusive. Comecei então a pensar nessa dimensão do uso problemático como um universo bastante específico de pessoas que acabam desenvolvendo uma relação *sui generis* com a droga.

Mas por que fazer referência à minha própria experiência com drogas aqui? Eu não pretendo, como fez de forma brilhante na sua tese de Doutorado o pesquisador Maurício Fiore (2020), produzir uma autoetnografia:

Investigar trajetórias que foram compartilhadas pelo próprio antropólogo é uma metodologia controversa, para dizer o mínimo. Ela se aproxima do que se convencionou chamar de autoetnografia, uma metodologia na qual a própria experiência e/ou trajetória do pesquisador é fonte principal dos dados. (FIORE,2020, p. 47).

No entanto, acredito que seja válido pensar um pouco sobre a minha própria trajetória de usuário problemático de drogas e colocá-la também como um problema de pesquisa. Isso tem me ajudado a dimensionar melhor o olhar inicial que lancei sobre essa questão, mas sobretudo pode revelar um “caminho de pesquisa” sinuoso. Dito de outra forma, minha trajetória como pesquisador não é linear. Definitivamente a minha experiência como usuário problemático de drogas foi decisiva para as minhas escolhas iniciais de pesquisa, a minha dissertação de Mestrado não deixa qualquer dúvida nesse sentido. Por outro lado, o caminho percorrido até o Doutorado foi atravessado por diversas outras experiências– como a tentativa inicial de trabalho de campo na “Cracôlandia”, em São Paulo, e o contato com uma literatura que apontava uma outra perspectiva para uma questão que me parecia inicialmente

“pacificada”. Ou seja, a minha própria trajetória com as drogas conta apenas uma parte da História, mas não me define como pesquisador.

Dessa forma, de usuário problemático fui me transformando em pesquisador e passei a me debruçar inicialmente sobre o grupo do qual fazia parte, os Narcóticos Anônimos. É o que busco explicitar no próximo tópico, apontando a trajetória intelectual percorrida até aquele momento de uma primeira aproximação com o tema das drogas.

1.3 A pesquisa de Mestrado

São 19h30. Numa sala anexa a uma Igreja Católica na cidade do Rio de Janeiro, um grupo de cerca de 30 pessoas se reúne. A sala é espaçosa e confortável. As cadeiras plásticas são dispostas de maneira que formem um círculo. Numa mesa, vemos uma série de panfletos coloridos e livros dispostos sobre uma toalha de mesa azul. Uma sineta toca, anunciando o início de mais uma reunião do Grupo Madureira de Narcóticos Anônimos. Após um instante de silêncio, o grupo em uníssono repete a “Oração da Serenidade”⁶, seguida das apresentações. Depois, o secretário, sentado atrás da mesa, pergunta se há alguém assistindo àquela reunião pela primeira vez. É nesse momento que todos se voltam para um rapaz, na casa dos vinte anos, com semblante cansado e desalinhado. O rapaz levanta a mão e diz o seu primeiro nome, no que é prontamente respondido pelo grupo mais uma vez em uníssono: “Oi, Ronaldo, seja bem-vindo!” O secretário inicia os depoimentos após a leitura de um dos folhetos – “Bem-vindo a Narcóticos Anônimos”⁷ –, ressaltando que há um “recém-chegado” no grupo. Todos os depoimentos que se sucedem caminham no sentido de, como alerta o secretário, ele mesmo também um membro, “levar a quinta tradição”. Segundo a quinta tradição “cada grupo tem apenas um único propósito primordial, levar a mensagem ao adicto que ainda sofre”⁸. Assim, todos os depoimentos se dirigem ao Ronaldo, que ouve com atenção as histórias dos membros mais antigos, que vão se sucedendo no mesmo sentido, revelando a face obscura do seu uso abusivo de drogas, o “fundo de poço” e a possibilidade de recuperação em Narcóticos Anônimos.

⁶“Deus, conceda-me serenidade para aceitar as coisas que eu não posso modificar, coragem para modificar aquelas que eu posso e sabedoria para reconhecer a diferença”.

⁷IP N° 22. Disponível em www.na.org/admin/include/spaw2/uploads/pdf/ips/br/PB3122.pdf

⁸*Texto Básico de Narcóticos Anônimos*. Traduzido e impresso por Narcotics Anonymous World Services, Inc. 2015, p. 75.

Após uma hora de depoimentos, o secretário faz a leitura de um trecho do texto básico de Narcóticos Anônimos e pergunta se há alguém naquela sala que gostaria de fazer parte de NA, bastando, para tanto, levantar o braço e dizer o seu primeiro nome. Ronaldo, com as mãos trêmulas e a voz embargada, num misto de emoção, medo e esperança, levanta o braço, diz o seu primeiro nome, no que é prontamente respondido por muitos aplausos. Ele teria sete minutos como os outros para se manifestar, mas a emoção o impede. Recebe então um chaveiro branco que simboliza o seu “ingresso em NA”, alguns folhetos e números de telefone para ligar caso sinta “vontade de usar”.

A descrição acima é parte de uma reunião de Narcóticos Anônimos. O “ingresso”, a entrada no e para o grupo parece operar como um divisor de águas, com carga simbólica muito semelhante aos rituais de conversão religiosa, sobretudo das Igrejas de matriz protestante. As histórias ali contadas são diversas em conteúdos, mas muito parecidas na forma. Há um sentido que se constrói para a experiência com uso de drogas que passa necessariamente pela incapacidade de levar esse uso a um bom termo.

Como historiador de formação, à medida que o tempo passava e a frequência às reuniões de NA aumentava, percebi que ali se encontrava um interessante campo de possibilidades de análise. Chamou-me bastante atenção os aspectos rituais das reuniões. Fica difícil, penso, para um historiador ou cientista social passar “impunemente” aos aspectos ritualísticos ali presentes e não os relacionar com possibilidades de análise mais profundas. Dessa forma, há pelo menos 15 anos vinha acalentando a possibilidade de abordar de forma científica o NA e a questão da ajuda mútua pela perspectiva do ritual. Enquanto pessoa das ciências humanas, sempre tive dificuldades em “separar” minha atitude profissional e pessoal. A curiosidade inerente à profissão logo se fez sentir, e não por acaso aos poucos fui desenvolvendo um olhar bastante “curioso” daquela organização a qual acabara de conhecer e frequentar. Nesse quadro, após quase 20 anos de afastamento da Universidade, não hesitei, ao me deparar com a possibilidade de retorno ao diálogo com o universo acadêmico, em escrever sobre NA. Tendo iniciado o Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ no ano de 2018, esse tema de pesquisa imediatamente apareceu com força e vitalidade. Como destacou Mills:

A erudição é uma escolha de como viver e ao mesmo tempo uma escolha de carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição de seu ofício; para realizar sua potencialidade, e as oportunidades que lhe surgem, ele constrói um caráter que tem como essência, as qualidades do bom trabalhador. (MILLS, 1975, p. 212)

Nesse sentido, o interesse pelo tema da pesquisa que desenvolvi no Mestrado se apresentou como uma oportunidade que estava lá. Dito de outra forma, a construção do objeto se desenvolveu antes mesmo da tomada de um vínculo oficial com a academia, fruto da curiosidade intelectual diante de um tema que julgo ser extremamente interessante e relevante. Ainda segundo Mills: “Do que eu disse, poderemos compreender que na prática jamais ‘começamos a trabalhar num projeto’: já estamos ‘trabalhando’, seja num veio pessoal, nos arquivos, nas notas tomadas aos rascunhos, ou nos empreendimentos dirigidos”. (MILLS, 1975, p. 239).

Assim, com a devida orientação fui “dando voz” às fontes, possibilitando que se expressassem, buscando compreender as relações que se estabeleciam através das trajetórias dos atores envolvidos no processo, tendo por objetivo a confluência, a convergência e a busca pela interseção no material analisado. Diversas questões foram surgindo e outras foram descartadas.

No processo de construção do objeto, busquei alinhar teoria e prática, interrogando as fontes em funções dos objetivos traçados. A cada proposição suscitada ao longo da pesquisa, as fontes eram selecionadas. A seleção do material, assim, obedeceu aos pressupostos teóricos-metodológicos estabelecidos e não ao contrário.

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade, colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada. (BOURDIEU et al., 2015, p.48).

Como hipótese central, trabalhei com a ideia de que o processo de ingresso em NA, embora formalmente parecido, sobretudo em seus aspectos rituais, com um ritual de conversão religiosa, se distingue desse tipo de conversão porque ocorre em contexto bem diferente do de uma igreja ou grupo religioso. Ao contrário das igrejas, NA e os Alcoólicos Anônimos (AA) oferecem um modelo de convivência associado àquilo que Peter Berger (2017) identificou como marca da modernidade atual e chamou de “pluralismo”. NA conjugaria aspectos seculares e religiosos no processo de (re)construção da identidade social dos seus membros permitindo que essas novas identidades respeitassem padrões sociais e culturais muito diversos. Assim, os membros de NA (re)constróem suas identidades sociais a partir da frequência regular às reuniões e do “trabalho com os doze passos”. Ao longo dessa caminhada, são convidados a internalizar um novo conjunto de práticas que passa também pela noção de “serviço abnegado”, ou seja, ajudar outros membros a manter a abstinência das drogas num processo circular de abstinência – ajuda – abstinência, trabalho “voluntário”,

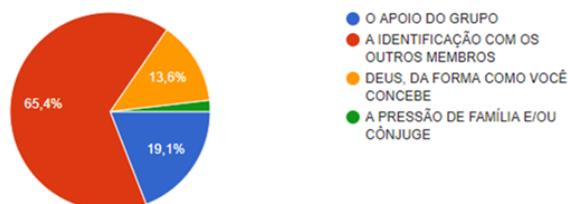
porém necessário (dáviva) ao membro como uma ferramenta fundamental no “processo de recuperação”. Busquei perceber de que maneira esses membros enxergam o seu ingresso em NA, tendo como referência sua própria experiência de vida, sobretudo a sua relação com o que consideram o uso problemático de drogas. O antes e o depois aparecem, assim, como um dado que aglutina e confere sentido. Os traumas são ressignificados e reconstruídos através da noção de “fundo de poço”, momento em que o membro percebe, ainda na sua “ativa” (período de uso de drogas), que não consegue, segundo ele, funcionar socialmente e usar drogas ao mesmo tempo. A (re)construção de identidades aqui passa pela elaboração de uma narrativa que estabelece o uso de drogas como fio condutor, tendo o ingresso em NA um papel destacado.

Após pesquisar em mais de vinte grupos da cidade do Rio de Janeiro, me debruçar sobre a literatura produzida por NA, além de textos acadêmicos sobre o tema, pude perceber como existiam muitas nuances nesse processo. Havia sim uma forte influência de viés religioso, sobretudo por parte dos antigos Grupos Oxford (Narcotics Anonymous, 2002), como também a influência das ideias do filósofo William James (JAMES, 1995), do doutor Silkworth, que havia tratado de Bill W. antes da fundação dos Alcoólicos Anônimos, e das cartas trocadas entre Bill W. e o doutor Carl Jung (WHITE, 1998). Embora o que chamei de “processo de ingresso” (SILVA, 2020) possuísse uma forte carga simbólica muito próxima de rituais de conversão religiosa, o contato continuado com os membros me fez perceber que havia ali um “algo mais” para além da simples afiliação à associação e que estava relacionado a um sentimento de “pertencimento”, ou como os membros dizem, de ajuda mútua, que difere da ideia também muito difundida no senso comum de que os grupos anônimos seriam grupos de autoajuda.

Gráfico 3 - Questionário on-line realizado com membros de Narcóticos Anônimos

ALÉM DO PRÓPRIO USO, O QUE TE FEZ DECIDIR FICAR EM NA?

162 respostas



Na imagem acima, vemos as respostas a uma das perguntas que fiz aos membros de NA em questionário on-line (SILVA, 2020). Enquanto a minoria (1,9%) revela que o motivo que o fez ficar em Narcóticos Anônimos, além do próprio desejo de evitar o uso problemático de drogas, foi a pressão de cônjuge ou familiar, a ampla maioria aponta como o principal motivo a identificação com outros membros. Como nos informa Leonardo de Araújo Motta (2004), falando sobre o AA: “Mesmo sem saber, estavam praticando o que em psicologia se denomina a ‘teoria do espelho’, segundo a qual, enxergando no outro o seu próprio problema, ficaria mais fácil a reabilitação do indivíduo”. (MOTTA, 2004, p.52).

Esta identificação é tida por muitos membros como a razão pela qual decidiram permanecer. Novas relações e formas de sociabilidade se estabelecem. Segundo os membros com quem conversamos, ao “praticar o programa”, desenvolvem-se novas formas de convivência e padrões de sociabilidade específicos. Encontramos no *Texto Básico de Narcóticos Anônimos* o seguinte: “Ao nos identificar com adictos, a ajuda se torna possível. Podemos ver um pouco de nós em cada adicto e ver um pouco deles em nós. Tal compreensão permite que ajudemos uns aos outros”. (Narcotics Anonymous World Services, Inc. 2015, p. 08). Novas relações sociais, novas formas de sociabilidade, novos amigos. Dito de outra forma, uma espécie de “dádiva” (MOTTA, 2004) segundo a qual os membros mais antigos, ao ajudarem os membros recém-chegados, são eles mesmos também, segundo relatos, ajudados.

Foi nesse contexto que percebi a importância que a ideia de “pertencimento” tinha para pavimentar o caminho para aquilo que os NA chamam de “recuperação”. Não me cabe aqui julgar a efetividade e o alcance de tal proposta. O que me importa reter dessa reflexão é o caráter complexo do fenômeno, composto por diversas camadas, cuja palavra, segundo afirmam os membros, desempenharia um “papel terapêutico” (CAMPOS, 2010).

Segundo um dos fundadores de Narcóticos Anônimos no Brasil, ainda sobre a designação de Toxicômanos Anônimos (TA), Roberto, 35 anos de abstinência à época da pesquisa, a fundação do primeiro grupo no Rio de Janeiro contou com grande apoio e suporte do Padre Amaro, pároco de uma Igreja Católica na Zona Sul do Rio de Janeiro onde seria fundado o grupo. Cabe ressaltar que, em 1984, a dependência química era ainda vista como uma questão fundamentalmente jurídica, da esfera criminal. Os usuários eram estigmatizados e a abertura de um espaço como este não era uma tarefa simples como atualmente. A participação e o apoio do Padre, nesse sentido, cumpriram um importante papel do ponto de vista da institucionalização do grupo, que se via assim respaldado pelo

menos aos olhos das autoridades, ainda sem tanta clareza e informação sobre o que significam e como se organizavam os grupos de 12 passos.

Assim, a história de Roberto se confunde com a própria história do Grupo de Apoio aos Toxicômanos Anônimos (GATA). Como ele mesmo nos relatou:

Há 34 anos, exatamente, numa quinta-feira às 22h, encerrávamos nossa primeira reunião com a Oração da Serenidade. Éramos sete adictos limpos, buscando recuperação. Na sala, localizada (...), começava uma saga que resultou na multiplicação de um “milagre” capaz de devolver a milhares de famílias a esperança por dia melhores. Sete adictos, cinco familiares e um padre, o saudoso Padre Amaro.

A única coisa que importava era nos ajudarmos mutuamente a nos mantermos limpos, um dia de cada vez. Cada um de nós fez seu ingresso simbólico naquele dia. Nos apadrinhamos mutuamente. Tínhamos como referência os 12 passos e as 12 tradições do AA. Seis dos primeiros membros ainda estavam internados. Eu era o único, naquela noite, que voltaria para casa. Ainda hoje me lembro da emoção daquele dia. Após o encerramento, cada um de nós acendeu uma vela em agradecimento à Santa.

Fica meu agradecimento a todos que de forma direta ou indireta ajudaram a manter as portas do Grupo de Ajuda de Toxicômanos Anônimos, hoje grupo GATA de Narcóticos Anônimos até hoje. (SILVA, 2020, pp.53-54)

No relato acima percebemos a presença de uma série de elementos do mosaico que compõe a criação do primeiro grupo do ainda TA (Toxicômanos Anônimos) no Brasil. A participação da Igreja Católica encontrou na figura do Padre Amaro um expoente precioso para os interesses dos membros em instituir o grupo. Aqui, cabe ressaltar que a participação da Igreja Católica como instituição se limita ao apoio, seja cedendo o espaço, seja “legitimando” a existência do grupo. No entanto, é possível perceber que, embora se trate de um movimento que se identifica e se reivindica como secular, os membros, ao final da reunião, acenderam uma vela em “homenagem à Santa” que dava nome à Igreja. Essa percepção vai ao encontro do que Berger (2017) vê como pluralismo, ou seja, “uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente”. (BERGER, 2017, p. 20).

Segundo Roberto, o programa de recuperação de Narcóticos Anônimos demanda a aquisição por parte do membro de um novo conjunto de referências e esquemas de ação e percepção que serão necessários para que a “recuperação” se torne possível.

Até uns 15 anos atrás eu acreditava que uma atitude de cooperação, aliada ao desejo de parar de usar, era suficiente para que um dependente químico, um adicto, entrasse em recuperação, mas não é.

Claro que uma atitude de cooperação é importante, só que não é suficiente. Existem outros fatores que são tão ou mais importantes do que o exercício da vontade consciente de parar de usar. Entrar em recuperação não se resume em ficar sem usar. A recuperação é um processo que implica numa abstinência de todas as substâncias, acompanhada de profunda reformulação de hábitos e ideias.

É um trabalho diário, junto com a convicção sempre renovada de que ficar limpo é o mais importante. E é nesse aspecto que fatores inconscientes, como o desafio e a grandiosidade, podem interferir sabotando qualquer possibilidade de recuperação. A rendição ou aceitação não é algo que o adicto possa fazer acontecer. É algo que acontece. É quando é percebido e recebido como uma graça, um presente. (SILVA, 2020, p. 55).

Aqui, vemos como para Roberto o “tratamento” em NA é percebido como uma junção de elementos que passam pela afiliação a um novo conjunto de preceitos, uma cosmovisão própria de NA, como também por um processo de internalização desse conjunto de referências. Ainda sobre a questão da aceitação da condição de dependente químico, Roberto continua:

Quase todo adicto em recuperação busca a rendição. Entenda por rendição uma aceitação total e incondicional da adicção, seguida de uma disposição de se fazer o que for necessário para se manter limpo e iniciar o processo de reformulação, mudança no estilo de vida. O paradoxo dessa busca é que ela pode ser desejada, mas ninguém tem o poder de fazê-la acontecer.

O ato de rendição não é resultado de uma vontade soberana, não depende de um desejo sincero e consciente. Ela pode acontecer independente de sua vontade consciente ou do seu esforço nessa direção. A verdade também é que ela nunca acontece, apesar de...

Na maioria das vezes teremos de nos contentar com uma condição de submissão, ou de aceitação parcial, seguindo um dia de cada vez os “evite” e os “procure”. Garanto que uma recuperação nessas condições resulta numa vida muito melhor do que qualquer coisa que possa ter sido experimentada na adicção ativa.

Sei que esse é um assunto bem polêmico e pode parecer desanimador para aqueles que estão iniciando um processo de recuperação, ainda acreditando que “se fizerem certo irá dar certo”, afinal “estou rendido”.

A verdade, segundo minhas observações, é que a grande maioria das pessoas que se encontra em recuperação se submetem ao Programa de 12 passos, o que já é uma enorme façanha, que pode resultar na rendição. Aliás, o “despertar espiritual” descrito no 12º Passo nada mais é do que a rendição.

O que difere a submissão de uma rendição é bem simples. Enquanto a primeira (submissão) é caracterizada por uma obediência ao que é sugerido pelo terapeuta, médico, padrinho ou Programa. Quer dizer, eu faço ou sigo porque os outros dizem que é o melhor pra mim (evito a primeira dose, evito lugares, pessoas e hábitos da ativa). A segunda (rendição) é caracterizada por uma necessidade interna de fazer o que for necessário para se manter limpo e em recuperação. Quer dizer, eu faço porque “sei que é o melhor a ser feito”. Não é ninguém que me diz, eu é que sinto. Vem de dentro. Com isso vem também uma necessidade de ser inteiramente honesto em todas as áreas da minha vida, seguida do comprometimento de levar essa mensagem a outros. (SILVA, 2020, p.55)

Neste ponto, falando sobre o processo de “recuperação”, Roberto nos apresenta a sua visão do que significa “aceitar” a condição de dependente químico. Para ele, isso não é algo que dependa apenas da vontade individual de cada um, ressaltando que a “recuperação” é muito mais do que simplesmente deixar as drogas, evitar os antigos companheiros de uso, locais considerados de “ativa” ou antigos hábitos e comportamentos. Trata-se, portanto, de um processo de internalização de um conjunto de referências absolutamente diverso daquele

característico do período em que o indivíduo usava drogas. Isso não é algo que possa, segundo ele, ser aprendido, mas apenas apreendido, internalizado, vivido, como algo que, segundo ele, “vem de dentro”. A admissão da condição de dependente químico constitui-se como o primeiro passo para tornar possível o processo de recuperação. Mas não é algo simples ou fruto de um “desejo consciente”. Segundo Roberto, é algo que precisa ser vivido, introjetado pelo indivíduo como um sistema de percepção e disposições para ações que “conectam” o indivíduo com o que os Narcóticos Anônimos denominam por “nova maneira de viver”.

Dessa forma, os membros de Narcóticos Anônimos são, segundo Roberto, convidados a internalizar uma “ação disposicional” que passa por uma redefinição de uma visão de mundo que precisa ser incorporada pelos atores sociais para que a “recuperação” se torne possível. Esse processo de internalização, no entanto, não é algo automático e se dá em tempos e situações distintas, levando-se em conta as “incomparáveis combinações” de esquemas que os atores incorporam ao longo de suas trajetórias individuais, inseridas em contextos históricos e sociais os mais diversos. Dito de outra forma, a maneira como cada membro vai “subjeter” os aspectos “objetivos” do “programa” de recuperação de Narcóticos Anônimos pode, ou não, contribuir para aquilo que Roberto denomina como “aceitação” da condição de dependente químico e, por conseguinte, da “rendição” a esta condição. Sobre o seu próprio processo de “aceitação”, antes de ajudar a fundar o grupo GATA, Roberto nos conta o seguinte:

A compulsão foi interrompida. Mas o desejo e o objetivo de continuar usando drogas permaneceu. Só queria interromper o uso de droga injetável. Maconha, não pensava em abrir mão. Alcool talvez devesse, mas...

Após oito dias internado, voltei pra casa e para o trabalho. Antes de me despedir dos internos e da equipe, recebi o convite de passar a Semana Santa internado, de graça, como “reforço terapêutico”, já que havia feito uma internação muito curta. Aceitei.

Mas a primeira coisa que fiz ao chegar em casa foi fumar um baseado e criar uma história para os amigos sobre como havia parado de tomar picadas. Naquele dia inclusive fui a uma manifestação na Candelária, o Diretas Já, que reuniu um milhão de pessoas contra a ditadura militar.

No dia seguinte, decidi ir a uma reunião do AA. Não havia problema nisso, afinal não havia bebido, só fumado um bagulho. Foi assim no primeiro e segundo dias. No terceiro não consegui um bagulho e a solução foi beber. Uma ou duas cachaças não faziam diferença, pensei.

O único problema é que não teria o porquê frequentar o AA, uma vez que estava bebendo.

Fiquei nessa batida por mais alguns dias. Um “baseadinho e uma cachacinha”, nada demais.

Até chegar a Semana Santa, quando lembrei do convite feito. Não parecia disposto a parar com tudo. Essa não era minha proposta. Mas mesmo relutante fui. Me

despedi de minha mãe, dizendo que iria para um hotel-fazenda. Antes de entrar no táxi, passei num bar e pedi uma sequência de três doses de vodca.

A internação no feriadão seria interessante. Afinal estava duro e ainda ia demorar para meter a mão no salário. Ter casa, comida, roupa lavada e cigarros de graça não era nada mal...

O que eu havia planejado ruiu quando cheguei na clínica. Tive que abrir para os colegas e equipe que havia fumado maconha e bebido todos esses dias, desde a minha saída. Fui questionado, confrontado e me senti ameaçado.

Algo então aconteceu que não tive como explicar. Até hoje não sei muito bem o que foi e como foi. O que digo é que pela primeira vez tive uma aceitação total da minha história. Um entendimento de que nada do que me aconteceu poderia ter sido diferente.

Junto com essa aceitação veio uma disposição, que não era normal, de fazer o que fosse necessário para me manter limpo e uma necessidade de ser honesto em todos os aspectos de minha vida. (SILVA, 2020, p. 57).

Segundo o relato de Roberto, algo que o próprio não consegue explicar aconteceu no sentido de que “aceitasse” a condição de dependente químico. Algum tempo depois, Roberto e seus companheiros fundariam o primeiro grupo do que viria a se tornar Narcóticos Anônimos no Rio de Janeiro. Até aqui, percebemos como os depoimentos de Roberto estão impregnados da visão de mundo de Narcóticos Anônimos. A aceitação da condição de dependente é, segundo essa visão, o primeiro passo que torna possível o caminho da “recuperação”. Afastar-se de pessoas, lugares e comportamentos da “ativa” (categoria que designa o momento de uso de drogas) está presente em praticamente todos os quadros que os grupos visitados possuem. Neles, ainda estão escritas sugestões que os membros devem seguir, como frequentar as reuniões, ter boa vontade, mente aberta e honestidade, além de procurar um membro com mais experiência em NA que possa orientar o membro recém-chegado no processo de “recuperação”. O padrinho/madrinha, então, orienta o membro com menos tempo no programa no trabalho com os 12 passos e nas suas dificuldades cotidianas.

O segundo passo sugere que os membros desenvolvam uma compreensão particular de um “Poder Superior”. Este conceito de “Poder Superior” foi cunhado por Bill e Bob quando da criação do AA. Aqui, a perspectiva que norteou a criação desta noção foi a possibilidade de atrair um número maior de membros que, porventura, não se identificassem com o caráter religioso que as experiências anteriores tiveram, como as Sociedades de Temperança, os Washingtonianos e os grupos Oxford. Dessa forma, cada membro seria livre, segundo essa visão, para “elaborar” a sua própria noção de “Poder Superior”. Segundo Roberto:

Alguns chamam de Deus.

Eu prefiro chamar de Universo, Natureza ou Energia vital, que é simplesmente um Poder Maior do que o meu poder pessoal.

O que eu sei a respeito é que quando não me harmonizo com esse Poder Maior eu causo sofrimento a mim e a terceiros.

No decorrer da minha vida, vim a entender e aceitar que sou parte do Universo, da vida, da natureza. Estar em harmonia com o meio em que vivo é parte importante para o meu crescimento pessoal. Isso implica em respeito ao meio ambiente e a todas as criaturas que nele habitam. (Silva, 2020, p.58)

Embora se declare ateu, Roberto identifica a necessidade de estar de acordo de com os pressupostos do “programa de recuperação” de NA. Nesse sentido, desenvolve uma compreensão própria de “Poder Superior”. É interessante notar aqui também a importância que um dos membros fundadores de NA no Rio de Janeiro dispensa para essa questão. Para ele, não se “harmonizar” com o seu “Poder Superior” significa a possibilidade de “causar sofrimento” ao próprio e aos outros, ou seja, retornar ao uso de drogas. Há aqui uma “margem de subjetivação”, na medida em que os membros são livres para escolher a melhor perspectiva que lhes aprouver. No entanto, a necessidade de “acreditar” num “Poder Superior” parece guardar ainda alguma semelhança com o modelo herdado pelo AA. A diferença é que, ao invés da necessidade de chamar esse “Poder” de Deus, há uma margem de tolerância para que esta crença se desenvolva sob novas bases. Dito de outra forma, Narcóticos Anônimos não pretende “desinstitucionalizar”, “desenculturar” os seus membros, fazendo com que assumam, por exemplo, a crença num Deus nos moldes de uma Igreja. No entanto, é inegável o caráter espiritual, embora ecumênico, de tal proposta.

Ainda que se declare como uma “irmandade não-religiosa”, Narcóticos Anônimos desenvolve a noção de que a “doença da adicção” é física, mental e espiritual, sendo necessário, assim, um amplo processo de reestruturação de vida que em muito se assemelha, na sua forma, com uma conversão religiosa. Falando sobre os Alcoólicos Anônimos, do qual derivam o NA, Angela Maria Garcia nos informa que:

Trata-se de uma prática complexa, na qual reside um investimento especial para a substantivação da noção identificada pelos integrantes do grupo como fundo do poço. Referenciada em todas as suas atividades, esta noção expressa a potencialidade da construção de um novo modo de vida: uma conversão e adesão a um novo universo social, através da ruptura com a forma de vida anterior, que corresponde ao sentimento de impotência diante do álcool e da percepção dos males que o uso da bebida alcoólica pode ter provocado. Aparece sempre como a ideia de um trajeto que vai num descenso, até chegar a uma situação limite. O trajeto e a forma de perceber essa ideia são, para efeito de conversão do bebedor (alcoólico ativo) em alcoólico passivo, pensados a posteriori como o reconhecimento de uma situação na qual o indivíduo começa a colocar em questão os simbolismos que definem a relação do homem como um ser social, porque perdeu os atributos da vida humana, tanto em termos sociais quanto físicos. (GARCIA, 1995, p. 51).

A noção de “fundo de poço” nas reuniões de NA parece operar como um divisor na narrativa do NA, como o momento em que o dependente químico teria percebido a

necessidade de rever os seus padrões de comportamento social, a partir de uma redefinição de sua relação com as drogas, que agora seria de total abstinência. É interessante notar o aparente paradoxo que existe aqui, na medida em que é a admissão da impossibilidade de usar drogas de maneira “recreativa”, bem como da percepção da “adição como uma doença incurável”, que tornaria possível o processo de recuperação. Tratando dessa questão no caso dos Alcoólicos Anônimos, a socióloga Cecília Mariz nos diz que:

O sucesso do AA como o dos grupos religiosos se explicaria pelo fato de exigirem a transformação de toda a vida do indivíduo alcoólico. Quando se entra no AA ou se converte, o indivíduo, além de parar de beber, busca transformar os diversos aspectos de sua vida, o que seria fruto da nova espiritualidade que passa a adotar. A pessoa revê a sua vida no trabalho, na família e até o sentido último da vida. (MARIZ, 1995, p. 67).

Dessa forma, embora demande o que pode ser entendido como um processo de “conversão”, Narcóticos Anônimos me parece operar mais como uma das “instituições modernas” que, segundo Berger (2017), respeitam a diversidade e pluralidade.

Berger, no entanto, afirma que a pluralidade da modernidade coloca em questão antigas certezas, estabelecendo o que chamou de “contaminação cognitiva” (BERGER, 2017), num mundo globalizado e em constante diálogo. Esse diálogo estremece antigas convicções, fazendo com que os indivíduos se sintam muitas vezes “perdidos” diante de tantas “ofertas de sentido”.

Nesse contexto os indivíduos estão mais sujeitos ao que Berger denominou como “contágio das dissonâncias cognitivas”. Os saberes constituídos passam a ser objeto de questionamento e são problematizados. Nenhuma interpretação vigente é dada como incontestavelmente correta. Tudo passa a ser questionado e relativizado. A crise de credibilidade que acompanha a situação pluralista afeta igualmente a religião:

A situação pluralista, ao acabar com o monopólio religioso, faz com que fique cada vez mais difícil manter ou construir novamente estruturas de plausibilidade viáveis para a religião. As estruturas de plausibilidade perdem a solidez porque não podem mais apresentar a sociedade como um todo para servir ao propósito da confirmação social. Em termos simples, sempre há ‘todos os outros’ que se recusam a confirmar o mundo religioso em questão. Torna-se cada vez mais difícil para os ‘habitantes’ de um mundo religioso permanecer entre nós na sociedade contemporânea. (BERGER, 1985, p. 162).

Segundo Carlos Freitas (2018), o pluralismo pode ser visto como uma consequência da Modernidade, embora não produza necessariamente uma maior secularização do mundo. Assim, altera a estrutura de sentido e plausibilidade, modificando mais o “como” do que o “que” da crença. Para ele:

Berger entende as instituições como programa de comportamento internalizados pelo indivíduo e que resultam numa agência espontânea e pré-reflexiva em conformidade com os padrões e sistemas de valores. A vida social é povoada por instituições, mas que, por sua vez, não são permanentes. Embora interiorizadas, as prescrições e proibições podem ser “desinstitucionalizadas”. (FREITAS, 2018, p.333).

Nesse quadro, procurei na pesquisa de Mestrado refletir sobre os aspectos constitutivos da formação da “irmandade” de Narcóticos Anônimos. Comparando o que chamei de “processo de ingresso” a um ritual de conversão religiosa, pude analisar as semelhanças e diferenças que existem entre eles.

Mas o ponto que gostaria de destacar é outro. Quando a maioria dos membros afirmou que aquilo que os fez ficar em NA foi o apoio de outros membros, o “sentimento de pertencimento”, imediatamente pensei sobre o papel que as emoções poderiam desempenhar nesse processo. As relações de sociabilidade, assim, operariam como um catalizador para uma redefinição de papéis e a construção de novas subjetividades baseadas na internalização de padrões de comportamentos que julgavam mais adequados. Dessa forma, comecei a refletir sobre a centralidade do papel que as emoções desses indivíduos poderiam ocupar para pensar a própria noção da “(re)construção de si”. Mais, comecei a refletir sobre como as emoções poderiam se constituir numa importante chave de compreensão quando ainda consumiam drogas de forma problemática, segundo eles próprios. Pareceu-me que, assim, o próprio consumo problemático operaria mais como uma espécie de “sintoma” de uma questão mais ampla.

Foram essas questões que começaram a direcionar o meu olhar para uso problemático de crack. Note-se que não há uma linearidade aqui, mas uma “conversão”, uma mudança de rota e direção. Quando comecei a estudar o que Narcóticos Anônimos chama de “processo de recuperação” a partir do “programa de doze passos”, minha própria experiência me conduzia a uma ideia que limitava o debate. À medida que a pesquisa avançava, passei a focar menos nos aspectos aparentes da questão e mais nos aspectos simbólicos, naquilo que os gestos, as expressões e o não-dito poderiam me revelar. Assim, comecei a me dar conta de que estava diante de uma questão de difícil compreensão. Nesse quadro, me debrucei tanto sobre a literatura sobre drogas em geral, como sobre textos que tratam especificamente a questão do crack. É o que apresento no próximo tópico.

1.4 Revisão de Literatura

Encontrei Diego na entrada da ocupação, sentado na proteção de concreto que separa a pista de carros dos trilhos do VLT, que sintetiza a obra de “modernização” da cidade do Rio de Janeiro, na região que passaria a ser conhecida como “Porto Maravilha”, e que atravessava o Morro do Pinto, da Providência, a Ocupação Colombo, além dos equipamentos culturais que surgiram com a retomada dos estudos arqueológicos da região, como o MUCHAB (Museu da História e Cultura Afro-brasileira, o IPEN (Instituto dos Pretos Novos), o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, entre outros. A ocupação Colombo constitui, a meu ver, um símbolo potente das contradições que cercam um projeto de “revitalização” que olha para o espaço físico, ignorando o espaço social.

Ao me ver, Diego me parou e me pediu para tirá-lo daquela situação. Disse que não estava mais aguentando aquele lugar e que precisava de ajuda, que precisava de uma internação. Ele estava bastante agitado, gesticulava muito, reclamando de algo ou de alguém que eu não conseguia entender. De toda sorte, ele não queria que eu sáísse dali, precisava de alguém que fizesse companhia e assim foi feito. Sentei-me a seu lado e tentei acalmá-lo. Ao longo da nossa conversa, ele foi reforçando que não aguentava mais usar crack e que sua vida, disse, se transformara num “inferno”, que ele havia perdido completamente o controle. Ele insistia para que eu o ajudasse.

O pedido de ajuda de Diego me colocou diante de um dilema. Como alguém que já havia passado por essa situação, ou seja, uso problemático de drogas, eu podia imaginar e até mesmo compartilhar a sua dor. Por outro lado, eu não estava bem certo se a minha posição de pesquisador me permitiria intervir dessa maneira na trajetória dos meus interlocutores. Esse foi um dos muitos dilemas de dimensão ética que me atravessaram ao longo dessa jornada. O que fazer? Resolvi que tentaria ajudar Diego. Independente da minha posição no campo, eu não poderia me recusar a ajudar um ser humano que se dizia em sofrimento e me pedia ajuda.

Eu não sou profissional de saúde e não tenho como avaliar se havia ou não necessidade de internação. A isso somava-se o fato de que os equipamentos públicos de internação da cidade do Rio de Janeiro que eu conhecia estavam completamente sucateados e em condições muito precárias. Na verdade, eu nem sabia se ainda continuavam operando, tendo em vista a política de apoio às comunidades terapêuticas, de viés evangélico, que foram amplamente favorecidas nos últimos anos.

Diante do exposto, resolvi tentar ajudar e sugeri a Diego que procurasse o Posto de Saúde da Prefeitura que ficava a uns 100 metros da ocupação. Disse que ali ele poderia buscar apoio e orientação. Também indiquei a Diego um ambulatório de tratamento da Prefeitura, o CENTRA-RIO, em Botafogo, na zona Sul da cidade, onde o paciente não fica internado e conta, pelo menos em tese, com o apoio de uma equipe multidisciplinar. Mas Diego insistia na tese da internação. Ele me confidenciou que era morador do morro da Providência, que fica ao lado da ocupação, e que ele não conseguia ir para casa e que, se não fosse internado, fatalmente voltaria a usar crack, porque não resistiria. Resolvi então tentar ajudar a conseguir o que ele queria, a sua internação.

Após diversas ligações para pessoas que eu sabia que trabalhavam voluntariamente com essa questão, consegui um contato de um membro de uma clínica que era custeada pela Igreja Católica, a Maranată. Eu conhecia o trabalho do local, um grande amigo atuava lá como voluntário e eu sabia que as condições de acomodação e tratamento eram dignas. O responsável pelo local me passou que se Diego quisesse, poderia ir no dia seguinte, mas que antes teria que fazer um teste PCR para COVID-19 no posto de saúde e que este era o procedimento padrão. Enquanto eu conversava com o responsável pela internação, Diego ficou bastante agitado e um pouco agressivo. Ele balbuciava algo incompreensível e chegou a atirar a garrafa de água que carregava. Nesse momento, Nilton se aproxima e começamos a conversar.

Nilton tem uma voz grave que lembra um locutor de rádio. Quando menciono esse fato, ele me responde com um “sorriso entediado” de quem já ouviu a mesma coisa diversas vezes. Ele me pede para comprar um copinho de água mineral, no que eu atendo. Esses copinhos são vendidos na ocupação e utilizados para usar crack. Nilton é muito articulado e muito observador. Ele evita polêmicas e está a maior parte do tempo encostado pelos cantos da ocupação, observando mais que falando. Quando finalmente faz uso da palavra, se coloca com muita lucidez, buscando a solução de algum conflito e/ou debate que possa acontecer. Diego retoma a conversa sobre internação enquanto Andréia ouve minha voz do lado de fora e sai da ocupação na minha direção. Ela insiste na ideia de que eu tenho que contratar os seus serviços de prostituição. Muito suja e segurando um copo cheio de amendoins verdes, eu acabo convencendo-a de que aquele não era um bom momento porque eu estava resolvendo “outros assuntos” com Diego.

Na esquina, apareceram um rapaz e uma moça, provavelmente sob efeito de álcool ou outras drogas, discutindo muito. Eles entraram na ocupação e continuaram a gritar muito

um com o outro, trocando xingamentos e insultos. A situação foi ficando tensa e outros moradores acabaram se envolvendo na confusão. Eu não consegui apurar o motivo da discussão e acabei achando melhor deixar o local. A situação realmente poderia descambar para uma briga generalizada, sobretudo porque a “responsável” pelo local, Nicole, não estava ali naquele momento. Ao acompanhar à distância do lado de fora, pude perceber que a coisa foi se acalmando. Parecia que estavam resolvendo suas diferenças.

Nesse dia, ao passar bastante tempo do lado de fora, pude perceber como os comerciantes da rua parecem nutrir um profundo desprezo pelos moradores/frequentadores da ocupação, ao mesmo tempo em que criam estratégias para faturar mais com eles, como a venda de copos de água, de garrafas pequenas de cachaça (corote), entre outros produtos que possam interessar aos moradores/frequentadores.

Com relação a Diego, eu não o vi mais na ocupação porque ele resolveu que iria para a internação que consegui. Encontrei-o meses mais tarde quando saía da escola e me dirigia à estação Providência do VLT. Ele estava bem arrumado e limpo, com visível ganho de peso, barba e cabelo cortados. Ele parou e me agradeceu por tê-lo ajudado. Disse que estava “limpo” e que não voltaria mais para “aquele lugar”. Eu lhe dei um abraço e lhe desejei boa sorte. Mais tarde, fiquei me indagando se haveria mesmo uma “fórmula” ou uma “receita” para tratar a questão do uso problemático de drogas e, principalmente, como as Ciências Sociais podem nos ajudar no processo de compreensão de um tema tão complexo.

Existe um relativo consenso nas Ciências Sociais de que o uso de substâncias psicoativas não deve ser descontextualizado, ou seja, que esta questão não pode ser compreendida sem levar em conta o seu contexto social e histórico.

Inicialmente, o uso dessas substâncias era percebido nas Ciências Sociais de forma acessória, como uma espécie de complemento aos esforços médico e sanitário para apontar possíveis caminhos e “solucionar” o problema. Nesse sentido, os estudos consideravam o uso de substâncias psicoativas como um “desvio” das normas sociais vigentes. Segundo Fiore: “Os estudos sobre drogas se situaram, assim, sob o mesmo guarda-chuva temático de delinquência e da violência (...) e foram profundamente influenciados pelo funcionalismo e pela sociologia aplicada norte-americana.” (FIORE, 2020, p. 23).

Com o surgimento da escola sociológica conhecida como “Interacionismo Simbólico” e o questionamento do conceito de desvio, tornou-se possível estabelecer uma reflexão de orientação disciplinar especificamente sociológica para o uso de psicoativos.

Um dos primeiros estudos sobre o tema e que acabaria por se tornar canônico foi o trabalho de Howard Becker, publicado originalmente na década de 1960, sobre o uso de maconha. Aqui, Becker adota uma perspectiva pendular em que, por um lado, produz um amplo levantamento empírico a fim de mapear formas e sentidos do uso dessa droga e, por outro, investe no detalhamento de como a pecha de desviante é socialmente atribuída ao grupo de usuários. Para Becker, o desvio seria “inventado” pela sociedade. Segundo ele:

Quero dizer, isto sim, que grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras de sanções a um ‘infrator’. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, pp. 21-22).

Nesse sentido, torna-se fundamental perceber o contexto social e cultural no qual indivíduo e substância estão inseridos, desnaturalizando a questão. É preciso considerar a diversidade de atores e contextos para obtermos uma melhor compreensão do significado do uso de substâncias psicoativas por diferentes atores em diferentes sociedades e, portanto, diferentes culturas. No caso específico do uso da maconha, Becker afirma que é um hábito que se estabelece a partir de um aprendizado; uma trajetória na qual se desenvolve o que chamou de “carreira”.

Aqui é suficiente dizer que muitos tipos de atividade desviante provêm de motivos socialmente aprendidos. Antes de se envolver na atividade em bases mais ou menos regulares, a pessoa não tem noção dos prazeres que dela podem ser obtidos; toma conhecimento deles no curso da interação com desviantes mais experientes [...] O indivíduo *aprende*, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular. (BECKER, 2008, p. 41. Grifo do autor).

Tendo como referência e inspiração o trabalho de Becker, Gilberto Velho produziu uma obra pioneira no Brasil, *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*, que foi sua tese de Doutorado, defendida em 1975 na Universidade de São Paulo, e publicada em livro posteriormente, em 1998.

Em *Nobres e Anjos*, Velho busca mapear os estilos de vida e visões de mundo de dois grupos das camadas médias cariocas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Primeiro, os vanguardistas-aristocratas, que pertencem ao que o autor denominou de “roda intelectual-artístico-boêmia”. Em seguida, um grupo de jovens surfistas que gravitavam em torno de uma lanchonete em Ipanema, com origem social estruturalmente semelhante à do outro – burguesia empresarial e profissionais liberais com projeto de ascensão social. Segundo Velho: “o ponto de partida para a seleção do universo pesquisado foi a utilização regular de

tóxicos. Parti assim, da própria visão de mundo desses grupos que classifica as pessoas em função de sua relação com os tóxicos.” (VELHO, 2008, p. 13).

No entanto, segundo o autor, o uso de “tóxicos” opera aqui como um marcador para ampliar a discussão sobre as camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, seus estilos de vida, visões de mundo e comportamentos, que estariam, em princípio, em dissonância com a sociedade vista de forma mais abrangente, sobretudo pelo seu aspecto “transgressor”. Dessa forma, diz:

Um dos objetivos centrais do meu trabalho é, portanto, verificar até que ponto o uso de tóxicos estabelece fronteiras significativas dentro da sociedade estudada, a que visões de mundo e estilos de vida está associado. Mas, por outro lado, preocupo-me em analisar as relações entre os grupos diretamente estudados e outros grupos com que convivem, coexistam ou entram em conflito. (VELHO, 2008, p. 19).

Do ponto de vista de uma visão “oficialmente dominante” que entra em conflito com a visão dos grupos estudados por conta do uso de “tóxicos”, Velho destaca como pode ser problemática a perspectiva que parte do princípio de que há uma homogeneidade. Nesse contexto, segundo ele, com uma visão “menos rígida” do conceito de cultura, é possível que o indivíduo se perceba não como um “desencaixado” no mundo, mas que perceba nele um outro significado. Diz ele:

Parece-me que o conceito de subcultura ou de contracultura está vinculado a essa perspectiva muito preocupada em traçar limites rígidos entre o normal e o anormal, o ajustado e o desviante, o típico e o atípico. Há uma tentativa de congelar ou cristalizar certos comportamentos em torno de variáveis específicas, estabelecendo fronteiras absolutas. Não se trata de negar a existência de discontinuidades, mas de percebê-las dinamicamente. O conceito de subcultura, ao enfatizar as diferenças dentro de uma sociedade, corre o risco de não perceber como se dá a comunicação material e simbólica entre os grupos que, mesmo tendo “campos de comunicação e integração” com um certo grau de especificidade, partilham símbolos e valores comuns, interagindo, trocando elementos num processo dinâmico ininterrupto. Por outro lado, tende a aceitar mecanicamente as representações que os grupos podem fazer de si mesmos ou a respeito de outros grupos, em que estereótipos e preconceitos têm importância óbvia (VELHO, 2008, p. 18).

Assim, Velho propõe refletir sobre as diversas formas de expressão do individualismo no interior das camadas médias urbanas. Ao trazer biografias individuais, associadas a noções de criatividade, talento, competição, autoconhecimento pela psicanálise, expressividade interior e um hedonismo calcado na busca por prazeres do primeiro grupo (roda intelectual-artístico-boêmia), estabelece um contraponto com a forma pela qual o segundo grupo (os jovens surfistas) identifica noções como liberdade, igualdade, individualidade e estabelece um hedonismo centrado nas sensações. Essa pode ser uma

importante chave para a compreensão dos múltiplos caminhos que a noção de individualismo percorre no interior das camadas médias urbanas.

Nesse sentido, Velho conclui destacando a importância da constituição de uma área de estudo das relações de poder no cotidiano e como essa se vincula a problemas estruturais da sociedade. Destarte, destaca a utilidade que teriam as contribuições da Antropologia, familiarizada com fenômenos de “pequena escala” e mais habituada a perceber questões mais específicas no interior de uma determinada ordem cultural.

1.5 Revisão de Literatura – A questão do Crack numa primeira visada

Aproveitei mais uma “janela” no meu horário para me dirigir novamente à ocupação Colombo. Ao entrar, me deparei com um homem que me pediu moedas para comprar crack, no que recusei, pois não me sentia à vontade para colaborar de qualquer forma com o uso dos moradores/frequentadores, ainda que procurasse não atribuir qualquer juízo moral ao que faziam. Mais à frente, já na área de convívio do primeiro andar do prédio, outro homem, sentado no chão, preparava os seus apetrechos para fumar uma pedra.

Havia cerca de dez pessoas no andar térreo. Entre elas, Marcela, que estava com uma garrafa daquelas plásticas e pequenas de cachaça. Ela gritava muito sobre algo que havia acabado de acontecer, mas que eu não entendia muito bem do que se tratava. Tentou me abordar, mas, diante da sua “agitação”, resolvi me esquivar e subir para o segundo andar do prédio e ver o que se passava. Essas incursões eram bastante comuns, uma vez que a ocupação fica ao lado do colégio onde atuava. Eu simplesmente me dirigia ao local e ficava lá, sentado num dos andares do prédio, observando tudo à minha volta, conversando com moradores/frequentadores. Posteriormente, eu voltava para o colégio e anotava as minhas impressões num caderno que ficava no meu armário. Essa foi a estratégia adotada para lidar com uma situação em que não havia garantias de reciprocidade caso levasse comigo um caderno e começasse a anotar tudo ali mesmo.

No segundo andar havia cerca de vinte pessoas. Dois homens bem-vestidos, um no sofá e outro em pé, conversando com um morador da ocupação, fumavam maconha. Eles não me deram muita atenção e praticamente ignoraram minhas tentativas de conversa. Posteriormente descobri que se tratava de moradores da região da Gamboa que utilizam o prédio para usar drogas tranquilamente, tendo em que vista que se trata praticamente de um

“território livre.” Durante o tempo em que ali pesquisei, pouquíssimas vezes presenciei a presença da Polícia Militar. Em nenhuma delas vi qualquer tipo de repressão dos PMs ao uso de crack e outras drogas. Isso talvez indique porque aquele espaço estava sempre cheio de pessoas entrando e saindo para usar drogas.

Nicole estava saindo de sua “casa” – um cômodo formado por placas de compensado que limitava o seu espaço – com uma pilha de roupas, provavelmente doação de alguma ONG. Ao me ver, correu para me abraçar e me convidou para descer ao primeiro andar, pois tinha que lavar a roupa e a única fonte de água ativa do prédio era uma torneira que ficava no primeiro andar.

Ao descermos, Nicole também foi abordada de forma rude por Marcele e acabou lhe advertindo também de maneira ríspida: “Você não sabe que eu detesto cachaça?! A cachaça matou meu pai. Eu tenho nojo de cachaça”. Em seguida, se aproximou de mim e se desculpou por ter sido grosseira na minha frente. Desde a prisão de Aline, de quem falarei mais tarde, Nicole assumiu a posição de “responsável” pelo local e minha principal interlocutora na ocupação.

A irritação de Nicole com o estado de embriaguez de Marcele me pareceu sintomática. O fato dela associar a cachaça à morte do pai pode indicar alguma situação traumática envolvendo alcoolismo. Como veremos mais adiante na conversa gravada com Nicole, sua trajetória também é atravessada por violência doméstica e algumas prisões por delitos envolvendo furtos e venda de drogas.

Esse é um ponto que gostaria de reforçar das minhas interações com os moradores/frequentadores da ocupação. Suas trajetórias são majoritariamente atravessadas por violência e/ou abuso na infância e traumas de toda sorte. Também é interessante perceber a dinâmica das relações que se estabelecem no espaço da ocupação. Por tratar-se de um prédio, foge significativamente das interpretações mais “consagradas” sobre o uso de crack, que veem no “fluxo” o ponto nevrálgico, o “centro” das relações que se estabelecem nesses espaços.

Existe uma infinidade de trabalhos abordando a questão do uso problemático de crack. Basta uma rápida consulta nos buscadores acadêmicos digitais para constarmos esse fato. Aqui, fiz a opção de analisar alguns dos principais trabalhos sobre o tema não de forma linear, cronológica, mas pelo tipo de abordagem que as pesquisas propõem. É importante salientar que alguns desses textos são “datados”, ou seja, abordam uma realidade específica num contexto também específico. Outra questão importante aqui é que resolvi separar dois

momentos distintos da trajetória da pesquisa. Dessa forma, o primeiro levantamento bibliográfico sobre o tema foi realizado ainda nos “primórdios” da pesquisa, quando eu ainda sabia muito pouco sobre o tema. Já o segundo levantamento foi realizado após o exame de qualificação e já apresenta um “filtro” mais criterioso de obras, sobretudo após as excelentes contribuições recebidas da banca. A opção por essa divisão não é uma mera “convenção”. Pretendo com ela assinalar um processo de construção do objeto e da pesquisa, não exatamente uma “evolução”, mas a *démarche* científica. Dessa forma, o segundo conjunto de textos analisados é menor, mas nem por isso menos importante.

Com relação ao primeiro grupo de textos pesquisados, a maioria deles parte de uma abordagem da saúde pública, buscando perceber em que medida o uso dessas substâncias pode provocar prejuízos ao corpo humano, bem como pode contribuir para a aquisição de outras doenças. A questão dos aspectos sociais também é abordada nesses trabalhos, porém de maneira transversal, como apontam Jorge, Quinderé, Yasui e Albuquerque:

Existe pouca discussão acerca dos aspectos sociais e culturais envolvidos no fenômeno do consumo. São negligenciados aspectos relacionados às experiências dos usuários e o que estes demandam em relação aos cuidados de saúde. Desta forma, os estudos na área da saúde continuam a valorizar as pesquisas epidemiológicas que geralmente privilegiam as prevalências da dependência química na população, usando instrumentos de diagnósticos com questões fechadas. Essas pesquisas não têm se preocupado com os fatores socioculturais que permeiam o consumo de substâncias psicoativas, e buscam por meio da causalidade positivista biomédica a relação entre o agente patogênico (droga) e o organismo enfermo (usuário de droga). Assim, deixa de considerar todo o contexto em que ocorre o consumo e realizam diagnósticos generalizantes sem nenhum contato com os indivíduos. (Jorge, Maria Salete Bessa et al., 2013, p. 2910).

É nesse sentido que caminham as análises de Pedrosa (2016), Raupp (2009), Duailibi (2008), Araújo (2018) e Oliveira (2008). O ponto em comum dos artigos é a articulação que buscam entre a situação clínica e psiquiátrica dos usuários de crack, notadamente na região da “Cracolândia”, em São Paulo, com a questão do tratamento oferecido pelo poder público. Aqui, a preocupação com a questão da saúde pública se conecta aos aspectos sociais na medida em que permite estabelecer um debate sobre a questão das políticas públicas de saúde, bem como modelos de tratamentos que seriam mais adequados aos usuários de crack.

Do ponto de vista das ciências sociais, os trabalhos discutem, em sua maioria, os desdobramentos sociais das políticas públicas sobre o consumo e o tratamento para o uso problemático de crack. No entanto, o fazem a partir de um olhar antropológico e sociológico, tendo como dimensão principal os aspectos sociais relacionados aos usos dessas substâncias.

Um primeiro grupo de textos pesquisados no levantamento inicial nessa área traz uma abordagem com foco na questão da territorialidade. Nesse sentido, apresentam reflexões sobre questões como mobilidade, “guetificação”, gentrificação, controle e gestão do espaço urbano, bem como militarização, que ganham um papel de centralidade no debate.

Frúgoli Jr. (2011) debate a questão da territorialidade no uso de crack na cidade de São Paulo. Assim, discute a questão da mobilidade do ‘fluxo’ (concentração de usuários) em função de ações repressivas ou de atenção social por parte do poder público.

A partir da observação etnográfica das redes de relações e conexões, procuraremos trabalhar a ideia da “Cracolândia” como uma modalidade de territorialidade itinerante dentro de um contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais (FRÚGOLI JR., 2011, s/p, minha tradução).

Dessa forma, discute as tensões presentes em torno de projetos de “revitalização” ou “deterioração” do centro da cidade de São Paulo. “A polarização entre uma ‘vizinhança cultural’ e a ‘Cracolândia’ pode também ser relacionada à oposição entre ‘requalificação’ (renovação) e deterioração que teve início nos anos 90 no centro de São Paulo”. (FRÚGOLI JR., 2011, p. 552, minha tradução).

Mattar (2016) também discute a questão da territorialidade, tendo como foco a “Operação Sufoco”, que seria o marco de uma alteração no uso do espaço conhecido como “Cracolândia”:

Minha hipótese é que a fixação territorial combinada a essa malha concentrada de programas e instituições assistenciais acabou por constituir um “campo de gravitação” em torno da “Cracolândia”, de modo a atrair pessoas com trajetórias diferentes, mas que se encontram ali por terem uma vida errante. (MATTAR, 2011, p. 04).

A autora trabalha com a noção de “labirinto”, local de circulação incessante na busca de um lugar seguro para os usuários estabelecerem seus modos de vida.

Também sob a ótica da territorialidade, Fromm (2017) aborda a questão a partir de um estudo etnográfico (2011-2015) realizado na “Cracolândia”, no centro de São Paulo, onde pretende investigar como essa territorialidade se consolidou nos últimos anos, como um impasse:

Problema político, social, urbano e espiritual; de saúde e de higiene, a questão da “Cracolândia” coleciona, ao longo da última década, várias tentativas das distintas gestões municipal, estadual e federal de suprir a difusa demanda pelo seu fim (FROMM, 2017, s/p).

Para ela, a questão da “Cracolândia” como um problema a ser resolvido pelo poder público acaba por se transformar numa aporia, ou seja, uma situação quase sem saída.

O argumento desenvolvido ao longo das páginas desta dissertação é que essa construção social da Cracolândia como um problema que precisa ser solucionado vem indissociavelmente acompanhada da produção de uma aporia urbana, isto é, algo insolúvel ou de difícil solução. Essa lógica de pensamento produz um círculo vicioso. Quanto maior a visibilidade e magnitude da aporia, maior ainda a necessidade de investimentos, recursos e instituições mobilizadas para tentar resolvê-la. (FROMM, 2017, p. 22).

Há que se destacar aqui também o aspecto da ‘guetificação’ e confinamento dos usuários de crack em torno dessa região específica, vista como uma estratégia que tornaria o problema “restrito”, concentrado num eixo territorial.

Apresentando um dossiê que traz como preocupação central a questão das formas de controle e gestão do espaço urbano a partir de uma lógica militarizada, Telles (2017) discute como são essas “formas de gestão regidas por uma gramática bélica – ‘guerra às drogas’, ‘guerra ao tráfico...’” (TELLES, 2017, p. 01).

Nesse sentido, busca refletir sobre estas questões conferindo-lhes um estatuto teórico, para além da simples denúncia, procurando perceber de que forma a gestão da cidade é atravessada por dispositivos de controle, produção dos espaços urbanos e conflitos. Para tanto, destaca o que chamou de “ativismo jurídico”, com forte presença de operadores do direito vinculados à Defensoria Pública do Estado de São Paulo em situações de conflito, como remoções, reintegração de posse, repressão ao comércio ambulante, entre outros. Do debate com os defensores articulou-se um Seminário que se propôs a discutir os “ilegalismos urbanos”.

Tendo como referência a temática da gestão e conflitos nos espaços urbanos, a região central de São Paulo onde está situada a Cracolândia surge como ponto nevrálgico. Para ela, a narrativa de que aquela região se constitui numa “terra sem lei”

constrói a ordem de razões para a intervenção policial-militar na região, sob a lógica bélica da ‘guerra ao crime’, ‘guerra ao tráfico’, propondo sua ‘ocupação’ (termo que mal esconde sua matriz militar) e ‘liberação’ para a circulação dos ‘cidadãos de bem’ (e, bem sabemos, para o mercado). (TELLES, 2017, p. 4).

Nesse sentido, a autora conclui ponderando que os artigos que compõem o dossiê trazem como questão central o lugar dos dispositivos de controle na produção de territórios e espaços, da experiência e vivência dos diversos atores que circulam entre as tramas da cidade (TELLES, 2017, p. 8). No entanto, diz, esses dispositivos atuam em um campo onde a indeterminação é central, marcados por relações de conflitos, negociações e arranjos que

muitas vezes subvertem a lógica desses dispositivos, constituindo-se num profícuo campo para novas pesquisas e reflexões.

Já o segundo grupo de textos pesquisados no levantamento inicial aborda a questão do estigma sofrido pelos usuários de crack, sobretudo daqueles tachados sob a pecha “noia”. Também refletem sobre as relações de sociabilidade que se estabelecem nas cenas estudadas, bem como sobre estratégias de cuidados para usuários considerados problemáticos.

Rui (2012) discute a questão dos “corpos abjetos” que surgem, segundo ela, das representações sociais criadas em torno da figura dos “noia”, que seriam os usuários problemáticos de drogas, vivendo nas ruas em condições degradantes:

Nesse processo, a figura do *nóia* tomou uma dimensão não prevista e ganhou centralidade na investigação, concentrando o meu enfoque. Pois, ao contrário do que mostra a matéria do jornal que, a partir dessa nomeação, generaliza e homogeneiza a experiência dos usuários, bem como as distintas possibilidades de uso, a pesquisa empírica revela que trata-se de uma categoria, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa abstratamente apenas um segmento muito particular dos usuários: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. (RUI, 2012, p. 9).

A autora traz para sua tese o debate sobre as possíveis formas de tratamento para os usuários. Para ela, a “redução de danos” humaniza as relações entre usuários e tratamento, tendo em vista que nesta perspectiva não há o compromisso com a abstinência e a possibilidade efetiva de diminuir os riscos relacionados ao uso.

Numa área de interface entre a saúde pública, a psicologia e as ciências sociais e fruto da luta de muitos ativistas, os seus entusiastas consideram a redução de danos uma das mais progressistas políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas, sobretudo porque não exige a brusca interrupção do uso e porque o entende como um direito individual, visando, para tanto, oferecer opções que prezam por usos menos arriscados (RUI, 2012, p. 58).

Assim, a etnografia de Rui apresenta o cotidiano do consumo do crack nas duas cenas investigadas pela autora, nos aproximando das pessoas, humanizando as relações mascaradas pelo estigma de serem usuários de crack, nos apresentando um cotidiano de territorialidades, objetos e relações.

Gomes e Adorno (2011) realizam uma etnografia na região conhecida como “Cracolândia”, no centro da cidade de São Paulo. Valendo-se da participação de Gomes no projeto da ONG “Centro de Convivência É de Lei”, buscam compreender como a “carreira de usuários” conduz os indivíduos à condição de “noia”, categoria nativa utilizada para designar usuários problemáticos que desenvolvem uma corporalidade específica. Assim,

também destacam o aspecto de mobilidade do “fluxo”, que se move pelas ruas da região de acordo com o processo de repressão pelas forças de segurança pública, como também o caráter fluido que se estabelece entre as noções de público e privado:

Grande parte das pessoas que habitam ali passa todo o seu tempo na rua, realizando todas as suas atividades expostas à população em geral, carregando a identidade de usuário nesta exposição. Não existe intimidade, todos estão homogeneizados sob esta identidade. Junto com esta dinâmica peculiar no espaço público se instauram regras de convivência diferentes do resto da cidade. (Gomes e Adorno, 2011, pp. 571-572).

Os autores destacam também as vantagens que provêm do fato de se apresentarem como redutores de danos de uma ONG. A condição de redutor de danos favorece a criação de vínculo com os usuários, na medida que buscam diminuir conflitos e estimular o autocuidado. Há nesse caso uma possibilidade de acesso maior aos usuários que enxergam nos redutores de danos agentes que estariam “do lado de cá” das disputas que se estabelecem na região. Por outro lado, como a prática dos redutores gira em torno de questões concernentes ao autocuidado, é em torno desse tema que giram as conversas e se direcionam os olhares quando em contato com estes agentes.

Os autores também apontam que o tipo de corporalidade específica que caracteriza o “noia” não constitui a maioria da população que circula pela região: “O ‘noia’ (...) é aquele que fuma descontroladamente, a qualquer custo, fazendo qualquer coisa para conseguir a droga, mas nem todos os usuários dali estão nesta condição.” (Gomes e Adorno, 2011, p. 580). Para eles, existem outros sentidos para o “estar ali”, onde os usuários criam uma rede de sociabilidade na região:

Ao se estabelecer contato com os usuários dessa forma, é possível perceber algumas coisas que podem nos ajudar a entender que há agenciamentos por parte dos usuários e que a trama de sentidos ali é mais complexa do que o efeito de uma substância química sobre um sujeito e seus aspectos psicodinâmicos. Em seus relatos, pode-se perceber a importância da sociabilidade naquele local para as pessoas que, por diversos caminhos, passaram a viver com possibilidades bastante restritas de fazerem escolhas em diversas partes de sua vida social. (Gomes e Adorno, 2011, p 575).

Finalmente, concluem que as ações governamentais, ao contrário de mitigar, apenas reforçam o problema, na medida em que caminham no sentido da repressão aos usuários, seja pela força policial, seja pela ação de agentes de saúde que atuariam apenas buscando retirar os usuários da região. Para os autores, seria através da escuta, do cuidado e do respeito à subjetividade dos usuários que se poderia dar início efetivo a um encaminhamento satisfatório do problema.

Segundo Alves (2014), as cenas de consumos de crack conhecidas como “Cracolândia” podem ser comparadas com a “*communitas*”, tal qual concebida por Victor Turner. Para ele, estes locais podem ser vistos como um espaço de sociabilidade, com contextos sociais capazes de promover uma espécie de uso compartilhado e “controlado.”

A partir da observação participante de três cenas de uso na região central da cidade de São Paulo, argumenta que estes espaços compreendem verdadeiros “territórios psicotrópicos” (Alves *apud.* FERNANDES, PINTO, 2004, p. 149), ou seja, “interstícios espaciais apartados do cotidiano urbano regido pelos mercados de produtos e serviços legais.” (ALVES, 2014, p. 1).

Para ele, a ideia de “*communitas*” aparece como uma chave de compreensão do ambiente que cerca o uso de crack. Assim, as rodas de uso de crack comporiam um cenário de liminaridade, no limiar entre dois níveis de existência, através do uso de crack e da expansão do pensamento. As rodas de crack, assim, criariam uma comunhão de uns com os outros. Segundo ele:

Um estado de completa reciprocidade e profundamente transformador no qual se poderia ir até o íntimo de cada um e aí encontrar algo profundamente comunal e compartilhado. Uma existência em êxtase, ou seja, fora das normas e suas posições estruturais. Assim, a “*communitas*” aparece como uma grande tentação humana, a tentação do gozo dos sentimentos prazerosos proporcionados pela liberação das inclinações pessoais das amarras dos desejos e necessidades do social estruturado. (ALVES, 2014, p. 6).

Dessa forma, o autor conclui destacando o aspecto coletivo do uso de crack nas cenas observadas. Para ele, este tipo de uso torna possível a comparação com um tipo de sociabilidade semelhante à “*communitas*” espontânea vivenciada pelos hippies. Destaca que a pobreza aparece como elemento central em todos os casos, permitindo relações fraternais entre despossuídos, marcadas pela reciprocidade das trocas.

Assim, o crack, para além do uso da substância em si, surge como fator agregador e fundador de um tipo específico de sociabilidade que não nega o consumo, abrindo caminho para um modelo de organização comunitário e sem funções sociais estruturadas.

1.6 Uma nova incursão na questão do Crack

Na entrada da ocupação fui abordado por um grupo de pessoas que me cumprimentou como “o professor”. Eu não me recordava muito bem desse grupo, mas a recíproca não era

verdadeira. Tanto lembravam de mim como também dos meus hábitos, pois assim que me viram e cumprimentaram me pediram bala e cigarros, que sempre me acompanhavam até àquela altura. Acenei concordando, cumprimentei a todos e lhes dei algumas balas e cigarros, que além de fumados têm as cinzas aproveitadas e misturadas ao crack. Um dado curioso aqui foi a reclamação de uma das mulheres do grupo sobre o fato do meu cigarro ser mentolado, o que, segundo ela, era muito ruim. Um outro rapaz ao lado me chamou pelo nome, mas eu não me lembrava muito bem dele. Fiquei pensando depois em como eles me observavam também. A maioria sabia o meu nome, mas me chamava de “professor”. Na verdade, eu estava muito mais exposto do que eles naquela situação, uma vez que adentrara naquele espaço que não era o “meu”, sem o auxílio de uma instituição ou interlocutores mais presentes. Minha presença ali se fez de maneira absolutamente independente.

Nesse mesmo dia, notei que o local estava um pouco mais degradado que o “normal”, muito sujo, com muito lixo aglomerado no canto esquerdo do térreo, com ratos e baratas juntando-se aos cachorros que reviravam a montanha de resíduos.

Encontrei Nicole em sua “casa”, no segundo piso. Ela havia combinado de me ajudar a conversar com sua “filha” Camila. Filha aqui tem o sentido de uma pessoa mais jovem que é “apadrinhada” por uma mais experiente na ocupação. Essa era a situação de Camila, que gozava da proteção de Nicole, responsável pelo local desde a prisão de Aline. Nicole conversou brevemente comigo, mostrando fotos de sua filha que havia nascido recentemente e que morava com a irmã, na comunidade da Cidade Alta. Ela me pediu que conseguisse roupas de frio para a criança e uma cesta básica para ela própria. Saiu do local, abrindo caminho para que gravasse minha conversa com Camila.

A conversa com Camila ia muito bem até que uma outra mulher entrou na “casa” de Nicole, pegou um prato e se serviu com uma farta quantidade de arroz e feijão que havia em panelas num pequeno fogão elétrico posicionado sobre uma mesa. Camila conversava comigo até esse momento, quando saiu rapidamente dali, incomodada com a presença dessa outra mulher no local. Guardei meu gravador na mochila e fui para o térreo. Chegando lá, vi Nicole e Camila jogando nas máquinas de caça-níquel que ficam no corredor de acesso do primeiro para o segundo pavimento do prédio.

Já no andar térreo, encontrei Leonardo, aquele para quem havia comprado doces anteriormente na Senador Pompeu. Ele estava transtornado. Segundo Leonardo, ele havia sido “esculachado” na roda gigante, atração turística recém-inaugurada na Zona Portuária. Contou que estava pedindo dinheiro aos turistas e que foi fortemente repreendido pelos

seguranças locais. Aproveitou a oportunidade e me pediu dinheiro para comprar doces, no que eu respondi que naquele momento não tinha. Na verdade, eu não dei o dinheiro para comprar doces nem da primeira vez que ele me pediu. Fui com ele até a loja e comprei os doces. Eu não via com bons olhos o ato de dar dinheiro. Talvez porque soubesse que eles iriam acabar comprando crack e gostasse de imaginar que eu não colaboraria para isso. Fico pensando agora se esse sentimento estaria revestido de algum tipo de reprovação moral ou se eu apenas achava que meu papel ali não me permitiria interferir ou interferir o mínimo possível. Provavelmente um pouco dos dois.

Diante da minha negativa em lhe dar dinheiro, resolveu se sentar ao lado de um casal e começou a fumar crack com eles. Prometeu que me encontraria depois para gravar uma conversa e se despediu de mim. Na saída, um outro homem que eu também não reconheci imediatamente me perguntou se o meu livro estava pronto. Respondi que não e, naquele momento, me dei conta de que efetivamente eu estava muito mais exposto do que imaginava. Diversas pessoas que eu não conhecia sabiam o meu nome e o que eu estava fazendo ali. Inicialmente isso me preocupou, mas depois percebi que se tivessem que fazer algo contra mim já o teriam feito. Refiro-me aqui aos varejistas de drogas do morro da Providência, uma vez que os moradores/frequentadores do local em nenhum momento desde a minha chegada foram ameaçadores ou intimidadores comigo.

No dia seguinte, estive na ocupação em busca de Nicole. Eu havia conseguido algumas fraldas e roupas de bebê para sua filha e alguns alimentos para ela. A mulher que a acompanhava me pediu dinheiro, o que neguei. Nicole exibiu orgulhosa sua “banca”, onde vendia copos de água, cigarro a varejo e doses de cachaça. Depois, me convidou para ir até a sua “casa”. Ao subirmos para o segundo andar do prédio, um homem de que também não me lembrava o nome me ofereceu crack. Eu sempre encarei essas ofertas da droga como uma “gentileza”, uma forma de demonstrar consideração por mim, uma vez que me ofereciam algo que para eles era importante.

Já na casa de Nicole, ela me contou em detalhes a situação da sua filha na casa da irmã, na comunidade Cidade Alta, às margens da Avenida Brasil. Fez questão de destacar como a menina estava sendo bem tratada e depois falamos sobre o seu marido Alexandre, com quem eu havia conversado longamente e que àquela altura estava preso novamente. Como veremos no segundo capítulo, Alexandre foi uma das primeiras pessoas com quem tive contato na ocupação. Antes mesmo de conversarmos, eu já o observava quando almoçava no restaurante da esquina, pois ele se destacava por estar com uma tornozeleira

eletrônica. Aquilo me intrigava profundamente e eu ficava me perguntando o que ele teria feito para estar naquela condição. Mais tarde descobri.

Ao sair da “casa” de Nicole, me deparei com Fábio, que também conversou longamente comigo, permitindo que eu gravasse a nossa conversa. Dois outros homens surgiram então e começamos a conversar animadamente. Um dos homens, como descobriria depois, era o Carlos, que sempre insistia em afirmar que eu tinha que conversar com ele, mas que sempre se esquivava quando eu tentava me aproximar com o gravador. Foi um processo lento e gradual a minha aproximação com Carlos. Acredito que ele queria falar, até por isso ficava o tempo todo insistindo nessa necessidade, mas tinha algum receio, pois sempre que eu insistia em ouvi-lo se esquivava. Até o dia em que eu encontrei Carlos do lado de fora da ocupação, numa cadeira de rodas e usando uma bota ortopédica. Ele havia sofrido um acidente e estava com a mobilidade reduzida. Diante disso, convidei-o para tomar um guaraná no bar da esquina e ele topou. Foi nesse momento em que soube que Carlos havia sido um dos sobreviventes da chacina da Candelária. Ele me permitiu gravar a nossa conversa, reproduzida posteriormente.

As conversas com os moradores/frequentes da ocupação, quando direcionadas e orientadas para suas trajetórias, geralmente giravam em torno de eventos bastante traumáticos e violentos. Isso me fez refletir sobre as histórias desses indivíduos e como a violência, seja ele física, moral, verbal ou todas elas reunidas, atravessam suas trajetórias. Fiquei pensando em como devo situar essas histórias na pesquisa, como relacioná-las ao uso problemático de crack, como entender as diversas camadas que compõem suas histórias de vida e de que forma isso contribuiu na construção de suas subjetividades e emoções. Aqui, eu comecei a perceber como, apesar de ter aberto o meu anonimato e me apresentado como alguém que teve uma “carreira de usuário” marcada pelo uso problemático, era sempre chamado de “o professor”. Por mais que eu imaginasse que sim, parece que eles não me viram como “um deles”. Então, pensei que talvez estivesse na fronteira, na interseção entre aquilo que fui e o que poderia ter sido, caso não tivesse eu mesmo uma “carreira de usuário” borrando a minha identidade. Por outro lado, ficou evidente que o tempo de abstinência de vinte anos à época do início da pesquisa me colocava numa outra situação, meio ambígua e posicionada de maneira incerta. Apesar dos insistentes convites ao uso do crack, entendi que seria melhor recusar. Isso pode ter contribuído para uma atitude de afastamento, segundo a qual eu era na esmagadora maioria das vezes “o professor”. A essa altura, lembrei-me da opção de outro pesquisador sobre o tema, Ygor Alves, que nos revela que:

Seguimos o campo e em dado momento fomos colocados frente à questão de persistir a etnografia e passar a usar crack com nossos interlocutores, ou abandoná-la. Esta decisão foi tomada no campo, sem prévia discussão com o orientador e foi de exclusiva responsabilidade do pesquisador. O uso do crack se deu em cerca de uma dezena de oportunidades e não se apresentaram motivos para sua persistência findada na pesquisa. Ele nos permitiu ter acesso aos ambientes de consumo, nos quais não faz sentido permanecer sem estar fazendo uso da droga. (ALVES, 2017, p. 43).

O livro *Jamais Fomos Zumbis: Contexto Social e Craqueiros na Cidade de São Paulo* é fruto da tese de doutorado em Antropologia defendida por Ygor Diego Delgado Alves, na UFBA (Universidade Federal da Bahia) e publicada em 2017 como parte da coleção *Drogas: Clínica e Cultura*, lançada pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) da UFBA. A obra consiste em uma importante contribuição da Antropologia para a Saúde Coletiva, visto que considera o uso do crack com base em uma perspectiva das Ciências Humanas. Nesse sentido, entre a medicalização e a criminalização imputadas aos usuários de drogas ilícitas, Ygor Alves expõe outros meios para se lidar com a questão que valorizam, antes de tudo, a “autorregulação” do uso pelos próprios usuários por meio da promoção da cidadania e dignidade humanas proporcionadas pela abordagem conhecida por Redução de Danos. Como alternativa às medidas repressivas que buscam retirar os usuários do convívio social, este tipo de abordagem pode gerar uma intervenção direta na estrutura de vida dos usuários sem tirar-lhes suas liberdades individuais.

Um dos aspectos mais interessantes do trabalho de Ygor Alves para o propósito da minha própria pesquisa é a maneira como o autor enxerga a construção de sociabilidades que permeiam os espaços de consumo por ele pesquisado. Diz:

A carreira de usuário, nestes casos, se torna uma carreira de progressiva exclusão da sociedade abrangente e de inclusão de um grupo desviante organizado. Isto tem grande impacto sobre a concepção de pessoa sobre si mesma (...) Edificam uma vida cotidiana em torno do crack que preenche o tempo diário com atividades como a busca por meios para sustentar o consumo, as relações afetivas, o “corre”, “treta”, a manutenção a todo instante do barraco, das conversas e uma grande gama de atividades condizentes com a situação de rua. Sugerimos assim, a existência de uma “dependência social” de todas essas relações, vínculos e práticas proporcionadas pelo uso do crack. (ALVES, 2017, p. 37).

A citação de Alves aqui vai ao encontro daquilo que penso. Ou seja, a construção de um tipo específico de sociabilidade e de temporalidade que se estabelece a partir da tríade uso-abstinência-uso, fundamental no processo de construção de relações sociais entre os moradores/frequentadores da ocupação.

Também da mesma coleção que Ygor Alves, o livro *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*, traz no seu prefácio um texto muito interessante de Edward MacRae. O

autor também parte de uma perspectiva crítica da noção de “epidemia de crack”, bem como do processo de medicalização, em que a questão do crack é apresentada “como sendo um problema de patologias individuais, causada por uma droga maligna, desviando a atenção das condições mais gerais em que vive a maior parte da população atingida”.

(MacRae, 2013, p.11).

Ele destaca os projetos de atendimento que a UFBA vem desenvolvendo em parceria com secretarias municipais e a Secretaria Estadual de Saúde. Aqui, a proposta caminharia num sentido mais abrangente, prestando mais atenção à subjetividade do usuário e ao contexto sociocultural no qual se desenvolve o consumo. Continua afirmando que os autores que contribuíram com artigos para o livro percebem essa questão de forma global, ou seja, que é muito difícil, quiçá impossível, separar os aspectos biológicos, psíquicos e sociais do problema. Assim, diz:

Entendemos que essas relações formam um todo que é maior que a soma das partes e que só pode ser apreendido na prática, na dinâmica da vida dos indivíduos, o que nos leva a considerar a antropologia como uma boa maneira de abordar o tema. (MacRae, 2013, p. 21).

Concordo com as colocações de MacRae, principalmente sobre o papel de destaque da Antropologia nessas análises. Essa foi uma questão que me surgiu ainda antes da retomada através do Mestrado. Foi nesse sentido que venho percorrendo a trajetória que me trouxe da História para as Ciências Sociais no Mestrado e desta para a Antropologia, mais especificamente a Antropologia das Emoções, no Doutorado. Quanto mais evoluíam os meus estudos, mais evidente ficava a necessidade da utilização tanto de arcabouço teórico quanto de ferramentas metodológicas que permitissem um aprofundamento e, principalmente, a desnaturalização de uma questão que ganha contornos de “lugar comum”, seja na mídia, seja nas redes, seja nas conversas com leigos.

Em texto mais recente, de dezembro de 2022, Magaldi & Mallak analisam os efeitos da ação repressiva organizada pelas gestões Dória e Alckmin, com o intuito de “pôr um fim na Cracolândia” e promover um processo de “revitalização” da região, que flertaria na verdade com a gentrificação da região, a partir da produção de valores imobiliários. Para os autores:

A Cracolândia (sem aspas) é um recorte urbano com uma pluralidade de agentes em constante movimento: moradores, usuários e vendedores de drogas, comerciantes, entidades religiosas, serviços de cuidado e assistência, policiais, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG), dentre tantos outros. (MAGALDI & MALLAK, 2022, p. 119)

Os autores partem de uma análise que privilegia a proposta estatal de produção de um novo espaço, a partir da extinção do Programa de Braços Abertos e a completa demolição de prédios considerados degradados, bem como a expulsão das pessoas da região: “Após a operação, o então prefeito João Dória relatou em entrevista ao Brasil Urgente que ‘agora acabou o espaço físico da Cracolândia, agora é Nova Luz.’” (MAGALDI & MALLAK, 2022, p. 119)

Com o auxílio de mapas da região, os autores destacam como o “fim da Cracolândia”, propalado pelo Prefeito João Dória, cumpriria uma dupla função: valorizar o mercado imobiliário da região, mas não só. O Prefeito também desejava ampliar o seu capital político, visando futuros projetos eleitorais. No entanto, concluem:

Certo é que, se a ação da gestão Dória esteve orientada com o sentido de colocar “fim na Cracolândia”, os efeitos não ocorreram como esperado, pelo menos no que tange a esse sentido específico: o político não pôde enxergar tão longe quanto gostaria. (MAGALDI & MALLAK, 2022, p.136)

Nesse sentido, o texto retoma um tipo de abordagem que parte das premissas estabelecidas pelo Estado, de criação de um novo tipo de espacialidade da região conhecida como “Cracolândia”, zona central de São Paulo. A prova inequívoca de que tal empreitada não obteve sucesso, pude constatar recentemente. Visitando a capital paulista em setembro de 2023, estive com a minha companheira e uma amiga na região da Luz, a fim de lhes apresentar a Pinacoteca e o Memorial da Resistência. Para nossa surpresa, ao descermos do metrô, fomos abordados por policiais militares na Estação da Luz, que, reconhecendo nosso sotaque de fora da cidade, nos alertaram sobre os perigos da região, que estaria, segundo eles, “infestada de marginais e tudo o que não presta.”

Esse último comentário me conduz a um texto que tive contato apenas após o exame de qualificação. Eu ainda não o conhecia, mas o seu conteúdo revelou-se de grande valia para a minha pesquisa. Falo do texto de Rui (2021), sobre a questão do nojo, humilhação e vergonha. Acionando autores como Butler, Douglas, Miller e Scheff, a autora articula os afetos citados acima com a extensa pesquisa etnográfica que produziu ao longo de pelo menos dez anos de pesquisas de campo sobre o uso considerado problemático de crack e de pessoas em situação de rua.

Após elencar os tipos mais frequentes de análise sobre o tema, Rui percebe uma lacuna e a necessidade de se aprofundar o debate sobre os “aspectos subjetivos da experiência com crack. Igualmente, considero que ainda há muito por avançar no campo das sensações, emoções e moralidades...” (RUI, 2021, p. 88).

Ao defender uma abordagem baseada na dimensão micropolítica das emoções (COELHO, 2021), Rui discorre sobre nojo, humilhação e vergonha, identificando como são afetos que operam como forma de desqualificação daqueles que estão nas “franjas” da sociedade mais ampla, servindo como uma forma de excluir os que não se enquadram, que não se encaixam, que não “funcionam socialmente” como deles se esperam. Se por um lado, no entanto, são afetos que podem produzir exclusão, podem também produzir um sentimento de pertencimento, invertendo a lógica.

Explicando melhor: acionando Scheff (2000), Rui demonstra como a vergonha “indica a introjeção do julgamento externo” (RUI, 2021, p. 99). Por outro lado, e isso é algo que notei também entre os meus interlocutores da ocupação Colombo, a vergonha pode operar como fator de “distinção”, entre os “cracudos indesejados” e os “cidadãos de bem”. Acionando a fala de um interlocutor que se sentiu constrangido ao encontrar um antigo conhecido no centro de São Paulo, Rui nos conta que:

A fala reproduzida me fez observar uma possibilidade, antes impensável, para aglutinação de usuários de crack numa mesma localidade. Também me fez apreender como a vergonha, ao internalizar julgamentos alheios, é vivida como barreira para a livre circulação pela cidade. Embora esperado que nem todos em uma cena de uso se conheçam, e que para ela se movam por diferentes interesses, a ideia de que muitos poderiam partilhar de um sentimento tácito de compartilhar histórias e trajetórias comuns de “fracassos” oferecia outra perspectiva para essa prática de habitar a cidade. Junto a pessoas parecidas, “a situação” não precisava ser o tempo todo contraposta. Não apenas minimizava a vergonha, mas tornava possível partilhá-la. (RUI, 2021, p. 98).

É exatamente esse o ponto que gostaria de destacar do texto de Rui. Ele foi definitivo para a análise que defendo sobre a ocupação Colombo. Como veremos na etnografia produzida, nas descrições e depoimentos dos moradores/frequentadores, a vergonha pode sim operar como esse afeto, que, se por um lado reverbera uma perspectiva negativa que se constrói a respeito dessas pessoas e que acaba introjetada por elas, por outro, pode operar como um afeto que aciona um sentimento de pertencimento.

1.7 A questão do crack no Rio de Janeiro

Assim que entrei na ocupação notei dois homens do lado esquerdo da porta de entrada consumindo crack. Interromperam brevemente o consumo para me cumprimentar. Embora eu não os conhecesse, isso não era exatamente um impedimento para que eu cumprimentasse

as pessoas que moravam ou circulavam pelo local. As relações de sociabilidade aqui são muito distintas do prédio onde vivo, no bairro de Copacabana, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Se lá eu sequer conheço os meus vizinhos de porta, pensando bem, eu acho que nunca os vi, na ocupação Colombo é comum cumprimentar a todos, e não há nisso qualquer constrangimento, muito pelo contrário.

Na “área de convivência” do térreo, espaço com sofás e mesas, havia mais pessoas consumindo crack. Eram cerca de vinte pessoas que usavam e compartilhavam a droga. Sentado no canto do sofá, um homem abre a carteira e saca uma nota de vinte reais, pedindo a outro que fosse comprar mais crack. Essa era uma cena bastante comum e que revela uma certa “hierarquia” local. Quem tem o dinheiro não precisa se deslocar até o ponto de venda, que fica na rua ao lado, para comprar a droga. Diante do fato de que a droga será compartilhada pelos presentes, há uma espécie de acordo tácito, no qual aqueles que estão sem dinheiro são os que precisam se deslocar. É interessante notar que essa “regra” não discrimina *a priori* quem sai e quem fica, mas é definida ali no momento, o que quer dizer que aquele que hoje tem dinheiro e pode esperar pela droga na ocupação pode ser o mesmo que amanhã deverá se deslocar para comprar. Cabe ainda destacar que, de todas as vezes em que estive presente, nunca vi alguém que não tenha voltado ou tenha lançado mão de qualquer artifício para ficar com o dinheiro de outra pessoa. Embora os acordos sejam todos não-verbais, todo mundo sabe como funciona. Não voltar com a droga e/ou o dinheiro significava a mesma coisa que estar “banido” da ocupação, um autoexílio que eu não presenciei quem quisesse enfrentar.

No segundo andar do prédio, dois homens estavam deitados nos sofás e um deles parecia bastante doente, tossindo muito. O comércio de copos de Nicole era administrado por Magrão, que é uma figura bastante articulada na cena. Pelo que pude apurar, Magrão não usava crack, gostava apenas de fumar maconha. Ele também me cumprimentou e perguntou pela minha pesquisa. Disse que estava caminhando e que iria até a “casa” de Nicole.

A “casa” de Nicole estava “lotada” de pessoas naquele dia. Dois homens e duas mulheres fumavam crack, enquanto Nicole comia uma refeição servida num pote plástico enorme. Um dos homens estava com o rosto bastante machucado. Perguntei o que houve e ele me respondeu que caiu ao tentar carregar uma caixa quando trabalhava vendendo bebidas. A história que ele contou não fez o menor sentido, tendo em vista as características

dos ferimentos, que pareciam ser de uma agressão, mas eu resolvi não polemizar e ficamos com a versão do acidente.

Ao me despedir de todos e enquanto descia para o primeiro andar, passei por um homem que me dizia que queria conversar comigo depois, pois precisava “desabafar”. Ele me disse que a sociedade o tratava muito mal e que queria contar como era tratado nas ruas pelas pessoas. Ao me aproximar percebi que ele estava embriagado, com um forte hálito de álcool. Sugeri então que conversássemos em outra oportunidade, o que infelizmente acabou não acontecendo, pois não o vi mais na ocupação.

Já no andar térreo, cumprimentei o “vascaíno” e pude notar como o local estava visivelmente mais limpo. Segundo pude apurar, Nicole organizou um mutirão de limpeza do local. Ela havia me pedido e eu acabei levando algumas garrafas de água sanitária e creolina para o local. Notei também que alguns barracos do segundo andar estavam vazios. Os moradores me disseram que algumas pessoas foram embora, mas não souberam me explicar por quê. Também disseram que já havia interessados nos barracos, mas que teriam que “desenrolar” com Nicole, que naquele momento era a representante do varejo de drogas da Providência no local.

Ao contrário da minha pesquisa, que foca exclusivamente numa determinada cena, o trabalho de Valim, Zaluar e Sampaio (2015) analisa as cenas de uso em diferentes espaços: nas comunidades do Jacarezinho e Manguinhos, nos bairros da Glória e do Centro (arredores da Central do Brasil). O objetivo da pesquisa é o de enriquecer as análises oriundas de estudos epidemiológicos a partir dos conhecimentos obtidos em campo, sob a perspectiva de uma análise antropológica. Dessa forma:

procurou-se inicialmente analisar o histórico de vida de cada usuário da qual constavam sua trajetória pessoal, familiar, escolar e de trabalho até chegar à cena de uso da droga, assim como os significados do crack para ele e sua relação com a droga. (VALIM, ZALUAR & SAMPAIO, 2015, p.3).

Inicialmente, as autoras destacam a grande diversidade visual das cenas visitadas. Enquanto no Jacarezinho e em Manguinhos concentram-se grande número de usuários, na Central do Brasil e na Glória o quantitativo é bem menor. Outro aspecto que merece destaque nessas diferenças entre cenas é que enquanto no Jacarezinho/Manguinhos o uso é mais ostensivo, na cena da Glória os usuários procuram ser mais “discretos”, preferindo lugares ermos e mais isolados para o uso do crack, como, por exemplo, a escadaria da Praça Dom Pedro I. Assim, entre os usuários da Glória, percebem, há uma preocupação maior com a discrição e com o uso de forma que não seja tão visível aos moradores e transeuntes do

bairro. No caso da cena da Central do Brasil, a proximidade com o quartel do exército e com a sede da Secretaria de Segurança Pública faz com que o local “ganhe vida” no final da tarde e início da noite.

Como ponto em comum das cenas, os usuários buscam sobreviver e conseguir dinheiro para compra da droga a partir de pequenas tarefas, como limpar carros no sinal, venda de objetos usados, prostituição ou pequenos furtos, entre outros. Também destacam que é possível depreender que existem relações um pouco mais sólidas e afetivas em cenas menores, como nas cenas da Glória e da Central, onde o espaço de aquisição não é o mesmo do uso, casos do Jacarezinho/Manguinhos. Nesse sentido, as autoras percebem que os “rituais sociais” de uso na Glória proporcionam um ambiente mais controlado, onde os próprios usuários procuram limitar a quantidade de pessoas, métodos de aquisição e consumo, buscando evitar efeitos indesejados. Citando Grund (1993), as autoras destacam que:

o uso de drogas (mesmo as ‘pesadas’) não leva, necessariamente, a padrões de uso descontrolado ou nocivos. Embora o uso de psicoativos possa tornar-se uma atividade predominante, ela é raramente uma atividade isolada e é, geralmente, social. Padrões de uso (quem usa o que e como) estariam sujeitos a diversos determinantes como: disponibilidade, tendências e padronização cultural. (VALIM, ZALUAR & SAMPAIO, 2015, p.3).

Dessa forma, o uso de psicoativos não poderia ser descolado de seu contexto social, uma vez que o controle sobre o uso dessas substâncias é principalmente determinado por variáveis sociais. Segundo as autoras, essas premissas foram corroboradas pelos depoimentos colhidos junto aos usuários. Em suma, concluem que os espaços físicos e os contextos sociais provocam diferentes posturas nos usuários, estabelecendo conflitos, relações e controles específicos em cada uma das cenas. Também afirmam que o processo de degradação, isolamento e vulnerabilidade dessas pessoas é anterior ao uso de crack, devendo-se à própria condição social dos indivíduos, na maioria das vezes vítimas de violência na infância ou adolescência, com pouco e nenhum acesso à educação formal e sem as mínimas condições materiais para uma sobrevivência digna.

Finalmente, argumentam que as condições específicas em que ocorrem os agenciamentos em torno do crack provocam uma territorialidade específica, “guetificando” os usuários em cenas constituídas para o uso, mas que surgem também como consequência dos efeitos da exclusão social desses indivíduos. Nesse sentido, as ações nesses espaços, ao contrário de serem repressivas, deveriam focar no cuidado geral à saúde, ampliação de

acesso à educação formal, bem como fomento à inclusão no mercado formal de trabalho, tornando assim mais dignas as condições de vida desses indivíduos.

Assumpção (2016) analisa as relações que se estabelecem entre pessoas e instituições numa cena de uso de crack da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Investiga a ação do Consultório de Rua (CR Manguinhos), que busca fazer o atendimento de saúde da população que circula pela cena, mas também de outros atores institucionais. Segundo ele:

Produz-se uma etnografia dos encontros, de seus efeitos. E se em algum momento se oferece uma definição em relação ao grupo de pessoas na rua, a equipe de saúde, a outras instituições e ao crack, trata-se de uma definição relacional, constituída a partir desses encontros. (ASSUMPCÃO, 2016, p. 2)

Partindo então da produção de uma etnografia sobre as cenas de uso de crack atendidas pelo CR, o autor busca extrair dali a dimensão bioética da questão. Para ele:

A primeira é que a bioética apresenta uma face etnográfica: essa observação, ou melhor, esse contato com o encontro entre alteridades do qual se busca estabelecer 1) os meios segundo os quais é possível apreender esse próprio contato (o que fazer, para onde olhar, o que perguntar, qual momento ficar em silêncio, como lembrar e o que fazer para lembrar, ou seja, todo um manejo de um modo de existência em contato com outros); 2) aqueles que permitem captar o que parece ser importante – os gestos, movimentos, discursos, silêncios que expressam os próprios modos de existência em encontro; 3) e, por fim, a produção de aberturas pelas quais o saber de quem faz a etnografia possa se acoplar àquele das minorias do encontro, para que, assim, esse último possa afetar os saberes e as práticas da instituição, no outro polo do encontro, como também estender-se sobre outros campos. Aqui criam-se os princípios. A segunda é que a bioética apresenta uma face propositiva: ela oferta os princípios criados tanto ao território do qual eles germinaram, quanto a outros encontros por vir. Dessa forma, pode-se dizer que a vida de um princípio é aquela no qual ele habita virtualmente a concretude de um encontro, sua composição se dá por meio da abstração de elementos desse encontro e seu futuro depende de sua variação a partir de uma “volta” à concretude dos encontros. Por fim, e talvez o mais importante, pode-se dizer que a bioética, por um lado, analisa, até mesmo avalia a instituição, por outro lado, está, desde início, ao lado das minorias. O que não contradiz seu modo de funcionamento, já que percorrer um problema, um encontro, não quer dizer abrir mão de seus compromissos, ou seja, apoiar modos de existências concretos ali onde eles são ameaçados material e imaterialmente e, ao mesmo tempo, funcionar como uma ponte que permita que a potência dessas existências e de suas criações intervenham sobre campos, inicialmente, inalcançáveis. (ASSUMPCÃO, 2016, p. 126).

Um ponto que considero importante para a nossa análise é a dimensão “episódica” que o autor confere ao seu trabalho de campo. Aqui, identificamos a mesma situação que ocorre com relação à ocupação Colombo. O entra e sai, o ir e vir, o movimento pendular que se estabelece entre as ruas, o ponto de venda e a ocupação, tornaram difícil, para não dizer impossível, estabelecer um relato totalmente “coerente” do ponto de vista cronológico. Como veremos adiante, o relato fragmentado, episódico, fugidio acabou por constituir-se ele

próprio num dado de pesquisa, revelando outros aspectos das dinâmicas sociais que ali se estabelecem.

Rui (2018) descreve como, entre os anos de 2012 e 2015, o processo de ocupação da região da Maré provocou um grande descolamento de usuários de crack para a Avenida Brasil, o que despertou a atenção da grande mídia. Segundo a autora, tais deslocamentos são o resultado da insistência do poder público em estabelecer uma política de militarização da pobreza. Assim, os usuários de crack da Maré acabaram por formar uma verdadeira legião de “refugiados”, até que houvesse um arranjo, ainda que precário, entre o varejo de drogas local e a associação de moradores para que fossem “assentados” numa rua interna da comunidade, evitando a atenção da mídia.

Mais recentemente, Caldeira (2019), discute a questão das formas de produção do sujeito usuário de drogas, sobretudo de mulheres gestantes na cidade do Rio de Janeiro:

O presente trabalho estuda as lógicas das políticas públicas instituídas no Brasil, relacionadas às práticas de cuidados de mulheres gestantes usuárias de crack em situação de rua no Rio de Janeiro e pretende contribuir com alguns subsídios para o fortalecimento do debate sobre as práticas atuais de atendimento dessas mulheres nos serviços públicos de saúde da cidade. (Caldeira, 2019, p.9)

Acionado, Foucault e outros autores, no que tange a questão do poder e produção de subjetividades, sujeição, lugar da ética e cuidado de si, a autora defende que as políticas de saúde pública no Brasil, voltadas para usuários de drogas, por mais que sejam apresentadas como “inovadoras e progressistas”, fazem parte de um conjunto de regras que não atentam para as subjetividades e para a individualidade dos usuários, trazendo no seu bojo uma perspectiva fortemente generalista.

Após um período em Portugal, onde estuda e compara o atendimento a este público nos dois países, a autora conclui que:

A atual realidade brasileira aponta para a produção de subjetividades ligadas à lógica da segurança. E é a partir dessa lógica que o uso de drogas ilícitas vem sendo tratado e tendo seu discurso veiculado a todo momento pela mídia. Tais conteúdos são internalizados como verdades e interferem na capacidade de julgamento dos indivíduos sobre o tema, provocando, muitas vezes, comportamentos e atitudes racistas e discriminatórias para com os usuários dessas drogas. (Caldeira, 2019, p. 13)

Finalmente, aponta que numa sociedade tão medicalizada como a nossa, onde se estabelece a produção de “corpos dóceis, obedientes e felizes” (Caldeira, 2019, p. 136), a presença de mulheres, sobretudo gestantes, consumidoras de crack é vista como “não natural” e, por isso mesmo, abjeta.

1.8 Algumas considerações sobre o campo

Num país marcado por profundas desigualdades sociais, a luta por melhoria nas condições de vida de boa parte da população é uma constante. No rol de dificuldades e privações enfrentadas por parcela expressiva da sociedade brasileira está a luta por moradia, direito básico que não é assegurado pelo poder público e um problema histórico no país. A produção do espaço urbano é orientada para acumulação, consolidando uma situação de exclusão e segregação social.

Nesse sentido, na cidade do Rio de Janeiro, o poder público tem atuado muito mais como um mediador de interesses privados do que como garantidor de uma lógica de ocupação do espaço que pense a cidade sob a ótica de uma convivência que agregue todos os estratos sociais de maneira integrada, garantindo um acesso igualitário a equipamentos culturais, de educação e mercado de trabalho.

A região da zona portuária do Rio de Janeiro é um espaço marcado historicamente pelas questões levantadas acima. Reformas urbanas, como aquela promovida no governo Pereira Passos (SEVCENKO, 1999), promoveram a expulsão das camadas populares dos cortiços e casas de cômodo em direção aos morros da cidade, como o morro da Providência, bem como em direção aos subúrbios da cidade, seguindo o trajeto da malha ferroviária.

Em meados do século XX, uma série de novas reformas, como a abertura da Avenida Presidente Vargas, bem como inovações tecnológicas que deslocaram boa parte das atividades portuárias para a região do Caju e, posteriormente, para o porto de Sepetiba, esvaziaram economicamente a região portuária, isolando-a do restante da cidade e reforçando os estigmas das populações ali residentes (SANTANNA & XIMENES, 2018).

Nos anos 1990, porém, há uma virada global na forma de pensar as cidades, que reverbera no Rio de Janeiro a partir de projetos de revitalização de espaços anteriormente tidos como degradados. Nesse contexto, a cidade tem seus pontos positivos ressaltados e valorizados, bem como seus pontos negativos negados e escamoteados. Tudo aquilo que pode revelar as profundas desigualdades sociais da sociedade brasileira deve ser suprimido das regiões contempladas por projetos de “revitalização.” A luta pelo acesso à moradia é um dos principais marcadores desse processo, que encontra no projeto “Porto Maravilha” um dos seus principais símbolos, a partir da incorporação de megaeventos na cidade, como por exemplo a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

1.9 A ocupação Machado de Assis

O imóvel onde funcionava a ocupação Machado de Assis, hoje ocupação Colombo, pertenceu à confeitaria Colombo que o adquiriu na segunda metade do século passado. Posteriormente, foi vendido para a empresa Arisco, que teve seus bens adquiridos pela Unilever do Brasil S/A.

Em novembro de 2008, quando nasce a ocupação Machado de Assis, o prédio encontrava-se abandonado e degradado, característica de uma propriedade que se destina à especulação imobiliária. Os ocupantes, então, exibiam uma cópia do decreto municipal 26.224, de 16/02/2006, que declarou o edifício como utilidade pública para fins de desapropriação⁹.

Fotos 1 e 2 - O início e o fim da ocupação Machado de Assis, 2008 e 2012



Fonte: Carlos Lattuf. In: Fernandes (2014).

A ocupação foi organizada por militantes da Frente Popular¹⁰, estudantes universitários e militantes independentes. A maior parte de seus ocupantes era composta por trabalhadores informais, que buscavam um espaço para moradia sem custos, bem como

⁹ Disponível em: <https://revistaconsciencia.com/sobre-a-ocupacao-machado-de-assis-no-centro-do-rio-de-janeiro/>

¹⁰ Coletivo formado por militantes de esquerda, sendo a maioria de inclinação anarquista.

manter-se na região central da cidade, próximos de oportunidades de trabalho, acesso a equipamentos de saúde, educação, cultura e lazer.

O espaço foi organizado no modelo de autogestão, cujos militantes e moradores discutiam e votavam de maneira horizontal as decisões tomadas. No baldio que fica atrás do prédio, foi construída uma horta comunitária, bem como havia um revezamento entre os moradores na sua “portaria” para garantir a segurança do local.

O projeto de ocupar prédios abandonados na região central foi uma característica desse período. Outros imóveis foram ocupados na região, tanto pela Frente Popular como também por outros coletivos que viam nesse modelo uma forma de lutar por uma nova maneira de gerir o espaço da cidade, gerando tensão e conflitos com o poder público que, no contexto de “revitalização” dessa região, visando o mercado imobiliário e os megaeventos da cidade, via nessa forma de ocupação uma ameaça aos seus interesses.

No caso da Machado de Assis, a gentrificação mostrou-se como a principal ameaça desde o seu início e por isso é tratada não apenas como um pano de fundo, mas como um conjunto de forças que atravessou sobremaneira o cotidiano da ocupação, desde o seu surgimento até o momento em que foi ‘lacrada’ [termo utilizado por agentes da prefeitura e repisado por ocupantes]. (FERNANDES, 2014, p. 315).

Para a ocupação Machado de Assis dirigiam-se pessoas vindas de diversas regiões do país, mas sobretudo da região Nordeste. O espaço agregava desde pessoas que pagavam aluguel em outras regiões da cidade e buscavam uma diminuição de despesas, pessoas que viam na ocupação uma forma de conseguir moradia própria através da pressão do poder público, até pessoas que se encontravam em situação de rua e que viam a ocupação como única saída para diminuir, pelo menos, as imensas dificuldades pelas quais passavam. As principais atividades de seus moradores eram as de comércio ambulante, entregador, catador de papelão, alumínio e outros recicláveis, diarista, cuidador de idosos e malabares. A ocupação Machado de Assis, nesse sentido, operava como importante marcador identitário, cujos moradores, além de se sentirem mais seguros com relação às ameaças de violência e outras privações da vida na rua, estabeleciam uma distinção com aqueles que se encontravam em situação de rua, vistos pejorativamente como “cracudos” ou “zumbis” (Fernandes, 2014).

Com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em 2010 na região da Providência, surgem também novas formas de gestão do varejo de drogas nesta e noutras regiões “ocupadas”. À medida que as UPPs avançavam houve uma espécie de modernização da economia das drogas e os varejistas da Providência passam a manter em algumas

ocupações do centro pontos de venda “alternativos”, como tentativa de burlar a nova realidade. (MENEZES, 2018).

Poucos meses da entrada do Bope na ocupação, da realização do Fórum Urbano Mundial na mesma região, e da instalação da UPP na Providência, ‘o tráfico’ começou a demarcar o baldio da Machado de Assis de forma a permitir (ou não) que pessoas ali se instalassem. Este gerenciamento do terreno assinalou o período em que o tráfico entrou na ocupação e se estabeleceu como um modo de governança. (Aliás, uma das ações da prefeitura, após o desmanche da Machado de Assis, em maio de 2012, foi queimar os “barracos” levantados no terreno). (FERNANDES, 2014, p. 328).

Após decisões judiciais que permitiram a desocupação do espaço, acordos de indenização de pequenos valores e promessa do pagamento de aluguel social, a ocupação Machado de Assis foi desfeita em maio de 2012. Alguns moradores foram transferidos para os bairros de Senador Camará e Cosmos, ambos distantes mais de 50 km do centro da cidade e com poucos recursos e equipamentos sociais.

Dessa forma, o poder público, que envolvia nesse contexto Prefeitura, governo do Estado e governo Federal trabalhando de forma articulada visando os megaeventos e o processo de revitalização de regiões consideradas degradadas, bem como a implantação de um novo modelo de segurança pública, acabou por desocupar a maioria dos prédios da região portuária, dando início a um processo de especulação imobiliária financiado com dinheiro público, mas gerido pela iniciativa privada. O fracasso de todos esses projetos, no entanto, evidenciou o esgotamento de um modelo de gestão que privilegia o capital e não pensa a cidade como um espaço integrado. No que diz respeito ao programa de “pacificação”, por exemplo, Leite (2012) sustenta que a construção social da favela como território da violência na cidade constitui o principal dispositivo de produção dessas áreas e seus moradores como “margens do Estado”. Argumenta que a produção da modalidade de identificação (favela e favelado), que embasa e justifica uma forma específica de gestão estatal desses espaços por meio de dispositivos que delimitam as possibilidades de acesso de seus moradores aos equipamentos urbanos e serviços públicos – segurança, inclusive –, reproduz a segregação em curso na cidade.

Diante do fracasso do processo de “revitalização imobiliária” da zona portuária, bem como do processo de “pacificação” daquela região da cidade, tanto os conflitos entre policiais e varejistas, bem como as ocupações, voltaram à ordem do dia. No que tange as últimas, no entanto, há um novo modelo de gestão desses espaços onde se articulam os interesses do varejo de drogas com os dos usuários. Nesse quadro, surgem espaços de

ocupação, com alguns moradores anteriormente em situação de rua, que são ao mesmo tempo espaço para a venda ou uso de drogas, notadamente o crack.

A antiga ocupação Machado de Assis perde assim o seu caráter autogestionário e agora, sob o nome de ocupação Colombo, assume o papel de cena de uso de crack, onde os usuários da região central da cidade podem consumir drogas e ao mesmo tempo encontrar um local onde viver, buscar alimentação e estabelecer uma nova rede de sociabilidades.

1.10 A ocupação Colombo e os primeiros contatos

Vimos como o fracasso do processo de gentrificação da região portuária da cidade do Rio de Janeiro como política habitacional proporcionou a retomada de ocupações de prédios públicos e privados anteriormente desocupados pelo poder público. No entanto, essa reocupação de espaços não se deu tendo à frente coletivos de militantes de esquerda, que organizavam tanto a ocupação propriamente dita como também a rotina desses espaços. Esse foi o caso da ocupação Colombo, que passou a ser gerida pelos varejistas de drogas.

Como professor de História do Colégio Estadual Reverendo Hugh Clarence Tucker, venho acompanhando os processos de ocupação/desocupação de espaços públicos e privados da região. A ocupação Colombo fica a cerca de 200 metros do Colégio e passou a despertar meu interesse como objeto de pesquisa nos últimos dois anos.

As conversas iniciais para que pudesse chegar a esta cena de uso de crack foram proporcionadas pelo professor Pedro Guilherme, de Sociologia, também do Colégio Reverendo. Ele teve atuação destacada quando do processo de entrada no terreno da ocupação Machado de Assis, participando ativamente como militante da Frente Popular, auxiliando tanto na ocupação como nos debates sobre a organização do espaço. Foi através do professor Pedro Guilherme que tive contato com outra militante da Frente Popular, Adriana, que é vizinha do espaço onde ficava a ocupação Machado de Assis e onde é hoje a ocupação Colombo. Adriana ocupou um papel central nesse processo, pois sua atuação como militante a manteve em contato com moradores da ocupação Colombo, mesmo com a mudança de perfil da população do espaço. Ela se articulou com outros militantes locais, inclusive pertencentes a entidades religiosas, passando a fornecer refeições, mantimentos, roupas e outros objetos aos moradores do local.

Durante algumas semanas agendei reuniões com Adriana, nas quais ela pôde me explicar a dinâmica de funcionamento da cena, quem eram as principais lideranças locais, como proceder no espaço, que assuntos abordar, enfim, como se daria minha aproximação. Essa orientação foi necessária tendo em vista que a ocupação Colombo está sob a zona de influência do varejo de drogas do morro da Providência e são as suas lideranças que definem como o espaço deve ser gerido. Cabe ressaltar que o varejo do crack não se dá na ocupação Colombo, mas numa outra ocupação conhecida como Elma, que fica na rua ao lado. Os usuários, então, são orientados a comprar o crack na ocupação Elma e usar na ocupação Colombo. Trata-se, penso, de uma estratégia do varejo de drogas naquela região, no caso específico do uso de crack. Tendo em vista que a UPP da Providência continua em atividade, me parece uma forma de criar uma dimensão mais fluida, tanto ao comércio quanto ao uso do crack, que não desperte tanto a atenção, afastando-se do principal acesso ao morro da Providência, na região da Central do Brasil. Para acessar tanto a ocupação Elma como a Colombo faz-se necessário atravessar o túnel João Ricardo, que liga a região da Central do Brasil à região da Gamboa. No entorno da ocupação estão, além do Colégio Estadual onde leciono, a Clínica da Família Nélio de Oliveira, a Vila Olímpica da Gamboa, a Cidade do Samba e a estação Providência do VLT (veículo leve sobre trilhos). O VLT, um dos símbolos da modernização da região portuária, inclusive, tem a ocupação Colombo situada ao lado dos seus trilhos.

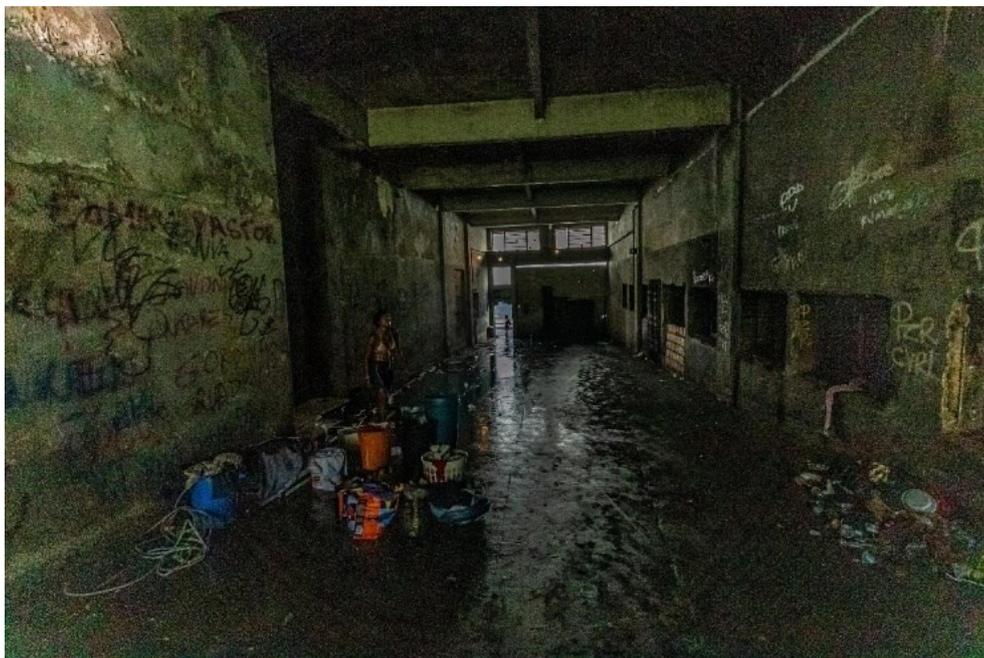
Após as orientações de Adriana, resolvi circular pelo entorno da ocupação antes de ingressar na cena propriamente dita. Almocei algumas vezes no restaurante da esquina, de onde era possível acompanhar a dinâmica do lado externo e as ligações que os moradores/frequentadores estabeleciam com o depósito de recicláveis que fica ao lado do local. Em outras ocasiões, passei algum tempo com Adriana no portão da vila onde reside, já que ela também é vizinha da ocupação. Essas conversas com Adriana foram decisivas, uma vez que os moradores/frequentadores da ocupação passaram a me ver como parte da paisagem local. Foi numa dessas conversas com Adriana que fui apresentado a Aline¹¹, umas das lideranças da ocupação. Através de Aline, travei os meus primeiros contatos com o prédio e as pessoas da ocupação Colombo.

Num primeiro momento, minha presença ali gerou um misto de desconfiança e curiosidade. A liderança exercida por Aline no local foi de vital importância para que minha

¹¹ O nome dos moradores e frequentadores da ocupação foram modificados para garantia do seu anonimato.

chegada pudesse se efetivar. Tanto os moradores como os frequentadores da cena pareciam desconfiados em princípio e, graças à presença de Aline, a desconfiança foi cedendo lugar à curiosidade. Se num primeiro momento surgiram perguntas do tipo “o que você está fazendo aqui?” ou “qual foi, playboy?”¹², no momento seguinte a curiosidade tomou conta e as dúvidas se deram em função do tipo de atividade que eu pretendia exercer ali. Enquanto para alguns eu era um jornalista, que estava ali para produzir uma matéria de jornal, para outros eu era um assistente social, responsável por anotar as demandas locais e buscar os necessários encaminhamentos. Finalmente, decidiu-se que eu seria “o professor” que estava ali para escrever um livro sobre a vida dos moradores/frequentadores do local (FOOTE-WHYTE, 2005). Acredito que as primeiras duas suposições se deram em função de ser frequente, conforme me relataram, a presença tanto da imprensa quanto de assistentes sociais no local, embora não tenha presenciado ainda a presença de qualquer instituição, fosse ela pública ou privada.

Foto 3 - Entrada da ocupação vista de dentro



Fonte: Ellan Lustosa. Fevereiro de 2022.

¹² Perguntas feitas por moradores do local quando da minha primeira incursão. Caderno de campo.

1.10.1 Primeiras Impressões

O prédio onde funciona a ocupação Colombo possui quatro andares e encontrava-se desocupado quando da chegada dos novos moradores em meados de 2017. Após a desapropriação e desocupação do espaço da antiga ocupação Machado de Assis, alguns de seus moradores foram enviados para a zona oeste do Rio de Janeiro e alocados em conjuntos habitacionais. No entanto, alguns desses moradores relataram terem sido expulsos da região, pois esses conjuntos eram comandados por uma facção rival. Nesse sentido, alguns desses moradores retornaram ao centro do Rio de Janeiro, ocupando novos espaços, outros prédios públicos e privados ou ficando em situação de rua. Na atual ocupação Colombo, encontrei apenas uma família vivendo no segundo andar do prédio. Formada por seis pessoas, são remanescentes da antiga ocupação Machado de Assis e, pelo que pude apurar, não possuem envolvimento com o uso de crack que acontece no prédio.

Foto 4 - Andar térreo da ocupação Colombo



Fonte: Ellan Lustosa. Fevereiro de 2022.

No andar térreo da ocupação, há um enorme corredor de acesso com uma torneira de água na qual os moradores/frequentadores tomam banho, lavam roupa e utilizam a água para

beber e cozinhar. Ao final do corredor de acesso, ficam os sofás utilizados por moradores/frequentadores do local. Nos fundos do andar térreo, há um enorme baldio, que anteriormente abrigava a horta comunitária dos moradores da ocupação Machado de Assis e hoje está abandonado.

Os sofás localizados no andar térreo são o centro da dinâmica de uso de crack da ocupação. É neste espaço que moradores/frequentadores permanecem a maior parte do tempo em que estão consumindo crack. Do lado esquerdo da entrada, há um pequeno espaço, que não nos foi permitido fotografar, onde ficam máquinas de caça-níqueis e um pequeno comércio de copos de água mineral, liderado por Aline. Comercializados por um real, os copos são utilizados para o uso do crack. Nesta cena, são a principal estratégia de equipamento para o uso. Na maior parte das vezes, os copos são de uso individual, embora em algumas ocasiões tenha presenciado o seu compartilhamento. Raras foram as oportunidades em que presenciei o uso de cachimbos. O entra e sai do prédio é constante, tendo em vista que a aquisição do crack se dá em outro local, a ocupação na rua vizinha. Em algumas oportunidades pude presenciar também o uso de maconha, acompanhada ou não de crack. A mistura do crack com a maconha é conhecida como mesclado.

Fotos 5 e 6 - Segundo andar do prédio



Fonte: Ellan Lustosa. Fevereiro de 2022.

No segundo andar do prédio, existe uma série de divisórias que demarcam o espaço de moradia dos habitantes. Cada cubículo recebe uma ou mais pessoas. No centro do segundo andar, há uma outra área de convivência. Este é um espaço mais restrito aos moradores da ocupação. Dificilmente são vistos aqui os frequentadores do espaço. Há uma grande mesa sobre a qual estão dispostos uma série de objetos, como aparelho de som, televisão, panelas, talheres e pratos, roupas, garrafas de bebidas alcoólicas e enfeites

natalinos. Os sofás são utilizados como espaço de convivência e descanso para os moradores. Ali, encontramos sempre alguns moradores dormindo ou em conversas cotidianas.

O prédio, de uma maneira geral, parece bastante degradado. Os espaços ocupados pelos moradores, bem como o baldio ao fundo do prédio, acumulam uma grande quantidade de lixo e a higiene do local, bem como a dos moradores, é bastante precária. Existem também muitos cachorros. Pelo que pude perceber, a maioria pertence aos moradores, mas outros estão abandonados e adentram a ocupação em busca de água e alimentos. Também pude constatar a presença de muitos insetos e ratos no local, sobretudo nas proximidades do lixo acumulado, embora também tenha observado a presença destes circulando entre os sofás do andar térreo.

Embora possua quatro andares, apenas o primeiro e o segundo andares estão habitados. Identifiquei pedaços de laje caindo no segundo andar, bem como ferros expostos. Mesmo não sendo especialista no assunto, fica evidente a precariedade das instalações.

1.10.2 As Pessoas

Fotos 7 e 8 - Moradores da ocupação Colombo



Fonte: Ellan Lustosa. Fevereiro de 2022.

O trabalho de campo teve início efetivamente em meados do ano de 2021. Ao longo do ano de 2020, a pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV2) inviabilizou o seu desenvolvimento. Desde agosto de 2021, portanto, tenho feito incursões frequentes ao campo. Inicialmente eram visitas curtas, visando estabelecer uma relação de confiança com os moradores/frequentedores. Com o passar do tempo, fui rompendo a relação de estranheza

que minha presença causava e pude me aproximar mais de meus interlocutores, a ponto de dar início às entrevistas guiadas com alguns deles, bem como de obter a permissão para que o fotógrafo Ellan Lustosa me acompanhasse ao local para fazer fotos tanto do ambiente como de alguns personagens.

A maioria dos moradores encontrava-se em situação de rua quando foi para a ocupação Colombo. O grupo local é formado majoritariamente de homens adultos, com mais de trinta anos de idade. No entanto, existem também muitas mulheres, bem como casais que ali vivem. Ao longo do tempo, aprendi que minhas incursões dariam um resultado melhor se fossem feitas no período da manhã. Durante este período do dia a maioria dos moradores está ainda acordando e é mais fácil encontrá-los sem ter feito ainda uso de crack. Nesse sentido, estão ainda mais relaxados e disponíveis para conversar. À medida que o dia avança, o consumo de crack também e os nossos interlocutores se mostraram menos acessíveis. Isso se deve ao fato de que, sob o efeito do crack, muitos não querem conversar, preferindo “curtir a onda”, como me foi relatado.¹³

A maioria desempenha pequenos trabalhos temporários (“bicos”), como reciclagem de papelão e latas de alumínio, lavagem de vidros de carro e venda de balas em sinal, bem como atua aplicando pequenos golpes e praticando pequenos furtos no centro do Rio de Janeiro.

Além dos moradores, o local também é frequentado por pessoas em situação de rua que fazem uso de crack. Pude observar muitas delas entrando e saindo da ocupação ao longo das horas em que lá estive. Tanto a maioria dos moradores como os usuários que frequentam o local me pareceram fazer um tipo de uso que, como apontado na introdução, se caracteriza como problemático. Segundo relatos dos próprios, o uso de crack opera como um lenitivo que aplaca as agruras de suas vidas. Dito de outra forma, não estão ali porque fumam crack, mas fumam crack porque estão ali. Nesse sentido, passam boa parte do dia fumando, sendo esse uso interrompido nos momentos em que saem para conseguir dinheiro, comprar mais crack e retornar para a cama. Alguns moradores ainda têm problemas com o sistema

¹³ Numa das conversas com Nicole, uma moradora local, ela me relatou que seria mais difícil conversar com as pessoas enquanto elas estivessem “doidonas”. Por isso, seria mais fácil encontrá-los “limpos” logo pela manhã, assim que acordam.

judiciário e utilizam tornozeleira eletrônica, como no caso de Alexandre, um dos nossos interlocutores.

Embora em número menor, pude perceber que o local também é frequentado por pessoas que trabalham no centro do Rio de Janeiro e fazem um uso caracterizado como esporádico de crack. Em algumas ocasiões, encontrei pessoas com uniformes e crachás de empresas públicas e privadas do centro do Rio de Janeiro. Também encontrei moradores da região da Gamboa que parecem também se enquadrar nesse modelo de uso, como senhoras com sacolas de compras de mercado e homens em carros e motocicletas. No entanto, essas pessoas conheciam os moradores locais, o que indica que talvez sejam usuários frequentes, embora não façam um uso considerado problemático.

Um último aspecto que gostaria de destacar é como este espaço, embora degradado e em condições sanitárias bastante precárias, parece operar como local de socialização tanto de moradores como de frequentadores. Foram inúmeras as ocasiões em que presenciei o compartilhamento de crack ou roupas e alimentos doados por instituições, de forma tranquila e até descontraída. Os moradores parecem sentir-se seguros no local. Isto é bastante compreensível tendo em vista que a alternativa para a grande maioria seria voltar para as ruas com todas as vulnerabilidades que isso implica. Nesse sentido, encontrei no campo pessoas que, ao contrário de serem ameaçadoras, como sugere o senso comum, me pareceram solidárias umas com as outras e até mesmo interessadas, assim que se sentiram seguras, em narrar suas trajetórias. Obviamente que também presenciei momentos de briga e tensão, mas nada que não ocorra em qualquer outro agrupamento.

1.10.3 Uma “Etnografia do fragmento”

Ao entrar na ocupação, um forte cheiro de mofo e urina me chamou atenção. Provavelmente em função do calor, o lixo exposto no baldio que ficava nos fundos do prédio ficou com um cheiro ainda mais agressivo. Notei um rapaz tomando banho na torneira do primeiro andar que, como disse anteriormente, é o único ponto de água do local.

Assim que passei pelo rapaz que se banhava, fui abordado por outro morador que me pediu dois reais. Expliquei cordialmente que não tinha o dinheiro, ele me agradeceu e seguiu ali, sentado no chão, refletindo provavelmente sobre como faria para conseguir o dinheiro.

Dirigi-me ao segundo andar, onde encontrei Nicole. Ela me levou para sua “casa”, onde me mostrou animadamente as fotos da festa de aniversário de um ano da sua filha que, como vimos, vivia com a irmã de Nicole na Cidade Alta. Primeiro ela me mostrou o ímã de geladeira e um copo que foram dados como lembrança. Depois, me mostrou as fotos e foi me “apresentando” a seus parentes, descrevendo com riqueza de detalhes cada um deles. Ela também destacou que a festa teve o tema “Princesas”, com um enorme bolo dourado no centro da mesa toda enfeitada. Havia uma foto de Nicole com a filha no colo, muito feliz ao lado da sua mãe e irmã. Quando pergunto por que ela não está sorrindo nas fotos ela me responde que está muito feliz, mas que a falta de dentes na boca a impede de manifestar essa alegria sob forma de um “sorriso largo”, segundo ela própria. Ela fala da filha com muito amor e muita felicidade, realçando o fato de sua irmã ter gastado mil reais na festa.

Ela está tão feliz com toda a situação envolvendo a filha, que insiste que vai conseguir que uma das duas moças que estão conosco faça sexo oral em mim. Eu explico para ela que isso não era necessário, que eu sou casado e que estava ali por outros motivos, mas parece que para ela isso não importava muito. Era como se ela estivesse me fazendo uma grande gentileza, algo que só alguém muito próximo conseguiria. Eu percebo isso e tenho muito cuidado para lidar com a situação, para conseguir me desvencilhar sem parecer moralista ou arrogante. Enquanto conversamos, as moças e Nicole fazem uso de crack e maconha e Nicole me conta que elas trabalham como prostitutas no centro do Rio. Talvez por isso a insistência em me “presentear”, uma vez que eu teria acesso a um serviço que as pessoas precisam pagar para acessar. Mais uma vez eu consigo me desvencilhar e explico que a sua ajuda para a produção do meu “livro” era mais do que suficiente para me deixar feliz. Nesse momento, Magrão me chama, respiro aliviado e saio da “casa” de Nicole para falar com ele.

Magrão vai me contando sua história enquanto tenta consertar um fogão elétrico de duas bocas. Ele me disse que aprendeu o serviço de eletricitista numa de suas passagens pela prisão, que, somando todas, chegam à casa dos doze anos. Segundo ele, já “passou” por todos os artigos, do tráfico ao assalto à mão armada, furto, entre outros. Ele me diz que veio para a ocupação porque não pode voltar para o município onde vivia, pois os seus irmãos foram assassinados e ele estaria “jurado de morte”. Assim, vive na ocupação, ou melhor, “vegeta”, pois segundo ele “isso aqui não é vida.”

Ele me conta que foi criado num colégio interno, que não conheceu os seus pais, mas que sabe que é prematuro, tendo nascido aos sete meses, num município da Baixada Fluminense. Segundo ele, está na “vida do crime” desde os treze anos de idade, tendo atuado

como “soldado” de um dos líderes/fundadores da maior facção do Rio de Janeiro. Ele me conta com um certo orgulho que aos quinze anos de idade já portava um “fuzil enorme” no “Complexo”, conjunto de comunidades na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Magrão me conta que também já trabalhou com reciclagem de papelão na empresa de uma “atriz global” e destaca, com bastante orgulho, como conseguia conversar “frente a frente” com ela, sem qualquer problema. Foi durante esse trabalho que ele encontrou no lixo de um banco cerca de 20 mil reais. Segundo ele, uma estratégia comum que pessoas que trabalham em bancos utilizam quando querem furtar algum valor. O dinheiro estava separado em quatro pacotes de 5 mil reais cada. Magrão conta que comprou uma moto com parte do dinheiro e que isso foi uma tragédia, já que ele não conseguia mais parar em casa e acabou gastando o restante com drogas e “farras”.

Voltando à questão da prisão, diz que na visão dele “a cadeia é uma faculdade”. Além do trabalho como eletricista ele teria aprendido algo que seria decisivo para sua sobrevivência: a diferença entre “falha e vacilação”. Segundo ele, “falha” é quando “o cara acaba de ser preso e não conhece o regimento do Comando”, ou seja, seus “erros de comportamento” não são intencionais. Já a “vacilação” ocorre quando o sujeito já conhecia todas as regras, mas opta deliberadamente por não cumpri-las. Enquanto o primeiro comportamento é passível de uma advertência, o segundo pode levar à punição física, como ter braços e pernas quebrados, até a morte, dependendo do nível de “vacilação”.

Magrão me conta, então, como essas “leis da prisão” ajudaram a forjar sua autoimagem e sua identidade. Segundo ele, estudou até a quarta série, mas mostrou-se bastante articulado e inteligente. O detalhe é que desde que ele me contou suas histórias eu passei a observar melhor o seu comportamento e pude notar como realmente ele quase sempre se mantinha fora de polêmicas, falava pouco e parecia observar muito. Estava sempre presente de maneira bastante discreta e não fazia a menor questão de participar de discussões e/ou brigas. Enquanto conversa comigo, Magrão fuma crack, mas não apresenta qualquer alteração no comportamento em função do uso. Fico pensando na quantidade de informações que obtenho, mas me inquieta o fato de que tais informações me chegam, na maioria das vezes, de maneira fragmentada e desordenada. Será que devo “construir” uma narrativa que faça sentido aos leitores? Ao fazer isso, não estaria negando-lhes acesso a uma dimensão importante do campo, justamente o seu caráter fragmentado?

Partindo da tarefa a que me propus – produzir uma etnografia numa cena de uso de crack –, surgem as seguintes questões: Como promover uma etnografia, uma descrição densa

e profunda em uma realidade etérea, fugidia? Como estabelecer conexões, relações, atribuir significados, “traduzir” comportamentos específicos num ambiente onde a desconfiança e o medo do “outro” são uma prática? A seguir, procuro discutir essas questões, refletindo sobre os pressupostos teóricos e as implicações práticas de tal empreitada.

Primeiramente, devo confessar o profundo impacto que sofri após a leitura do livro de Milito e Silva (1995). Abordando o dia a dia de meninos e meninas em situação de rua, personagens que vivem também um cotidiano imprevisível e fluido, de relações e encontros fragmentados, os autores trazem à tona uma teia de diálogos e de representações que envolvem tanto meninos e meninas, como também a população da cidade do Rio de Janeiro, passando pelos agentes mediadores, fundamentais no processo de interpretação deste universo. A etnografia é produzida através de descrições e reflexões entrelaçadas, resultado de um ritmo também fragmentado da pesquisa de campo. O texto é belíssimo e produz um lirismo que quase suaviza a rudeza do tema.

Para um “observador externo” preocupado apenas com a “superfície” ou as “aparências”, a cena que pesquiso parece igualmente caótica. De fato, o entra e sai da ocupação de moradores e usuários torna o ambiente “acelerado”. Há um senso de urgência grande que parece ser definido por uma temporalidade específica, estabelecida através da tríade uso-abstinência-uso. Recordo-me de um certo desconforto que senti nas primeiras vezes em que estive no local porque eu não conseguia “prender a atenção” de ninguém. Embora gentis comigo, as pessoas estavam sempre “com pressa” e ficavam irritadas se a nossa conversa se estendesse por muitos minutos. Foram poucas as pessoas com quem consegui gravar uma conversa de cerca de uma hora. No entanto, foram inúmeros os contatos com pessoas em que registrei fragmentos, minutos de conversa. Isso me incomodava, até que numa conversa com minha orientadora pude perceber que esse era mais um dado de pesquisa. A incompletude, a rapidez dos relatos, a necessidade de falar rapidamente e sair eram também um importante dado, uma vez que informavam muita coisa sobre os hábitos, percepções e prioridades dos meus interlocutores. Aqui, o não-dito e o gestual ganham contornos de centralidade, já que estava diante de uma “etnografia do fragmento”. Dito de outra forma, como um quebra-cabeças, eu precisaria encaixar as peças desses relatos fugidios e fragmentados que constituíram o principal material de pesquisa que pude produzir. Digo principal porque ainda consegui gravar conversas mais longas com figuras que julguei centrais para a compreensão da dinâmica da ocupação. Assim foi que conversei por mais de uma hora com Aline, a responsável pelo local, depois presa. Conversei com Alexandre,

também preso hoje, e com sua esposa, Nicole, que viria a se transformar na sucessora de Aline. Ainda tive a oportunidade de conversar longamente com outros personagens, como Joca, que tem esse apelido da época em que era Jockey, e Carlos, sobrevivente da chacina da Candelária, entre outros que surgiram pelo caminho. Nesse sentido, gostaria de propor nas linhas a seguir algumas reflexões que deem conta dessa proposta, gestada ao longo do processo, aprendida e apreendida na prática, transformando o que aparentava ser uma dificuldade num terreno fecundo para o aprofundamento da reflexão que proponho.

A partir da publicação dos diários de campo de Malinowski, Clifford Geertz (1997) questiona sobre o que seria fazer uma etnografia. Tendo em vista que tais diários revelaram um antropólogo nem sempre paciente, muitas vezes intolerante, irritado e solitário, Geertz aponta, para além destas constatações, o que eles poderiam nos revelar sobre a natureza do trabalho de campo. Assim, discorre sobre uma série de atributos que seriam necessários ao antropólogo para desenvolver tal trabalho. Segundo ele, fazer uma etnografia pressupõe habilidades que transcendem a empatia. Assim, diz ele, só se torna possível conhecer as grandes diretrizes culturais se você se detiver nos detalhes. Dito de outra forma, o pesquisador deve ser capaz de “traduzir” conceitos de “experiência próxima”, ou seja, categorias nativas, para conceitos de “experiência distante”, o que significa explicar o conceito para alguém que não se orienta por aqueles conceitos de “experiência próxima”.

Nesse quadro, a questão que se coloca é a seguinte: como ver o mundo do ponto de vista do nativo? Como “traduzir” esta experiência próxima? Para Geertz, devemos procurar e analisar as forças simbólicas em cujos termos as pessoas realmente se representam para si mesmos e para os outros. Assim, o autor propõe uma hermenêutica pela qual interpreta a sociedade como um texto que é visto como um conjunto de partes individuais, realizando um movimento “pendular” entre dois polos, ou seja, “experiência próxima” e “experiência distante”. (ERIKSEN, 2007, p. 127). Segundo Geertz: “Limitar-se a conceitos de experiência próxima deixaria o etnógrafo afogado em miudezas e preso em um emaranhado vernacular. Limitar-se ao de experiência distante, por outro lado, o deixaria perdido em abstrações e sufocado em jargões.” (GEERTZ, 1997, p. 88).

Nesse sentido, a questão aqui é captar conceitos de “experiência próxima”, buscando estabelecer com estes uma relação de conceitos de “experiência distante”. Dito de outra forma, não apenas descrever o que os sujeitos fazem, mas buscar perceber o que eles acham que fazem. Devemos então procurar e analisar as formas de representação simbólicas, como palavras, imagens e comportamentos com os quais os sujeitos efetivamente se representam

para si mesmos e para outros. Ao contrário de tentar trazer a experiência do outro para nossa própria realidade, o que ele propõe é que busquemos “ver a experiência de outros com relação à sua própria concepção de eu.” (GEERTZ, 1997, p. 91).

Destarte, produzir uma etnografia tem a ver, então, com a capacidade do pesquisador de estabelecer uma relação de credibilidade com seus pares. Não bastaria, segundo essa visão, a produção de um texto denso ou com muitos recursos literários. A credibilidade está relacionada com a capacidade do pesquisador de demonstrar que ele efetivamente “esteve lá” (GEERTZ, 2002), de que houve a troca, de que foi “afetado” pelo grupo pesquisado. A tarefa de “estar lá”, assim, não se resume apenas à comprovação de que se esteve fisicamente no lugar, mas traduz a capacidade de mergulhar nos detalhes e nas peculiaridades do grupo estudado, revelando assim um pouco dos detalhes e das especificidades do próprio grupo do pesquisador, conferindo um papel de destaque para a subjetividade do pesquisador, seja na construção do objeto, seja no trabalho de campo propriamente dito.

Identidade/subjetividade deixam, assim, de ser intrusos indesejáveis do processo de pesquisa (...) e passam a integrar o próprio projeto de conhecimento da alteridade, com espaços passíveis de ocupação pelo etnógrafo e a forma como é tratado pelo grupo sendo entendidos como dados de campo, como maneiras que o grupo tem de dizer quem é por meio da relação que estabelece com o pesquisador. (COELHO, 2016, p. 10).

A proposta de trabalho de campo que advogo, portanto, busca estabelecer uma relação de “intropatia”, entendida como a capacidade de se colocar no lugar do outro, ouvindo com atenção, curiosidade e interesse:

A atitude de simpatia em relação à pessoa, e a tentativa de descoberta das categorias que estão no centro de seu sistema de pensamento e de ação, não constituem dois elementos separados. O pesquisador começa com um papel de composição: ele é gentil, receptivo, e acolhe muito positivamente tudo o que é dito. Quando as categorias mais operatórias são isoladas, tudo então começa a se encadear. (KAUFMANN, 2013, pp. 84-85)

Mas como descrever “corretamente” o outro? Como representá-lo? Acredito que esta seja uma “via de mão dupla”, pela qual pesquisador e pesquisado se “afetam” mutuamente, trocando vivências que, obviamente, dizem muito a respeito do próprio pesquisador, suas escolhas teórico-metodológicas, que passam inclusive pela construção do próprio objeto de pesquisa. Nesse quadro, procuro circunscrever o alcance da pesquisa ao universo pesquisado, entendendo as especificidades de cada cena de uso de crack na cidade do Rio de Janeiro como microcosmos onde muitas vezes o único ponto em comum é a relação que se estabelece com a droga. A cena que pesquiso não é a mesma que a cena do bairro da Glória,

nem do Jacarezinho, de Manguinhos ou de Copacabana. Cada cena dessas guarda particularidades que têm muito a ver com a administração do espaço público e os dispositivos de poder e controle locais.

Os sujeitos também são outros. É particular a relação que cada um guarda com o crack, como diversas são as estratégias para manter o consumo, suas rotinas, visões de mundo e, sobretudo para o nosso propósito, as formas de expressão de sentimentos.

No processo de generalizar a partir de experiências e conversas com pessoas específicas da comunidade, o antropólogo pode obscurecer suas diferenças e homogeneizá-las. O esforço para produzir descrições etnográficas gerais das crenças e ações das pessoas arrisca suavizar as contradições, os conflitos de interesses, as dúvidas e as brigas, além das alterações nas motivações e nas circunstâncias históricas. Além de sua fragilidade teórica, esse apagamento do tempo e dos conflitos é enganoso, pois faz com que aquilo que se situa dentro da fronteira delimitada pela homogeneização pareça essencial e fixo. (ABU-LUGHOD, 2020, p. 46).

Nesse contexto, retorno às questões apontadas inicialmente: como pesquisar uma cena de uso de crack, um local tão efêmero? Como acessar os sujeitos da história que pretendo contar?

O conhecimento produzido pelo senso comum retrata estes espaços como violentos e perigosos. Pessoas em situação de uso problemático de drogas não seriam “confiáveis” e não são raros os casos divulgados pela imprensa de episódios de crimes bárbaros cometidos por sujeitos sob efeito da droga.¹⁴

Nesse sentido, segregar os sujeitos tachados como “cracudos” – indivíduos que desenvolveram uma relação de uso problemático com o crack – teria o efeito apenas de reforçar a segregação e a “cultura da evitação” (MILITO & SILVA, 1995), como veremos no capítulo 3. Por outro lado, tratá-los como são, ou seja, pessoas dotadas de expectativas próprias, captar essas histórias, acessar suas emoções, ainda que de forma fragmentada e díspar, com foco muitas vezes no “não-dito”, pode nos ajudar a compreendê-los melhor. O uso problemático de crack nos conta apenas uma parte da história desses sujeitos, penso. Aqui, emergem histórias, trajetórias, traumas que se entrecruzam na cena de uso.

Vivemos na mesma cidade, mas isso não significa de maneira alguma que conheçamos de fato todos os pontos de vista daqueles que nos cercam, sobretudo de áreas mais distantes e zonas “conflagradas”.

¹⁴ Ver, por exemplo “Epidemia do crack: a violência gerada pelo vício”. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/886899/>

Nesse quadro, caberia ao pesquisador procurar “despir-se” dos estereótipos e modelos explicativos pré-estabelecidos para que possa, assim, “traduzir” o ambiente estudado. Esta tradução, no entanto, não está dissociada da subjetividade do pesquisador. Não se trata aqui de negar o rigor e o caráter científico do trabalho, mas de se perceber como parte do processo de interpretação do fazer antropológico.

Nesse contexto, a questão central é a de como ouvir os usuários em profundidade num ambiente onde as “garantias” para tal não estão dadas. A saída, me parece, é a busca por fragmentos, por histórias contadas não apenas por meio da oralidade, mas por gestos, comportamentos, expressões, enfim, qualquer pista que possa nos colocar em contato com histórias e emoções dos moradores/usuários. Como nos informa Foote Whyte (2005):

Quando pensamos o que vemos, somos forçados a reexaminar nossas notas e, talvez, coletar novos dados a fim de determinar se o padrão percebido representa adequadamente a vida que observamos ou é simplesmente um produto da nossa imaginação. A lógica, então, tem uma participação importante. Mas estou convencido de que a evolução real das ideias na pesquisa não acontece de acordo com os relatos formais que lemos sobre métodos de investigação. As ideias crescem, em parte, como resultado de nossa imersão nos dados e do processo total de viver. (FOOTE WHYTE, 2005, p. 284).

Aquilo que considero “real” é percebido como tal através da minha “lente de observação”. Há, portanto, de se relativizar as noções de “distância” e “objetividade”, buscando estabelecer os limites necessários para que se não incorra numa atitude solipsista. A pesquisa é sobre um grupo determinado, não sobre o pesquisador. No entanto, como vimos no início do capítulo, é inegável o caráter de aproximação que tenho com o tema, sendo este um dos motivos pelos quais resolvi debruçar-me sobre ele.

Sendo assim, como atuar de forma isenta? É possível estabelecer uma relação de estranhamento com o “familiar”? Da Matta (1978) discute aquilo que chama de aspectos “interpretativos” do etnólogo, ou seja, aquilo que está sempre pronto a emergir numa situação de encontro entre humanos. Assim, destaca dois caminhos possíveis: tornar o exótico familiar ou o familiar exótico. No segundo caso:

É um movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar. E, de fato, as viagens xamanísticas são viagens verticais (para dentro ou para cima) muito mais do que horizontais, como acontece na viagem clássica dos heróis homéricos. E não é por outra razão que todos aqueles que realizam tais viagens para dentro e para cima são xamãs, curadores, profetas, santos e loucos; ou seja, os que de algum modo se dispuseram a chegar no fundo do poço de sua própria cultura. Como consequência, a segunda transformação conduz igualmente a um encontro com o outro e ao estranhamento (DA MATTA, 1978, p, 29).

O pesquisador-xamã é aquele que viaja sem sair do lugar, mergulhando profundamente na sua própria cultura a fim de desenvolver uma nova perspectiva, um olhar diferenciado sobre as experiências e trajetórias que se desenrolam.

Já para Gilberto Velho (1978), o próprio conceito de familiar pode e deve ser relativizado:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente.

Da janela de meu apartamento vejo na rua um grupo de nordestinos, trabalhadores de construção civil enquanto a alguns metros adiante conversam alguns surfistas. Na padaria há uma fila de empregadas domésticas, três senhoras de classe média conversam na porta do prédio em frente; dois militares atravessam a rua. Não há dúvida de que todos esses indivíduos e grupos fazem parte da paisagem, do cenário da rua, de modo geral estou habituado com sua presença, há uma familiaridade. Mas, por outro lado, o meu conhecimento a respeito de suas vidas, hábitos, crenças e valores é altamente diferenciado. (VELHO, 1979, p.39).

Do ponto de vista de uma pretensa “objetividade” científica, como então não incorrer em nenhuma distorção, tendo em vista que um conhecimento prévio do campo poderia assim obnubilar o estudo? Como deve, então, posicionar-se o “pesquisador nativo”? Segundo Becker (1967):

O que fazemos enquanto isso? Desconfio que a resposta seja mais ou menos óbvia. Nós optamos por um lado segundo o nosso comprometimento político e pessoal, usamos os nossos recursos teóricos e técnicos para evitar distorções que possam ser introduzidas no nosso trabalho, limitamos cuidadosamente as nossas conclusões (...). (BECKER, 1967, p. 247, tradução minha).

Assim, procurei ao longo da pesquisa estabelecer parâmetros e critérios de análise que garantissem o máximo de rigor possível, combinando técnicas e métodos de pesquisa que pudessem me auxiliar na compreensão de um universo complexo, composto por diversas camadas e bastante desafiador, sobretudo pela sua volatilidade. A cena pesquisada é inédita e, portanto, tive que construir, “pavimentar” um caminho que passou desde a aproximação com militantes locais, comerciantes do bairro, moradores, até chegar aos meus interlocutores. Perdi as contas de quantas vezes lavei o meu carro no lava-jato precário que fica na esquina da ocupação, apenas para observar o lugar e conversar com os rapazes que executavam o serviço. Percebi que, para eles, os moradores/frequentadores da ocupação não eram lá muito bem-vindos, pois causavam uma má impressão do local, “afastando os turistas.” Por outro lado, não foram capazes de me apresentar qualquer fato ou evento que

corroborasse essa tese. Ficou evidente que o mal-estar que os moradores da ocupação causavam era aos próprios jovens, e não a (im)prováveis visitantes daquela localidade.

Voltando ao Magrão, no final da nossa conversa, ele me pareceu cansado de viver na ocupação. Reclama muito de uma hérnia que o impediria de carregar peso e, portanto, de trabalhar. Disse que antes disso trabalhava para os camelôs da Central do Brasil, executando pequenas tarefas, como pagamento de contas, compras e transporte de mercadorias. No final da nossa conversa, ele dizia que gostaria de deixar a ocupação, mas que não conseguia porque se tratava de algo “espiritual”. Também afirmou que se sente constrangido por fazer uso de crack – esse é o ponto que discutirei no terceiro capítulo – e que as pessoas da sua família dizem não o reconhecer mais.

Enquanto conversava com Magrão, Nicole me chama de novo. Visivelmente irritada e com ciúmes, ela me disse que eu não estava lhe dando atenção. Ouvindo a conversa que tive com Magrão, me contou que também não estava se sentindo bem na ocupação. Disse que sentia vergonha de viver nessa situação, mas que sua maior vergonha foi a de ter sido algemada à luz do dia, na frente de muitas pessoas num ponto de ônibus. Perguntei quantas vezes ela já tinha sido presa e ela me disse que foram 31 passagens, também por todos os artigos, exceto estupro.

É interessante notar a mudança de humor que havia se processado em Nicole. Ela estava feliz com o aniversário da filha quando cheguei, mas agora estava triste após ouvir as histórias de Magrão. Ela me abraçou e disse que gostava de mim como se fosse seu irmão. Talvez por isso ela pensasse que seria uma espécie de “gentileza” e insistia para que eu aceitasse os serviços de suas conhecidas que eram prostitutas. Pergunto pelo Alexandre, seu marido. Ela me conta que ele ainda estava preso. Diz que quer largar o crack, mas que não consegue. Por fim, desabafou sobre o que considera ser uma “grande hipocrisia da sociedade”, pois as autoridades não cuidam das pessoas – pessoas com problemas com drogas – e, depois que as pessoas “se viram para sobreviver”, são criticadas e julgadas.

Aqui, temos várias pistas para a construção dos argumentos que pretendo desenvolver. A vergonha de Magrão e Nicole, os sentimentos de inadequação que relatam, dizem muito sobre a forma como acabam por internalizar uma percepção corrente no senso comum, fortalecendo sentimentos de baixa autoestima, exclusão e hierarquização. Por outro lado, é interessante notar que essa vergonha pode também operar como uma espécie de “marcador de identidade”. Ambos querem “deixar a ocupação”, mas não conseguem porque temem o julgamento dos “outros”, daqueles que não estão “na mesma situação que nós”. Ou

seja, parece que a vergonha e a maneira como internalizam esse afeto operam num duplo sentido: se por um lado reforçam a chamada “cultura da evitação”, por outro aglutinam esse grupo “desviante” que passa a construir um novo sentido e identidade a partir também desse afeto, semelhante ao quadro descrito por Rui (2021).

Sobre a minha própria trajetória como usuário problemático de cocaína e posteriormente de pesquisador, gostaria de explicitar alguns pontos.

Em “Quando o ‘nativo’ é pesquisador. Notas sobre o trabalho de campo no Santo Daime”, Mateus Mass aciona os textos clássicos de Velho (2019) e Da Matta (1978) para discutir a relação do pesquisador com o campo de pesquisa, especialmente no caso em que este pesquisador faz parte do grupo pesquisado. Para ele:

Ambs os autores ressaltam de formas diferentes a importância de se expor os aspectos subjetivos e interpretativos a fim de se obter uma pesquisa clara e sincera em seus processos metodológicos e resultados. Este relato de campo é um esforço neste sentido, com o qual espero esclarecer o plano de fundo onde se desenha minha pesquisa. Uso para este fim a metáfora da dupla iniciação: a iniciação na academia, e toda a transformação que a subjaz, e a iniciação religiosa. (Mass, 2015, p. 17).

A metáfora utilizada pelo autor é bastante interessante, propondo uma dupla “iniciação”, a científica e a religiosa. Para ele, essa relação com o campo tem um duplo aspecto. Se por um lado permite ao pesquisador um acesso facilitado ao campo pesquisado, por outro, dificulta a análise de certos rituais e eventos nos quais o pesquisador está imerso como membro do grupo, com um papel definido e que deve desempenhar.

Apesar de conhecer e dominar os diversos códigos e categorias nativas presentes no universo das drogas ilícitas, não conhecia as trajetórias de vida dos meus interlocutores. É aqui, penso, que se localiza a fonte de maior interesse do meu trabalho. Tendo assumido a posição de acionar o arcabouço teórico da Antropologia das Emoções, vislumbro nas emoções dos moradores/usuários, suas trajetórias pessoais, suas expectativas e apreensões, muito mais do que apenas a sua relação com o crack. De novo, penso que o uso problemático de crack, que atravessa as trajetórias de meus interlocutores, não os define como sujeitos.

Nesse quadro, imagino que a minha tarefa não será de todo facilitada pela minha própria “trajetória de usuário” problemático de cocaína. Nossas histórias divergem em muitos pontos, nossas relações também, bem como nossos sentimentos. De todo modo, não é possível negar que parte da interação e do contato foi facilitada por esta condição. Contudo, como disse anteriormente, o papel de pesquisador e entrevistador é um marcador de posição que provoca estranhamento e até mesmo uma certa admiração, pautando uma relação que

acaba sendo duplamente influenciada e definida. Espero sinceramente que as ferramentas metodológicas aprendidas e apreendidas ao longo do processo de pesquisa de campo tenham favorecido escolhas as mais acertadas. Por mais que tente horizontalizar a relação e até mesmo estabelecer um diálogo com base na informalidade, continuo sendo percebido pela maioria dos meus interlocutores como “o professor.”

Procurei neste primeiro capítulo demonstrar o trajeto pessoal/intelectual percorrido para chegar até aqui, ou seja, a construção de uma pesquisa sobre moradores/frequentadores de uma cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro. Busquei apresentar como se deu a aproximação com o tema das drogas, partindo de uma questão pessoal, até a chegada ao cenário atual. Espero ter esclarecido que esta foi uma trajetória sinuosa, cheia de curvas e incertezas, muito longe de uma linearidade. Procurei também acentuar o caráter fugidio e fragmentado do trabalho de campo. Seria muito difícil construir uma narrativa linear que desse conta da dimensão um tanto “caótica” da cena. Não sei se seria desejável, uma vez que, como dito anteriormente, o episódico e o fragmento são dados importantes da pesquisa e que, portanto, não devem ser desprezados. É o que pretendo demonstrar no próximo capítulo, ao articular o objeto de pesquisa com o quadro teórico da Antropologia das Emoções.

2 EMOÇÕES “EM CAMPO” NO CAMPO

Socorro, alguém me dê um coração
 Que esse já não bate nem apanha
 Por favor, uma emoção pequena
 Qualquer coisa que se sinta
 Tem tantos sentimentos, deve ter algum que sirva
 (Socorro - Arnaldo Antunes)

Sob o guarda-chuva da categoria “cracudo” cabe uma série de acusações. “Cracudos” não têm medo! “Cracudos” não têm pena! “Cracudos” não têm coração! “Cracudos” não são gente! Essas são algumas das afirmações que ouvi toda vez que contava que o meu Doutorado se baseava na pesquisa numa cena de uso de crack. Na cidade do Rio de Janeiro, quase todo mundo conhece alguém que conta uma história sobre um conhecido que teria sido vítima de um “cracudo”. Ao circular pelas ruas do Rio, existem determinados pontos que são destacados como “interditados”. Fulano, não vá por ali, está cheio de “cracudos”! Aquele bairro era tão bom, mas agora está “infestado de cracudos”! Vistos na maioria das vezes como “parasitas”, “sub-humanos” ou “desumanos”, “cracudos” são, por isso mesmo, descartáveis e não fariam falta alguma, sobretudo se considerarmos a posição dominante na imprensa e no senso comum. Uma das tarefas que me impus nessa pesquisa é de fazer exatamente o movimento contrário, (re)humanizando os desumanizados. Ao entrar em contato com os moradores/frequentadores da ocupação Colombo, acompanhar o seu cotidiano e contar um pouco das suas trajetórias, tento apresentar uma outra faceta, apresentar os sujeitos que abrigados sob a categoria de “cracudos” também possuem histórias, trajetórias e, sobretudo, sentimentos que, como veremos, são socialmente informados e construídos.

Diante das dificuldades impostas por um campo tão efêmero, fragmentado, fui tentando reunir histórias, trajetórias de indivíduos que também foram atravessados pelo uso problemático de crack, mas não somente. São pessoas e, por mais óbvio que seja, penso que seja importante lembrar disso. São pessoas que também possuem suas expectativas, seus sonhos, suas esperanças, suas dores e dificuldades. São pessoas dotadas de subjetividades, muitas vezes conturbadas, nebulosas e, como esse próprio trabalho de campo, “fragmentadas”.

Recordo de um comentário muito gentil de um professor do Programa de Pós-Graduação do curso de Doutorado, alertando que no meu contexto de pesquisa eu teria de ter muita “sensibilidade etnográfica”, atentando muitas vezes para o “não-dito”, os gestos e

as reações. As histórias contadas nesse capítulo possuem uma forte carga emocional e são carregadas de episódios de violência. Respeitá-las significa contá-las, retirando as consequências analíticas necessárias ao nosso intento, sem necessidade de carregar nas tintas, descrevendo da melhor forma possível aquilo que me foi passado.

2.1 Fragmentos de histórias da ocupação Colombo

A primeira pessoa com quem tive contato na ocupação Colombo foi Aline, ainda no ano de 2021. Como expliquei no capítulo anterior, Aline me foi apresentada por Adriana, vizinha da Ocupação Colombo e militante de causas populares na região da Gamboa, centro da cidade do Rio de Janeiro. Aline era uma espécie de responsável pelo local. Foi colocada nessa função pelos varejistas de drogas da Providência. Tudo o que acontecia na ocupação precisava passar pelo crivo de Aline, que autorizava ou não determinada ação ou atitude.

Minha entrada no campo, portanto, só poderia se efetivar com a sua autorização. Cabe destacar que nunca tive contato direto com membros do varejo de drogas do morro da Providência, pelo menos conscientemente. Não há como precisar que não havia algum deles ali para assegurar que a minha presença não lhes traria maiores embaraços, de todo modo nunca fui abordado por alguém que se dissesse membro deste grupo. Diante de qualquer questão que surgisse, a resposta era sempre a mesma: “Fala com a Aline!” Pois bem, foi com ela então que começamos a nossa jornada.

Quando conversei com Aline, as máquinas de caça-níquel ficavam no andar térreo, numa pequena entrada que havia antes da “área de convivência”, onde ficavam os sofás. Nesse espaço, além das máquinas, ficava o pequeno comércio de Aline, onde ela comercializava pequenas garrafas plásticas de cachaça e copos de água mineral.

Aline me pareceu bastante tranquila no momento da nossa conversa. Expliquei para ela os procedimentos que adotaria e pedi permissão para utilizar o gravador, o que ela consentiu. Ela pareceu legitimamente preocupada em me ajudar, já que procurava afastar as pessoas que insistiam em falar com ela ao longo da conversa. Foram inúmeras as interrupções, sobretudo porque era ela que detinha o controle das máquinas, permitindo que outros apostassem, bem como da venda de copos de água. Os copinhos de água são utilizados para o consumo de crack e são de vital importância para a “economia local”.

É muito interessante notar a forte influência e controle que Aline exerce no local. Acompanhei por diversas oportunidades suas “brincas” ou ordens para outros moradores/frequentadores da ocupação. Ela não era questionada e, em todas as ocasiões em que presenciei tal situação, as pessoas faziam o que ela determinava sem maiores considerações ou questionamentos. Esse foi um dos fatores cruciais para o sucesso da minha empreitada, tendo em vista que já na minha chegada ela reuniu todo o grupo e anunciou: “Então, esse aqui é o professor. Ele tá fazendo um trabalho sobre a gente aqui, sobre nós. Eu quero que todo mundo ajude quando ele pedir, já é?”.

À época da conversa, Aline contava 40 anos. Disse orgulhosa que era carioca e que nascera no Hospital Salgado Filho, no Méier. Enquanto ela me contava isso lembrei que foi nesse mesmo hospital onde fiquei internado quando sofri um acidente automobilístico provocado pelo excesso de álcool. Foram três meses de internação e três cirurgias, a primeira para reparar um rompimento de intestino pelo cinto abdominal do carro e as duas seguintes para reparar erros cometidos na primeira cirurgia, que me renderam uma hérnia incisional. Nesse dia, eu me lembro de ter assistido a um show do Ira!, banda de rock’ n roll paulistana, na Praça do Canhão, em Realengo. Lembro-me também de estar dirigindo o chevette do meu pai e de quando abordei um vendedor de cervejas no local. Pedi que ele ficasse do meu lado e comprei todas as latinhas que ele tinha. O resultado veio pouco depois. Ao sair do local completamente embriagado, dormi na direção e acabei “voando” com o carro de um viaduto, a caminho de um ponto de venda de drogas na região da Avenida Brasil. Essa foi uma das minhas últimas “aventuras”. Lembro muito bem de assistir à final do Campeonato Carioca numa TV bem pequena na enfermaria. Os outros pacientes vibraram quando o sérvio Petkovic marcou um gol de falta quase no final do jogo, dando o título do torneio ao “time da Lagoa”.

Aline me contou que sua mãe a deixou para ser criada pelos tios. Ela me disse que teve uma boa infância e que era bastante estudiosa. Como prova, disse que nem mesmo os “filhos de verdade” dos seus tios chegaram aonde ela chegou nos estudos.

Enquanto me contava sua história, Aline falava de maneira bastante calma. Notei que ela não parecia agitada e com certeza não quis fumar crack enquanto conversávamos. Estou certo disso porque em determinado momento da nossa conversa um homem chegou e nos ofereceu um pouco, mas recusamos. Em outro momento, uma mulher se aproximou, Aline tirou um saquinho plástico com uma pedra de crack do sutiã e entregou para a mulher. Tendo em vista que o varejo de drogas comanda tanto a ocupação quanto o ponto de venda que fica

na rua ao lado, acredito que tenha testemunhado uma doação ou uma outra transação qualquer, mas não uma venda, já que Aline era a “representante” local dos varejistas.

Aline me contou que o seu tio a adorava porque, embora não fosse “filha legítima”, era muito inteligente e motivo de orgulho. Segundo ela, sua mãe ainda a acompanhava e todo final de ano aparecia para saber como ela estava. Disse que estudou até a primeira série do segundo grau, atual ensino médio, e que acabou desistindo porque não se “comportou muito bem.” Gostaria de acentuar aqui como essa questão de ser criada pelos tios deixou algumas cicatrizes em Aline. Enquanto me contava como era inteligente, ela destacava sempre que, “apesar de não ser legítima”, era querida pelos tios. A quantidade de vezes que Aline repetiu isso me levou a imaginar que aquela não era uma questão bem resolvida para ela. O tempo todo ela procurava se comparar com os primos, destacando como era mais esforçada, mais inteligente, apesar de...

Perguntei a Aline de que maneira as drogas atravessaram a sua vida. Se esse foi o motivo para que ela desistisse da escola. Ela respondeu o seguinte:

Eu desobedeci às regras que eu era criada, tudo aquilo que era da igreja. Até os meus 15 anos eu fui criada na igreja. Na Igreja Assembleia de Deus, no ministério de Cordovil. Meu primeiro contato, particularmente, não foi com droga não, foi a mentira que me trouxe até aqui. Porque eu sempre fui de estudar, fiz vários cursos, fiz curso no Senac, todo curso que tinha meu tio me botava, eu ganhei várias bolsas. Eu ganhei uma bolsa pra estudar num colégio de freira ali perto. E tudo começou sabe como, perto do Natal. Meu tio me pediu pra quando chegar perto do Natal eu ir no CEASA ver o preço das frutas. Porque minha família é muito grande, ele falou isso comigo uma semana antes. No outro dia eu matei aula e fui lá no CEASA. Chegando lá eu comecei a ver os preços e vi um cara vendendo sorvete e ele virou pra mim e falou assim: “você está aqui procurando emprego?”, e eu falei, “tô”. Eu não disse que tudo começou na mentira? Eu não tava procurando emprego. Ele me apontou, em frente ao CEASA tem aqueles prédios amarelinhos, e depois dos prédios tinha o Ponto Frio. Ele virou pra mim e falou assim: “oh, minha irmã está precisando de uma pessoa pra trabalhar na casa dela, tomando conta dos meus sobrinhos.” Na época era muito dinheiro, ele disse que ela estava pagando dois salários pra ficar com as crianças. O olho grande também castiga muito. Eu falei, “me leva lá”. Ele me disse que estava muito tarde e que não tinha como me levar naquele dia pra trabalhar. Me mandou voltar no dia seguinte, quando fosse uma hora da tarde. E deixando claro sempre uma coisa, a confiança maior que eu tive nele é que ele estava com uma bíblia. E como eu te disse eu fui criada dentro da igreja, né!

No outro dia eu voltei lá de novo. Eu fui lá. Quando eu cheguei, ele falou que estava me esperando. Aí eu disse que estava procurando. Ele guardou o carrinho de sorvete e disse pra ir com ele. Eu fui. E nisso eu passei por vários becos, até a gente chegar no lugar que seria a casa dele. Antes de chegar na casa dele, ele parou num lugar tipo uma sinuca e conversou com dois caras. Esses dois caras eu jamais esqueci a fisionomia de nenhum deles. E me disse que tinha que me levar na casa dele pra pegar a chave da irmã dele. Eu fui com ele. Chegando na casa dele, ele foi no banheiro, tomou um banho. Eu, muito curiosa, vi um álbum de fotos e comecei a ver as fotos. Eu vi as fotos e vi que realmente ele era da igreja, tinha muita foto com o pessoal da igreja. Nisso eu fiquei tranquila. Ele saiu do banho e disse pra gente ir e nós fomos. Quando chegou no meio do caminho: sabe aqueles

caras que eu falei contigo lá da sinuca? Eles já estavam lá. Eu já estava perto de um matagal. Esses dois caras já estavam lá (lágrimas) e já tinha mais um cara. Eu não tinha essas maldades porque eu era moça (virgem). Eu não (choro). Aí eles foram e abusaram de mim, chegando num ponto que eu pensei que fossem me matar. Do nada uma viatura entrou na comunidade. Eles correram e eu corri também. (Caderno de Campo, fevereiro de 2021).

Para Aline, então, sua situação atual seria o reflexo de uma mentira. Tudo que daí decorre seria sua responsabilidade porque não fez o que seu tio a orientou a fazer e acabou se envolvendo com um estranho que, por estar com uma bíblia e ter fotos na igreja, era para Aline alguém confiável e insuspeito.

Não pretendo aprofundar essa discussão aqui, já que não é o meu objetivo de pesquisa. No entanto, não posso deixar de notar como Aline é mais uma vítima de violência sexual que se sente culpada pelo abuso que sofreu, por ter sido estuprada por homens adultos quando ainda era uma criança. Esse ponto me interessa, pois, a culpa que Aline narra que sentiu e sente está diretamente relacionada com a vergonha que revela sentir pelo que passou. Ou seja, ela sente vergonha por ter sido estuprada na infância, uma vez que, segundo sua visão de mundo, ela era culpada por ter violado as “leis de Deus” e mentido para o seu tio. Segundo ela, esse episódio do estupro teve o seguinte desfecho:

Primeira casa que eu vi eu entrei. Aí eu pedi ajuda pra uma senhora. Ela me perguntou o que tinha acontecido, eu estava sem roupa, desesperada. Ela me ajudou, me mandou tomar um banho e me deu uma roupa. Depois ela disse: ‘eu vou te levar no dono da favela’. Ela me levou no cara. Ele me levou no cara. Contou que eu cheguei sem roupa, desesperada. Ele me perguntou quem foram esses caras. Eu fui levar ele lá. Ele andou a favela toda comigo. Quando eu pensei mais que não ia encontrar, que é muito beco, muita viela, eu passei pela sinuca, eu parei e falei, é aqui! Eu achei a casa e falei que eles podiam entrar que em cima da mesa tinha um álbum de fotos. Eles entraram e ele não estava lá. Os caras viram as fotos e conheciam ele, falaram: ‘pô, esse aqui é o Pastor!’ Os caras voltaram comigo para uma igreja que tinha perto da sinuca. Quando chegamos lá ele estava lá. Os caras perguntaram pra mim: ‘é aquele cara lá?’. Eu respondi que sim. Quando ele veio e tocou no ombro de um dos caras, como se nada tivesse acontecido, e disse: ‘o que está acontecendo, meu filho?’. O bandido falou pra ele assim: ‘você não sabe o que está acontecendo não?’ O pessoal da igreja ficou sem entender nada, pedindo por ele. E fomos lá aonde aconteceu tudo. E me lembrei que ele tinha uma pulseira que caiu. Os bandidos estavam em dúvida comigo, porque o cara era pastor, era uma coisa difícil. Quando chegamos no local achamos a pulseira. Aquilo ali foi a confirmação. Os caras mandaram eu fazer isso, fazer aquilo com ele, mas eu não consegui fazer nada. Pra não dizer que eu não consegui fazer nada, eu dei dois tapas na cara dele. Na época como eu era da igreja também eu pedi pra não matar ele, mas hoje em dia eu mandaria. (Caderno de Campo. Fevereiro de 2021)

Aline sente que não devia “fazer nada” porque era da Igreja. Em nenhum momento ela relaciona o fato de que o homem que a violentara era um pastor. Isso não parece abalar a convicção que tinha de que ela tinha sido culpada por não ter seguido o “mandamento” de

não mentir. Segundo as “leis do tráfico”, como são popularmente conhecidos os “tribunais” nas comunidades que julgam e punem os crimes e criminosos locais, o pastor deveria ter sido morto. Aline, no entanto, destaca que não permitiu que o fizessem por ser da Igreja, orientada por uma visão de mundo pela qual ela era a verdadeira culpada por ter “falhado”.

A emoção que Aline demonstrou ao narrar esse episódio me leva a crer que ele foi verdadeiro. Cabe notar que esta é uma situação que acontece, infelizmente, com tanta frequência na realidade brasileira que é perfeitamente plausível que tenha acontecido com Aline também. No entanto, minha preocupação não é em saber “exatamente” o que aconteceu com meus interlocutores, mas o que eles acham que aconteceu, e mais, como eles sentem o que acham que aconteceu.

No caso em questão, esse evento teria sido o estopim para uma virada na vida de Aline. Até aqui, como vimos, ela era criada pelos tios, numa comunidade da zona norte do Rio de Janeiro. Frequentava uma igreja de matriz protestante e era extremamente estudiosa. Segundo ela, fez vários cursos e, seguindo essa trajetória, seu futuro seria de alguém com uma sólida formação, ao menos no nível técnico, quiçá no ensino superior. O estupro, no entanto, opera como um divisor de águas e promove uma virada na trajetória de Aline. Segundo ela:

Minha relação com a droga, tudo partiu daí. Primeiro eu comecei a beber, depois eu fui pra cola. O crack foi o último, a última droga que eu experimentei. Esse fato (estupro) me deixou com vergonha. Porque eu era criada pelos meus tios, todo mundo nascido e criado na Igreja, eu errei, eu menti. Se eu não tivesse mentido, não tinha acontecido. Foi uma coisa que foi muito “mídia” (comentado na comunidade), todo mundo soube, meu tio não olhava mais na minha cara. Eu tinha 14 anos, minha festa de 15 anos já estava quase tudo comprado. Aí acabou festa, acabou tudo. (Caderno de Campo. Fevereiro de 2021.)

Para o propósito desta pesquisa o trecho acima é muito importante. Primeiro a culpa pelo ocorrido. Aline em nenhum momento pareceu considerar que se tratava de uma menina de 14 anos à época, que foi enganada por um adulto ardiloso e manipulador. Para ela, esse evento foi motivo de grande embaraço, de vergonha, porque virou “notícia” na comunidade e o seu tio nem sequer a olhava mais, o que a seus olhos significava que ele também a culpava.

Outro ponto que gostaria de destacar é a questão da vergonha. Embora tenha reservado o próximo capítulo para tratar exclusivamente dessa questão, é interessante já assinalar como ela emerge como um sentimento relacional, ou seja, que se desenvolve na relação com o outro. No caso em questão, a vergonha de Aline vinha da maneira como ela

achava que era vista pela comunidade onde vivia, os julgamentos que ela imaginava que teria de enfrentar, os olhares e fofocas. Enfim, a vergonha opera como um afeto que surge da maneira como a pessoa pensa que será vista pelos outros, influenciando decisivamente na construção da autoimagem de Aline, que acaba por internalizar a opinião que, segundo ela, é bom frisar esse ponto, entende que outros desenvolveram sobre esse episódio.

Essa “autoimagem” distorcida foi um dos fatores que, segundo Aline, a conduziram ao uso de drogas. Como ela mesma apontou, começou com o álcool e depois foi para a cola. Sobre o crack, Aline contou que:

Eu gosto muito de fumar crack. É assim, tem pessoas que conseguem controlar. Eu lido com dinheiro alto, trabalho com pessoas de responsabilidade (varejo de drogas), coisas que não é qualquer usuário de crack que conseguiria. Porque tem coisas que eu faço que seria difícil pra outras pessoas fazerem, mas pra mim é normal. (Caderno de campo. Fevereiro de 2021).

É muito interessante como Aline também se distingue com relação a outros usuários que, segundo ela, não conseguem se controlar. Para garantir que tem o controle sobre o seu uso de crack, Aline diz que lida com somas importantes de dinheiro e que trabalha com “pessoas de responsabilidade”, referindo-se ao varejo de drogas do morro da Providência. De fato, ela é extremamente respeitada na ocupação. Aline fuma crack, mas pelo menos nas vezes em que estive na ocupação não notei nada no seu comportamento que indicasse algum tipo de descontrole. Na verdade, acho que é muito difícil definir um parâmetro para o que seja “uso descontrolado”. Como mencionei, na minha própria história, apesar de um uso considerado problemático, consegui duas aprovações em concursos públicos e, mesmo com alguma dificuldade, conseguia trabalhar. Mesmo assim, o “sintoma” mais evidente de perda de controle eram os muitos dias que passava nas ruas, sem conseguir voltar para casa, usando drogas. Como também mencionei anteriormente, existem usuários de crack que frequentam a ocupação Colombo, mas que estão sempre arrumados, com crachás de empresas do centro da cidade do Rio de Janeiro, ou até mesmo com sacolas de compras, como alguns moradores da região que já presenciei fumando crack no local. Dessa forma, trabalho com o parâmetro de um tipo de corporalidade específica que marca aqueles usuários considerados como problemáticos, tachados sob a pecha de “noia” ou “cracudos”.

Nesse momento, a conversa com Aline foi interrompida por um homem que chegou para comprar um copinho de água que é usado para fumar crack. Ele disse que não estava se sentindo muito bem, que achava que estava com febre. Eu perguntei se ele já tinha tomado a vacina da Covid-19 e ele disse que sim. Na ocupação, eles tomaram a vacina de dose única.

Há um posto de saúde na esquina da rua da Gamboa, onde fica a ocupação. Segundo relato dos moradores, as equipes de saúde da família aparecem vez por outra na ocupação, incentivando os moradores a comparecer para fazer exames e cuidar da saúde. A campanha de vacinação para a Covid-19 foi uma ação de grande êxito, pois praticamente todos os moradores/frequentadores do local foram vacinados com a vacina de dose única. Enquanto frequentei o local, não notei ou fiquei sabendo de qualquer óbito em função da Covid. Na verdade, não soube sequer de alguém que tivesse adoecido por Covid.

Voltando à Aline, ela me conta como se dá a sua relação com o crack. Segundo ela:

Eu fumo todo dia, mas eu consigo administrar tudo, tá tudo normal. Eu acho que não interfere tanto na minha vida, porque se interferisse eu não ia conseguir fazer nada. Eu tomo conta das máquinas aqui em cima (máquinas de jogo que ficam no segundo andar da ocupação), cuido dessa barraca aqui (ponto de venda de copos de água no primeiro andar), sou responsável por tudo. Tenho 6 filhos, tenho um neném de 7 meses, perdi 3 filhos, tenho namorado, fui presa 4 vezes por tráfico, fiquei no Talavera Bruce, Bangu 8, Bangu 7, fiquei presa em Itatiaia, rodei (ser presa) com 20 quilos de maconha vindo de São Paulo, mas tudo que eu fiz foi pelos meus filhos, entendeu? Eu podia estar presa, mas para os meus filhos não faltava nada. Porque na verdade eu tive que ser mãe e pai dos meus filhos. Eles moram aqui perto, minha filha mais velha tem 23 anos, meu filho mais novo tem 7 meses. Meu filho mais velho eu consegui recuperar a guarda. Ela (a filha mais velha) cria ele. Quando eu tive esse filho agora eu tive eclampse. Eu fiquei uns 3 meses mal, parecia que estava sem memória. Foi bom que eu consegui voltar (sobreviver), podia ter ido embora (morrer) e é isso. (Caderno de Campo. Fevereiro de 2021).

Aline revela que fuma todo dia, mas que apesar disso consegue “manter o controle”. Aqui cabe uma pequena ressalva. Aline é extremamente respeitada na ocupação e, pelo que pude apurar, pelos varejistas de drogas também. Como controla a venda de copos e as máquinas de jogo da ocupação, ela está numa posição que lhe garante um suprimento permanente de drogas, sem a necessidade de maiores esforços. Os outros moradores/frequentadores sempre oferecem crack para Aline. Perdi as contas de quantas vezes presenciei tal fato. Nesse sentido, ela não enfrenta uma grande dificuldade para acessar a droga, tendo à sua disposição sempre que deseje.

Aline ainda narra o tempo em que esteve presa, os crimes que cometeu e que, mesmo assim, sua preocupação era cuidar dos seus filhos. Revela que tem seis filhos que, segundo ela, foram sempre uma prioridade. Pelo que entendi, a mais velha, de vinte e três anos, cuida das irmãs menores que estão por perto. Aline ainda narra um problema sério de saúde que teve durante a última gravidez, mas do qual conseguiu se recuperar. Em suma, segundo o depoimento de Aline, o uso de crack não interfere negativamente na sua vida. Pelo contrário, me pareceu que, segundo sua visão, o crack movimentava toda uma economia, financeira e

afetiva, que mobiliza suas relações e constrói sociabilidades. Foi muito interessante notar como para a Aline a vergonha não estava na sua situação atual, uma vez que para ela estava tudo bem. A vergonha aqui vinha por algo do passado, o estupro, do qual Aline se sentia culpada por ter mentido.

Aline me pareceu uma mulher muito forte. Ela era muito assertiva com todas e todos e gozava de grande respeito. Sua atuação foi fundamental para a minha entrada na ocupação. Nas primeiras vezes em que estive no local, eu sempre estava acompanhado dela. A sugestão para que assim agisse partiu dela, que visivelmente estava preocupada em me “proteger” de qualquer intercorrência. Lembro de uma ocasião em que ela me disse que aquele não era um bom dia para estar ali. Sem perguntar o motivo, simplesmente obedeci e só retornei algum tempo depois. Até hoje não sei o que houve naquele dia. Não perguntei e ninguém falou. Com o tempo, aprendemos que, no campo relacionado a comportamentos desviantes, certas coisas não precisam ser ditas, são subentendidas. Essa foi uma condição que adquiri a partir da minha própria trajetória. Se, por um lado, não fez tanta diferença para os meus interlocutores o fato de eu mesmo ter uma história com essa questão, por outro lado, o conhecimento de certas categorias nativas e de alguns códigos e sinais que imediatamente reconheci foram de grande serventia no sentido de garantia da minha integridade física.

Uma das primeiras providências que adotei ao começar a pesquisa foi conversar com a diretora da escola onde lecionava. Avisei a ela da pesquisa e pedi que ela informasse aos policiais da UPP da Providência que havia um professor do colégio fazendo trabalho de campo na ocupação Colombo. Ela informou ao comandante local, que disse que avisaria aos subordinados. Também pedi uma declaração de que eu era professor do colégio. Eu sempre levava comigo a declaração e o meu contracheque, comprovação de que se tratava de um funcionário público. Ainda levava comigo a carteirinha do PPCIS-UERJ, que comprovava que eu era um aluno da Pós-graduação. Toda vez que me dirigia ao campo, eu avisava a alguém do colégio, indicando que se não voltasse até uma determinada hora, que acionassem ajuda. Pode parecer um certo exagero, mas é preciso considerar que a minha entrada no campo não contava com a ajuda de qualquer instituição e até hoje não há muita gente fazendo trabalho social naquela cena. Mesmo assim, não consegui me livrar totalmente de algumas abordagens, na maior parte das vezes, ao sair da ocupação e me deparar com a viatura da PMERJ, felizmente sem maiores consequências. Nada que um homem preto ou pardo na cidade do Rio de Janeiro não esteja acostumado a passar, infelizmente.

Algum tempo depois da nossa conversa, Aline foi presa pela quinta vez. Numa ação da PMERJ na ocupação, descobriu-se que ela tinha um mandado de prisão em aberto. Tentei descobrir como visitá-la, mas fui fortemente desencorajado por Nicole, que assumiu a posição de “responsável” do local. Mais uma vez não perguntei o porquê, e me dei por satisfeito em lhe enviar alguns maços de cigarro. Torço para que ela fique bem, na medida do possível.

De volta à ocupação, encontro Eduardo, 22 anos, morador da região da Providência. Ele não mora na ocupação, mas frequenta regularmente o local para fumar crack. Eduardo trabalha numa empresa de material de construção da região fazendo entrega. Segundo me contou, ele não tem o costume de ficar muito tempo na ocupação. Ele entra, fuma o crack e depois retoma os seus afazeres. Apesar de dizer que não tem o hábito de ficar muito tempo pela ocupação, que usa o crack e logo depois retoma a sua vida, Eduardo relata que “Só de vez em quando, mas quando vem pra usar é foda porque quando bate a vontade termina ficando, né. Não porque a gente quer, mas pela droga mesmo, porque a ansiedade de usar às vezes é maior até do que fazer as outras coisas”. (Caderno de Campo. Fevereiro de 2021).

Como percebemos, o discurso de Eduardo parece um pouco contraditório. Se por um lado ele só vem para usar o crack rapidamente e depois voltar ao trabalho, por outro, ele, de vez em quando, acaba ficando porque, em suas palavras, quando “bate a vontade e termina ficando.” Mais uma vez especulando, a conversa com Eduardo— aliás, como todas as outras— levam a crer que a opinião que ele acha que eu tenho dele é importante, e que por isso ele faz um esforço para parecer alguém que “mantém o controle”. Entendo como algo perfeitamente compreensível o fato de os meus interlocutores estarem preocupados com aquilo que acham que eu penso deles, sobretudo por tratar-se de atividade altamente estigmatizada e por me relatarem já terem sofrido diversos tipos de agressão e toda sorte de violência, seja ela física e/ou moral.

Eduardo ainda me conta que começou a fumar crack há cerca de cinco anos. Que iniciou sua “carreira de usuário” fumando maconha ainda garoto, mas que seu uso de drogas foi se diversificando ao longo do tempo. Fez questão de reforçar que, apesar do seu uso de crack, trabalha normalmente e tem uma família. Disse que é casado e que tem dois filhos. Segundo Eduardo, ele consegue administrar o seu uso de drogas porque não chegou naquele ponto: “Vamos dizer assim, não. Graças a Deus, graças a Deus, né, cara. A droga só bate aquela vontade mesmo, mas às vezes a gente toma e depois dá um tempo.” (Caderno de campo. Fevereiro de 2021).

Eduardo revela aqui uma estratégia bastante comum entre usuários de drogas, o uso intermitente, ou seja, o indivíduo administra o seu uso de drogas de maneira que lança mão de “momentos de uso”, o que significa dizer que fica algum tempo usando para depois “dar um tempo”, até que a família “saia do seu pé” e possa voltar a usar de novo.

Eduardo também confessou que na verdade sente muita vergonha do seu uso, pois

Às vezes as pessoas não conhecem a gente e a gente está nessa situação, que a gente não devia estar, então dá vergonha, né? Ainda mais as pessoas que conhece a gente e que nunca viu a gente assim, devido a essa situação, mas aí vê a gente assim é complicado, né. (Caderno de Campo. Fevereiro de 2021)

No trecho acima, Eduardo deixa evidente que o que lhe incomoda não é exatamente o uso da droga, mas o julgamento que as pessoas, desconhecidas e principalmente as conhecidas, fariam se o vissem “naquele estado”. Enquanto conversa comigo ele parece bastante honesto com relação a um fato: ele não tem vergonha do seu uso de crack em si, mas da ideia que ele acha que fazem do seu uso.

Eduardo ainda confessou que de vez em quando pensa em abandonar as drogas, mas depois garante que não precisa, já que não é um usuário frequente. No entanto:

Eu fico dias sem usar ela, mas às vezes do nada bate uma bate a ansiedade de usar, tá sossegado tranquilo, às vezes até no sono perturbar a mente do cara a droga perturba, até na hora que o cara tá dormindo. Tem que pegar o pagamento e pagar logo as contas pra se livrar do dinheiro, de preferência, senão é foda. Para pegar, para pegar droga para usar e aonde que termina onde você deveria ter ido e não vai (Caderno de Campo. Fevereiro de 2021).

Apesar de garantir não ter maiores problemas com o seu uso de drogas, Eduardo admite que no dia do pagamento a primeira coisa que procura fazer é pagar as contas e que, do contrário, poderia acabar gastando todo o seu pagamento em drogas, o que ele contou que já aconteceu algumas vezes.

Não tenho como afirmar se Eduardo é um usuário problemático ou não. Na verdade, esse também não é objetivo da pesquisa. O que pretendo é captar exatamente essas nuances de uma questão que me parece bastante complexa e sem um modelo a ser seguido. O que pretendo é saber como se sentem esses indivíduos, frequentadores dessa cena, captando as contradições existentes, seus dramas e adversidades.

Finalmente, Eduardo conta que o grande problema do crack, na sua opinião, é que, embora ele goste dos seus efeitos, eles passam muito rápido.

É uma onda muito rápida, ela vai embora, vai e volta rápido então bate aquela ansiedade que até mesmo então a vontade, que é sempre usar sempre, usar mais,

geralmente é que quando você usa um pouco é forte, você não quer que você fique só isso, tá ligado? (Caderno de campo. Fevereiro de 2021).

Aqui ele me conta por que, segundo ele, uma dose não basta. Para Eduardo, os efeitos do crack acabam por provocar uma forte ansiedade que levaria o indivíduo a querer consumir mais e mais a droga.

Encontrei Eduardo muitas outras vezes ao longo da pesquisa de campo. No entanto, ele sempre me cumprimentava de uma maneira que parecia querer manter uma certa distância. Era como se me dissesse o seguinte: “ei, cara, já conversei com você, me deixe usar minha droga em paz.” E assim eu fiz. Na verdade, uma das estratégias que sempre tentei colocar em prática na ocupação era não iniciar uma conversa gravada com alguém que já estivesse fumando crack. Não foram poucas as vezes em que, no meio da gravação, alguém sacava uma pedra e acendia. Devo destacar que, na maioria das vezes, as pessoas perguntavam se iriam me incomodar, mas eu respondia que não. Sentia que não tinha o direito de privá-los dos seus momentos de prazer com a sua “droga de escolha” para me responder alguma coisa. Uma das características mais marcantes desse trabalho de campo foram as interrupções. Foram pouquíssimas as oportunidades em que eu consegui começar e terminar uma conversa sem qualquer interrupção. Pensando bem, isso não ocorreu e todas as vezes fomos interrompidos. Num ambiente onde circulavam cerca de cem pessoas por dia, em que as negociações e barganhas são constantes, seria muita ingenuidade da minha parte acreditar que conseguiria total atenção de quem quer que seja. No final, acabei percebendo, com a ajuda da orientadora, que esse caráter fragmentado era mais um dado de pesquisa, era como a cena se apresentava e que, portanto, não havia como manter uma “coerência” narrativa, uma linearidade nos discursos e interações. Foi preciso aprender a “administrar o caos” e, com muita paciência, ir coletando os dados que compuseram essa pesquisa. Ao final, acredito que os fragmentos acabam por guardar alguma coerência entre si, como por exemplo a questão das emoções, sobre as quais discorrerei mais adiante. O que me parece, vai ficando evidente nessas primeiras interações, é como os moradores/frequentadores da ocupação parecem internalizar um sentimento de que efetivamente estavam fazendo algo de “muito errado”, ou que pelo menos a maioria das pessoas julgava assim. Por outro lado, veremos como esse é um sentimento que pode também aglutinar em torno de si a construção de subjetividades e novas sociabilidades. A próxima conversa foi com Andréia.

Encontrei Andréia primeiro numa outra “casa” na ocupação que não era a dela. Ela me foi apresentada por Nicole. Após a prisão de Aline, Nicole assumiu a liderança e a “gestão” da ocupação Colombo. Inicialmente a minha relação com Nicole era mais tímida. Ela não conversava muito comigo, provavelmente por conta da presença de Aline, que sempre me acompanhava. Olhando em perspectiva percebo que o fato de Aline não me deixar sozinho na ocupação cumpria um duplo sentido: por um lado era visível que ele se importava comigo e com o que eu estava fazendo. Revelou mais de uma vez que achava muito bacana eu estar “escrevendo um livro” sobre pessoas para quem “ninguém ligava”. Por outro lado, também é óbvio que Aline me acompanhava com o intuito de garantir que eu não causasse nenhum problema ao varejo de drogas. Era uma forma de controle. Isso ficou evidente quando consegui sua autorização para que o fotógrafo profissional e amigo, Ellan Lustosa, pudesse acessar a ocupação para fazer umas fotos do local e das pessoas. Ela nos acompanhou durante todo o período do ensaio, mas quando precisou atender aos seus “clientes” da máquina caça-níquel, designou um outro morador da ocupação para continuar nos acompanhando. Enquanto Ellan não terminou de fazer as fotos o rapaz não saía de perto. Essa situação gerou um certo constrangimento e um ambiente um tanto quanto tenso, já que Ellan se sentiu incomodado com a presença do rapaz e acabou externando isso. Os dois chegaram a iniciar uma breve discussão, sobre a qual eu intervim, julgando que seria melhor terminar o ensaio naquele ponto do que gerar uma situação que pudesse eventualmente dificultar ou até mesmo inviabilizar a continuidade da pesquisa.

Voltando à Andréia, ela é uma jovem de 24 anos que passou a morar na ocupação desde o início de 2022. Segundo ela:

Por enquanto eu estou morando aqui. Sou carioca misturada com baiana. Eu estou na ocupação há um ano, mas eu não sou daqui não. Eu não gosto daqui porque o povo aqui é nojento. Na verdade, eu sou de Copacabana, morava na Princesa Isabel, é um ótimo lugar pra morar. Eu não sou nascida e criada ali, eu fui adotada e depois eu fui pra Jacarepaguá, Bandeirantes, ali em Curicica, com meus pais que me adotaram. Mas, na verdade eu sou da Bahia, eu sou baiana misturada com carioca, sou meio arretada! (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Enquanto conversa comigo, Andréia prepara o seu copinho de crack. Após algum tempo ela pergunta se pode acender, se vai me incomodar. Eu respondo que não e digo que ela pode ficar à vontade. Ela então diz que não vai acender naquele momento porque na “casa” onde estávamos um dos cachorros da ocupação – são vários – havia lhe incomodado. Ela me convida a ir para a sua “casa” e eu aceito. Sua “casa” é um espaço reservado por placas de compensado, toalhas e lençóis, demarcando uma determinada área do local onde

Andréia pode gozar de alguma privacidade. Existem diversos pontos da fala acima de Andréia que gostaria de comentar inicialmente. É sintomático ela afirmar que não gosta dali porque o “povo é nojento”, marcando uma diferença com seu antigo endereço em Copacabana, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Como veremos mais detidamente adiante, o nojo expressa um sentimento de repulsa que hierarquiza, estabelece um parâmetro de medida entre o “normal” e o “nojento”, ou o “abjeto” (RUI, 2012). Ao afirmar que aquelas pessoas são “nojentas”, Andréia tentava estabelecer uma distinção entre ela e os outros. Ela não seria como “eles” porque teve uma trajetória que a distingue, pois morava em Copacabana, a poucas quadras da praia. Andréia ainda revela que nasceu na Bahia e que foi adotada. Num claro jogo de charme e sedução, Andréia diz que é “arretada”.

Na sua “casa” há uma cama de casal, um sofá, uma mesinha dobrável e um móvel que sustenta a duras penas um aparelho de televisão e um DVD player. Como não há sinal de TV ali, Andréia gosta de tocar um DVD com músicas “românticas”, segundo ela. A “casa” de Andréia está muito suja e ela pede que eu não me incomode com isso. Na verdade, a única coisa que me incomoda são as enormes ratazanas que circulam pelo local. Pergunto se ela não sente medo e ela diz que não, que já está acostumada com os ratos circulando pelo local. Assim que chegamos, ela acende a luz, liga a TV e o DVD e recolhe roupas espalhadas no chão. Andréia está magérrima e pude reparar que lhe faltam muitos dentes. As condições de higiene do local são bastante precárias. Como revelei anteriormente, só há um ponto de água, numa torneira no andar térreo. O banheiro que existe no segundo andar, e que foi o único que vi, não funciona como deveria, já que a descarga não pode ser acionada pela falta d’água. Pelo que percebi, o baldio que fica nos fundos do prédio acaba funcionando como banheiro de fato.

Continuo conversando com Andréia, tentando fazer com que ela não perceba o meu enorme incômodo com a profusão de ratos pelo local. Nesse sentido, procuro me sentar numa cadeira ao lado da cama, sempre vigilante para levantar os pés e permitir a passagens dos nossos “convidados.” Andréia começa então a me contar como foi a relação com os seus pais e a conversa começa a ganhar ares de dramaticidade. Enquanto fala, Andréia continua segurando o copinho que ela ainda não acendeu e que a todo momento arruma. Acho interessante notar como ela tem uma enorme paciência e como existe nesse ato todo um “ritual” de preparação da droga que faz parte do processo de fumar o crack. Acredito que é possível estender essa experiência para outras drogas, como a preparação do cigarro de maconha (apertar um baseado) ou a organização das carreiras de cocaína (bater o pó). Há

sem dúvida todo um aspecto ritualístico ali que faz parte do processo de “curtir a onda”. Sobre seus pais adotivos, Andréia conta que:

Eu fui criada pelos meus pais adotivos, mas eles são umas merdas de pais. Eles são do tipo de estupram e batem. Meu pai me batia e me estuprava, quando chega nesse nível, né! (lágrimas) Tirando o resto, nada me abala, sabe por quê? Ninguém me vê. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Existem muitas camadas de análise possíveis para reter da fala de Andréia. Eu já havia notado o olhar raivoso que ela fazia quando se referia aos seus pais adotivos. A violência sexual que ela relata ter sofrido, então, me causa um grande desconforto, mas eu já começara a me preparar para ouvir algo do tipo. Enquanto contava a violência que sofria dos pais adotivos, Andréia salientava que, se ela sobrevivera àquilo, sobreviveria a qualquer adversidade. Ela dizia não se importar com mais nada, pois “ninguém me vê”. A invisibilização de pessoas em situação de rua é uma questão que se insere no rol de preocupação da pesquisa, pois revela também parte do processo de desumanização desses indivíduos, como afirmei logo no início desse capítulo. Andréia se sente “invisível”, ninguém liga para ela, uma vez que os seus próprios pais, que deveriam protegê-la, acabaram por estuprá-la. Sobre a sua relação com as drogas e seus filhos, ela conta que:

Eu comecei fumando maconha. Aí eu dei um tempo pra ir pra escola de novo, mas depois eu fugi. Depois fui pro cigarro, pó e depois crack. Meu filho mais velho está com 8 anos, é o Benjamin, o mais velho. A Pérola fez cinco anos, agora dia 1 de abril, e tem o João, de 7 meses. Eu não tenho muito contato com os pais, eu fico na minha e eles na deles, até porque minha vida é muito doída. Eu raramente fico aqui, tenho ficado agora porque está mais difícil. Quando eu não fico aqui eu fico no hotel (na Central do Brasil) pagando diária. Você quer tirar o tênis, ficar mais à vontade? (Caderno de campo. Dezembro de 2021).

Andréia trabalha como profissional do sexo e tenta a todo tempo me seduzir, a fim de conseguir vender os seus serviços. Eu vou me esquivando das suas investidas e continuo o nosso papo. Ela então pergunta porque estou fazendo isso e explico que é para um trabalho acadêmico, no qual eu gostaria de falar sobre os moradores/frequentadores da ocupação. Falo de novo que o anonimato é garantido e que por isso troquei o seu nome.

Na fala acima, Andréia conta que tem três filhos, e que precisa ficar na ocupação por mais tempo por conta de dificuldades financeiras. Sempre que possível, ela fica hospedada nos hotéis/pensões da região da Central do Brasil, que oferecem quartos a preços populares. Voltando à sua relação com os pais adotivos, Andréia faz uma revelação dramática:

Ele me batia (riso sarcástico) desde criança. Eu fugi uma vez, mas ele me achou por causa daqueles cartazes que ele botou. Aí eu voltei com 15 e com 16 eu apareci grávida. O pai do meu filho é o meu pai adotivo, o pai do meu filho mais velho. Os pais dos outros dois são outros. Eles ficaram com as crianças. O mais velho ficou com a vó paterna. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Andréia me conta a história acima com um misto de raiva e tristeza. Ao revelar que o pai do seu filho mais velho é o seu pai adotivo, ela expressa uma raiva muito grande, seguida de uma expressão melancólica. Nesse momento, ela pega o copinho de crack que estava preparado desde o início da conversa, acende e começa a fumar. A conversa acaba. Eu agradeço e explico que preciso voltar para o colégio, que minha aula já estava quase começando. Ela tenta mais uma vez oferecer os seus serviços, mas dessa vez com menos ênfase, um pouco letárgica, provavelmente em função da forte tragada que acabara de dar no copinho com crack.

Eu me retiro do local e volto para o colégio, onde preciso lecionar. Profundamente impactado pela história contada por Andréia, fico pensando na sua falta de opções, uma vez que a maior violência sofrida por ela partiu do seu pai adotivo, que a estuprou até engravidá-la.

A história de Andréia me causou uma tristeza profunda. Eu sempre soube que ouviria histórias impactantes na ocupação. Na verdade, ao conversar com Andréia, eu já tinha ouvido toda sorte de violência sofrida pelos moradores/frequentadores da ocupação. No entanto, preciso confessar que o olhar perdido e dolorido de Andréia enquanto me contava essa história me causou um profundo desconforto. Fiquei pensando em como alguém que sofre esse tipo de violência faz para seguir em frente. Que autoestima pode emergir de uma história como essa? Não é de espantar, portanto, que Andréia se veja como alguém invisível, para quem “ninguém liga.” A desumanização aqui é visível, a invisibilização também.

Nesse dia, volto para o colégio e faço um longo discurso para uma turma de terceiro ano do ensino médio sobre violência de gênero. Eu não sou especialista no tema, não o estudo ou acompanho de perto. Naquele dia, no entanto, nada disso importou ou impediu que eu me colocasse com bastante veemência. Ficava cada vez mais evidente como não eram apenas as emoções dos meus interlocutores que impactavam a pesquisa, mas as minhas também.

No primeiro capítulo mencionei que estava conversando com Camila quando a conversa foi interrompida. Pois bem, Camila é muito próxima de Nicole e chega até mesmo a chamá-la de mãe. Isso é comum entre os moradores da ocupação. Além de Camila, outras mulheres chamavam Nicole de mãe, como também chamavam Aline, antes dela ser presa. Como mencionei no início do capítulo, Aline foi a primeira “responsável” pelo local com

quem tive contato. Ela me orientou sobre como proceder e abordar as pessoas. Aline era uma liderança de muito peso na ocupação e a sua prisão causou um certo impacto durante algum tempo. Diante de algumas confusões que começaram a surgir por conta do “vácuo de poder” que a prisão de Aline causou, Nicole acabou sendo nomeada como a nova “representante” do local pelos varejistas de drogas da Providência. Nesse sentido, foi a vez de Nicole ser tratada por “mãe” por diversas mulheres na ocupação. Também presenciei alguns homens se referindo a outros como “padrinho”. Eu mesmo fui chamado assim algumas vezes. Com o tempo, passei a notar que tal tratamento, independente do gênero, estava diretamente relacionado à expectativa de ganho associada à pessoa em questão. Tanto no caso das “mães”, como no caso dos “padrinhos”, o tratamento acontecia sempre que alguém imaginava que pudesse auferir algum ganho dessa relação. Era uma forma de bajulação.

Camila contou que tem três filhos agora, sendo um de oito, um de quatro e Melissa, que hoje tem dezoito anos. Segundo ela, Melissa nasceu quando ela tinha doze anos de idade. Diante do meu espanto quando soube que foi mãe aos doze anos, Camila balança a cabeça, franze a testa e espreme os olhos numa expressão que queria dizer “não é nada demais”. Com trinta e um anos hoje, Camila diz que mora no Morro do Fogueteiro, mas está sempre na ocupação atrás da sua “mãe” Nicole. Ela conta que mora sozinha e que começou a fumar crack:

...por uma decepção amorosa. Eu tinha 16 anos. Eu era muito apaixonada por essa pessoa. Uma traição me fez conhecer essa droga maldita. Eu sempre fumei maconha, mas o crack eu comecei a fumar com dezesseis anos. A droga é gostosa, a onda que é maldita. Porque é a onda de você querer mais e mais e mais e mais. Muita gente não sabe como tomar ela. E faz o que faz, rouba, mata, perde a linha por ela.

Eu quando cheirava pó, ninguém me encostava. Agora eu fumo crack e fico com tesão. (Caderno de campo. Março de 2021).

Camila não foi a primeira pessoa a relacionar o prazer provocado pelo crack à excitação sexual. Já ouvi isso antes de outros moradores/frequentadores da ocupação, que o crack provocava um prazer muito intenso, próximo de um orgasmo, mas que, no entanto, era bastante efêmero. O prazer proporcionado seria muito rápido, levando o usuário a buscar um pouco mais daquela sensação. Esse é um tema que não pretendo tratar com a devida atenção aqui, por entender que essa associação do uso de drogas com o orgasmo seria tema para uma outra pesquisa. No entanto, achei interessante mencionar esse dado, até para reflexões futuras, talvez.

Ainda segundo Camila, os usuários de crack são altamente estigmatizados, mas ela não.

Não, mas eu sei me comportar e me portar. E sei onde usar, e onde não usar isso aqui. Para não ser apontada, porque a sociedade discrimina muito. Discrimina mesmo! Vê na rua, atravessa a rua, está do outro lado da calçada. Acha que todos usam. Acha que todo mundo é ladrão. Me visto bem, sei me arrumar, não deixo de comprar minhas coisas pra comprar drogas. Eu vou começar a trabalhar agora. Agora eu faço programa. (Caderno de Campo. Março de 2021).

Camila também acentua a maneira como são tratadas as pessoas que fazem uso de crack. Segundo ela, usuários de crack são altamente estigmatizados, com as pessoas “atravessando as ruas” todas as vezes que se deparam com um. Para Camila, todos os usuários de crack são tachados de ladrões quando, na verdade, pessoas “como ela” não são assim. Camila diz que se veste bem e que não deixa de comprar nada para si em troca de drogas.

É interessante notar como, embora tenha me contado que atua como profissional do sexo, Camila tenha dito que logo arrumará “um emprego”, como se o que fizesse agora fosse algo menor, motivo de vergonha. A maneira como Camila construiu sua narrativa, embora ela dissesse que não, me fez pensar se na verdade ela não sentiria mais vergonha do que admitira. Para Goffman, admitir sentir vergonha, ou ser percebido como sentindo vergonha, acentuaria a própria vergonha. Segundo ele:

O constrangimento, uma possibilidade em todo encontro face a face, demonstra algumas propriedades genéricas de interação. Ocorre sempre que um indivíduo sente que projetou definições incompatíveis de si mesmo diante dos presentes. Estas projeções não ocorrem aleatoriamente ou por razões psicológicas, mas em determinados locais de um *establishment* social onde prevalecem princípios incompatíveis de organização social. Na prevenção do conflito entre estes princípios, o constrangimento tem a sua função social. (Goffman, 1956, p. 264. Tradução minha).

A conversa com Camila transcorria de forma bastante produtiva até que fomos interrompidos por uma mulher que entrou na “casa” de Nicole, deixando Camila um pouco desconfortável. Camila tentou mais uma vez me oferecer os seus serviços. Na verdade, passei a perceber que Nicole sempre me apresentava mulheres que trabalhavam como profissionais do sexo e que ela imagina, por algum motivo, que pudessem me interessar. Não estou bem certo dos motivos que levaram Nicole a fazer isso. Talvez seja uma forma de gratidão, por eu levar roupas para sua filha recém-nascida e alguns mantimentos para a ocupação. O fato é que Nicole passou a me colocar diante de situações como essa. Por outro lado, eu não queria expor que percebi o que estava acontecendo, temendo que as “portas se

fechassem” e Nicole ficasse chateada comigo. A ocupação Colombo era um terreno bastante movediço, onde eu precisava pisar com muito cuidado para não perder os meus “privilégios”. Não foi nada fácil conseguir entrar ali, como fácil não era me manter e conquistar a confiança dos meus interlocutores. Preferi fazer de conta que não entendia o que se passava e me esquivava sempre que necessário.

Emanuel é o homem que aparece na foto, abraçado a um pedaço de espuma do sofá do segundo andar. Ele pediu ao fotógrafo que fizesse aquela foto. Muito falante e descontraído, Emanuel conversou comigo por um bom período. Inicialmente, estava acompanhado de outros colegas que conversavam animadamente numa roda enquanto fumavam maconha. Eles riam e brincavam descontraidamente uns com os outros. Emanuel então me vê subindo com Ellan, o fotógrafo, caminha na nossa direção e pede para que ele faça a foto.

Emanuel conta que mora na ocupação e que veio de Porto Seguro, Bahia, de onde é natural. Diante da minha exclamação de que Porto Seguro é um lugar muito lindo, ele me responde que:

É, o pessoal gosta, mas quem é nativo dali sempre enjoa um pouquinho, aí. Lá é pequeno, eu resolvi vir para um lugar maior, pra mim poder sustentar o vício meu porquê é um vício que a gente usa e quer usar mais, aí é difícil pra arrumar um dinheiro. É mais no verão. É porque aqui no Rio a gente sai, dá uma garimpada, encontra uma pessoa pra ajudar assim, igual você chegou aqui agora precisando de uma palavra, né? Tem nove anos já que eu estou aqui. (Caderno de Campo. Fevereiro de 2022).

Emanuel destaca que as oportunidades de ganhos no Rio de Janeiro são maiores. Segundo ele, aqui ele encontra mais facilidade para “sustentar” o vício. Interessante notar como Emanuel encara a sua relação com o crack. Ele mesmo define sua relação como um “vício” e, como outros interlocutores meus, aponta para uma necessidade constante, porque “a gente usa e quer usar mais”. Essa visão, como vimos, é corroborada por outros moradores/frequentadores da ocupação e, provavelmente, é mais um reflexo da sua relação com a droga.

Ele me contou que já usava crack em Porto Seguro e que a droga lá está fartamente disponível, sendo acessível em diversos pontos de venda. O problema seria então a possibilidade de conseguir dinheiro, uma vez que fora da alta temporada de turismo (verão) a economia local não é tão pujante como no Rio de Janeiro.

Emanuel conta que tem parentes no Rio de Janeiro, mais especificamente na região de São Gonçalo, mas que não gosta de ficar com eles e quase não os visita. Ele foi bem claro

sobre essa relação conflituosa com seus parentes fluminenses. “Eu tenho parente aqui no Rio também, mas eu quase não fico lá não. Porque eu gosto de ficar na pista, né, por causa do vício, né?” (Caderno de campo. Fevereiro de 2022).

Tento então retomar a conversa para o período anterior ao seu uso de drogas e pergunto a Emanuel sobre a sua criação. Ele me diz que foi criado pelo seu pai e que chegou até mesmo a trabalhar com ele no seu pequeno comércio, “até que meu pai faleceu e eu nem compareci lá no enterro. Às vezes tem esses momentos que eu fico assim ‘iludido na droga’. Mas eu queria dar uma parada.” (Caderno de Campo. Fevereiro de 2022).

Embora eu tentasse desviar o foco da conversa para temas anteriores ao seu uso de drogas, Emanuel parecia com vontade de falar sobre isso. Percebendo essa inclinação, fui mudando de postura e deixei que ele falasse livremente, sem tanto direcionamento. Falante demais, ele conta um pouco mais sobre a sua “carreira de usuário”:

É, ficar fumando só um baseadinho é foda, né? Eu comecei fumando maconha, depois fui pro pó e depois fui pro crack. Chegou uma hora que eu sabia virar o pó em crack. Depois que vira, a gente deixava até de comprar o crack pra comprar o pó e virar crack. Eu gastei foi 30.000. É, acho que foi uns 4 ou 5 meses, gastei tudo, gastei uns 29.000 que eu tinha pegado da empresa que eu trabalhava já há 3 anos e 8 meses por aí pela aquela crise que teve né? Aí foi dispensando o pessoal aqui no Rio mesmo. (Caderno de campo. Fevereiro de 2022).

Diante da brecha deixada por Emanuel, procuro saber um pouco mais sobre esse trabalho. Ele conta que essa experiência se deu no Espírito Santo:

Lá em Vitória. Uma empresa de fazer vaso sanitário. Era 2750 por mês e alimentação, 500. Você acredita que eu recebi esse salário metade em 15 dias nos mais 15 dias pegava o restante e tudo igual a isso. Não estava dando ainda por causa do pó. Que teve muitas empresas que fecharam ao mesmo tempo. Foi despachando aqueles que era mais novo de trabalho deixando os mais antigos de 25 anos, 15 anos de trabalho. A função que um ajudante fazia, aqueles mais antigos iam fazer. Por ela ter me dispensado. Aí eu tive esse, esse dinheiro né? Rescisão, fundo de garantia, décimo terceiro, recebi tudo certinho. Gastei tudo em pó. (Caderno de campo. Fevereiro de 2022).

Emanuel resgata aqui uma série de questões que estão tradicionalmente associadas ao uso problemático de drogas. A necessidade de sempre usar mais, a dificuldade em lidar com as finanças pessoais em função do uso, a troca de estado/região de moradia. Nascido na Bahia, ele passa uma temporada no Espírito Santo até chegar ao Rio de Janeiro. Essa é uma estratégia comum para usuários problemáticos. Eu mesmo já passei por isso e pude presenciar tal fato diversas vezes. São momentos em que o usuário busca “dar um tempo” ou até mesmo acredita que vai parar de usar. Esse processo é conhecido como “fuga

geográfica”. Por outro lado, também pode ser uma estratégia de manutenção do uso, tendo em vista que o indivíduo pode desenvolver a crença de que não consegue sustentar o seu uso naquele local, ou imagina que as pessoas naquela localidade já perceberam o seu uso problemático e que por isso estaria muito exposto. É interessante notar como essas são estratégias quase sempre relacionadas ao que os outros vão pensar sobre ele. Emanuel não fala isso abertamente, como outros interlocutores falaram: no entanto, fica evidente nas suas falas como ele se preocupa com a ideia que fazem dele. “Porto Seguro é pequeno”, diz num primeiro momento. Não gosta de ficar com os parentes de São Gonçalo “por causa do vício.” Ou seja, há sempre uma expectativa sobre a maneira como os outros vão encarar aquilo que faz e, nesse sentido, o medo de julgamentos e de reprovação, que pode ser entendido aqui como uma forma de expressão da vergonha. Aproveito a oportunidade para perguntar a Emanuel como ele acha que as pessoas de uma forma geral enxergam o usuário de crack. Ele diz que:

É contado a dedo os que dão atenção. A gente fica fora da sociedade, né, o viciado. Aonde a gente chega o pessoal persegue, segurança já fica de lado, agora quando você para de usar, que você, aí você já poxa, já é chamado de senhor quando você entra no lugar. Fica marcando a carne, que pede para usar droga, não consegue parar, tem que ficar ouvindo isso, vendo isso. (Caderno de campo. Fevereiro de 2022).

Aqui Emanuel expressa como se sente. Para ele, o usuário de crack também é “invisível”, já que é possível “contar nos dedos os que dão atenção”. Ele também destaca como o usuário é estigmatizado, sendo perseguido e vigiado pelos seguranças das lojas. Aparece aqui essa dupla condição: são simultaneamente invisíveis e “hipervisíveis”. Finalmente, Emanuel aponta que essa condição surge, segundo ele, da dificuldade que o usuário tem de parar, porque a droga “fica marcando a carne, que pede para usar droga, não consegue parar”. Aqui, é interessante notar como os meus interlocutores enxergam essa questão. De uma maneira geral, eles não percebem o seu abuso de drogas como tendo qualquer relação com o contexto no qual estão inseridos, particularizando a questão. Para eles, o seu uso problemático é resultado de uma falha moral – estupro decorrente de uma mentira –, decepção amorosa ou o prazer quase sexual proporcionado pelo seu uso. Nesse sentido, embora tenham suas trajetórias atravessadas por episódios de abuso e violência, tenham passado por histórias de muitas dificuldades e privações, os moradores/frequentadores da ocupação Colombo têm a tendência a sempre focar nos aspectos individuais das suas trajetórias, assumindo quase sempre a total responsabilidade pelos seus infortúnios. Eu gostaria muito de propor uma reflexão que buscasse relacionar

esse quase “autoflagelo” com a questão da autoestima, vista através da lente da teoria social. Não se trata aqui de afirmar que eles não têm qualquer responsabilidade ou controle sobre suas vidas, mas de buscar complexificar uma questão que, me parece ficar cada vez mais evidente, é multifacetada, composta por muitas dimensões, como uma questão de saúde pública, passando pela questão social e econômica.

Voltando aos “fragmentos”, aqui vem uma história bastante importante para o ponto que pretendo argumentar no próximo capítulo. A história de Fábio, 39 anos, morador da ocupação há quatro anos e meio.

Fábio teve uma trajetória diferente da grande maioria dos moradores/frequentadores da ocupação Colombo. Como vimos anteriormente enquanto outros interlocutores sofreram algum tipo de abuso ou violência na infância, experimentaram toda sorte de privações ou tiveram uma vida “errante”, com constantes deslocamentos por regiões do país, Fábio gozou de muitos privilégios.

Diferentemente de outros, Fábio era morador de Botafogo, mais especificamente da rua Farani. A rua Farani é uma importante rua deste bairro da zona sul carioca. Pela proximidade com algumas instituições de ensino superior privadas, é composta por diversos bares e restaurantes, tendo uma longa tradição de vida boêmia e badalação do bairro.

Fábio conta que sua família mora até hoje no mesmo endereço. Indagado sobre sua família, ele diz que eles sempre moraram naquela região e naquela rua, que a sua família sempre foi proprietária deste e de outros imóveis num bairro de classe média alta da zona sul, bastante valorizado.

Ele afirma que teve uma infância muito tranquila, que sempre teve as melhores oportunidades e que estudou nos melhores colégios da região. Nunca lhe faltou nada, tampouco Fábio experimentou qualquer tipo de violência. Contou também que só conseguiu estudar até o segundo ano do ensino médio, quando a sua relação com as drogas passou a ser bastante problemática e ele acabou deixando os estudos. Segundo Fábio, ele começou usando álcool e maconha, depois cocaína e finalmente crack.

Da mesma forma que nossos outros interlocutores, Fábio assegura que considera sua relação com o crack problemática porque não consegue “administrar muito bem o seu uso.” Quando indagado sobre a diferença do crack para outras drogas, como por exemplo a cocaína, ele responde que

A diferença é que a onda é mais forte e é pouco, passa rápido. É mais forte e é pouca passa rápido, depois a gente fica pancado mais tempo, né? O lado ruim, não

tem lado bom do crack, não tem onde né? Você perde tudo. O ruim é que tu perde tudo, família, ninguém quer mais saber de você. (Caderno de campo. Março de 2022).

Pergunto pela sua família e Fábio lembra que sua mãe é falecida, mas que suas tias aparecem vez por outra procurando por ele. Ele revela que sente um grande constrangimento pela sua situação e que acaba se escondendo para não ser visto. Segundo Fábio, “certo não tá, o crack é uma doença. Tem muitos aí que criticam o usuário de crack e fumam crack escondido. Cheira, juiz cheira, advogado cheira, médico...” (Caderno de campo. Março de 2022). Fábio revela um certo ressentimento pela forma como acredita que os usuários de crack são tratados, sobretudo por conta da sua estigmatização. Ao contrário dos profissionais que ele afirma fazerem uso de drogas tanto quanto ele, no que se refere aos usuários de crack, “as pessoas se afastam, atravessam a rua, isso machuca.” (Caderno de campo. Fevereiro de 2022). Pergunto então por que ele acha que isso acontece e ele retoma a ideia de que o usuário problemático de crack, na maior parte das vezes, exhibe um tipo de corporalidade que causa, segundo ele, “repulsa nas pessoas.”

Pergunto ao Fábio se ele pretende parar de usar crack, uma vez que repetiu que o seu uso lhe trouxe grandes prejuízos. De novo, ele aponta para a mesma dificuldade de outros interlocutores: “Parar todos nós quer, mas não é fácil. Depois que fica dependente parece que o corpo fica pedindo. Deu a primeira já era. Eu já fiquei 3 anos sem fumar, mas depois que minha mãe faleceu eu recaí.” (Caderno de campo. Março de 2022).

Aqui, Fábio revela que um evento traumático, a morte da sua mãe, teria provocado uma recaída após três anos de abstinência. A mãe, diz, faleceu em função de complicações provocadas pelo diabetes. Primeiro ficou cega, depois teve vários problemas adjacentes que foram agravando o seu quadro. Esse teria sido o evento que provocou uma inflexão na trajetória de Fábio. Não tendo suportado, segundo ele, a morte da mãe, recorreu novamente ao crack.

Fábio ainda conta que já foi preso por tráfico, pego vendendo drogas nas ruas do Rio. Eu tento perguntar mais sobre essa prisão, como foi essa experiência na vida dele, mas ele hesita e responde que eu “já estou querendo saber demais.”

Enquanto conversávamos, notei que a todo momento um rapaz se aproximava e observava o que fazíamos com um ar de incômodo. Depois de algumas vezes em que repetiu tal atitude, inconformado, ele diz: “Qual é, Fábio, vambora!” Fábio então se despede de mim de forma muito rápida e sai com esse rapaz. Nossa conversa termina.

Eu tinha muita coisa para perguntar para o Fábio ainda. Gostaria de saber um pouco mais sobre a sua família. Ele tinha um pai presente? Irmãos? Se sim, como era sua relação com eles? Como foi que ele começou a beber? Ele não falou com ninguém da sua família? Como é a sua relação com os outros moradores da ocupação? Infelizmente, eu não pude continuar a conversa com Fábio naquele dia ou depois. Eu não o vi mais no local. Ele, como muitos outros, acabou resolvendo “mudar de ares”, estratégia bastante comum quando surge a necessidade de encontrar novas fontes de renda ou se precisa “dar um tempo” daquele local, por diversos motivos, quase sempre envolvendo dívidas e/ou outras cobranças.

O que gostaria de reter dessa conversa é o fato de que, embora a trajetória de Fábio seja diferente do ponto de vista da sua origem, das condições materiais e físicas de existência, ele demonstrou um certo “desconforto”, uma atitude um tanto quanto pessimista diante da vida. Embora tivesse todas as oportunidades que a vida de um jovem de classe média do Rio de Janeiro pudesse oferecer, Fábio apresentava uma postura um tanto quanto dúbia, como se “algo estivesse fora do lugar.” É óbvio que isso pode ser apenas o meu desejo de encontrar no seu comportamento a resposta que acredito. No entanto, a maneira como Fábio se coloca deixa entrever um desconforto. Isso se revela fortemente quando ele narra o episódio do falecimento de sua mãe. Parece que esse é um evento que provoca em Fábio um sentimento de inadequação, e que não vale mais a pena manter a abstinência conquistada há três anos. Entendi que a mãe era o motivo pelo qual Fábio procurava manter a abstinência. Cessado o motivo, ele voltou ao consumo de crack.

Há quatro anos e meio morando na ocupação, Fábio parece ambientado às pessoas e ao local. Somos interrompidos diversas vezes enquanto conversamos. Isso me leva a crer que Fábio se sinta confortável ali, não no sentido material do termo, obviamente. Mas parece que acaba se estabelecendo no local uma rede de sociabilidade e até mesmo de solidariedade, sobretudo se alargamos o sentido dessa última categoria, aproximando-a da noção de empatia. É claro que existem conflitos e eu pude presenciar muitos. Mas conflitos só ocorrem quando reconheço no outro um interlocutor que não é “invisível”, mas que existe e com quem me relaciono. Alguém com quem posso compartilhar mais do que apenas interesses imediatos. Esse parece ser o caso na ocupação Colombo.

De volta à relação com as “filhas” de Aline, conversei com Roseane, 33 anos. Ela mora na ocupação há três anos. Nascida e criada na Mangueira, Roseane diz que conhece Aline há muitos anos e que tem muito respeito por ela. Esse não é o foco da minha pesquisa, mas eu gostaria muito de entender como se deu esse processo de afirmação de mulheres em

espaços de poder na estrutura do varejo de drogas. Historicamente relegadas ao papel de esposas ou companheiras dos “chefões”, as mulheres têm ocupado cada vez mais espaços nas estruturas dessas organizações. Sobre Roseane, ela diz que:

Eu conheço a Aline já há muito. Tenho respeito por ela muito grande na consideração por ela, entendeu? Mas eu só chamo ela de mãe. Ela cuida de mim desde que eu vim pra cá. Se eu tiver errado ela pega, entendeu? Não, não faz isso, entendeu pelo conselho porque eu perdi minha mãe muito cedo, 10 anos de idade. Eu perdi minha mãe com 10 anos de idade, tem quatro irmãos, não conhecia o meu pai, vim saber que era meu pai pela minha tia, com a irmã dele com 15 anos de idade, depois que eu tive meu filho com 14 para 15, hoje em dia ele tá com 18 anos, entendeu? Aí minha avó morreu conforme a minha mãe tinha falecido. A minha vó morreu, entendeu?
Fiquei sabendo que eu tinha direito alguma coisa pela minha tia, do meu pai e a minha parte da minha pensão, eu compro pro meu filho e a bisavó que cuida. A avó do pai, entendeu? Eu vou lá, visito ele, ele sabe da minha vida, entendeu? O pai dele nós vive brigando direto, não tinha ninguém por mim, era de menor. Entendeu? O meu pai, eu não conheci o meu pai. Eu vim saber que era meu pai por causa da minha tia, que me mostrou a foto do meu pai quando eu tava com 15 anos, entendeu? Aí deu tempo da minha vó correr atrás de advogado para poder ganhar alguma coisa pelos direitos que eu tinha, entendeu? Porque eu sou de sangue. Meu pai era da Marinha. Aí minha vó entrou um causa, por eu sou de sangue. Aí no caso a minha parte já foi de contrato assinado para bisavó que cria meu filho. (Caderno de campo. Abril de 2021).

Roseane destaca o profundo respeito que sente por Aline e como se sentiu protegida por ela ao se deslocar para a ocupação. Ela também relata ser oriunda de uma família com muitos irmãos e poucas referências. Sua mãe faleceu quando contava dez anos de idade e ela só descobriu quem era seu pai anos mais tarde, quando foi orientada a dar entrada num pedido de pensão. À época com 15 anos, Roseane narra que ficou sabendo que seu pai era da Marinha através de sua tia, por quem foi criada. Conta também que tem um filho que nasceu quando ela tinha cerca de 15 anos.

A história de Roseane não reflete um caso fortuito. Não tenho dados precisos sobre essa realidade, mas essa parece ser uma situação bastante comum. Como professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro há 25 anos, já atuei em diversas regiões do Estado. Comecei na Baixada Fluminense, sendo transferido depois para a zona norte, zona oeste, até chegar à zona sul. Em todas as regiões, trabalhava dentro ou pelo menos muito próximo de comunidades. Por isso, posso afirmar que a história de Roseane não é um caso isolado, mas uma realidade que se espalha por todas essas regiões onde estive. Meninas de famílias desestruturadas e numerosas, com pouca instrução e que têm filhos muito cedo, muitas vezes tendo que interromper os estudos, inclusive. Também perdi as contas do número de vezes em que presenciei ótimos alunos que acabaram ingressando no varejo de drogas e foram presos ou assassinados. Recentemente, no colégio onde atuo na região da Gamboa, ao lado

da ocupação Colombo, perdemos uma aluna de 12 anos que, ao descobrir que estava grávida, teve que abandonar os estudos para começar a trabalhar. Essa é uma realidade que vi inúmeras vezes e, por mais que na escola desenvolvêssemos projetos de manutenção desses estudantes no ambiente escolar, visando combater a evasão, sempre foi um forte impeditivo para o desenvolvimento pleno dos estudantes nessas regiões. Não cabe aqui espaço para aprofundar essa discussão, mas gostaria de registrar algo que sempre me incomodou profundamente.

Voltando à Roseane, pergunto por que ela teve que deixar a Mangueira, ao que ela responde:

Eu, eu vivo nessa vida aqui. A maioria das pessoas sabe que não é uma vida. A gente não vive em plena sociedade. Sabe que não é uma vida, entendeu? Só que é tipo uma cadeia, tipo um cárcere, a gente só vive aqui, não trabalho, não tem compromisso. O meu único compromisso é meu filho. Eu não posso descansar de ir lá ver, entendeu? Final de semana eu vou lá ver ele, Páscoa, Ano Novo, Natal, aniversário. Vou ter que estar sempre presente. Eu posso consumir essa substância química, sabe? (Caderno de campo. Abril de 2021).

Nesse momento ela pergunta se pode fumar crack na minha frente e eu digo que sim. Ela e outros moradores/frequentedores da ocupação sempre tiveram uma grande preocupação em consumir o crack na minha frente. No início, sempre perguntavam se podiam. Com o tempo, como foram percebendo que isso não me incomodava, passaram apenas a avisar que o fariam. Roseane continua:

Eu vivo pra consumir essa substância, então, é difícil de largar. Vontade de largar eu tenho, só que é difícil. Aqui eu fumo todo dia. Já tá no sangue, eu consegui ficar dois anos no centro de recuperação sem usar, lá em Del Castilho. Eu fiquei dois anos na Igreja, lá em Del Castilho, do pastor Ricardo, lá atrás do Nova América. Mas eu ficava à base de remédio para dormir. Eu ficava à base de doce, por causa da abstinência. Eu consigo assim... Se eu for pra minha casa, eu não posso ficar sem o meu cigarro. Cada um tem organismo diferente. A minha abstinência dói, entendeu? Eu não posso ficar sem o meu cigarro, mas eu tenho que todo dia tá comendo meu doce que tá ocupando minha mente com alguma coisa, entendeu? Tá, vamos puxar pela Roseane. Roseane, é, tem uma faxina para você fazer, Roseane. Roseane leva as crianças na escola, vai ocupar minha mente para não pensar na droga naquele momento, entendeu?

A gente quando tá usando, a gente fica banida da sociedade. Se eu me arrumar, for uma mulher limpa, mas por eu ser usuária... As pessoas fica...

Algumas tentam ajudar, tipo assim, aquela ali tem jeito! Um dia eu vou me livrar. Em nome de Jesus, vou ter minha casa, vou ter minha família. Eu sei que é difícil para caramba, mas eu tenho que tomar iniciativa, entendeu? (Caderno de campo. Abril de 2021).

Nas falas acima de Roseane há muita informação importante para a nossa reflexão. Inicialmente, ela fala da grande dificuldade que tem em fumar crack e funcionar socialmente, afirmando que “isso não é vida” ou que “é um cárcere”. A imagem que cria do crack como

algo que a retira do convívio social é bastante óbvia aqui. Ela reforça essa hipótese afirmando que “vive para consumir essa substância” e que seu único compromisso é com seu filho, que é a única razão para que mantenha vínculos sociais fora do grupo de moradores/frequentadores da ocupação Colombo.

Roseane também traz para a nossa conversa o relato de que já experimentou um período de abstinência num “centro de tratamento” de uma instituição religiosa. No entanto, segundo Roseane, essa abstinência era consequência do uso de uma série de medicamentos que a mantinham “sempre dormindo”. Eu não conheço pessoalmente a instituição onde ela diz ter buscado ajuda, por isso não posso afirmar nada especificamente sobre esse local. Por outro lado, também é público e notório que algumas dessas instituições tratam dessa forma os seus internos. Eu mesmo já tive a oportunidade de participar do “resgate” do filho de uma amiga, que vivia em condições sub-humanas numa clínica em São Paulo. Junto de outros colegas, articulamos auxílio jurídico para que ela pudesse retirar de lá o seu filho que, além de viver sob efeito de fortes medicações, passava parte do tempo amarrado.

Finalmente, Roseane traz para o debate uma questão que considero fundamental. Ela diz que para manter a abstinência precisa “ocupar a mente”, “levar as crianças na escola”, “fazer uma faxina”. Ou seja, afirma que seria mais fácil manter a abstinência se estivesse “ocupada”, o que pode ser entendido aqui como alguém que “funciona socialmente”. Dito de outra forma, Roseane afirma que quando ela “faz parte”, quando interage com família e amigos, filho, se sente mais encorajada a não usar. De outro lado, por conta do uso de crack, se vê como alguém “banida da sociedade”. Ela também expressa aqui uma certa vergonha da sua situação, quando revela que se sente excluída do convívio social por estar usando crack. Como veremos no próximo capítulo, proponho seguir as reflexões de Scheff (2000) e ampliar o sentido de vergonha nesse contexto.

Aproveitando a deixa, pergunto a Roseane se ela acha que falta mais apoio do poder público para quem busca ajuda. Ela me diz que:

Com certeza, falta mais emprego, mais emprego, ação social. Antigamente tinha o pró-jovem, pra gente terminar os estudos. Os estudos, entendeu? Eu quero terminar meus estudos, eu parei na oitava série. Às vezes as pessoas ficam aqui por não ter oportunidade. Não tem oportunidade de viver, de ter uma oportunidade. Se depender do governo, a gente tá perdido. Não tem oportunidade de viver, de ter uma oportunidade dessa. (Caderno de campo. Abril de 2021).

Essa última fala de Roseane pode ser especialmente reveladora, sobretudo se partimos do princípio de que ela não tenta “impressionar o professor” com um discurso bastante presente na mídia. Para ela, faltam oportunidades para os usuários de crack.

Segundo ela, diante da ausência de outros valores que pesem na relação consigo, os moradores da ocupação Colombo acabam se sentindo desestimulados. Ou seja, de acordo com Roseane a falta de oportunidades para estudar e para trabalhar seria mais um estímulo para a permanência das pessoas na ocupação.

Diante da falta de estímulos, da falta de oportunidades e da vergonha que sente dos “outros”, Roseane revela que na ocupação Colombo as relações são, na maioria das vezes, baseadas em atitudes de solidariedade. Perguntada sobre como é a relação das pessoas na ocupação, responde:

Assim, depende. As pessoas se dão bem, se dão bem com os vizinhos. Mas tem pessoas que são abusadas, assim tem pessoas que são usuários são abusadas. Então eu nunca eu nunca fui assim menosprezada pelas pessoas, tem pessoas que ficam com medo assim, as senhoras ficam meio assustada, não te conhece, mas assim a gente a gente aqui do dia a dia. Nós somos unidos. Sim somos unidos se acordar, tipo assim, minha amiga acabou de acordar eu tiver um alimento dentro da minha casa ela não tiver o que comer eu vou lá e cedo para ela até para minha pior inimiga, entendeu? Minha família me ensinou assim. (Caderno de campo. Abril de 2021).

Agora, ela revela como, embora alguns usuários (frequentadores) sejam “abusados”, a maioria dos vizinhos na ocupação é solidária, compartilhando não apenas a droga, como também mantimentos, roupas e outros objetos. Eu mesmo já presenciei inúmeras vezes em que há o compartilhamento de comida entre vizinhos, como no episódio em que conversava com Camila na “casa” de Nicole e uma outra mulher entrou, se serviu da comida de Nicole e começou a almoçar ali mesmo, indicando que se tratava de algo rotineiro na dinâmica da ocupação. Nesse sentido, é muito interessante notar como é possível que a vergonha, se por um lado reforça um sentimento de exclusão social, por outro pode contribuir para a criação de um sentimento de pertencimento a um grupo, já que aqui “ninguém liga pra gente”, mas “somos todos unidos.”

Sobre a sua relação com o crack, Roseane conta o seguinte:

É bom a gente ter o nosso pra gente suprir as nossas necessidades. Eu tendo meu dinheiro eu fico tranquilo. Só é ruim quando você não tem. Aqui quando você tem dinheiro você é o rei, quando não. A onda do crack é muito gostosa, lógico que é. É muito gostoso, te alucina naquela hora, é tipo se você estivesse namorando, fosse lá na lua daqui a um minuto e chegasse a um orgasmo. (Caderno de campo. Abril de 2021).

É muito interessante notar como o efeito do crack foi diversas vezes descrito como algo muito próximo de um orgasmo. Essa é uma questão que já destaquei anteriormente e reforço que não pretendo discutir aqui. Por outro lado, gostaria de chamar atenção para o

fato de que, para Roseane, quando não tem “é ruim”, mas quando tem “você é o rei”. Isso pode indicar o papel de centralidade que o crack ocupa na sua vida nesse momento.

Finalmente, há um ponto bastante importante. A conversa com Roseane foi uma das melhores que pude realizar. Isso se deveu ao fato dela estar sozinha comigo no momento da conversa, da ocupação estar relativamente vazia e de não termos sido interrompidos muitas vezes. Nesse sentido, chamo atenção para o fato de que a sua relação com o crack acabou ocupando um papel secundário. O que ela mais explorou foram as relações com os vizinhos da ocupação, com a família, com o filho, com os “outros”. Roseane estava relativamente relaxada e, mesmo após ter acendido e fumado uma pedra de crack enquanto conversava comigo, continuou conversando normalmente. O ambiente, portanto, contribuiu demais para que a nossa conversa fluísse e ela se sentisse à vontade para falar daquilo que mais a afligia, que é a sua relação com a família. Dessa forma, ela conta que “vou ter minha casa, vou ter minha família”, revelando que, para ela, a retomada do convívio com familiares e filho seria um ponto de inflexão crucial na sua trajetória de vida. Fico pensando em tudo que ela disse e em como eu gostaria muito de pensar a questão da construção de subjetividades e da autoestima do ponto de vista das Ciências Sociais. Este é um tema que tratarei de maneira mais aprofundada no próximo capítulo.

Outra “filha” de Aline é Lorrane, 23 anos, que diz que veio para a ocupação à procura de um irmão e “acabei ficando”. Nascida e criada em Piabetá, na Baixada Fluminense, Lorrane diz que foi criada pelos seus irmãos mais velhos. Quando pergunto sobre a sua infância, Lorrane começa a chorar e diz que prefere não conversar sobre o assunto. Tento mudar de tema e pergunto sobre a escola. Lorrane afirma que estudou até o sexto ou sétimo ano, que não se recorda muito bem. Ela explica que começou a usar drogas ainda muito nova, usando cocaína e loló, por volta dos 18 anos. “O crack apareceu há cerca de um ano e pouco, através de um amigo. A ‘onda’ é gostosa, mas as consequências da vida.” (Caderno campo. Maio de 2021). Ela diz que está morando temporariamente na ocupação e que tem uma filha de quatro anos.

Lorrane voltou a chorar ao lembrar da filha. Na verdade, ela ficou bastante emocionada durante todo o tempo em que conversamos. Achei então melhor deixar de lado o nosso diálogo e lhe agradei pelo seu tempo. Disse que estaria sempre por ali e que, se ela se sentisse à vontade para falar comigo de novo, era só me procurar. Achei melhor agir dessa forma do que tentar forçar uma situação que pudesse acionar algum “gatilho” e lhe fazer mal. Era evidente que ela estava revivendo alguma situação problemática do passado e, por

isso, achei melhor não insistir. Não há como saber ao certo que reação ela teria se eu tivesse insistido, uma vez que ela mesma não fez menção de encerrar a conversa. No entanto, a cada fala ela ia chorando mais e o que se iniciou como um breve lamento terminou em um choro copioso, numa lamúria dolorida que entendi que precisava ser respeitada. Foi nesse momento que decidi interromper a conversa, ela agradeceu e saiu.

Após o acontecido, questionei-me sobre a relevância de incluir seu depoimento na pesquisa, uma vez que o rendimento analítico aqui seria muito limitado. Por outro lado, o aspecto fragmentário dos registros, caro à tese, como já mencionado, chancelou a inclusão do diálogo com Lorraine, ressaltando sua importância para a etnografia proposta.

Na verdade, eu decidi a partir deste momento que incluiria até mesmo o depoimento de outra “filha da Aline” que não ultrapassou uma frase. Visivelmente irritada, ela me xingou e saiu da “casa” onde iniciávamos a nossa conversa. Fiquei me perguntando então por que ela resolveu me atender se não queria conversa. Só me dei conta do que houve quando Aline perguntou se Tatiana havia conversado comigo. Foi aí que percebi que ela estava obedecendo “sua mãe”. Para não a comprometer, disse para Aline que a conversa foi ótima e que ajudou muito. Tatiana, muito confusa e irritada, contou o seguinte:

Para começar que eles vende a droga e a minha mãe recebe todo meu dinheiro e me internou até no manicômio. Tô enlouquecendo, mas não puxei cadeia, foi manicômio. E pra resumir tô procurando Jesus, porque se eu morrer agora eu morro como suicida, e a salvação é individual. Eu tenho 42 anos, nasci no dia dos mortos. Sou carioca, cria, quarta geração. Criada aqui no centro do Rio. Minha mãe tem problema comigo, ela não gosta de mim. Ela me internou desde que meu pai deixou dinheiro pra mim. Foi no Roberto Medeiros em Valença e Pinel aqui no Rio, em Botafogo. Ela queria virar minha tutora. Eu comecei a usar crack quando ela me traiu. Eu uso crack e fico com muita vergonha porque sinto muita tremedeira. Pronto, acabou a tremedeira, acabou a conversa, chega!
(Caderno de campo. Maio de 2021).

Depois de contar que a mãe a havia internado num manicômio para, segundo Tatiana, ficar com seu dinheiro, ela me responde que se sentia envergonhada pela tremedeira que o seu uso de crack provocava. Foi impossível não acionar as memórias do tempo em que eu mesmo também passei a exibir muitas tremedeiras por conta do uso de cocaína. Foi nesse momento que os meus antigos colegas de uso resolveram que não queriam mais usar comigo, temendo que eu tivesse uma overdose e que, portanto, pudesse lhes colocar em qualquer embarço. Talvez por isso eu tenha compreendido perfeitamente quando Tatiana não quis mais conversar comigo e me hostilizou, num misto de irritação e constrangimento. Eu me identifiquei com ela e com a sua revolta. É terrível quando se perde o controle do próprio corpo, pois isso expõe de forma inequívoca a condição em que se está.

Lorrane e Tatiana são exemplos do que defini acima como “etnografia do fragmento”, relatos curtos e fragmentados, sem muito conteúdo, mas que, no entanto, são por isso mesmo parte do conteúdo. Dito de outra fora, eventos efêmeros, fugidios e fragmentados fazem parte do trabalho de campo numa cena que à primeira vista aparenta ser caótica. Olhando com mais atenção, no entanto, percebemos que “existe uma ordem no caos”. Existem códigos de comportamento, condutas consideradas aceitáveis e outras não. Existem regras que devem ser seguidas, como, por exemplo, não assaltar na região da Gamboa, não pedir esmola ou incomodar os transeuntes do local, não usar crack sob nenhuma hipótese na rua. Assaltos e esmolas são permitidos apenas do outro lado da Avenida Presidente Vargas, a partir do Campo de Santana. A compra do crack só pode ser feita na ocupação Elma, que fica na rua ao lado da ocupação Colombo.

O uso de crack só pode ser feito na ocupação Colombo. Lá dentro, é de “bom tom” compartilhar drogas, comidas e roupas com outros moradores, até porque, como foi relatado, “amanhã pode ser você.” Também não se mexe na droga ou no dinheiro de ninguém. Não foram poucas as vezes em que vi embalagens de crack e dinheiro sob a mesa da área de convivência do térreo sem ninguém mexer. As “casas” dos moradores geralmente estão franqueadas para a entrada de outros moradores, que podem entrar e se servir de alimentos. É interessante notar como os frequentadores do local dificilmente sobem ao segundo andar, sendo uma área restrita aos moradores do local. Para subir você precisa ser convidado. Também não se compra copinhos de água ou garrafinha de cachaça (corote) na rua. Você deve sempre comprar com Aline ou, depois da sua prisão, com Nicole. Enfim, embora à primeira vista o ambiente pareça sempre muito “tenso”, com o passar do tempo fui percebendo que muito dessa tensão vinha da minha insegurança e um certo receio de estar no local. Assim, aos poucos fui me acostumando não só em “ficar ali”, mas, sobretudo e principalmente, fui me acostumando em “estar ali”. Foi assim que conheci Yuri, com quem consegui conversar um pouco mais.

Yuri tinha 31 anos e era morador da comunidade da Providência. Segundo ele, estava na ocupação Colombo:

...devido a muitas discussões de mulher, briga com mulher, por causa de briga de mulher mesmo de família, tá ligado? Sou cria raiz, eu não moro desse lado, sou criado do outro lado, lá na Pedra Lisa, que até então minha família toda de lá tem uma condição boa para me ajudar. Minha família tem, mas eu tô nessa, sabe por quê? Cabeça dura mesmo, tá ligado? Eu queria sair disso, sair do crack, pra dar um futuro melhor para os meus filhos. (Caderno de campo. Maio de 2021).

Yuri é mais um caso que se antecipa em dizer que “estou nessa, mas quero parar”, sem que eu sequer perguntasse sobre drogas. Essa é uma reação até certo ponto compreensível. Ora, eu sou um pesquisador que está ali “escrevendo um livro sobre uma ‘Cracolândia’”, sobre pessoas usando drogas. Sendo assim, é perfeitamente compreensível que achem que eu tenho uma opinião contrária ao uso de drogas. Por mais que eu me apressasse em dizer que não é esse o meu interesse e que não quero julgar ninguém, é muito difícil imaginar que a minha simples presença não vá influir na ideia que acham que eu tenho. Foi nesse sentido que o meu professor falou em “sensibilidade etnográfica” e que eu fui percebendo que alguns dos meus interlocutores se apressavam em antecipar que desejavam parar de usar drogas, por mais que o seu gestual e conversas posteriores dissessem o contrário.

Voltando ao nosso papo, Yuri fala da sua infância:

Eu fui criado pela minha mãe, eu não tenho pai. Meu irmão, meu irmão namora com a mulher do dono desse bar, entendeu? Às vezes ele tem até vergonha de falar comigo na frente dela. Mas a minha cunhada agora ela tá começando a pegar intimidade comigo, tá começando trocar ideia, tá ligado? É agora que ela descobriu a família legal, entendeu? (Caderno de campo. Maio de 2021).

Yuri revela que ele também foi criado pela mãe, sendo mais um menino que não teve pai nas comunidades do Rio de Janeiro. Isso é muito frequente, famílias que são sustentadas por “mães solo”, obrigadas a se dividir entre jornadas exaustivas de trabalho e a rotina doméstica. É flagrante também a relação de Yuri com a família, sobretudo com seu irmão. Aqui, a vergonha que o irmão teria de cumprimentá-lo na frente da namorada revela muito mais, acredito, a importância que o irmão tem para Yuri. Ou seja, o constrangimento que Yuri afirma que o seu irmão sente pode ser entendido como a maneira pela qual Yuri imagina que é visto pelo irmão e a namorada. Quando conversa comigo, se apressa em repetir que quer largar, quando fala do irmão, revela a vergonha que acredita que ele sente. Enfim, o uso de crack parece ser a principal preocupação de Yuri no momento da nossa conversa.

Yuri me conta que começou a usar crack ainda criança, há uns vinte anos.

Quando chegou no Rio de Janeiro, quando chegou no Morro da Providência, eu não fumei assim, eu experimentei ele misturado com maconha. Depois com meu amigo faleceu, Deus pôe em um bom lugar. Antes eu experimentei no quarto dele, aí trouxe para nós experimentar na lata. Muito obrigado. Aí eu experimentei e aí já era, fui! É que nem uma mulher, quando tu experimenta já era, não tem como largar. Pra largar tem que ter um objetivo muito forte, um lugar que não tem gente que usa e nem gente que te dá. (Caderno de campo. Maio de 2021).

Yuri narra a sua carreira de usuário, como começou misturando crack e maconha (mesclado) e como experimentou o crack puro no quarto de um amigo que depois veio a falecer. Ele é mais um que relacionou o uso de crack com prazer sexual, revelando que pra ele o crack “é que nem mulher, quanto tu experimenta, já era.” E o mais interessante é o que Yuri coloca no final da fala acima. Para ele, o indivíduo só conseguirá deixar o crack se o substituir por “um objetivo muito forte”. Aqui eu fico pensando: o que seria um objetivo muito forte para Yuri? Que valor seria tão mais importante, capaz de se sobrepor ao valor do prazer proporcionado pelo crack?

Sobre o prazer, Yuri revela que:

É a onda. O gosto da fumaça, é o que que tu gosta mais é onda, é o gostinho da fumaça, de arrumar o jeito, né? Experimentou, tá gostando, experimentou o crack. Tu sabe que muitos amigos que cheirava falou: “pô depois na fumaça meu amigo, fodeu! é melhor do que o pó.” No primeiro dia não dá aquele prazer, mas depois tu troca para outro dia já era, começa a aprender a gostar da parada, né? Já tá o corpo, já tá moído e daí vai indo 5, 4 dias que não tá nem aí, tu vai passando. Só dorme quando teu corpo não aguentar mais, agora também era assim que tá usando ela faz tudo dormir sem querer agora. (Caderno de campo. Maio de 2021).

Yuri vai me descrevendo o prazer proporcionado pelo crack com uma intensidade que é exatamente o oposto do discurso sobre deixar a droga que ele faz no início da nossa conversa. É muito evidente o prazer com que ele fala da sua experiência com o crack. Ele gosta e isso é inegável. Outro ponto que ele revela e que vai ao encontro do que descrevemos anteriormente é como a sua “carreira de usuário” vai evoluindo a partir da experiência inaugural. Yuri também fala sobre o tempo que chega a ficar usando sem parar e que esse uso só é interrompido quando fisicamente não suporta mais. Essa experiência foi revelada tanto por usuários de cocaína que frequentavam os Narcóticos Anônimos, como também por moradores/frequentadores da ocupação Colombo.

Yuri também fala sobre o que considera o lado ruim do seu uso de crack.

O que tu gastou, o que tu não podia gastar, daí depois que eu acordo sem nada. A sociedade não ajuda, julga por causa que tu quer andar, mas na madrugada às vezes tu vacila. Você tá andando e a pessoa atravessa a calçada. Você acha que tá por aqui pela comunidade, já sabe quem é a chave que eu não sou né? (Caderno de campo. Maio de 2021).

Embora falando de maneira muito confusa e embolada, Yuri detalha que o lado ruim são os gastos que o crack provoca e que muitas vezes ele gasta o que não podia gastar. Yuri é outro que aponta o preconceito que sofre de pessoas que “atravessam a calçada” quando o veem. A julgar pela quantidade de vezes que ouvi esse comentário, imagino o quão dolorido deve ser para essas pessoas passar por essa situação, cuja “evitação” aparece de modo

evidente, e a vergonha emerge pela forma como entendem que são vistos. Como mencionei anteriormente, este ponto será tratado no próximo capítulo.

Yuri também reforça a ideia de que, para deixar o uso de crack, deveria abdicar também de viver naquela região. Para ele, é impossível deixar o crack vivendo na região da Providência, onde é nascido e criado e todos o conhecem. Para deixar o crack, portanto, Yuri imagina aquilo que chamamos anteriormente de “fuga geográfica”. É interessante notar como há uma certa ambiguidade no discurso de Yuri. Se por um lado ele começa criticando o próprio uso, à medida que vai se soltando revela o enorme prazer que sente, para no final retomar o que considera o lado negativo da droga.

Assim, vejo como a relação dos meus interlocutores com o crack é atravessada por relações sociais mais amplas, que vão além do próprio uso, e como eles percebem que o consumo de crack interfere nessas relações e nas demais áreas de suas vidas. É nesse sentido que gostaria de entender de que maneira as emoções dos nossos interlocutores são mobilizadas no processo de construção de suas subjetividades. Partindo do referencial teórico da Antropologia das Emoções, pretendo agora discutir de que maneira as emoções dos nossos interlocutores reverberam o contexto social mais amplo no qual estão inseridos.

2.2 Sobre emoções e a ocupação Colombo

As emoções são humanas parecem ter uma “existência própria”. À primeira vista, podem ser percebidas por um observador menos atento como algo que opera de maneira homogênea em toda a humanidade. Afinal de contas, todos ficamos tristes, felizes e com raiva. Se todos nós compartilhamos os mesmos sentimentos, poderíamos apressadamente concluir que as emoções são as mesmas em todos os contextos e civilizações, que são universais.

Segundo Darwin, as emoções humanas só podem ser completamente compreendidas quando inseridas no contexto da evolução. Para ele, as emoções seriam hereditárias ou inatas, deixando pouco ou nenhum espaço para a História. Afirma o seu caráter universal, propondo uma classificação a partir de formas típicas de expressão corporal. Diz:

Nos humanos, algumas expressões, como o arrepiar dos cabelos sob influência de terror extremo, ou mostrar os dentes quando furioso ao extremo, dificilmente podem ser compreendidas sem a crença de que o homem existiu um dia numa forma mais inferior e animalesca. A partilha de certas expressões por espécies

diferentes ainda que próximas, como na contração dos mesmos músculos faciais durante o riso pelo homem e por vários grupos de macacos, torna-se mais inteligível se acreditarmos que ambos descendem de um ancestral comum. (DARWIN, 2009, p. 19).

Fazer das emoções objeto das ciências sociais não é negar a existência da tristeza, da raiva ou da alegria de maneira mais ampla, generalizada, mas sim de perceber as suas nuances, o sentido que tomam as emoções em diferentes contextos, formas e intensidades. Dessa forma, adiro a tese de que as emoções refletiriam um determinado contexto, traduzindo um *modus vivendi* específico.

Segundo a coleção *História das Emoções*, organizada por Alain Corbin *et al.* (2020), o século XVI experimentou uma guinada no uso do termo emoção. Se inicialmente ela estava associada a um “abalo físico”, foi se transformando, passando de um processo “físico” para a internalização de sentimentos mais profundos que “incidem exclusivamente na alma e no espírito.” (Corbin, 2020, p. 17). Essa visão é corroborada por Vigarello, que nos informa o seguinte sobre as emoções na Europa Ocidental em meados do século XVI:

Assim, um novo campo do afeto se diversifica e se constitui. Seu objeto é circunscrito: os pensamentos que ‘se referem particularmente à alma’, diferenciados dos outros sentimentos que às vezes relacionamos com alguns objetos exteriores, como odores, os sons e as cores, e outros relacionados ao nosso corpo, como a fome, a sede e a dor. O propósito de Teresa d’Ávila que, em meados do século XVI, tentava esclarecer seus ‘transtornos’ à luz de alguma ‘indisposição do corpo’ é definitivamente subvertido. É ao nível da alma, e somente da alma, que existe a emoção. (VIGARELLO, 2020, p. 293)

A sociedade europeia que emerge após a queda do Antigo Regime e do projeto filosófico da Ilustração ajuda a redefinir e remarcar os limites entre o público e o privado. O código civil recoloca a autoridade da figura do marido/pai/chefe. As emoções que porventura se demonstrassem nos círculos exteriores à família deveriam sempre ser moderadas e discretas. A contenção das emoções em público se torna uma norma. Segundo Walch (2020):

... a manifestação ruidosa das emoções (principalmente sob a forma de prantos, mas pode ser também sob a forma de risadas) é julgada com menosprezo pelas elites como se fosse o apanágio daqueles que, deixando-se levar pelo instinto, são incapazes de se controlarem. Ela traduz o avanço da constituição do preconceito de classe: o medo e a condescendência burguesa em relação aos operários. Aparece assim, por trás da divergência sexual, uma fratura social: nesse sistema, a criança, a mulher e o operário são reduzidos ao mesmo nível. (WALCH, 2020, p. 301).

Já as sociedades de massa que surgem após a segunda Revolução Industrial, no final do século XIX, experimentam um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais que parecem exercer uma forte influência sobre as emoções. Nesse contexto, a tradição associada à ideia de contenção das emoções a partir de uma oposição razão x

emoção passa a experimentar sinais de esgotamento. “O resultado é uma história líquida e fragmentada, rebelde às classificações tradicionais que querem ver na emoção, no sentimento, no afeto espécies psicológicas estranhas umas às outras, e que categorizam nosso mundo interior em tipos disjuntos.” (COURTINE, 2020, p. 14).

Dessa forma, entendo “emoção” como um termo que cobre amplamente afetos e sentimentos, categorias com extrema fluidez que mudam de acordo com o tempo e o contexto no qual estão inseridas. Essa ideia nos conduz à necessidade da análise das emoções nos seus aspectos mais ordinários, nas suas especificidades. Mauss já nos alertava que as emoções, enquanto expressões coletivas, possuem um caráter simbólico e comunicam:

Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem [...] é essencialmente uma ação simbólica. (MAUSS, 1979, p. 153).

Mais do que qualquer outra disciplina, é a Antropologia que está na vanguarda de uma perspectiva que questiona a noção segundo a qual as emoções seriam iguais ao redor de todo o planeta. Eu diria ainda que a Antropologia foi além, quando é certamente uma das disciplinas mais autorreflexivas que existem. Como citei anteriormente, a partir do diário de campo de Malinowski, os antropólogos passaram a refletir cada vez mais sobre sua própria prática, inclusive refletindo sobre o papel que as suas próprias emoções desempenhariam no campo e o lugar das emoções na produção do conhecimento (COELHO, 2019). Já citei esse fato anteriormente, mas nunca é demais lembrar a minha própria trajetória de usuário problemático e como esse fato marcou a minha presença no campo, ao menos inicialmente. Achei que esse histórico, por isso só, me garantiria uma espécie de *sursis* e que eu não precisaria de muito esforço para me aproximar após o revelar. Ledo engano. Por outro lado, as emoções que emergiram inicialmente chegaram a me fazer questionar se eu estaria realmente preparado para tal empreitada ou se não estava incorrendo numa atitude solipsista. Com o passar do tempo, fui percebendo que nada disso procedia e que, definitivamente, eu não estava “reescrevendo a minha história”. Muito pelo contrário, ficou cada vez mais evidente como o uso problemático de drogas é apenas mais uma faceta das histórias dos sujeitos. Eu mesmo, apesar de todos os transtornos, ainda consegui concluir um curso superior e buscar aprovação em dois concursos públicos. Enfim, minhas dificuldades eram de outra ordem e a minha história, diversa.

No entanto, não posso me furtar a admitir que tais sentimentos criaram uma certa confusão no início do trabalho. Havia de minha parte um misto de angústia e ansiedade que

se refletia num enorme desconforto com a cena. Lembro que no início as minhas incursões eram sempre muito breves, eu me sentia inseguro e com medo, como se eu estivesse cometendo algum ato ilegal. Eu ficava o tempo todo preocupado pelo fato de não estar acompanhado de nenhuma ONG, nenhum órgão estatal, nenhum grupo de redutor de danos. Éramos somente eu e meu gravador.

Aos poucos e à medida que fui conhecendo os moradores/frequentadores da ocupação, minhas preocupações iniciais foram cedendo lugar a um sentimento de grande entusiasmo por ter conseguido entrar no campo, estabelecer contato e realizar as minhas primeiras pesquisas, conversas gravadas e anotações. Eu ficava ansioso no Colégio esperando o horário das janelas na minha grade para me dirigir à ocupação. Olhando em perspectiva, pode ser que essa ansiedade e medo inicial tenham sido fruto de um preconceito da minha parte, a partir de uma ideia pré-concebida de que aquele pudesse ser um ambiente violento, seja por alguma confusão ou briga por conta de drogas, seja pela possibilidade de uma incursão policial, que, apesar do acordo tácito com o varejo de drogas local, é sempre uma possibilidade diante da fragilidade de tais arranjos. Ainda assim, decidi seguir em frente.

Apropriar-me do referencial teórico da Antropologia das Emoções pareceu bastante adequado para o meu propósito de pesquisa, sobretudo tendo em vista a minha própria trajetória pessoal. A Antropologia das Emoções permite desnaturalizar determinados comportamentos e sobretudo as emoções, percebendo-as como parte integrante de um sistema de representações sociais e culturais próprio.

Para Michelle Rosaldo, a construção do “self” e das emoções pode se constituir num terreno extremamente fértil para as análises antropológicas. A cultura, manifesta nos símbolos públicos das manifestações das pessoas (GEERTZ, 1989), seria o seu ponto inicial. Rosaldo parte do conceito de cultura de Clifford Geertz para pensar as emoções e os afetos. A cultura seria importante para pensar o “self” e os modelos culturais seriam derivados do mundo onde se vive. As emoções seriam vistas como cognições, como pensamentos incorporados (*embodiment*).

Segundo essa visão, a relação entre emoção e corpo não é natural. Os afetos surgem como cognição, interpretações sempre informadas e produzidas culturalmente, amparados no pensamento. Ou seja, as emoções devem ser sempre pensadas nos contextos culturais. Afeto e pensamento são esferas unidas, nas quais as emoções são vistas como pensamentos sentidos no corpo. Para entender as emoções é preciso compreender a noção de pessoa do

contexto investigado. As noções de “pessoa” e “emoção”, então, seriam tributárias de um contexto cultural, relacional, considerando também as histórias individuais. Segundo Rosaldo:

Mas também, do ponto de vista "interpretativista", não faz sentido afirmar que indivíduos com suas diferentes histórias, diferentes corpos e diferentes maneiras de estar mais ou menos emocionalmente envolvidos – são sistemas culturais moldados em miniatura. Por meio da "incorporação", os símbolos coletivos adquirem o poder, a tensão, a relevância e o sentido que emergem de nossas histórias individualizadas. Uma compreensão da individualidade requer uma compreensão da forma cultural; as análises do pensamento devem figurar centralmente nas análises do sentimento. Dito de outra forma, eu insistiria que nunca aprenderemos porque as pessoas se sentem ou agem da maneira que agem até que, suspendendo as suposições cotidianas sobre a psique humana, fixemos nosso olhar analítico nos símbolos que os atores usam para entender a vida humana – símbolos que fazem nossa mente as mentes de seres sociais. O sentido que adquire ‘embodiment’ aqui, seria o de pensamentos internalizados, inscritos nos corpos. (ROSALDO, 1984, pp. 141-142. Tradução minha).

As emoções nos forneceria as bases sobre as quais compreendemos as maneiras pelas quais o mundo social funciona (ROSALDO, 1984, p. 143). O mundo social, portanto, é aquele no qual estamos envolvidos.

Os sentimentos não são substâncias a serem descobertas em nosso sangue, mas práticas sociais organizadas por histórias que tanto encenamos quanto contamos. Eles são estruturados por nossas formas de compreensão. (ROSALDO, 1984, p. 143. Tradução minha).

No entanto, a visão “interpretativista” das emoções, ou seja, das emoções como uma construção cultural, “traz como uma de suas consequências a caracterização do projeto de conhecimento da ‘verdade sobre a emoção’ como algo problemático.” (COELHO & REZENDE, 2011, p. 13). Segundo Lutz, na visão interpretativista:

A emoção é tratada como um aspecto central do significado cultural, com um interesse correspondente na variação histórica e transcultural no significado emocional. Porque as emoções são vistas como categorias socialmente construídas, a verdade sobre a emoção torna-se problemática. A epistemologia social do interpretativismo, na qual o conhecimento é construído por pessoas em relação umas com as outras, implicou uma nova ênfase na linguagem da emoção e a negociação do significado emocional. Essa negociação ocorre não apenas entre as pessoas observadas, mas também entre antropólogo e informante. Tanto as versões fortes e fracas do construcionismo são representadas, incluindo a visão de que a experiência emocional é quase infinitamente mediada através da linguagem e da cultura e a visão alternativa de que a psicologia é um domínio interno privilegiado que pode, em teoria, permanecer intocado pela cultura. (LUTZ, 1986, pp.407-408. Tradução minha).

A partir dos anos 1990, ganhou força nos estudos sobre as emoções a noção de que o contexto específico do qual estas emergem adquire um papel de centralidade, focando nas maneiras em que são acionados os discursos emotivos. Segundo Coelho e Rezende:

A preocupação dessa abordagem contextualista aqui é dupla: mostrar como o próprio significado das emoções varia dentro de um mesmo grupo social dependendo das circunstâncias em que se manifestam, e atentar para as consequências da expressão dos sentimentos nas relações sociais e de poder. (REZENDE e COELHO, 2010, posição 136 do e-kindle).

Nesta perspectiva, a Antropologia das Emoções propõe a compreensão das formas discursivas sobre as emoções, acionando Foucault. Ainda segundo Coelho e Rezende:

Ao tomar o conceito foucaultiano de discurso como ponto de partida, essa perspectiva procura situar os contextos sociais em que as emoções são expressas, com o intuito de mostrar que os discursos emotivos podem ser vistos como práticas que estruturam os próprios objetos de que falam. A atenção ao discurso permite tratar as emoções com parte da interação social e, portanto, afeitas à imprevisibilidade das reações dos atores envolvidos, produzindo uma visão mais complexa dos possíveis sentidos múltiplos, mutáveis e contestados de elocuições e trocas emocionais. Assim, mais do que abordar a expressão da emoção como veículo de estados subjetivos internos, busca-se afirmá-la como atos pragmáticos e desempenhos comunicativos, ou seja, como uma forma de ação social que tem efeitos sobre o mundo, que são lidos de um modo culturalmente informado pela audiência da fala da emoção. Tal abordagem contextualista evidenciaria, portanto, a dimensão micropolítica das emoções, permitindo usá-las como via de acesso para a compreensão das relações de poder e desigualdades sociais. (COELHO & REZENDE, 2011, pp. 15-16).

Nesse contexto, busco perceber de que maneira as emoções dos usuários da cena pesquisada podem dialogar com a percepção social construída em torno de seus “modos de vida”, que emoções são acionadas ao narrarem a própria vida, as relações que ali se estabelecem e com o conjunto da sociedade. Para Coelho e Rezende:

É nesse sentido que se pode falar em uma ‘micropolítica da emoção’, ou seja, de sua capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência individual. É assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcações de fronteiras entre os grupos sociais... (REZENDE e COELHO, 2010, posição 935 e-kindle).

O recurso a Foucault permite pensar a produção de individualidades, de indivíduos que possam cumprir “funções úteis”. O corpo, então, torna-se local de investimento de várias técnicas e mecanismos que pretendem “docilizá-lo”. Segundo Foucault: “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.” (FOUCAULT, 2014, p.167).

A disciplina cria um sistema de recompensas e penalidades visando classificar e individualizar as condutas. Este separa o mau do bom, hierarquizando-os. Seu objetivo é homogeneizar, ou seja, fazer com que todos se pareçam. O poder da norma nada mais é do que um produto das disciplinas. Para Foucault:

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. (FOUCAULT, 2014, p.175).

É nesse sentido que vejo nos relatos dos meus interlocutores um “ato de enunciação”, uma “ação social.” A partir da noção foucaultiana de discurso, busco relacionar as falas dos moradores/frequentadores com o contexto específico no qual estão inseridos. Como vimos no capítulo anterior, as cenas de uso de crack na cidade do Rio de Janeiro não são idênticas, possuem mais ou menos influência do varejo de drogas da região onde estão inseridas, mais ou menos vulnerabilidades dependendo de sua localização. No caso da Ocupação Colombo, percebi um sentimento maior de segurança por parte dos moradores/frequentadores, já que se trata de um prédio. Eles se sentiram mais seguros para narrar suas trajetórias. Ainda que os relatos sejam fragmentados pela dinâmica local, acredito que teria muito mais dificuldades em conversar com pessoas em situação de rua ou em regiões conflagradas da cidade. Busquei, assim, perceber, para além do que falavam, como falavam, de que maneira se portavam, se gesticulavam ou não, se pareciam irritados ou ansiosos, procurando descrever essas interações em detalhes para tentar captar com a maior credibilidade possível as nuances de suas falas, de seus discursos, de suas emoções.

Foi nesse contexto que narrei as interrupções que sofremos e que preferi chamar as nossas interações de conversas. Como citei anteriormente, ao iniciar a pesquisa eu ingenuamente acreditava que conseguiria fazer com meus interlocutores uma entrevista, no sentido formal do termo. Imaginava um cenário no qual eles ficariam sentados, de frente para o pesquisador, respondendo calmamente todas as minhas indagações. A realidade, no entanto, foi que a situação assim descrita jamais aconteceu. Em algumas ocasiões eu consegui fazer com que se sentassem e conversassem comigo. Porém, foi impossível fazê-lo sem que houvesse alguma interrupção. Na maior parte das vezes o que houve foi uma conversa bastante dinâmica, que incluía muitas vezes alguns deslocamentos pela própria ocupação ou da ocupação para a rua, ao longo dos trilhos do VLT, ou no bar da esquina.

Também ficou evidente a questão da dimensão micropolítica das emoções. Ao narrarem suas trajetórias, notadamente marcadas por episódios de violência, meus

interlocutores pareciam, na maioria das vezes, incorporar uma visão de mundo que os marginaliza e segrega, reforçando estereótipos e preconceitos que circulam no senso comum. Talvez por isso, vimos como boa parte dizia que desejava parar de usar drogas, ao mesmo tempo em que revelavam sentir um prazer que se aproximava da sensação de um orgasmo. Acredito que essa aparente contradição pode ser explicada pelo fato de imaginarem que isso era o que eu desejaria ouvir. Se prestarmos atenção, a maioria dos relatos revela uma trajetória semelhante, na qual o desejo de abandonar as drogas em algum momento aparece. Isso foi especialmente verdadeiro quando se tratou de Diego, que realmente buscou ajuda e conseguiu estacionar o seu uso de crack. No entanto, tenho a impressão de que a maioria dos relatos nesse sentido se dava em função de uma expectativa criada em torno do que imaginavam que eu gostaria de ouvir.

Quando alguém “de fora” se aproximava, me relataram, normalmente o fazia com a intenção de barganhar algo em troca, como a ida ao posto de saúde local ou até mesmo a frequência regular ao templo evangélico mais próximo. A oferta era sempre sucedida de uma condição. No meu caso, a conversa, gravada ou anotada, era a condição estabelecida. No entanto, eu raramente tinha algo mais a oferecer, fosse um remédio, uma quentinha ou a “palavra de Deus.” É bem verdade que com o tempo eu passei a levar algumas doações para a ocupação. Consegui, logo após a minha chegada, organizar um mutirão de limpeza, para o qual levei os produtos e organizamos uma limpeza geral da área, atendendo um pedido de Aline. Eu achava que isso se repetiria, mas não foi assim que funcionou. Também consegui angariar a doação de roupas masculinas e femininas e um enxoval de bebê para a filha de Nicole. No Natal de 2022, organizei uma vaquinha virtual e promovi a entrega de panetones. Esse foi um momento realmente especial, quando os moradores/frequentes se disseram bastante surpreendidos ao me virem retirar da mala do carro mais de duzentos panetones. Nada disso, no entanto, foi feito de maneira condicional, pelo menos essa não foi a minha intenção. Diversas pessoas que se recusaram a falar comigo participaram de todas essas ações e agradeceram. Algumas justificavam dizendo que era arriscado para mim e para elas que se manifestassem, outras não diziam nada quando eram abordadas e isso para mim bastava. Como mencionei anteriormente, certas coisas não precisam ser ditas nesse contexto. De todo modo, esses momentos de doação de alimentos e roupas me livraram de ter que doar dinheiro, pois assim que cheguei os pedidos eram constantes. Com o tempo, no entanto, foram entendendo que eu não daria. Eu não estou certo sobre o meu posicionamento nesse caso, mas acredito que dar dinheiro naquele contexto não seria muito ético, já que eu não

queria condicionar as conversas à ideia de que haveria uma troca, ou seja, não haveria *quid pro quo*.

Outras questões que apareceram com ênfase foram os marcadores de poder e as relações de interdependência que se desenrolam em função do papel que o indivíduo desempenha naquele contexto. O caso de Aline foi emblemático. Sua influência sobre o grupo, a deferência com que era tratada, não só foi decisiva para a minha entrada no campo, como também me ajudou a perceber de maneira muito clara as barganhas que se desenvolvem na dinâmica da ocupação, as disputas, as relações de sociabilidade, bem como as tensões que emergem entre o seu estilo de vida e o proibicionismo ainda vigente. Também foi relativamente fácil perceber a existência de uma “economia dos afetos”, nas quais as trocas se efetivam como sinal de gratidão. Foi nesse contexto que recebi de Nicole, de quem falarei ainda mais no próximo capítulo, inúmeros convites para usufruir dos serviços de suas “filhas” que atuavam como profissionais do sexo. Tendo em vista a relação de proximidade que desenvolvemos, entendi que a oferta de favores sexuais se situava num alto nível de consideração, sendo superada talvez apenas pela oferta de droga. Essa condição também é reafirmada pelo fato das “filhas” de Nicole aceitarem, segundo elas, me oferecer os seus serviços sem me pedir nada em troca, numa clara demonstração de influência da sua “mãe”. Isso se dava, sobretudo, pelo fato de Nicole assumir, após a prisão de Aline, uma posição de liderança na ocupação. Pelo que pude apurar, Nicole nunca chegou a atuar como cafetina das suas “filhas”, não cobrava delas participação nos seus lucros. Pelo contrário, oferecia proteção, sobretudo num ambiente majoritariamente masculino, abrigo e alimentação para aquelas que a procurassem nessa situação. Não havia troca de papel-moeda, mas sim de poder e influência estabelecidos sobre bases de uma narrativa afetiva, numa relação de reciprocidade que poderíamos inclusive associar ao que Mauss (2013) definiu como “dádiva”. Falando sobre a Antropologia das Emoções, em texto sobre a troca de presentes de Natal entre patroas e empregadas, Coelho (2006) nos diz que:

A abordagem contextualista proposta por Abu-Lughod e Lutz – de inspiração pragmático-discursiva – vem atribuir um novo status ao estudo das emoções. Elas passam a ser entendidos como fenômenos intersubjetivos, engendrados pela interação entre indivíduos, transformando-se, de objetos estanques de análise, em via de acesso para a compreensão do modo pelo qual estas construções supostamente encompassadoras da experiência individual – a cultura, a sociedade – são realizadas na experiência concreta de atores sociais específicos. (COELHO, 2006, p. 79).

É nesse sentido que gostaria de posicionar atitudes de Aline e Nicole. Ao acolher e oferecer “proteção” às meninas que julgam precisar, nomeando-as inclusive como “filhas”, essas atitudes falam mais delas mesmas do que de suas “filhas”. Dito de outra forma, a oferta de “generosidade” demonstrada por elas pode também ser aqui entendida como uma forma de expressão do poder que exercem sobre os demais moradores/frequentadores da ocupação, revelando, nessa gramática emocional, a dimensão micropolítica das emoções. Suas “filhas”, assim, devem ser protegidas e ninguém pode importuná-las, ainda que pareçam cobiçadas por homens que moram ou frequentam a ocupação. Da mesma forma que a entrada em suas “casas” só é franqueada para aqueles que são considerados “fechamento”, ou seja, gozam de prestígio ou ascendência junto às líderes do local.

É importante destacar, contudo, que determinados comportamentos, que podem ser vistos como “desviantes” e negativos por determinados grupos, não serão vistos necessariamente assim por outros. Por exemplo, enquanto o meu consumo de cocaína era visto como reprovável por familiares e “amigos não-usuários”, no grupo de “amigos usuários”, este comportamento era visto como desafiador e libertário, diante de uma “sociedade careta”, sendo valorizado e percebido como uma forma de reafirmação de uma identidade rebelde. Logo no início da minha “carreira de usuário”, essa última perspectiva serviu como reforço para a construção da autoimagem de alguém que não se curvava aos ditames sociais, altamente independente da aprovação de quem quer que fosse, para se posicionar diante do mundo, por mais paradoxal que isso possa parecer.

No caso da ocupação Colombo, salta aos olhos também as relações que se estabelecem em torno do uso do crack e como este contribui para a definição de novas relações de temporalidade e sociabilidade naquele contexto específico.

A relação com o mundo, com o que ela implica de incerteza, de precariedade, de imprevisibilidade, é provisoriamente constante, mas com a convicção, para o indivíduo, de que a eternidade está diante dele e que o gesto é reproduzível todas as vezes que ele precisar para alcançar o estado desejado. À incerteza das relações ele opõe a relação regular com uma substância que comanda sua existência e determina os estados de seu corpo. Ele é muito mais dependente dessa experiência do que de uma substância química. O sujeito faz a droga e não o inverso. (LE BRETON, 2018, p.127).

Eu acrescentaria que, além da experiência com a droga em si, os moradores/frequentadores da ocupação também estão extremamente ligados ao contexto social do ambiente. Com o passar do tempo e o desenrolar das conversas com pessoas como Andréia, Emanuel, Magrão e todos os outros, foi ficando claro para mim como a ocupação

funciona também como uma espécie de “refúgio”, onde os indivíduos não serão julgados, estereotipados ou submetidos a qualquer forma de violência. Ali funciona uma espécie de “comunidade”, com todas as implicações que esta afirmação carrega. Comunidade no sentido de solidariedade e companheirismo, na formação de laços de amizade e até mesmo de relações românticas – caso de Nicole e Alexandre –, como também de conflitos, que surgiram diversas vezes ao longo das minhas interações, mas que sempre eram resolvidos “internamente” e que nunca presenciei serem levados aos “meninos”, como eram chamados os varejistas de droga do morro ao lado. Até mesmo as “cobranças” – categoria nativa que significa que alguém deve ser alertado por algo de errado que fez ou disse –, eram resolvidas ali. A verdade é que diante da invisibilização, do abandono familiar e da aparente negligência do poder público, os moradores/frequentadores da ocupação Colombo acionavam uns aos outros e acabavam por dividir muito mais do que apenas crack, maconha ou cachaça, mas também medos, dificuldades, e porque não sonhos e esperanças, como os vários relatos que ouvi de pessoas que diziam querer “largar essa vida”, como mencionado acima, seja lá o que isso significasse.

Dessa forma, procurei demonstrar alguns aspectos intersubjetivos que compõem o quadro mais amplo sobre a questão do uso problemático de crack. Acionando de novo Fiore (2020), ainda que se considere a perspectiva bioquímica dos estados de alteração da mente provocados por substâncias psicoativas, e esta não é a minha proposta, é relevante também destacar outros aspectos da vida desses sujeitos, como, por exemplo, os socioeconômicos, mas sobretudo as suas emoções, que podem nos ajudar a compreender a exclusão social e a existência de dispositivos de controle que vão desde o pretense monopólio das ciências médicas sobre o tema (Fiore, 2020), ao estabelecimento de um marco legal e regulatório que parece não considerar os aspectos sócio-históricos na elaboração de políticas públicas que segregam e excluem muito mais do que atendem.

Como vimos, as trajetórias dos meus interlocutores são marcadas por traumas, abusos e violência, mas também por relações sociais complexas que são atravessadas pelo uso problemático de crack, cuja dinâmica da relação com a substância opera inclusive como um marcador de temporalidade (uso-abstinência-uso). Também assinalei como muitas vezes os próprios moradores/frequentadores internalizam os preconceitos de que são vítimas, como a “cultura da evitação”, de que falarei no próximo capítulo. Aqui, a vergonha parece emergir como afeto central. No entanto, se por um lado ela parece atuar de forma a reforçar um sentimento de segregação, por outro, percebi que pode também conferir um sentido de grupo,

um sentimento de pertencimento e de construção de sociabilidades que pode ser ainda mais decisivo para os moradores/frequentadores da ocupação. Toda vez que uma “casa” era desocupada, havia uma “fila de espera”, organizada primeiro por Aline e depois por Nicole, para a ocupação de um novo morador. A venda de copinhos de água, o funcionamento das máquinas caça-níqueis e mesmo o compartilhamento de drogas são exemplos de uma dinâmica social própria. Fui percebendo que havia uma lógica interna amparada em acordos tácitos e que pareciam funcionar. Obviamente havia conflitos, embora numa escala muito menor do que o contrário. Também fica muito difícil imaginar que cerca de 100 pessoas dividindo o mesmo prédio seriam capazes de conviver sem qualquer problema. Isso não acontece no meu condomínio, onde de vez em quando alguns vizinhos se desentendem. Por outro lado, não foram poucas as vezes em que presenciei episódios de solidariedade, como já citei, como compartilhamento de alimentos, roupas e mesmo drogas. Parece que as relações que se estabelecem ali operam sim como um fator de identidade e construção de subjetividades. Esse é ponto que pretendo aprofundar no próximo capítulo.

3 VERGONHA, EVITAÇÃO E SUBJETIVIDADES

Desprezo era um lugarejo. Acho que lugar
desprezado é mais triste do que abandonado (...)
Não sei por que aquele homem com olhar sujo de dor
queria permanecer no Desprezo. Eu não sei
nada sobre as grandes coisas do mundo, mas
sobre as pequenas eu sei menos.
(Desprezo - Manoel de Barros)

3.1 Outros Fragmentos

Como mencionei no primeiro capítulo, antes de entrar efetivamente na ocupação, passei um tempo rodeando o local. Primeiro, comecei a almoçar no bar da esquina, observando tudo o que se passava na entrada e saída do prédio. Após o meu contato com Adriana, militante local e vizinha da ocupação Colombo, passei a conversar com ela na entrada da sua vila, observando ainda mais de perto todo o movimento de entrada e saída da ocupação Colombo. Foi nesse contexto que vi pela primeira vez Alexandre, um dos moradores da ocupação Colombo com quem eu desenvolveria uma relação bastante próxima.

O que logo me chamou a atenção em Alexandre foi o fato dele usar uma tornozeleira eletrônica, indicando que estava ainda cumprindo algum tipo de pena. Confesso que passava um bom tempo das minhas conversas com Adriana e o seu marido Rodolfo tentando adivinhar o que ele teria feito para estar naquela situação. Enquanto conversávamos e especulávamos, minha presença foi se tornando cada vez mais parte da paisagem local. Quando finalmente comecei o meu trabalho de campo, conversei primeiro com Aline, como vimos no capítulo 2, e, posteriormente, com Alexandre, com quem pude estabelecer uma longa conversa do lado de fora do prédio, sentados na porta de uma biosca. Apesar de longa, a conversa não foi “linear”. Por diversas vezes, fomos interrompidos por pessoas que vinham pedir alguma coisa (cigarros ou bala), ou simplesmente tentar descobrir quem eu era e o que eu estava fazendo com aquele gravador na mão, ouvindo atentamente os comentários de Alexandre. Recordo-me de encontrar um ex-aluno do colégio estadual, trabalhando numa oficina que fica ao lado do prédio. Ao me ver, ele demonstrou uma enorme surpresa e perguntou o que eu estava fazendo ali, se eu não sabia o que “rolava” no prédio e que estava me arriscando. Expliquei do que se tratava e ele sorriu ironicamente, como se estivesse tentando me dizer que aquilo não valeria a pena e que aquelas pessoas não eram “dignas” de um trabalho acadêmico. Achei melhor não polemizar e fingi que não entendi o que

significava a sua ironia, uma vez que o meu foco estava totalmente voltado para a conversa com Alexandre.

Assim que iniciamos o papo, Alexandre já começou contando uma passagem bastante impactante sobre a sua vida. Ele disse o seguinte:

Meu nome é Alexandre e eu tenho 30 anos. Pô, cara, fala pra tu minha vida, minha vida... Eu sou cria da Mangueira, dos “três tombos”. É Olaria, Buraco Quente, Três Tombos, Candelária e aí vai indo. Eu tô nessa vida porque eu perdi a minha mãe novinho. Minha mãe morreu queimada. O meu padrasto, o meu padrasto era muito ruim, aí ele pegou ela traindo ele com o meu pai mermo, entendeu? Aí ele esperou ela, ela bebendo cerveja, ela estava bêbada. Ele jogou álcool nela e tacou fogo nela. Aí ela foi pro hospital, eu tinha acho que 6 ou 7 anos. Aí quando eu fui ver, eu pequenininho, novinho, não entendia nada. Aí eu fui pro hospital pra ver ela. Ela veio toda enfaixada assim, toda preta, pra me dar um abraço antes de falecer. Eu corri com medo. Esse negócio ficou na minha mente. Eu perdi a minha mãe eu era muito novo. (Caderno de campo. Março de 2021).

Mal iniciamos a conversa e Alexandre já narra como, segundo ele, “entrou nessa vida”. O trauma da perda da mãe, mas mais ainda, o trauma por não ter abraçado a mãe queimada, teria sido o motivo pelo qual Alexandre acreditava que estava numa situação que julgava desfavorável. Ao relatar o episódio, Alexandre chorou, sobretudo na parte em que dizia ter fugido por sentir medo. Ele se sentiu culpado e disse que não se perdoava por não ter abraçado a mãe. Como Aline, que se sentiu culpada pelo próprio estupro quando adolescente, Alexandre se sentia culpado por ter sentido medo da mãe, apesar de se tratar de uma criança de 6 ou 7 anos à época, como ele mesmo afirma. Enquanto Aline se enchia de culpa por achar que mentiu e que, portanto, “mereceu o castigo”, Alexandre se “autoflagelou” porque, segundo ele, abandonou a mãe para morrer, negando-lhe um último abraço. Em ambos os casos a culpa é sentida como reflexo por uma atitude que ambos entendem que não tomaram, por terem “falhado” aos olhos de outros a quem estariam ligados. Dito de outra forma, a maneira como entendiam que seriam vistos foi um importante fator a colaborar no sentimento de culpa de ambos.

Alexandre diz que, após sair da cadeia recentemente, procurou atuar no sentido de organizar melhor a sua vida. No entanto, acabou “fraquejando” e “entrando pra essas drogas”.

Oh, eu vou falar pro senhor, eu tenho os meus documentos ali todos, que eu recebo bolsa família. Quando eu saí da cadeia agora, eu tirei meus documentos porque eu não tinha nada, aí eu tirei, corri atrás, tirei minha certidão de nascimento, tirei meu CPF, tirei minha identidade, entendeu? Mas sendo que, como, pô, eu me perdi de novo, eu fui fraco também e comecei a entrar pra essas drogas aí. (Caderno de campo. Março de 2021).

Interessante notar, inicialmente, como Alexandre me trata com muita deferência. Ele acabara de me conhecer, mas me chama de senhor e me trata com muito respeito e cordialidade. O tempo todo está preocupado em responder da melhor forma possível, chegando a pedir a um colega que insistia em nos interromper para se afastar. Ele providencia todos os seus documentos e busca o apoio de um programa oficial do governo para se sustentar, o que indica que ele talvez pensasse em não mais delinquir. Alexandre contou que gostaria de “mudar de vida”, sobretudo para evitar novamente a prisão. Sobre a sua trajetória, ele relembrou o seguinte:

Depois que a minha mãe morreu eu fiquei morando com a minha vó, aí aconteceu uma coisa comigo lá que eu não gostei, da minha tia. Porque quando a minha mãe morreu, minha mãe trabalhava desde os 18 anos de carteira assinada, no Pedro Ernesto, aquele hospital ali mesmo. Ela trabalhava ali desde os 18 anos, morreu com 32 anos, minha mãe. Então, minha vó pegou um dinheiro que era pra mim pegar, ficou pegando o dinheiro dela, entendeu? Aí ela fez a casa lá, deixou a casa mais... Aí eu não consegui não, mané.

Quando eu fiz 10/11 anos eu já comecei a ir pra rua, comecei a ir pra rua. Aí eu ia pro Maracanã, dormia ali debaixo do Maracanã, ficava 2/3 dias. Aí minha vó não ia atrás de mim, quando eu vinha ela me batia.

Aí isso foi tudo me revoltando e eu comecei a parar com os moleques lá que roubava. Aí eu fiquei andando com os moleques lá que rouba, bagulho doidão, aí acabou que eu estou nessa até hoje. Aí minha tia falou pra mim, ela queria me botar pra fora de casa porque eu tava usando droga. Eu comecei usando tiner, maconha, pó e loló, não tinha crack.

Aí eu fui crescendo, fui crescendo e pum, fui preso a primeira vez, furto, 155. Aí fiquei 3 dias e minha vó foi lá me pegar. Aí passou mais 4 dias na rua, fui de novo. Aí eu fiquei viciado e não conseguia não ficar na rua. Pro senhor ver, eu tenho 21 passagens na “de menor”. 21 na “de menor” e 4 “de maior”, entendeu? Aí esse negócio que minha mãe que me fez ficar assim, entendeu? (Caderno de campo. Março de 2021).

Primeiro Alexandre detalha como se sentia injustiçado pela relação que tinha com a avó, que ficou com o dinheiro da mãe que seria uma herança para ele. Isso foi aparecendo à medida que ele ia contando quão conflituosa era a relação dos dois. Ele relata que desaparecia por alguns dias e que a avó não o procurava, o que indica uma certa mágoa com o que considerava falta de atenção. Alexandre então conta que quando decidia voltar para casa ainda sofria agressões da avó. Ele enfatiza que ao longo da sua infância foi desenvolvendo uma revolta muito grande e que acabou se unindo a outros garotos que já cometiam atos infracionais. Segundo ele, foi a tia que definitivamente o expulsou de casa quando começou a andar com esse grupo e a usar drogas. Alexandre, então, comenta que começou a praticar atos infracionais até ser preso por furto. Aqui surge outro dado interessante. Embora ele tenha dito que a avó não queria ter ficado com ele após a morte da mãe, foi ela que foi libertá-lo da reclusão, segundo sua própria narrativa, mas sem explicitar

exatamente como isso se deu. Após esse evento, Alexandre conta que foi se afastando de casa e que acabou ficando na rua, tendo sido apreendido inúmeras vezes enquanto menor, e preso outras tantas já maior de idade.

Enquanto escrevo esse texto, acompanho pela imprensa o caso de um rapaz de 20 anos que possui mais de oitenta passagens pela polícia e mesmo assim continua solto. Isso provocou um debate promovido pelos meios de comunicação sobre como um “criminoso contumaz” consegue a liberdade assim tão fácil. Entrevistam então uma advogada, que explica que o crime praticado pelo rapaz é de menor potencial ofensivo e que, por isso, ele não deveria ficar preso mesmo. Enquanto assisto à reportagem, lembro de Alexandre e de outros tantos meninos que são “condenados” *a priori*. Como educador, me sinto frustrado por não conseguirmos, enquanto sociedade, promover o acesso à cidadania desses meninos, que depois exigimos que sejam encarcerados, trancafiados, sem nem ao menos nos darmos conta de que se trata de jovens. Ou não faz diferença? Alexandre continua contando sua trajetória, agora sobre eventos mais recentes, como o nascimento da filha e sua última prisão.

Quando eu tive a minha primeira filha, que eu saí de cadeia... Minha última cadeia foi furto também, mesma coisa, de bicicleta. Conforme não tem mais 155, aí me botaram 157 *caput*, aí me botaram pra vir de “pulseira”. Já era pra eu tirar ela há muito tempo, eu não tirei ela porque eu não tô... Por exemplo, tem que ligar, agendar. Eu não tenho telefone aqui nesse lugar. Eu só vou lá, eu só vou em casa lá na minha tia, só quando eu quero mesmo. Quando chega perto de eu assinar, eu vou lá e pego meus documentos. Chegava perto eu ia lá e pegava meus documentos de novo. Aí acabou que eu não quero ir mais lá pra casa não. Aí eu peguei meus documentos e tá tudo aqui comigo aqui.

Eu tenho 2 filhas e esse que está vindo agora (Maria Vitória), com ela (Nicole). Quando eu tive minha primeira filha, uma ficou grávida e a outra (mulher) também ficou grávida. Uma nasceu em julho e a outra nasceu em dezembro. Elas são da mesma idade, vão fazer 9 anos e nenhuma das mães das minhas filhas está nas drogas, no crack não, só bebiam cerveja. (Caderno de campo. Março de 2021).

Mais uma vez, a relação conflituosa com a família aparece. Alexandre afirma que passava na casa da tia para buscar os documentos e se apresentar à justiça, mas que recentemente resolveu deixar os documentos consigo na ocupação, pois queria evitar de retornar à casa dos parentes. Ele conta que tem duas filhas e que aguarda um terceiro bebê. Ele destaca que engravidou duas mulheres ao mesmo tempo, mas que nenhuma das duas “está no crack”, pois “só bebem cerveja”.

A terceira mulher, no entanto, “está no crack”. Alexandre vive na ocupação com Nicole, que se tornou a liderança local após a prisão de Aline. A relação dos dois é interessante de analisar. Eu os acompanhei por um tempo e não cheguei a presenciar qualquer episódio de rispidez maior entre eles. Em situações de conflito, eles parecem conversar de

maneira bastante respeitosa e articulada. Nicole, no entanto, aparenta ser um pouco mais “irritada”. Alexandre, por outro lado, parece sempre se conter diante de Nicole, demonstrando preocupação com a gravidez. Entretanto, sobre a sua relação com Nicole, ele conta o seguinte:

Essa daqui me deixa maluco (Nicole), porque eu falo pra ela não usar droga. Tipo assim, eu conheci ela usando, mas assim, ela tá grávida, então eu não quero que ela usa. Aí então como eu não dou droga pra ela, ela fica 2, 3, 4 dias acordada pra poder usar droga. Aí ela espera o amigo dela vir pra usar. Isso que eu fico mais bolado. Meu filho, faltam 3 dias pra fazer 9 meses. Pô, não tem um chinelo, não tem uma meinha, não tem nada. Eu arrumo dinheiro, que eu faço minhas correrias aí mesmo, aí eu falo: Aqui, Nicole, tem isso daqui, Nicole. Ela podendo, tipo assim, ‘qual é, amor, vambora comprar uns negócios pro neném’, faz nada. Eu tinha comprado uns negócios e deixei aqui, o que ela fez? Vendeu tudo, eu fiquei boladão. Me dá maior ódio esses bagulho aí, entendeu? Eu fico boladão por causa dela, aí eu saio saindo. Por exemplo, se eu sair agora, eu volto só 1 hora da manhã, 2 horas. Ela fica boladona, aí fica sem dormir, eu vejo ela, aí quer ficar nessa, aí para com um, para com outro. Ela não me trai não, entendeu, mas tem vários amigos. De traição ela não tem como tá não, entendeu? Aí, o ódio é quando eu entro aqui, quando eu chego de trabalho, falo assim um ‘modo de trabalhar’, aí eu chego do trabalho ela tá com um copinho na mão assim sentada, sem estar drogada, esperando vir alguém pra dar. Isso daí acaba com a minha vida, e sabe o que eu tô querendo? Eu queria muito mermo era, primeiramente, era tirar essa “pulseirinha” aqui, tirar essa “pulseirinha”. Aí eu fui nesse Posto de Saúde aqui, tirei a carteirinha de vacina, primeira vacina que eu tomei, tirei a carteirinha pra mim poder ver meu filho nascer. Aí eu também tomei a vacina (Covid-19), a primeira dose. Aí eu chamei ela, ela disse que quem tinha que ir era eu, porque eu que era o pai, eu que ia registrar, que não sei o quê. Aí eu fiquei boladão com esse bagulho dela aí. (Caderno de campo. Março de 2021).

Para aqueles que não são familiarizados com as categorias nativas desse universo, ler que Alexandre disse ter ficado “cheio de ódio” ou “boladão” parece algo agressivo. Na verdade, não é. Esses termos são utilizados normalmente quando a pessoa diz estar chateada, mas não significa necessariamente que a pessoa está com raiva. Enquanto expõe sua inquietação com Nicole, Alexandre fala muito mais sobre a preocupação com o bebê, do que propriamente com raiva de Nicole. Para ele, é estranho ter a mãe de um filho seu como usuária de crack. O que eu entendi da fala de Alexandre é que ele tinha muita dificuldade em cuidar, quando na verdade era ele que sempre “dava trabalho”. Nesse sentido, essa era a primeira vez em que ele parecia realmente se preocupar a ponto de ficar “boladão”, ou seja, de não saber como agir diante da insistência de Nicole em continuar usando crack, mesmo com a gravidez. No seu depoimento, ele chama os pequenos delitos que comete no centro do Rio como “trabalho”, fala da sua ida ao posto de saúde local, de como tomou a vacina para Covid, de como gostaria de comprar o enxoval do bebê que está quase nascendo, enfim, de como está envolvido com o nascimento dessa criança que, dessa vez, ele garante que será um menino. Será?

Avançando em nossa conversa, que durou mais de uma hora, apesar das interrupções, Alexandre começa a explicar como se desenvolveu a sua relação com o crack.

Eu conheci o crack no morro. Tinha acabado de chegar (o crack no Rio de Janeiro). Foi em 2005. 2005 tinha acabado de chegar no morro. Então, droga, não era igual agora, não era discriminado. Os caras da boca, bandido mesmo da boca, tudo usava. Era uma droga nova. Aí começaram a ver as pessoas roubando família, fazendo várias maluquices, aí os caras: ‘ih, mané, essa droga é sinistra.’ Eu comecei, eu tava fumando maconha. Tinha um cara lá que era ladrão, faleceu ele. Eu andava só com ele, eu era menorzinho, papo de uns 13 anos assim. Eu andava só com ele, ele gostava muito de mim. Aí ela fumava muito num copinho de guaravita, crack com maconha. Aí eu fumei.

Eu, por exemplo, já não fumo no copinho, eu já fumo só na maconha misturado. Então pra mim já é mais controlado pra mim poder parar. Porque quem me vê não imagina que eu uso essa droga assim não. Por exemplo, eu não deixo meu cabelo grande, não ando sujo, tomo banho, compro roupa, faço minha higiene, entendeu, quem me vê assim nem imagina que eu uso.

(Caderno de campo. Março de 2021).

Aqui, Alexandre parece incorporar todo o estereótipo do usuário de crack como alguém que deve necessariamente “andar sujo, sem cortar o cabelo” ou “fazendo várias maluquices” para conseguir mais uma dose. Revela que foi apresentado ao crack por um amigo, ainda muito novo e que, segundo ele, fumar o crack misturado à maconha é uma estratégia que, segundo ele, reduz danos, uma vez que torna possível que ele mantenha o controle, assumindo uma condição que não revela o seu uso recreativo de crack.

O que Alexandre parece desconhecer é que, como ele, existem muitos usuários de crack que agem da mesma forma. Entram na ocupação, usam a droga e depois retornam para as suas casas e/ou para os seus trabalhos. Por outro lado, ao mesmo tempo em que busca se distanciar de um estereótipo do usuário, do “cracudo”, ele já havia dito que não consegue “sair dessa” e que, apesar de providenciar os documentos para buscar uma “nova vida”, não conseguia deixar o local e o crack.

Para ele, é importante abandonar a ocupação com Nicole e o bebê, assim que este nascer, pois, em suas palavras, “o problema todo está no local.”

Eu tô pensando em sair daqui, em tirar meu filho daqui, quero ver meu filho nascer, quero tirar ele daqui. Eu estava pensando numa clínica de recuperação, um lugar pra mim recuperar minha vida. Não é questão da droga, a questão não é a droga, a questão é o lugar. Porque eu aqui, eu acordo, vou ali e pum, já acorda e já tem várias drogas, então você já fica “tonteado”. Acorda é droga, dorme e acorda é droga. Tudo é droga aqui. Tudo é droga aqui. Aí eu fiquei “tonteado” e não consigo não, mané!

Eu quero acordar assim... Porque é o ambiente, porque eu vim parar aqui lá da Mangueira, porque a mãe da minha filha, minha família, todo mundo me conhecem, aí fica feio pra mim fumar isso lá. Eu fumava no morro, mas depois eu comecei a bater neurose, os caras já estavam me olhando diferente. Porque eu roubava e ficava cheio de ouro, aí fumando veneno, veneno que eu falo é crack

com maconha. Depois eu fui dando uma caída, aí os caras já ficaram me olhando estranho, falando: ‘olha, não pode fumar isso aqui não’. Acabou que eu me revoltei, saí de lá e encontrei com ela (Nicole), conheci ela, lá no morro mesmo. Aí agora meu filho tá vindo aí e eu não tenho nada. Eu sinto vergonha. O crack é tipo assim, quem usa no copinho, quanto mais usa, mais quer usar. Acabou, não tem mais, você quer fazer alguma coisa... Eu ainda não cheguei ao ponto ficar, como é que fala, é garimpo, ficar catando os negócios no chão pra usar, porque eu boto na minha mente que pô, eu fumo na maconha, então na maconha é mais tranquilo. Porque no começo você fuma e o bagulho dá maior “ondão”, aí daqui a pouco o bagulho cai. Saí a onda do crack e fica a onda da maconha. Aí da maconha já fica mais tranquilo. Só aí eu já mudei da maconha pro cigarro. Agora eu fumo com cigarro. Aí eu fumo um pensando em ficar na onda, mas eu não fico na onda. Aí eu fumo pra caramba e fico pensando que eu não tenho nada. Que isso, mané, eu não tenho nada! Meu filho não tem nada, não tem uma roupa pra quando ele sair do hospital. (Caderno de campo. Março de 2021).

Aqui ele revela que acredita que o problema maior não é a droga em si, mas a sua oferta em abundância que ocorre na ocupação Colombo. Como mencionei anteriormente, há uma espécie de acordo tácito entre os moradores que garante a todos um suprimento de droga. Quando um não tem, o outro acaba oferecendo. Há, portanto, uma relação de reciprocidade que é de certa forma um dos elementos fundantes das relações de sociabilidade que ali se estabelecem. Diante da escassez, os moradores da ocupação tratam os suprimentos de que dispõem, seja comida, álcool ou drogas, como “bens coletivos.”

Alexandre também reflete sobre o próprio uso e como a condição de usuário provoca nos seus amigos da comunidade da Mangueira uma relação de estranhamento e evitação, quando dizem que ali “não pode fumar esse negócio.” A vergonha, pois, emerge mais uma vez como o principal afeto para Alexandre. Ele não teme os colegas, ainda que sejam envolvidos com o varejo de drogas local. São seus conhecidos e dificilmente fariam algo com ele apenas por fumar crack. No entanto, o julgamento que acredita sofrer faz com que Alexandre se sinta interdito de frequentar o local.

Alexandre ainda revela preocupação com seu filho – note que para ele a criança será um menino –, e de como gostaria que ele não nascesse na ocupação. Fala até mesmo em buscar uma clínica de recuperação, mas acaba refutando a ideia. Como ele diz, não chegou ainda ao ponto de ficar na rua fazendo “garimpo”, ou seja, buscando objetos que possivelmente tenham algum valor, o que o livraria da condição de “cracudo”. É muito interessante notar essa contradição. Por um lado, ele mesmo não se vê como “cracudo”, então não precisa de ajuda porque mantém o controle. Por outro lado, como fuma crack, sente vergonha dos vizinhos da Mangueira que, segundo ele, não fariam essa necessária distinção entre um “usuário controlado” e um “cracudo”. Finalmente ele revela que já mudou de estratégia e que agora fuma o crack com cigarro, não mais com maconha. Aqui, mais uma

vez ele se contradiz, afirmando que o seu filho que vai nascer ainda “não tem nada”, que ele “não comprou nada para o garoto.” Sobre essa questão, diz que:

Eu pego esse negócio de bolsa família, eu peguei só uma vez, eu nem ligava. Aí agora que aumentou pra 400 real, aí eu fui e peguei uma vez. Eu falei, Nicole, esse dinheiro do bolsa família que nós pegamos nós vamos comprar tudo de bagulho pro neném. Mas aí ela usando assim. Porque eu toda vez que eu tô fumando e vem alguém eu apago por causa do cheiro. O copo já é diferente, não deixa igual a eu. Ela, meu parceiro, não para não. Falei, Nicole, tu não vai parar? Aí ela: ‘Ah, tô doidinha pra ter logo esse neném. Tô doida pra esse neném nascer logo pra mim te dar ele na tua mão’. Porque ela quer fumar crack! Quando eu conheci ela, ela não estava grávida. Então como a gente saía pra rua, dava uma trabalhada, pegava uns 3,4,5 telefone e vendia. Aí a gente comprava uma roupa, uma camisa, uma bermuda e um chinelo pra mim, uma camisa, uma bermuda e um chinelo pra ela. Aí a gente combinava e dizia: vamos em tal lugar. Aí nós ia no Arará, depois nós ia no Mandela. Quando acabava tudo, nós voltava pra Mangureira, chegava e não tinha nada pra comer. Eu aí já ia na casa da mãe, pra comer na casa da minha mãe, minha mãe é minha vó. Aí minha mãe falava: ‘já vai levar comida ‘praquela’ mulher, aquela cracuda’. Mas aí depois ela botava um ‘vasilhão’. Eu levava lá pra baixo, ela comia e depois eu comia. Só que aí minha vó faleceu, que eu chamo de minha mãe, aí ficou difícil pra mim. Minha tia, as minhas tias ficaram com a casa. A casa não era da minha mãe, era da minha vó, mas eles pegaram o dinheiro da minha mãe pra fazer a casa. Tem que ver como é casa, grandona. Eu ficava no quarto que era do meu tio. Quando ele saiu de cadeia, pegou o quarto dele de novo. Aí minha tia já boladona comigo porque eu levei ela (Nicole) pra lá, ela usando crack, aí meu tio falou assim pra mim: ‘você não mora aqui, aqui a casa é minha e da minha irmã’. Minha tia, na verdade, era irmã da minha vó, que eu chamava de mãe. A mãe delas, quando ela morreu, ela deixou aquilo ali pros filhos. A minha mãe também tinha uma parte, mas como ela faleceu eles me descartaram dali. (Caderno de campo. Março de 2021).

Alexandre acusa Nicole de pegar o dinheiro do bolsa família e comprar droga ao invés do enxoval do bebê. O que ele não consegue explicar é porque ele próprio, que recebe o dinheiro, não o faz. Segundo ele, Nicole estaria “mais viciada” porque fuma no copo, enquanto ele fumava com maconha e depois com cigarro. De fato, o copinho é amplamente utilizado na ocupação Colombo. Eu lembro de só ter visto cachimbo uma única vez, e mesmo assim com uma pessoa que não era morador. Não tenho certeza, mas isso pode ter relação com o fato de que existe um comércio de venda de copos de água que pertence ao varejo de drogas da Providência. Aline e depois Nicole administravam o negócio. Alexandre também cita um antes e depois da gravidez de Nicole, dizendo que os dois “trabalhavam” juntos no centro do Rio e como aplicavam o dinheiro em compra de roupas e passeios além de drogas. Ele também diz que, ao final do dia, os dois retornavam para a Mangureira, quando não tinham mais dinheiro. Diante da dificuldade, Alexandre recorria à sua avó, que chamava de mãe. No entanto, após o seu falecimento, a sua tia e um irmão recém-saído da cadeia o expulsaram de uma casa que, segundo ele, deveria ser em parte sua.

Como mencionei anteriormente, Alexandre foi muito solícito comigo. Ele queria conversar e isso foi ótimo. Perguntei sobre o seu pai e ele respondeu o seguinte:

Eu tenho o meu pai. Meu pai mora sozinho. Eu morei com o meu pai. Tem que ver a casa dele. Na época do ‘Gordão’, meu pai era o responsável da “endolação” toda do morro. Meu pai ganhava uns 5/6 mil por dia de trabalho ali, tem que ver a casa dele. Eu sou o filho mais novo dele. Um dos meus irmãos faleceu e eu tenho mais dois, mas todos com casa, com mulher, pai de filho. Eu sou o caçula, e ele me chamou pra morar com ele ali. Só que quando eu fui morar com ele eu ainda tava usando veneno (crack com maconha) escondido. Aí ele ia pra “endolação” e eu ficava lá em casa fumando, tinha muito dinheiro em casa. Aí ele descobriu, me pegou e botou pra sair. Aí eu revoltado fui pra rua, fiz um furto e fui preso. Aí meu pai fez um quarto pra mim na parte de cima, faltando só colocar o cano, essas coisas, pra terminar. Mas eu tava contando com o dinheiro da minha mãe que eu tinha que pegar. A minha mãe tinha deixado um dinheiro pra mim no banco, eu tô até com a identidade dela ali. Eu tinha que ter corrido atrás, mas sem força, sem ninguém pra ir comigo, abandono da família, mas eu tenho o mais importante comigo que é Deus, entendeu? Deus não me desampara, ele é tudo na minha vida, já me livrou de cada coisa!

Se aparecer um lugar pra mim internar eu vou na hora. Só assim eu também paro de ir na rua fazer o que eu tô fazendo, fazer furto. Eu tô na rua, eu faço furto, pego 2, 3 telefones. Aí eu fico devendo aos outros. Eu tenho um dom, eu tenho um dom desde pequenininho de fazer essas ‘artes’. Deus já me livrou muitas vezes. Aí eu não quero mais isso não. Só Deus mesmo sabe de tudo que eu passei, eu tenho história pra contar. (Caderno de campo. Março de 2021).

Como vimos acima, o pai de Alexandre era o responsável pela “endolação”, o que significa que sob sua supervisão a droga era dividida e acondicionada em pequenos sacos, doses individuais que seriam vendidas no varejo. A “endolação” é chave no processo, pois é ali que, por exemplo, a cocaína é misturada, aumentando muito em quantidade e, portanto, também os lucros. Dessa forma, o pai de Alexandre ganhava muito dinheiro e por isso, segundo ele, o colocou para fora de sua casa, talvez temendo que Alexandre pegasse o seu dinheiro ou o que não lhe pertencia. Apesar disso, ele lhe ofereceu um espaço para que construísse a sua casa, mas Alexandre revela que àquela altura, não dispunha de recursos suficientes, pois não conseguiu recuperar o dinheiro da mãe. Ele ainda revela que tinha o desejo de se internar e que, segundo ele, possuía uma espécie de “dom” de furto, algo que ele desenvolvera desde muito novo.

Aqui ainda cabem mais alguns comentários. É curioso que a posição de Alexandre tenha mudado desde o início da nossa conversa, de alguém que tinha o controle sobre a droga para alguém que deseja se internar. Eu não sei muito bem como interpretar essa mudança de posição. Provavelmente, esse desejo está mais uma vez relacionado à expectativa que ele tem do que eu penso sobre ele. Essa hipótese poderia ser confirmada se pensarmos que também o “dom” que ele diz que recebeu de praticar pequenos furtos é uma estratégia de

Alexandre para se “livrar da culpa” que provavelmente ele achava que eu estivesse lhe imputando.

Pergunto a Alexandre o que houve com a sua mão, quando noto que ele tem parte de um dedo faltando. Ele então conta sobre a sua relação com o varejo de drogas da Mangueira. Revelou que perdeu parte do dedo com os fogos, uma vez que, atuando como fogueteiro, acendeu um morteiro que estourou na sua mão. Foi para o hospital e quando acordou já estava com a mão desse jeito.

Finalmente, pergunto a Alexandre se ele gostaria de acrescentar algo a nossa conversa. Ele então diz o seguinte:

Eu quero sair daqui, quero ver meu filho crescer, nascer. Eu sou doido pra ter um filho homem. Tenho duas meninas, então eu quero ver ele nascer. Por isso que eu fui no posto, tomei vacina, pra mim poder entrar no hospital, não vejo a hora. A sociedade discrimina. Você passa, porque essa droga, eles que usam no copinho, vários viram mendigo, não tomam banho, ficam com o pé todo preto, catando lixo, esses negócios. Então, nós estamos aqui e aí vem um cara fedendo, eu não vou recriminar ninguém porque eu sei como as coisas são. Ele não está ali porque ele quer, ele tá ali porque de repente ele tá sem família, a família abandonou, aconteceu alguma coisa na vida dele que fez ele parar ali, várias coisas assim, então eu não posso falar. Eu falo por mim. Mas tem pessoas que já não são assim, igual a gente, igual eu sou. Se vier um mendigo ali agora e me pedir um cigarro eu dou. O que ele vai fazer já é com ele mesmo, eu tô fazendo a minha parte. Eu vou falar uma coisa pro senhor, tenta me ajudar aí pra eu poder sair daqui. Tô precisando disso. Eu quero trabalhar. Eu tenho meus documentos todos. Eu quero trabalhar pra mim poder alugar uma casa. Eu quero voltar pra minha casa no morro, pras minhas filhas, pra minha família. Eu nem vejo minhas filhas mais. Desde que eu vim pra cá já tem quase um ano que eu não vejo minhas filhas, só pelo telefone. Às vezes os telefones vêm desbloqueado, aí eu entro no meu face e vejo minhas filhas já grandonas. Pô, tem que ver, mané, minhas filhas bonitonas, minhas duas filhas. Uma é Tayline e a outra é Alana, aqui, tatuada no meu peito. Essas tatuagens eu fiz na cadeia. Vai ter outro dia pra gente conversar mais. Que eu tô esperando os caras da comida e os caras da comida ainda não “brotou” aí, valeu? Tá bom? (Caderno de Campo. Março de 2021).

Aqui, mais uma vez Alexandre reforça alguns pontos anteriores da nossa conversa. A ideia de que a droga usada no copinho teria um poder mais “destrutivo” e a forma como entende que os usuários de crack são discriminados socialmente: mais uma vez ele tenta se distanciar desse grupo, que segundo ele vive em condições degradantes.

Outro ponto reforçado por ele é o desejo de sair da ocupação, recuperar sua casa na Mangueira, conseguir um trabalho, retomar o contato com suas filhas e criar o menino que acreditava que estava por vir. Enfim, ele pede minha ajuda para “sair dessa vida” e estabelecer uma outra relação com a sua história. Enquanto ele pede ajuda, fico pensando no papel da educação nesse processo, afinal de contas eu sou professor. Penso na trajetória de Alexandre e em como provavelmente ele teve pouquíssimas oportunidades. Segundo os seus

relatos, apenas o seu pai, apesar de atuar no varejo de drogas da Mangueira, lhe ofereceu um espaço para construir uma casa. Alexandre nunca estudou, nunca frequentou a escola. Começou a vagar pelas ruas da cidade acompanhando outros menores do morro de Mangueira que, como ele, tiveram que amadurecer ainda muito jovens, assumindo desde aquele momento a tarefa de garantir a própria sobrevivência. Nesse contexto, penso sobre o papel do Estado, de políticas de inclusão e, mais uma vez, na centralidade que percebo na educação.

Alexandre não teve um menino. Sua filha, Maria Vitória, já está com três anos hoje. Infelizmente ele não a viu nascer e eu não consegui ajudá-lo. Foi preso logo depois, mais uma vez.

Como já mencionei anteriormente, após um período inicial de estranhamento, os moradores/frequentadores da ocupação passaram a me enxergar como parte da paisagem local. Alguns chegaram a me pedir que gravasse o seu depoimento. Esse foi o caso de Andrey, um botafoguense com quem rapidamente desenvolvi uma relação de aproximação. Além de torcermos pelo mesmo time, Andrey sempre foi muito falante e me acompanhava muitas vezes pelo prédio da ocupação Colombo. Até que um dia tomou coragem e disse para ligar o gravador porque ele queria falar. Andrey contou o seguinte:

Primeiramente, boa tarde, meu nome é Andrey, tenho 26 anos, sou usuário de drogas, fumo crack desde os 19 anos. Hoje em dia eu me arrependo, porque eu não tenho nada, era pra mim ter tudo, casa, carro, família, a droga acabou com a minha vida, me destruiu, tudo que era meu eu perdi, tudo que eu comprei, que foi difícil, eu passei, eu praticamente eu dei.

O crack é o crack. O crack é um bagulho doido, e tem uma droga nova que lançou agora, um tal de k9, um tal de k4. O k4, nego fala que quando eles fumam ele é pior do que o crack. Isso lá em São Paulo. Os usuários de crack, que fumavam crack, hoje em dia está tudo fumando k9 e k4. O crack você fuma, você fica cheio de preguiça, não aguenta andar, não aguenta fazer nada. O k9 não. É uma droga mais forte que você fuma, fica igual um zumbi, você já viu aqueles filmes de zumbi. Fica pra lá e pra cá. Tudo que vê rouba, tudo que vê vende. É pior do que o crack, o crack ainda demora pra acabar. O k9 não, é tipo uma maconha, mas não é uma maconha. (Caderno de Campo. Abril de 2021).

Andrey é performático! Personagens como ele me levam a amadurecer a ideia de produzir um documentário sobre a Colombo, quiçá um projeto futuro como desdobramento da pesquisa atual. Enquanto fala ele gesticula bastante. De pé, balança os braços enquanto conta sobre o aspecto “devastador” do crack. Ele fala das suas perdas e de como começou a usar crack muito novo. Aqui é bastante interessante notar como, por escolha própria, ele começa a sua fala abordando imediatamente a questão do crack. A maneira como se apresenta é muito parecida com a apresentação nos grupos de doze passos, inclusive. Eu já

havia explicado a ele que os meus interesses iam além da droga e que eu gostaria de saber mais sobre as pessoas. Não adiantou muito, além de começar falando do crack, Andrey vaticinou sobre a destruição provocada por uma nova droga, ainda mais devastadora que o crack. Após uma certa insistência da minha parte, Andrey foi mesclando aspectos da sua trajetória pessoal com o uso de crack. Assim, fui aos poucos compondo um cenário mais amplo, indo além da sua “trajetória de usuário”.

Eu sou de Minas Gerais, vim pro Rio bebê, com meu pai e minha mãe. Eu moro em Caxias, no Trevo das Missões. Eu comecei fumando maconha com pó, acho que muito por causa das amizades. Em casa era tudo tranquilo, família tranqüilona. Não mexo em nada de ninguém, pode deixar ali 10 mil que eu não mexo. Eu gosto de crack, eu fumo muito. Pode me dar 20 mil agora, meu, que amanhã se eu tiver com 5 mil é muito. Eu vou fumar muito, até enjoar. O crack é sinistro. Falou na bíblia que ia ter uma droga que ia acabar com as pessoas, e essa droga é o crack. É o prazer, a embriaguez. Você vê gente fumando e quer fumar também, ficar na onda, mas essa onda é foda, horrível! (Caderno de campo. Abril de 2021).

Andrey veio de Minas Gerais ainda criança e passou a viver na Baixada Fluminense, no município de Duque de Caxias. Conta que começou fumando maconha e faz questão de reforçar que é uma pessoa honesta, que apesar do seu uso de crack, que classifica como uma droga “sinistra”, jamais mexeu em nada de ninguém. Andrey é superlativo e carrega nas tintas principalmente quando fala do crack, “uma droga que vai acabar com as pessoas”, já prevista inclusive pela bíblia. É interessante notar como Andrey também carrega consigo todos os estereótipos socialmente construídos em torno do crack, ou pelo menos espera que assim se pense. Nesse sentido, incorpora a visão do crack como uma droga devastadora e desconsidera totalmente outros aspectos que possam contribuir para um consumo considerado problemático. A responsabilidade, assim, é sempre da substância, que promove uma verdadeira devastação na vida do indivíduo.

Andrey ainda faz questão de confidenciar as situações constrangedoras que enfrenta por conta do uso de crack. Segundo ele, sofre toda sorte de preconceito por estar na condição de “cracudo”. Assim, sente muita vergonha por todos os constrangimentos por que passa. Ele afirma que não suporta os olhares enviesados e como sofre quando as pessoas se afastam nas ruas ou quando os seguranças o perseguem nas lojas. Sobre a vergonha, diz:

Eu tenho muita vergonha, porque crack é foda, cara! A minha vergonha é tipo assim, você é meu conhecido, aí é feião, as pessoas falam: “alá, moleque tinha tudo, era tranqüilo, olha como ele tá, todo mendigo, maior cabelão, ‘cecezão’, nem banho toma, todo rasgado.” Eu tenho vergonha da maneira como as pessoas me olham e me julgam. Às vezes eu entro dentro de um trem e todo mundo me olha. Ontem mesmo, ontem eu entrei dentro do VLT, as pessoas todas saíram de perto de mim e foram tudo lá pra frente. Ontem mesmo, a mesma coisa, fui pra Niterói trabalhar. Eu trabalho limpando sapato. Fui pra Niterói trabalhar, peguei a barca e

todas as pessoas me olhando, guardando carteira, escondendo telefone, e eu me sinto muito mal com isso, tu não sabe como é que eu me sinto. Eu entro dentro da “casa americana” fica aquele segurança atrás de mim pra lá e pra cá. Às vezes eu penso que é porque eu sou preto, porque todos os preto nego fala que é ladrão, né. Imagina um “cracudo”! (Caderno de campo. Abril de 2021).

Ao que foi dito anteriormente, Andrey adiciona uma nova camada. Traz, para além do preconceito que sofre pelo uso de crack, a questão racial. Afirma que sofre duplamente, pois além de cracudo é preto! A vergonha surge da condição em que se encontra e como acredita que os outros o enxergam. Andrey sente vergonha de como as pessoas o olham e julgam, como as pessoas “saem de perto”. Andrey ainda revela que trabalha limpando sapatos.

Nesse sentido, percebemos como a subjetividade de Andrey está impregnada de uma visão que depende fundamentalmente de como se percebe a partir do modo como imagina que os outros o percebem. Andrey reforça o tempo todo o caráter destrutivo de sua relação e de como ele “perdeu tudo. Aqui, a vergonha se aproxima bastante da culpa, como aliás acontece com outros interlocutores. Andrey explica que tem cinco irmãos, mas que infelizmente perdeu uma irmã.

Há pouco tempo agora perdi uma irmã também pra essa droga. Essa droga, esse crack, eu vou te falar... Minha mãe não dorme não, minha mãe não dorme, sabe por quê? Eu fico na rua, ela não sabe se eu estou vivo, se eu estou bem, se eu estou com saúde, se eu estou no hospital todo quebrado, se eu estou na delegacia, se eu tô no IML. É foda, crack é foda. Tu começou agora todo mundo te dá. Mas passou uns 30 dias, porra... Eu já fiz muita doideira, já roubei muito, mas hoje em dia eu me arrependo, vou na igreja, hoje mesmo eu fui, pedi perdão a Deus e eu vou conseguir, eu vou parar com essa droga. É uma droga maldita, que o dinheiro não fica no seu bolso, não. Você não respira não. Tu pegou 200, torra os 200 todo. É foda! (Caderno de campo. Abril de 2021).

Mais uma vez ele fala sobre o caráter devastador do crack. Aqui, é interessante notar como o rapaz que seria incapaz de se apropriar de algo que não fosse seu, agora revela que “já roubou muito”. Outro fato interessante, e que reforça a minha hipótese de que talvez ele tenha uma família mais estruturada que as demais, é como diz que sua mãe fica preocupada quando ele não volta para casa. Isso deve acontecer com muita frequência, já que eu sempre encontro Andrey na ocupação. Cheguei a imaginar que ele morasse ali, tendo em vista que passa a maior parte do tempo no segundo andar do prédio e como conversa e entra na “casa” de todos. No entanto, pelo que me passou, Andrey ainda tenta manter os vínculos com a família, em Duque de Caxias.

Finalmente, cabe destacar como Andrey é mais um que adota uma postura refratária com relação ao seu uso de crack. Ele não foi o único e acredito que seja bem possível que

ele e os outros acreditem que eu estou ali exatamente para ouvir isso. Provavelmente, pensam que é assim, uma vez que segundo eles essa é a ideia que a “sociedade tem do crack.” Aqui surge uma outra pista. Ora, se estou “escrevendo um livro” sobre eles, como dizem, imagino que estejam preocupados com a forma como serão descritos por mim. Logo, assumir uma postura que condena o que fazem e como vivem seria o mais adequado para evitar ainda mais comentários constrangedores e desrespeitosos sobre eles. Sendo assim, tanto Andrey quanto os outros interlocutores, provavelmente, têm os seus depoimentos borrados pela ideia que fazem do que estou fazendo ali. Nesse quadro, o sentimento de culpa revelado por Andrey, que iria à igreja naquele dia “pedir perdão a Deus”, articula-se com a vergonha, como reflexo da construção de uma autoimagem que passa pela percepção que tem de si próprio como “culpado”, “descontrolado”, “viciado” e “cracudo”, reforçando todos os estereótipos que sofre, como se o seu consumo de drogas fosse simplesmente “falta de vergonha na cara”, como ouvi em outro momento na Colombo. Andrey e seus companheiros de ocupação, assim, sentem-se envergonhados e frustrados porque não “dão conta de viver como as outras pessoas”, dizem. Vivem, então, às margens, condenando a si próprios por um “estilo de vida” que, segundo eles, é reprovável. Por outro lado, é a partir do compartilhamento dessa experiência, dessa emoção, que se constroem as bases que tornam possível a convivência entre os moradores/frequentadores da ocupação Colombo. A mesma vergonha que segrega pode, portanto, operar como aquela que aglutina.

Algum tempo depois de conversar com Andrey, tive a oportunidade de dialogar com Júlia, de 23 anos. Enquanto Andrey relatou as dificuldades que enfrentava pelo fato de ser preto, além do seu uso de crack, Júlia me relatou que também era obrigada a lidar com uma série de preconceitos, desta vez por conta da sua sexualidade.

Júlia detalha que mora na ocupação e que é “cria da CDD” (Cidade de Deus), mas que “quero conhecer o mundo.” Explicou também que foi criada apenas pela mãe, mas que saiu de casa desde os 13 anos. De vez em quando diz que volta para visitá-la, mas relata um certo descompasso com a mãe, uma vez que ela não aceita a homossexualidade de Júlia.

Ela então hesita e diz que deseja falar sobre a questão do crack, que segundo ela é o motivo pelo qual eu estou ali. Tento dissuadi-la e conduzir a conversa para sua relação com a família, mas ela então conta que, antes do crack, usava maconha e “pó” (cocaína). Nesse momento, há um certo desconforto porque eu tentava fazer com que ela falasse de outro assunto. Ela me interrompe e diz que precisa falar com um “irmão” que chegou. Não ficou bem claro se realmente se tratava de um irmão seu ou se ela se referia a um amigo próximo,

já que é dessa forma que algumas pessoas no Rio de Janeiro se referem a alguém próximo. Após algum tempo aguardando, cheguei a imaginar que ela não voltaria mais, mas então ela retorna. Para não “perdê-la” novamente, eu retomo a conversa pelo assunto das drogas. Ela afirma que começou usando lança perfume e maconha e que passou a usar crack por curiosidade. Diz que já foi “muito viciada”, mas que hoje está “mais devagar”.

Júlia é muito arredia. Eu então pergunto sobre essa relação com as drogas, sobretudo com o crack, se ela passa por algum constrangimento ou sente alguma vergonha. Ela responde o seguinte:

Eu não tem vergonha não. Cada um cuida da tua vida, fale de mim o que quiser então. Ninguém me pergunta se eu almocei, ninguém me dá nada, então da minha vida quem sabe sou eu. Sou de maior. Eu trabalho no sinal vendendo água. Eu tô aqui tem 7 anos mas terminei meus estudos completos. Fiz o ensino médio completo. Eu não gosto daqui, mas é melhor que lá, onde as pessoas me tratam diferente, me criticam, meus parentes. Mas eu não ligo pra isso. (Caderno de campo. Maio de 2021).

Sua assertividade resvala na truculência. Ela parece bastante incomodada e irritada. Faz questão de se afirmar independente, que trabalha, estuda e que ficar na Colombo é melhor que ficar na CDD, onde é tratada de forma “diferente” e é criticada. Enquanto conversamos pude perceber que Júlia se veste como um rapaz, com shorts largos e blusa de basquete, boné para trás e cabelos curtos. Pergunto se ela tem muitos problemas na família por conta da sua orientação sexual. Ela relata o seguinte:

Alguns não aceitam, mas eu não ligo pra isso. Pelo jeito de eu ser. O jeito de me vestir, sei lá! Eles lá me criticam porque eu gosto do mesmo sexo que eu. Às vezes eu acho que eu tô incomodando, então eu me afasto. Primeira a saber do meu uso de drogas foi minha mãe. Ela falou pra eu dar um jeito de parar, mas hoje em dia ela não é viva mais não. Ninguém me julga aqui, todo mundo me abraçou da mesma forma. (Caderno de campo. Maio de 2021).

Após esse comentário, Júlia me interrompe e afirma que não quer mais conversar. Ela está visivelmente incomodada, então eu concordo com a interrupção. Fica evidente que tocamos num ponto sensível para ela. A questão das drogas para Júlia é atravessada pela questão da sexualidade. Ela expressava muita raiva com a discriminação dos parentes, chegando a trincar os dentes quando se referia a eles. Também ficou muito transparente como ela sentia, sim, uma certa vergonha, que aqui pode ser também conectada com a questão da culpa. Era como se ela tentasse dizer que não tem “culpa” por “gostar do mesmo sexo que eu”. Eu ainda tento argumentar que culpa não seria a chave adequada para entendermos essa questão.

A conversa com Júlia foi breve, ela não quis prolongar e eu respeitei essa posição. Apesar de curta, Júlia reforça algumas das ideias que venho tentando desenvolver na pesquisa, como a noção de que a exclusão, a evitação e a vergonha às quais os moradores/frequentadores são submetidos pode sim operar também no “sentido inverso”, criando um sentimento de pertencimento a um lugar onde serão acolhidos, apesar de serem tachados de “cracudos”, “pretos”, “ladrões”, “bichas” e toda sorte de preconceitos e estereótipos a que são submetidos. Não deve ser apenas pelo uso de crack que a ocupação fica lotada, com cerca de 100 pessoas circulando por lá. Apesar do ambiente insalubre e da falta de infraestrutura, o local também possui algo de grande valor afetivo para a maioria das pessoas que ali circula ou habita. Lembrando mais uma vez de Júlia, sua última frase foi “Ninguém me julga aqui, todo mundo me abraça da mesma forma”.

Ao longo do tempo em que acompanhei a ocupação Colombo, apenas uma vez presenciei um episódio de grande estresse. Uma moradora recém-chegada roubou umas peças de roupa numa loja que fica perto da Pedra do Sal, portanto, na região ainda sob a influência do varejo da Providência. Nicole ficou tão irritada com a atitude dessa moradora que acabou expulsando-a do local. Quando perguntei o motivo, ela contou que a tal moradora foi alertada sobre os limites em que não eram permitidos roubos. Que se a história se espalhasse todos pagariam e, por isso, ela não poderia mais ficar ali ou acabaria por prejudicar todos os outros. Talvez por isso fosse tão importante para Aline, e depois para Nicole, garantir que as coisas funcionassem e que houvesse uma certa “ordem”, ainda que bastante confusa para um visitante inesperado.

Encontro Marco no segundo andar do prédio. Como sempre acontecia, eu ficava circulando por ali, conversando com as pessoas, em contato primeiro com Aline e depois com Nicole. Minha estratégia era deixar que as pessoas se aproximassem mais de mim do que eu delas. Isso cumpria uma dupla função. Primeiro evitava que eu importunasse alguém que não estivesse querendo falar e, segundo, fui percebendo que despertava uma certa curiosidade, levando as pessoas a me pedirem para participar da pesquisa, dando o seu depoimento.

Marco conta que tem 34 anos, vive na Colombo há sete e que começou a fumar crack quando tinha cerca de 19 anos. Começou fumando maconha e “zirre” (mistura de maconha e crack) e usando cocaína. Natural de Duque de Caxias, do bairro Santa Lúcia, Marco trabalha como camelô pelas ruas do centro, vendendo produtos de ocasião, diz. Isso significa

que quando está muito calor, vende água, cerveja e refrigerante, mas quando chove vende guarda-chuvas. Quando pergunto sobre a sua infância em Caxias, ele responde o seguinte:

Eu era aquele moleque de rua mesmo, moleque de rua. Fui criado pela minha mãe só, mas ela só me criou quando eu era bebê. Depois que eu cresci tive que pedir esmola na rua, pra ajudar a sustentar minha família, meus irmãos. Meu padrasto que não trabalhava. Se eu não fosse conseguir as coisas na rua, eu entrava na porrada, tomava chicotada, madeirada. Fugia para a rua com medo de voltar para casa, saía de casa e ia pra pista. Ficava dois, três dias na rua. (Caderno de campo. Junho de 2021).

Marco é mais um exemplo de morador da Colombo que informa ter sofrido algum tipo de violência na infância. Como vimos, salvo raras exceções, os abusos físicos e verbais foram uma rotina na vida da maioria dos moradores da ocupação. Marcos conta que era obrigado a pedir esmola para ajudar a alimentar os irmãos e que se não o fizesse sofria com agressões físicas. É mais um exemplo de alguém que teve que amadurecer sozinho e muito cedo, já que a solução encontrada para que os espancamentos cessassem foi fugir de casa e, nas suas palavras, “se virar sozinho”. Diz: “Eu saí de casa e comecei a roubar, puxar uma cadeia. Umas seis. 3 de menor e 3 de maior. Foram vários, ‘157’¹⁵ e outros ‘12’¹⁶. Eu era menor quando eu rodei na ‘12’. Aí eu arrumei um lugar aqui pra morar e acabei ficando aqui.” (Caderno de campo. Junho de 2021).

Marco conta que adora fumar crack e que sente um enorme prazer na “onda do crack”, que infelizmente dura muito pouco. No entanto, ele diz que se sente incomodado pela maneira como é visto pelas pessoas na rua. Ele então conclui que “a sociedade julga muito mal, acha que o cara é vagabundo, vacilão”. (Caderno de campo. Junho de 2021). Embora a categoria nativa “vacilão” seja amplamente conhecida, se referindo a alguém que costuma cometer muitas falhas, aqui ela ganha o sentido de alguém que “não se encaixa”,

¹⁵Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena –reclusão, de quatro a dez anos, e multa. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/furto-e-roubo#:~:text=Roubo-Art.,a%20dez%20anos%2C%20e%20multa>.

¹⁶ Lei nº 6.368 de 21 de outubro de 1976.

Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11266308/artigo-12-da-lei-n-6368-de-21-de-dezembro-de-2000#:~:text=Lei%20n%C2%BA%206.368%20de%2021%20de%20Outubro%20de%201976&text=Pena%20%2D%20Reclus%C3%A3o%2C%20de%203%20\(,e%20sessenta\)%20dias%2Dmulta.&text=II%20%2D%20semeia%2C%20cultiva%20ou%20faz,determine%20depend%C3%Aancia%20f%C3%ADsica%20ou%20ps%C3%ADquica](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11266308/artigo-12-da-lei-n-6368-de-21-de-dezembro-de-2000#:~:text=Lei%20n%C2%BA%206.368%20de%2021%20de%20Outubro%20de%201976&text=Pena%20%2D%20Reclus%C3%A3o%2C%20de%203%20(,e%20sessenta)%20dias%2Dmulta.&text=II%20%2D%20semeia%2C%20cultiva%20ou%20faz,determine%20depend%C3%Aancia%20f%C3%ADsica%20ou%20ps%C3%ADquica).

que não “funciona” e que por isso tem um comportamento inadequado para conviver com outros. Marco conta que se sente excluído dos espaços da cidade e que até mesmo no posto de saúde da esquina evita entrar pela maneira como é visto.

A conversa com Marco ia muito bem. Ele é falante e parece contente por poder compartilhar sua trajetória comigo. Infelizmente, no momento da nossa conversa, outro morador/usuário entra na cena e começa uma discussão com um terceiro por conta de uma pedra de crack. A discussão é ríspida, mas sem maiores consequências. Eles começam a discutir e, pelo que eu entendi, alguém ali não teria feito o combinado e não aguardou a presença do outro para fumar a tal pedra. Embora não fossem frequentes, eu já havia presenciado algumas discussões parecidas no local e isso já não me abalava mais, como acontecia no início das minhas incursões. Eu já havia entendido que essas discussões faziam parte da dinâmica local e que muitas vezes as pessoas acabavam esquecendo os seus “combinados”. Como mencionei anteriormente, a fragmentação é a única constante no local. Infelizmente, a discussão sobre a pedra de crack foi o suficiente para distrair nosso interlocutor e acabou com a nossa conversa. Na verdade, ambos ficamos ali assistindo à discussão para saber qual seria o desfecho. Afinal de contas, quem teria “vacilado” com quem, especulávamos eu e Marcos. Ao final, Marcos acabou deixando a ocupação e, diante do interminável debate, eu também acabei saindo, já que precisava retomar as minhas atividades no colégio.

Na saída, encontro Priscila. Ela já havia me contatado, dizendo que queria conversar, mas vivia se esquivando toda vez que eu chegava. Como disse, isso era bastante comum. Muitos moradores/frequentadores da Colombo gostariam de conversar comigo, mas acabavam ficando constrangidos. Priscila parou um pouco e conversamos rapidamente. Ela me contou que tinha 38 anos e que “moro mais ou menos na ocupação. Venho, fico, vou. Sou nascida e criada na Providência.” (Caderno de campo. Junho de 2021).

Priscila estava inquieta e eu tentava fazer com que ela se concentrasse na nossa conversa. Ela tirou uma pedra de crack da roupa e ficava batendo o pé direito, numa clara demonstração de ansiedade. Eu insisti um pouco, e pedi que ela contasse sobre a sua família na Providência. Ela então responde que sofria muitos espancamentos e que por isso resolveu sair de casa muito cedo. Que começou usando cocaína e que não gosta de maconha. Sobre o crack, Priscila diz adorar a “onda do crack” e ratifica, de maneira bastante assertiva, o seguinte: “se eu não gostasse, eu não fumava, porra!”. (Caderno de campo. Junho de 2021).

Devo admitir que Priscila tinha razão. Na verdade, eu não sabia muito bem como lidar com a situação. Ela agia como se estivesse ali conversando comigo para cumprir uma “obrigação”, quando na verdade não queria estar ali, mas fumando a sua pedra. Finalmente, eu pergunto se as pessoas no entorno da ocupação a reconhecem, já que ela foi criada no morro da Providência. Ela responde que sim, mas que não liga porque: “Ninguém tem nada a ver com a minha vida. Mas eles não gostam de cracudo, eu sofro muito na rua. Eu fico numa onda danada. Olhando pro chão, vejo um monte de pedra, mas não tem pedra nenhuma.” (Caderno de Campo. Junho de 2021).

Uma moradora chega e me pede um cigarro. Ela é a prima de Priscila, diz. Eu lhei o cigarro e ela é mais uma que reclama porque o meu cigarro é mentolado. Eu acendo o cigarro e Priscila não se contém. Ela me diz que precisa sair e encerrar nosso papo, que depois conversaria mais comigo. Percebendo o pouco ou nenhum rendimento que nossa conversa teria se continuasse, aceno afirmativamente e encerro a nossa conversa. Ela e a prima saem e sobem em direção ao segundo andar, provavelmente para fumar a pedra de crack que carregavam. Saio da ocupação em direção ao colégio e fico pensando nas “interseções” das minhas conversas com meus interlocutores. Penso na violência que sofrem como um dado importante a se considerar nas minhas análises.

Outra figura “performática” da ocupação Colombo que eu vinha “namorando” para conversar era Vinícius. Ele falava alto, gesticulava muito e era sempre muito assertivo. Tentei algumas vezes conversar com ele, mas ele sempre me dava alguma desculpa para não poder naquele momento. Vinícius tinha um jeito bonachão, falava com todo mundo, mas tinha também um olhar um tanto quanto revoltado. Parecia sentir raiva e isso me intrigava. Eu gostaria de ter conversado muito mais com ele.

Vinícius tem 30 anos e é nascido e criado no morro da Providência, como muitos outros dos nossos interlocutores. Quando pergunto quem é Vinícius, como ele se autodefine, ele conta o seguinte:

Todo mundo me conhece, sendo que eu fiquei 4 anos em São Paulo, São José dos Campos, aí eu tava na Cracolândia. Aí eu tô tomando remédio, mas sabe como que é família, todo mundo usa meu irmão, mas tem que saber, vai ter meu coroa, eu respeito ele, mas ele sempre ficava sufocando, é a vida, é uma caixinha surpresa, já tenho três anos de crack. Lá em Recife não tinha crack. Pó tinha. (Caderno de campo. Agosto de 2021).

Traduzindo: Vinícius tem uma vida “errante”, vive mudando de local. Já viveu em São e Paulo e Recife, sempre em função de sua relação com as drogas, seja para conhecer uma nova cena, ou até mesmo imaginando que uma “fuga geográfica” pudesse lhe ajudar a

“dar um tempo”. Na sua família, muita gente usa drogas, como seu irmão, mas o seu pai não aprova e, por isso, vive “sufocando”. Isso equivale a dizer que o pai de Vinícius parece se preocupar com ele e o irmão e por isso insiste em alertá-los para o risco do seu comportamento. “Sufocar”, aqui, tem esse sentido, de repetir os alertas, chamar atenção, enfim, tentar interferir no comportamento que julga inadequado dos filhos.

Eu sou trincheiro, eu não pago passagem, eu tenho o ID-Jovem agora. A família ficou preocupada, foi me buscar, aí trouxe para cá, mas tô tentando parar mas como a vida. Eu roubo, faço várias merdas, já fui preso, ‘155’¹⁷. Tenho 8x155 e mais uma pensão. E ainda mais com quatro filhos, quatro de mulher diferente. (Caderno de campo. Agosto de 2021).

“Trincheiro” é alguém que “vive por aí”, viajando, segundo Vinícius. Aqui, percebemos uma família preocupada, que chegou a viajar para o Recife para resgatá-lo. Vinícius ainda nos conta que sobrevive graças aos furtos que comete. Ele fala sobre sua relação com atividades ilegais um tanto quanto constrangido, apesar de uma atitude assertiva. Veja o que ele diz sobre isso:

Só pra você ver, eu só humilde, a droga não me faz, eu dei droga pra todo mundo aqui.
Hoje eu tô na abstinência, só trabalho à noite, tá ligado? Vou mandar um papo reto. Pode falar? Eu roubo, eu só roubo de quem tem. Eu não vou bater, se eu bater na tua porta, eu vou 2 horas da manhã pedir um pedaço de comida, que não é irmão, se tiver com fome eu bato na tua porta, senão eu garimpo. Mas como que é, o bagulho é doido, família perto assim é ‘ruinzão’, dá ‘mó’ vergonha. (Caderno de campo. Agosto de 2021).

Primeiro Vinícius olha para mim e pergunta se “pode falar”. Com um olhar sério e compenetrado ele parece um pouco desconfiado. Garanto a ele que pode falar e explico mais uma vez que seu nome será trocado por outro, garantindo o seu anonimato. Então ele diz que rouba, mas com a ressalva de que só “rouba de quem tem.” Diz que não pratica furto na área, primeiro porque é proibido, mas também porque conhece todo mundo. Ressalta que cometer esses delitos e usar crack tão perto da sua família o deixam com muita vergonha. Mais uma vez, a vergonha surge de maneira relacional, no caso de Vinícius em função do julgamento de sua família e amigos. Ele afirma que tenta parar e conta que, após o falecimento de sua mãe, não conseguiu mais reagir, apesar de tentar algumas vezes. Segundo Vinícius:

¹⁷ Art. 155 – Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa. Disponível

em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/furto-e-roubo#:~:text=Art.,praticado%20durante%20o%20repouso%20noturno.>

O bagulho é o diabo. Hoje eu vou até pra igreja, irmão. O meu pai daqui a pouco eu vou para casa. Eu quero parar mas não consigo, não tem explicação não, não é assim depois que minha mãe morreu, aí eu me entreguei às drogas.

É foda, irmão, a vida é uma caixinha de surpresa, né? Pô.

Hã. Eu já fui para o Centro de Recuperação em Tinguá, irmão, viu? O próprio pastor cheirou minha cocaína, eu meti a porrada em todo mundo e fui para o mundo, irmão. Aí o cara que tá ensinando a palavra de Deus é um obreiro lá foi me levar no fórum para me assinar. Aí eu falei não, vou embora agora, subi para o morro, apertei alguns e comi lá em casa, depois de uma semana ele saiu. Só isso mesmo para te ajudar, valeu mesmo. (Caderno de Campo. Agosto de 2021).

A “demonização da droga” é uma estratégia muito utilizada em “centros de recuperação”, principalmente os de matriz protestante. Vinícius então conta que, apesar de se internar num desses centros, levou drogas consigo, que acabaram sendo consumidas pelo pastor. Pela forma como se expressou, pareceu que estava muito mais querendo demonstrar ao pai e amigos que estava tentando parar do que efetivamente estava. Muito inquieto e acelerado, ele me agradece e diz que não quer mais falar, que só o fez para me ajudar porque eu estou “escrevendo um livro” sobre eles, pessoas para quem “ninguém liga”.

Uma das pessoas mais interessantes da ocupação Colombo que conheci, sem dúvida, foi Joca. O apelido de Joca é porque ele atuou durante anos como jockey de cavalos no hipódromo da Gávea.

Eu já era dono de mim e ficava na rua com 15 para 16 anos. Vendia bala e guardava carro. E aí foi onde eu conheci essa família, guardando carro. Já guardava carro na Rua Maria Angélica, era aquela pracinha ali, aí eu conheci uma senhora que mora em frente ao Vasco, na Lagoa, que me colocou no Jockey. Foi lá na minha família e pediu autorização. Minha família era de São João de Meriti. Nesse período, então eu era aprendiz, eu ainda tava puro sobre as drogas, foi aonde que eu passei aprendiz e comecei a ganhar dinheiro e eu conheci a droga. Eu morava na escolinha do Jockey e pouco ia pra casa. Então nesse período que eu passei a aprendiz, que eu comecei a ver o dinheiro, porque nós não escolinha do Jockey, nós tem 30% e 70% vai ficando até você ser profissional. (Caderno de campo. Março de 2022).

A história de vida de Joca é muito interessante. De guardador de carro e vendedor de bala, passa a ser aprendiz de jockey. Joca é um homem baixo, mais ou menos da minha altura (1,60m) e bem magro. Ele me contou sua história do lado de fora da ocupação, sentado numa elevação na calçada feita pela dona da birosca ao lado. Como mencionei anteriormente, a ocupação Colombo acaba por produzir uma economia local, com essa birosca que lucrava com a venda de cachaça, refrigerantes e biscoitos. Joca conta que, ao passar à condição de aprendiz e começar a receber algum dinheiro, costumava ir para os bailes nos morros próximos, como a Rocinha, onde buscava “espantar a solidão”. Foi nesses bailes que Joca acabou conhecendo a cocaína, através dos seus colegas que já consumiam e lhe ofereceram. Joca diz que no início dos treinamentos como jockey tinha dificuldade com o peso:

Eu tinha dificuldade, eu sofria muito com meu peso. Eu sentia muita fome, mas a minha altura dificultava um pouco. Eu não conseguia segurar a onda, eu não conseguia segurar a fome. Foi onde eu conhecia a cocaína, né? Porque eu vi nela um caminho que eu podia comer. Eu cheirava cocaína e comia e mantive o peso. Então nisso aí eu me viciiei. (Caderno de campo. Março de 2022).

Joca então inicia a sua carreira de usuário como uma estratégia para a manutenção do peso para que pudesse continuar competindo. Segundo relatou, o problema todo foi que acabou perdendo o controle sobre o seu uso de cocaína e acabou, nas suas palavras, se viciando.

Voltando ao depoimento de Joca, ele então lembra que gostava muito de competir, mas que o seu uso de cocaína começou a lhe atrapalhar.

Eu gostava de competir, eles me davam oportunidade de competir, mas eu era um cara que já era viciado na cocaína e atleta e droga não combina, então isso aí me prejudicou muito de eu seguir adiante, por mais que seria um cara bem-visto como um bom profissional, só que aí veio a outra parte, que eu conheci o crack, lá no Jockey ainda, Depois de praticamente uns 13/14 anos usando cocaína, desde aprendiz para profissional. Com a cocaína eu ainda consegui exercer a profissão durante 15 anos, mas com o crack eu já não consegui, porque eu por si próprio já me envergonhei. Até então, mesmo com o crack eu ganhei a prova mais importante da minha profissão que foi a Odyr Couto¹⁸. Foi a primeira prova que eu domei e preparei o cavalo pra correr essa prova. Mas como eu não tinha tanto dinheiro, outro jockey pagou pra segurar esse cavalo. Foi onde eu fiquei desacreditado dessa profissão. Isso juntou com o fato de que eles já estavam percebendo que eu estava usando crack. (Caderno de Campo. Março de 2022).

Joca revela então que o seu consumo de drogas começa a atrapalhar o seu rendimento como atleta. Não é impossível que outro jockey tenha pagado ou usado qualquer tipo de influência para ficar com seu cavalo. No entanto, também não é impossível que Joca tenha perdido o cavalo por conta do seu uso de crack. Segundo ele mesmo contou, quando os responsáveis pelo local começaram a perceber o seu envolvimento com o crack, sua carreira foi entrando em declínio até não conseguir mais administrar a situação. Joca explica que não conseguiu suportar a pressão para deixar as drogas, que resolveu abandonar tudo e voltar para a casa dos pais, na Baixada. Joca, no entanto, não consegue ficar muito tempo com os pais. A falta de oportunidade de trabalho o incomoda. Diz que sempre foi autônomo e que não suportava depender de ninguém, que sentia muita vergonha.

Que que acontece, foi aí aonde eu fui pra rua, onde eu comecei a viver na rua. E o crack, a rua, vergonha de ir para casa dos meus pais, vergonha de voltar pra minha profissão, estou até hoje na rua e não consigo em casa, 50 minutos de casa, não

¹⁸ Prova Especial Odyr Couto, integrante do calendário do Turfe carioca. Disponível em: <http://www.raialeve.com.br/conteudo/36582/01/2011/3>

consigo em casa, não consigo uma profissão e não consigo ir em casa. (Caderno de campo. Março de 2022).

Joca afirma que sente muita vergonha por causa do consumo de crack. Ele diz que tem muita vontade de ver os pais, que vivem na Pavuna, mas não consegue sair da Colombo. Ele ainda revela a enorme vergonha que sente pelos rumos que a sua vida tomou. É visível o sentimento de culpa e autopiedade por ter, segundo ele, desperdiçado a sua carreira de jockey. Ele conta que chegou a ganhar um bom dinheiro, mas que não conseguiu guardar nada devido ao seu consumo de crack. Joca disse ainda que não consegue ver os pais porque tem certeza de que será julgado e condenado pela sua atitude. Eu então pergunto como ele pode ter tanta certeza de que será condenado. Como ele poderia saber qual seria a reação dos seus pais. Ele não responde. Sobre a sua relação com o crack, Joca conta que:

Comigo o crack não me atrapalhou tanto. Com a cocaína foi pior. Eu ficava trancado e não conseguia sair do quarto, faltava a compromissos, me escondia. O problema do crack é mais o estigma, é uma droga muito ‘queimada’, muito pesada. Mas eu com o crack, eu hoje eu consigo trabalhar. Só tem uma coisa que eu não consigo com o crack, que é guardar o dinheiro. Isso eu não consigo. Mas eu trabalhei 4 anos aqui no lava-jato. Eu fumava lá dentro e trabalhava. Ninguém percebia que eu estava usando crack. O senhor acredita que eu dei um “puxa” agora, antes de falar com o senhor? (Caderno de campo. Março de 2022).

Joca compara o consumo de crack com o de cocaína, afirmando que o consumo da segunda o prejudicou mais do que a primeira. Diz usar crack “numa boa”, trabalhar normalmente, mas ressalta que tem dificuldade para guardar dinheiro. A fim de provar sua tese, questiona se eu havia percebido que ele havia fumado antes de conversar comigo. Eu respondo que não. Na verdade, eu não havia percebido mesmo, até porque depois de um ano frequentando a ocupação esta já não era a maior das minhas preocupações. Eu achei interessante a escala de valores que Joca criou para definir o nível de problemas causados por uma ou outra droga. Tendo em vista que o crack é feito a partir da cocaína, eu fico imaginando como seria tão diferente assim. O fato é que eu nunca experimentei crack e, portanto, não poderia contestar a posição de Joca. Na verdade, eu nem pretendia fazer isso, ainda que soubesse. Meu papel aqui é ouvir as suas impressões. Mais do que tentar descobrir “o que é”, eu pretendo entender “como pensam que é” a sua experiência com as drogas em geral e o crack em particular. Ainda sobre o crack, Joca é mais um que assimila o imaginário sobre o crack. Ele diz que:

Se a pessoa não tomar cuidado no começo, o crack mata. Por que que ele mata? Porque a pessoa perde a noção do perigo. Perde a noção do perigo realmente,

porque faz coisa que você não faria pra poder usar a droga. Tá entendendo? As pessoas que têm a mente mais fraca, as pessoas se deixam levar. Eu me eduquei, foi morando ali na Central, numa Cracolândia que tem ali. O que eu vi as pessoas vacilando, tomando tiro na mão. Você não pensa em outra coisa, tem que arrumar um dinheiro pra usar ela. Eu não sentia tesão nenhum. Mas depois eu botei na mente que o crack é mulher, isso virou um Viagra pra mim. Se eu tenho um compromisso, eu tô lavando o carro e dou um “puxa” e me dá força. É igual uma mulher, se eu tiver com uma mulher, eu vou usar ele na intenção da mulher e o bagulho funciona. (Caderno de campo. Março de 2022).

É muito interessante notar como, numa mesma fala, o crack passa de uma “droga demoníaca que mata” para um “energético” que auxilia nas atividades do dia a dia. Essa aparente contradição na fala de Joca está amparada, segundo ele, na capacidade individual de cada um em lidar com tal substância. Nesse sentido, Joca estabelece níveis de aceitação por parte das pessoas para cada droga. Assim, enquanto ele consegue trabalhar normalmente, outras pessoas podem morrer por conta do crack. Ele tenta reforçar a ideia de que tem o controle sobre o seu uso de crack citando diversas situações, como quando trabalhou numa obra e a dona da casa deixava a casa aberta e mesmo assim ele nunca pegou nada, ou quando trabalha lavando carro e encontra objetos de valor, mas não pega, ou até mesmo quando um vizinho da ocupação viajou e deixou com Joca a chave da sua casa para que ele cuidasse das suas plantas. Joca ainda reforça que, além de não “perder a consciência”, ele não anda sujo ou rasgado. De fato, quando conversamos, Joca estava bem arrumado, com a barba e cabelos cortados e em nada se parecia com o estereótipo de um “cracudo”. Mas, então, por que Joca dizia que sentia muita vergonha?

Eu me sentia muito envergonhado por causa da profissão. Porque eu sou um “atleta cracudo”. As pessoas falando: ‘ah, lá vai o atleta cracudo’. Eu me sentia muito mal. Pra sociedade o cracudo é ladrão, é marginal, é a pior espécie. E não é assim também. Até porque o senhor não vai me ver com um cachimbo na mão, com um copo na mão. O senhor pode até achar que eu esteja na onda, mas eu sei viajar, sei curtir a minha onda. Eu uso, mas porque eu uso crack eu vou andar sujo, não vou tomar banho, vou andar rasgado? Tem que se cuidar. Eu uso há 15 anos e moro aqui na ocupação e estou sempre assim, limpo e arrumado. Eu não uso com o dinheiro de ninguém, eu uso com o meu dinheiro, eu não peço dinheiro a ninguém. (Caderno de campo. Março de 2022).

A vergonha para Joca aparece como uma expressão do ressentimento por ter perdido a carreira de jockey. Esse ponto e a relação com os pais foram aqueles que mais me chamaram atenção. Como veremos adiante, se alargarmos o sentido da vergonha e o associarmos ao ressentimento, à mágoa e à humilhação, é possível perceber como Joca e outros moradores/frequentadores da ocupação Colombo acionavam esses sentimentos sempre que precisassem se referir a situações constrangedoras ou que assim as imaginassem. Joca é mais um exemplo de como a vergonha aparece nesse contexto. Ela está fortemente

associada ao sentido que o senso comum confere ao consumo de crack, à categoria “cracudo”, à perda de controle, violência e morte. Vimos como os próprios usuários operam com a categoria “cracudo” nessa chave, ou seja, como internalizam uma visão estigmatizante do problema e incorporam uma visão maniqueísta de mundo.

Nicole é uma das figuras centrais na minha relação com a ocupação Colombo. Devo primeiro a Aline e depois a ela o fato de poder circular livremente e conversar com moradores/frequentadores da ocupação. Para alguém que não está habituado a este tipo de pesquisa pode até parecer trivial, mas não é. Circular livremente por um território que está sob controle do varejo de drogas na cidade do Rio de Janeiro não é uma tarefa simples. Requer muita negociação, paciência e, sobretudo, algum conhecimento prévio sobre os códigos de comportamentos locais, que lhe garantam pelo menos o não cometimento de alguma gafe mais séria, ou como no vocabulário local, de uma “vacilação” que possa ser motivo de “cobrança”, por exemplo.

Eu sempre tive muita curiosidade pelas histórias de vida das pessoas da ocupação Colombo. Primeiro porque conhecer as suas histórias, na minha visão, os “(re)humanizam”; segundo, porque eu sempre acreditei, mesmo antes de estudar o assunto, que existem pontos em comum, interseções entre essas histórias, que podem nos ajudar a despersonalizar determinadas condutas, observando-as do ponto de vista coletivo, inseridas num determinado contexto socioeconômico e afetivo.

À época da nossa conversa, em 2022, Nicole contava 42 anos. Ela me disse que nasceu no Rio de Janeiro e que sua mãe costumava levá-la para o trabalho, na Avenida Atlântica, no bairro de Copacabana, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Enquanto conversamos, Nicole pergunta se pode fumar um pouco, se não vai me incomodar.

Vai te incomodar o cheiro não? Senão eu abro a janela. Minha mãe trabalhava em frente a um restaurante, perto do Posto 5. A gente morava no morro do Pavãozinho. Eu trabalhei muito na minha infância. Eu tinha sonhos de brincar de boneca, eu tinha sonho de me casar de véu e grinalda e me tiraram tudo isso. Um rapaz, que foi namorado da minha prima, ele morava lá no Galo. Minha mãe saiu do morro e foi morar lá em São Gonçalo, no Jardim Catarina, lá na rua 29. Foi lá que começou meu pesadelo. Morava eu, minha mãe, meu irmão e meu pai. Meu pai tem 4 anos de morto, meu herói. E eu fui estuprada em Copacabana por esse rapaz. Minha mãe estava grávida e precisava de ajuda lá em Copacabana. Ela ganhava muita coisa das madame. Naquela época uma bicicleta era muito caro. Foi na época do cruzeiro ainda. Então, eu fui destruída por esse homem. Ele achou que tinha me destruído. Pois eu achei também que ele tinha me destruído. Ali foi mais uma jornada na minha vida que eu tive que caminhar, superar. Para não passar para os meus filhos amanhã, depois. Eu fui estuprada e nem por isso deixei(lágrimas), eu tinha 11 anos. Ele era um homem de 20. Então ele destruiu meu sonho todo. Hoje eu sou uma mulher que tem 42 anos. Sou mãe de 8 filhos, tem dois netos. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Nicole constrói uma narrativa de recuperação do trauma, embora ela pareça muito magoada com a violência que sofreu no passado. Mas ela tenta passar a ideia de ter conseguido superar e seguir em frente. De fato, como mencionei anteriormente, tanto Aline quanto Nicole são muito assertivas. É preciso esclarecer aqui que não se trata de atribuir qualquer julgamento ao fato de que ambas sofreram uma violência absurda, criminosa. Isso não está em questão. Nicole tenta valorizar o que diz ser um “lado forte” e fala sobre o tipo de pessoa que entende que se tornou.

Uma mulher muito feliz por dentro, que não tem riqueza no mundo que compra isso, nem dinheiro no mundo. Não sei ler, não sei escrever, mas falo quatro tipo de idiomas, falo inglês, falo italiano, falo um pouquinho de espanhol e falo holandês. Eu vendia muito chiclete na infância, andando em restaurante, eu não tinha lugar para vender em qualquer lugar, tipo naquela boate Help, de antigamente. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Enquanto conversa comigo, Nicole fuma crack. Eu pergunto sobre os idiomas que ela diz dominar. Ela afirma que aprendeu algumas palavras desses idiomas com os turistas em Copacabana, que para trabalhar ali é preciso dominar idiomas estrangeiros, pelo menos no básico. Durante a nossa conversa, uma de suas “filhas” vem o tempo todo chamar por ela. Nicole avisa que está ocupada conversando comigo. No entanto, a insistência é tão grande que ela acaba cedendo e pede para eu esperar um pouco.

Eu não estive estudo. A primeira vez que eu fui pra sala de aula, vamos dizer assim, eu já era uma benção, né? Vamos botar assim, eu já era uma benção de Deus. Foi o seguinte. Primeiro dia de aula legal, no segundo dia maravilhoso, no terceiro dia mais maravilhoso ainda, no quarto a professora me botou de castigo. Como eu era criança, eu não ligava. Depois de uma semana para lá começou o inferno na escola, a professora foi me dar um tapa ou um beliscão, não lembro o que ela me deu. Eu sei que eu quebrei a cabeça, a cadeira na testa dela, entendeu? Nunca mais eu entrei em escola nenhuma. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Nicole conta que agrediu a professora, reagindo a um tapa ou beliscão desta. Pela idade de Nicole e pelo que pude apurar com ela, essa história se deu no início dos anos 80. Infelizmente, não é difícil imaginar que existissem professores que davam tapas e/ou beliscões nos seus alunos. Como professor da rede pública há 25 anos, eu sei que isso é possível, mas o fato é que Nicole provavelmente reagiu da única maneira que conhecia, com violência. Pergunto a ela se não teria sido melhor ela chamar a diretora. Ela argumenta que teria sido a palavra dela contra a da professora, que não acreditariam nela porque era bagunceira mesmo. Sendo assim, diz que fez o que a mãe lhe havia ensinado, que não deveria “levar desaforo pra casa” e que, se apanhasse na rua, deveria revidar.

Sobre as drogas, Nicole conta o seguinte:

Eu mesmo cacei elas, não foi nem elas que me caçaram, eu tinha uns 13 anos. Naquela época eu achava que eu não era feliz, mas eu era feliz sem saber. Mas eu consigo usar ela e ela não me usar. É diferente, entendeu? Como como é que é isso, a gente pergunta, como é que você usa isso se você não fica na onda? Como que você usa a droga, eu não cheguei a ficar mendiga por causa dela, ela não mexeu muito comigo, mas eu mesmo tinha, eu sou o controle dela. E se eu quisesse parar de usar eu ia parar, se eu quiser parar de usar ela eu vou parar, na força de vontade. Eu comecei com a cola e depois foi para fui para o tiner e depois para o esmalte. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Nicole conta que começou a usar drogas porque imaginava que “não era feliz”. Ou seja, para ela o uso de drogas funcionaria inicialmente para reparar alguma coisa que, segundo ela, achava que estava faltando. Nicole afirma que, apesar de usar crack quase diariamente, ela tem o controle sobre a droga. Faz questão de assegurar que ela sabe o que faz e que não permite que as drogas a dominem. Explica, como aliás também fez Aline, que lida com muito dinheiro e que dela depende a organização da ocupação. Nesse sentido, diz que precisa “manter a moral” e que ainda se sente mais cobrada porque é mulher, ou seja, a sua condição de mulher como representante do varejo de drogas na ocupação é ainda mais sensível. Segundo Nicole, o tempo todo alguém faz alguma espécie de “teste” com ela, só para verificar se ela ainda está “no controle da situação”. Ela ainda ressalta que se fosse homem isso não aconteceria com tanta frequência. Eu concordo com ela.

Pergunto a Nicole como ela foi parar na ocupação Colombo. Ela me corrige e explica o seguinte:

Como é que isso aqui (ocupação) parou em mim? Eu não sei. Eu já estou aqui há muitos anos. Já fui casada com um homem daqui, o “Bolinho”, ele é cria daqui. Eu já estou acostumada aqui, casei de novo com o Alexandre. A vergonha que eu tenho é de andar no “gol bola” (viatura da PMERJ) com a sirene ligada. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Pergunto a ela se isso já lhe aconteceu. Ela esquiva-se e diz que é uma resposta que não pode dar, mas que a maior vergonha é essa. Como mencionei anteriormente, não insisto, até porque fica evidente o constrangimento.

Eu sou uma pessoa normal, eu tenho uma vida normal. Quero arrumar um trabalho, que eu preciso trabalhar. Eu hoje em dia eu tenho minha barraquinha com as minhas coisas, que me sustenta. Tem pessoas também que me ajudam e sou grata por isso. Eu tenho um neném que está com a minha irmã, o pai dela, infelizmente, está preso, o nosso amigo. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Como mencionado, Nicole é casada com Alexandre, com quem conversei anteriormente. É curioso notar como, segundo Alexandre, a relação de Nicole com o crack não seria assim tão “tranquila”. Ele disse que fazia de tudo para que ela não usasse e que ela, apesar de grávida, insistia no uso diário do crack. Evitei confrontá-la sobre esse ponto,

primeiro porque Alexandre estava preso e queria evitar que pudesse sofrer algum “revide” de Nicole. Também essa não era uma questão tão importante assim, tendo em vista que todos eles sugerem ter uma grande preocupação em parecer que possuem o controle do seu consumo de crack. A ideia que fazem do que eu penso, então, provavelmente influenciou ambos.

Ainda sobre o crack, Nicole retoma uma percepção que já haviam me passado:

Eu gosto do paladar, esse negócio é muito gostoso. E tem outra coisa, me dá um tesão da porra, é tipo um “viagra”. Ela me dá um estímulo, só isso. Com a cocaína tem pessoas que ficam brocha. Mas com o crack eu fico com tesão. Só que demora pra gozar, mas isso que é bom, que eu aproveito mais. (Caderno de campo. Agosto de 2022).

Nicole é mais uma que compara o crack ao viagra e relata o enorme prazer que a droga lhe proporciona, muito próximo de um orgasmo. Eu não pretendo entrar aqui nos aspectos físico-químicos das substâncias e seus possíveis efeitos, mas gostaria de ressaltar que esse tipo de relato foi uma constante durante toda a pesquisa. Isso merece registro, sobretudo pela equivalência droga/prazer, que é um dado que não pode ser desprezado, principalmente se levarmos em conta que para pessoas, em sua maioria, em situação de rua, provavelmente faz uma enorme diferença. Ora, diante de uma vida repleta de dificuldades e privações, tendo que se submeter a rotinas cansativas e arriscadas, algum prazer deve se fazer necessário. Nesse sentido, não me surpreende o relato de Nicole e dos outros moradores/frequentadores da ocupação Colombo.

Finalmente, gostaria ainda de destacar como Nicole parece querer normalizar/naturalizar a sua condição de pessoa em situação de rua ou moradora de uma ocupação. Ela reafirma todo tempo que vive uma vida normal, ou seja, que não é diferente de outras pessoas, que “funciona socialmente”. Nicole opera no sentido inverso daqueles que dizem que os “cracudos” sofrem toda sorte de preconceitos e violência. No entanto, ambos parecem buscar por uma autoafirmação ou uma construção relacional de identidade que passa pelo imaginário coletivo.

Uma das conversas mais interessantes que tive foi com Carlos. No início, eu sempre o via dormindo num sofá que fica logo após a escada que dá acesso ao segundo andar. Ele parecia sempre muito cansado e não me dava muita atenção. Com o passar do tempo e das minhas incursões, porém, ele começou a demonstrar uma certa curiosidade sobre o que eu estaria fazendo ali. Ele então começou a me indagar sobre a pesquisa, perguntando para que serviriam as conversas, porque eu gravava e, principalmente, por qual motivo eu me

interessava por eles. Certo dia, ele disse que gostaria de conversar comigo e que eu gostaria muito de ouvir a sua história, pois ele era um dos sobreviventes da chacina da Candelária, que completou, em 2023, trinta anos¹⁹. Toda vez que o encontrava eu o questionava, mas ele passou a me evitar um pouco, então deixei que ele viesse conversar comigo.

Meu nome é Carlos, eu tenho 47 anos. Eu fui criado em Nova Iguaçu, fui criado em Comendador Soares. Com dificuldade eu quando tinha lá pros meus 10/11 anos, eu já comecei trabalhando no trem, né? Inocente, saí da escola, também não sabia na época se tinha muita coisa para fazer e, falar para tu, aí conheci a vida, conheci a rua, fui criado pelo meu pai e minha mãe, mas minha mãe separou do meu pai e deixou sete filhos. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Nascido na Baixada Fluminense e de família numerosa, Carlos desde cedo teve que trabalhar para ajudar a cuidar dos irmãos. Então, aos dez anos deixou a escola para trabalhar vendendo produtos no trem. A história de Carlos é parecida com a trajetória de outras milhares de crianças pelo Brasil, que precisam deixar os estudos para ajudar a compor a renda doméstica. Uma das cenas mais frequentes do meu atual colégio é encontrar ex-alunos atuando como camelôs na região da Central do Brasil, próximo do colégio e do morro da Providência. Recentemente, enquanto morava no bairro da Glória, fui receber uma pizza encomendada pelo aplicativo e para minha surpresa o entregador era um ex-aluno que abandonou os estudos.

Né. Que nós era criança. Então, fui começando um negócio de camelô vendendo algumas balas, doce, o que que acontece ? Foi a minha ruína. Tipo assim, eu conheci a rua. Conheci a rua, aí a rua me trouxe na época coisas boas, mas hoje em dia se eu pudesse eu voltava o tempo. Não faria mais nada disso que me trouxe na época no começo das coisas boas, mas depois não trouxe muitas coisas. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Carlos percebe, olhando em perspectiva, como ele teve que amadurecer muito cedo e dominar os códigos da rua para sobreviver. Isso também aconteceu com Alexandre, que acabou encontrando nos meninos que praticavam pequenos furtos na região do Maracanã um refúgio. Carlos conta como a rua e, principalmente, o trabalho nos trens pode ser cruel. Do trabalho nos trens, Carlos começou a circular pelas ruas do centro do Rio. Ele recorda o seguinte:

Eu conheci a rua, fui parar no centro da cidade e comecei a dormir na rua, aí eu fui andando, fui vivendo. Crescendo mais um pouco, aí comecei parar Candelária, conheci poucas e boas, cara. Conheci muita gente na rua, muita gente boa e ruim, graças a Deus ninguém nunca fez maldade com ninguém. Hoje em dia eu tô aí, ó,

¹⁹Chacina da Candelária, 30 anos: Menores ainda estão vulneráveis no Brasil, segundo pessoas próximas das vítimas | [Rio de Janeiro | G1 \(globo.com\)](#).

47 anos e sobrevivi. Eu sou duro na queda em termos. Mas o que eu sobrevivi na rua. Eu não desejo isso, nem que o meu pior inimigo. Já cheirei cola, todo tipo de drogas que eu já usei, entendeu? Hoje em dia eu sou dependente químico, bebo cachaça, fumo minhas pedras mesmo. Eu não tenho vergonha de dizer que isso é um livro aberto, eu não sou um viciado, mas é difícil de sair, muita droga. Fui um dos sobreviventes da Candelária ali, mas tipo assim, eu conheço todo mundo que morreu ali, só não morri porque eu tinha saído dois minutos antes, eu tinha atravessado a pista da Carioca, quando eu cheguei na Carioca eu já sabia, fiquei sabendo que todo mundo morreu, que se eu tivesse lá também teria morrido. O que acontece, mas não só tem eu não, cara. Tem mais gente sobrevivente por aí. É que o Estado só deu guarita para um, né? Que foi o que sobreviveu ali. Mas tem um montão que tá sofrendo por aí também. Eu tô sofrendo cara, essa vida é sofrida. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Carlos conversa comigo com uma invejável franqueza. Revela que já experimentou todo tipo de droga e expõe as dificuldades da vida nas ruas. É interessante notar como no mesmo trecho ele se define como dependente químico, mas depois diz que não é “viciado”. Eu tento entender melhor essa distinção e pergunto como ele vê essa questão. Ele então argumenta que o viciado é aquele que “virou mendigo”, ou seja, assumiu uma corporalidade extrema que denota sua condição de “cracudo”. Ele explica que só não foi vítima da chacina porque havia saído minutos antes. Também é possível perceber como Carlos revela uma certa mágoa com o poder público, já que segundo ele apenas um sobrevivente foi acolhido²⁰. Segundo Carlos, existem outros sobreviventes da chacina que, como ele, carregam até hoje as marcas do atentado. Eu peço então para que ele retome o início do seu contato na região.

Mais ou menos com 14 anos, a gente foi para lá e nós começou a dormir na pista. 11 anos para 12 anos, já comecei a morar na rua e minha mãe não tentou me achar. Eles nunca me procuraram. Não, nunca me procurava, meu pai mesmo (lágrimas), que Deus o tenha em um bom lugar. É por isso que eu não falo. Não tenho nada contra minha mãe não, mas a minha família toda ela não procurou. Minha família mora tudo por aí, mas a porta de casa serventia da rua, foi o que ouvi da minha família e eu nunca mais voltei em casa, eu tenho mais ou menos quase 30 anos que eu não vejo minha família, muito mal eu vi a minha cunhada. Entendeu? Eu sou o caçula dos homens, de sete irmãos. Eu sou caçula, já morreu três. Só tem eu e meu irmão mais velho mais três irmãs. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Carlos demonstra uma enorme mágoa por entender que foi abandonado pela família. Disse que sabe onde todos moram, mas que não os vê de maneira alguma. É interessante notar como ele tem consciência da sua condição à época. Ele passa boa parte da nossa conversa repetindo “eu era apenas uma criança”. Isso me leva a crer que a mágoa que sente é porque, segundo sua visão, abandonaram uma criança à própria sorte pelas ruas do Rio.

Ainda sobre a Candelária, pergunto como foi a sua experiência.

²⁰<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=402420¬icia=chacina-da-candelaria-sobrevivente-ainda-tem-pesadelos-diz-irma>

A parte boa que eu conheço muita gente boa muita gente me ajudava, entendeu? Muita gente queria me tirar da rua, mas como eu era moleque de sucesso naquela época, sabe? Como é que é mole seguir aquele caminho, acabei que eu tô aí, nesse caminho, poucos ajudam nós. Muitos criticam, é sofrimento.

Eu conheci o roubo, roubava, entendeu? Conheci muita gente ruim, conheci a droga. A droga, o nome já diz, foi uma droga mesmo ter conhecido isso. Comecei com cola e maconha que normalmente era o início. Hoje em dia quem mora, a maioria que dorme na rua que mora na rua usa mais tiner, que é o redutor de tinta. Dali já vai pro pó, pra maconha, o crack daqui a pouco já tá no início. Ou eles já vai formando na boca de fumo, entendeu? É uma coisa que eu não desejo isso para ninguém, mas infelizmente é a vida, né, que o governo mesmo para ajudar é difícil. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Bastante consciente da sua própria história, Carlos me confirma que recebeu muita ajuda, mas que àquela altura não estava muito interessado em sair das ruas. Tendo em vista a sua condição familiar, para ele era melhor ficar na rua, diz. Por outro lado, foi ali que ele descobriu o roubo e as drogas. Carlos conta um pouco da sua trajetória de usuário e mais uma vez aparece uma certa mágoa com o poder público, que segundo ele falhou e continua falhando em oferecer opções para as pessoas em situação de rua ou para os “viciados”, segundo os critérios por ele definidos anteriormente.

Sobre a chacina, Carlos rememorou o seguinte:

Isso aí tudo começou. Vamos botar assim, eu vou explicar a você, começar do início, tudo começou com o “come-gato”, um colega meu, que o vulgo dele era “come-gato”. Ele tomou um revólver de um PM na época que era a guarda de trânsito. Aí depois, tranquilo, aí até então não aconteceu nada, mas depois na Praça 15 tinha uns bicheiros e teve um pessoal que assaltou o bicheiro aí. Veio a polícia, na época era camburão, patrulhinha aí não aceitaram, viraram, brigaram, tacaram pedra, quebraram a viatura. Aí os policiais falaram que iam voltar. Aí de madrugada todo mundo dormindo e já vieram matando todo mundo, quem ele pegou pela frente eles mataram.

Inclusive. Ainda tem marca lá até hoje tem o nome do pessoal ali gravado numa coisa ali. De frente à igreja tem uma marca de tiro numa janela do outro lado da rua. Entendeu, uma coisa que eu passo lá eu entro na minha mente de novo, entendeu? E assim foi esse acontecido. Aí morreu ali. Acho que foi sete, se eu não me engano ali mais três, levaram mais três lá para o aterro do Flamengo, entendeu? Isso aí foi uma coisa que foi um absurdo. Eu não desejo isso aí para ninguém, porque ali foi uma coisa. Tipo assim, coisa de moleque, cara, na época foi coisas de moleque, era todo mundo moleque, não precisava fazer aquilo, ali foi uma covardia da polícia danada que era só coisa de moleque, era só pegar todo mundo e levar todo mundo para FEBEM, mas não, eles vieram matando todo mundo, não teve chance, não teve chance para nenhum desses pelo menos. Sem explicação para como sobreviver depois disso, será uma coisa que hoje em dia só, só Deus no coração mesmo. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

O relato de Carlos sobre os eventos daquele dia 23 de julho de 1993 é realmente muito duro. Enquanto relembra, expressa um misto de raiva e tristeza que me impacta também. Carlos aponta com uma lucidez invejável o fato de que eram todas crianças, “moleques”, como ele diz, e que “era só pegar todo mundo e levar todo mundo para

FEBEM”, mas que não precisava matar todo mundo, como fizeram. Ele ainda expressa a dificuldade de conviver com isso durante todo esse tempo. Fico pensando em como realmente deve ter sido difícil para ele superar todo esse trauma, se é que superou.

Na verdade, sua condição atual me leva a crer que ele não superou. Carlos está muito magro. Não consegue se alimentar muito bem e tem muitas feridas pela perna. No dia em que conversamos, ele estava usando uma bota ortopédica que diz ter conseguido no hospital. Ele não me parece muito bem. Nossa conversa foi no bar da esquina. Ofereço-me para almoçar com ele, mas ele recusa. Em compensação, aceita uma garrafa de cachaça com guaraná que outro morador lhe traz. Alguns homens que trabalham em escritórios próximos passam por nós e cumprimentam Carlos pelo nome, o que me leva a crer que ele deve lhes prestar algum tipo de serviço. O vizinho do lava-jato, que é pai de um aluno meu do curso noturno, também aparece e participa um pouco da conversa. E assim nós seguimos, sentados no meio-fio, numa sexta-feira de dezembro, pouco antes do início do turno da noite no colégio.

Eu pergunto a Carlos se ele conhecia todos os garotos da chacina e ele confirma que sim.

Todos. Ainda tem alguns conhecidos por aí. Onde eu vou tem gente daquela época que me conhece. É como se fala, “eu só mais conhecido que nota de um real.” Eu tenho 47 anos para sobreviver nessa vida de 40 até 47 anos é raridade se encontrar hoje tem que tem que rebolar muito e tem que saber chegar e sair. Ah, vou morar na rua aqui, para mim não pensa nisso não. Pensa em estudar, arrumar um trabalho, uma família, porque a rua não é pra qualquer um não, eu não desejo isso pra ninguém não. Tem um monte que chega aí, a pessoa novinha, garotas novas. Ah, meu conselho para elas é sair e voltar para casa que não é não é brincadeira não, cara. Que o que nós sobrevive até hoje. Tem muitos aqui que não vale prato que come. Te trata como seu amigo de casa, te dá roupa, dinheiro, daqui a pouco te alicia. Aliciou já era! Daqui a pouco tá usando droga, tá se prostituindo, entendeu? Tudo porque muitos têm a mente fraca.

Como meu pai bebia muito, largava nós em casa sem comida. Aí nós tinha que comer uma farinha com água, entendeu? Então aquilo ali foi mexendo muito comigo e eu felizmente eu fui tentar ajudar e nessa ajuda foi. Essa ajuda que eu pensei fazer. Deu tudo errado e tá dando tudo errado na minha vida, mas graças a Deus eu tô aí, tô passando pela prova difícil hoje de estar nessa condição, mas eu vou me levantar dela e essa vida aí mesmo. Eu não quero mais isso para mim não, cara. Eu tô pretendendo acabar de sair disso aqui e me erguer de novo. Eu tenho uma profissão hoje em dia, eu sou capoteiro estofador que é sofá e eu mexo com banco de carro, mas pelo tempo que eu já tô eu já desaprendi tudo. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Mais uma vez Carlos conta sobre as dificuldades de viver nas ruas. Ele ratifica que, sempre que pode, alerta aos mais jovens sobre as dificuldades de viver nas ruas e os aconselha a voltarem para casa. Também revela que seu pai bebia muito e que começou a trabalhar para ajudar a colocar comida em casa. Carlos ainda relata que já trabalhou como

estofador e que sonha retomar essa profissão assim que sua perna melhorar. É muito interessante notar como parece que ele “se apropriou da própria história”, ou seja, é muito consciente da sua situação atual e do que deseja para si num futuro próximo. Infelizmente, lhe falta o apoio necessário. Fico pensando como seria se Carlos recebesse o tratamento de saúde adequado para suas pernas e lhe fosse concedido o direito à moradia digna e trabalho.

Continuando sua trajetória, Carlos lembra como foi a sua trajetória na prisão. Segundo ele, tudo começou por conta de uma prisão por porte de maconha.

Mil novecentos e noventa e seis minha primeira cadeia foi em 1996, né? Na época foi por causa de um 16²¹, um 16 era maconha, eu já conhecia a maconha. Aí eu rodei por causa da maconha. Aí eu fiquei, mais de um mês preso. Antigamente tinha vadiagem, 16, que era a maconha, eu fiquei e saí. Mas fiquei comparecendo no fórum e ganhei dois anos de semiaberta. Isso 96, aí quando foi em 98 eu rodei (ser preso) de novo, rodei de novo. Mas aí como eu né? Eu já tinha sido preso, tirei mais dois anos, quando eu saí, 99, eu fiquei quase 99 todo o ano todo na rua. Mas como eu já tinha muita passagem, eu rodei no 155. Aí tinha 22 passagens de 155 e 2 passagens de 157, eu fui absolvido dos 2 de 157 e foi sentenciado em um ano e dois meses para cada 155. A minha cadeia foi para 22 anos. Eu apelei, minha cadeia caiu para 18 anos e oito meses. Nessa daí quando eu cheguei na cadeia, muita rebelião. Entendeu? Então não gostava de baixar a cabeça para os guarda. Aí assinei muito etc (punição), eu sei que nessa brincadeira eu fiquei 15 anos pela casa, 6 meses então nessa brincadeira, aí eu assinei 125. Eu fiquei 15 anos preso de 99 até 2015 e saí da condicional. 7 dias na rua um maluco me jurou eu já nervoso porque eu tava muito tempo preso. Então tinha acabado de chegar na rua. Ele falou que ia me matar, eu meti a faca nele, mas ele não morreu, que que acontece? Eu rodei um dia depois, fiquei mais 5 anos preso. Fui absolvido, graças a Deus. Nessa daí, nessa junção, nessa brincadeira, foi 20 anos perdido na minha vida, entendeu? Eu fiquei 20 anos preso na minha vida e fui absolvido, hoje em dia eu tô aí, eu quase tenho quase três anos na rua, trabalho na reciclagem, entendeu? Infelizmente eu sofri um acidente e não posso trabalhar. Tô vivendo minha vida, graças a Deus tem amigo igual a você que é puro, que é verdadeiro porque aqui eu sou amigo do meu dinheiro do jeito que eu tô. Como é que se diz a verdadeira vida que nós vivemos, entendeu? Quem é mesmo de verdade quem não é então, infelizmente aquilo que eu falei para tu agora, amigo, igual a você assim puro, que não quer nada em troca, a nossa amizade, a nossa amizade é o que vale, né? Tudo Deus me deu essa prova aí eu tô vivendo essa prova aí eu tô. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Devo confessar que foi muito difícil acompanhar o raciocínio de Carlos enquanto ele ia calculando mentalmente o tempo em que ficou preso. Na verdade, isso nem importa tanto. O que mais me chamou atenção aqui foi o fato de que, segundo ele, a primeira prisão ter acontecido por conta do porte de maconha que, segundo ele, era para uso pessoal. Pelo que entendi, as prisões posteriores foram agravadas por essa inicial. Também foi interessante ouvir de Carlos algumas experiências e “técnicas” que acabou dominando para sobreviver

²¹Art. 16 – Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984). Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637990/artigo-16-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>

dentro e depois fora da prisão. Ele achou melhor não me revelar alguns “truques” e, por motivos óbvios, optei por não insistir em saber. No final das contas, Carlos passou 20 anos da sua vida na cadeia. Se somarmos a isso o período das ruas e o evento da chacina da Candelária, fica muito difícil imaginar que hoje ele estaria numa condição muito diferente.

Sobre o crack, Carlos conta que começou a fumar pedra depois que saiu da cadeia. Segundo ele:

Cadeia não tem crack. Cadeia tem pó e maconha, mas não tem crack, não pode vender, cara. Vou falar para você, eu aprendi muita coisa, cara. Eu aprendi muita coisa. Cadeia você sobrevive. Tem que fazer suas correria, se não entendeu, só tem aquela etapa da casa, comida azeda. Nossa Senhora, eu passei também perrengue. É bom para ninguém não, entendeu? Cada dia você sobrevive, mesmo quem não é mais forte, quem tem, quem não tem, se não fizer uma correria lá dentro, uma roupa, fazer o trabalho numa galeria.

Em 2015, no Largo de São Francisco, eu fumava crack misturado com cigarro. Depois eu conheci o copo, aí de lá pra cá eu nunca mais larguei. Eu tenho força de vontade de largar, se não tiver um apoio de alguém, de uma família, não sai, não larga. Pode ficar, cara, que fala que largou com vontade própria ali tá nessa vida é mentira, se ele continuar nessa vida do jeito que é ele não larga.

É tipo assim, cada um é uma onda, cada um tem uma onda diferente. Tem uns que dá uma onda que fica catando no chão, tem outros que fica com medo, outros que dá valentia. Beleza. Ô minha onda tipo assim, eu quando eu tô, eu trabalho, eu fumo uma pedra para trabalhar, eu quando eu fumo ainda dá vontade de sair, me dá vontade de andar mesmo assim com a perna aleijada. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Carlos lembra que na cadeia não fumava crack porque lá essa droga não entra. Também conta como teve que aprender a sobreviver por lá. Com relação ao crack propriamente dito, disse que gosta de fumar e andar pelas ruas do centro. No entanto, como está com a perna muito machucada, ele tem passado mais tempo na ocupação. Um dado interessante aqui é que ele mais uma vez reclama da falta de apoio. Segundo ele, apenas com o apoio adequado é possível encontrar uma alternativa para deixar a vida nas ruas e o crack.

Sobre a sua perna, Carlos esclarece o que aconteceu:

Daqui a 5 semanas. Caí, no Castelo tava fazendo trabalho que tinha muito mato, tava úmido por causa do sereno, eu fazendo trabalho. Fui trocar umas telhas, tô subindo no andar, aí eu pisei em falso, desci direto, aí quebrou os dois tornozelos. Uma dor insuportável. Caralho, no hospital o médico para te ver. Eu senti tanta dor, tanta dor que o médico vinha, aplicava um remédio, eu não suportava, ficava doendo demais, mas hoje em dia dói, mas é pouco, nós vamos ficar forçando muito dando muito falso, eu já levanto, já piso, mas eu não posso forçar.

Se eu pudesse fazer só fisioterapia agora, tirar e fazer uma fisioterapia para mim, eu ficaria rindo porque a vontade que eu tenho é, você sabe. Nossa, é horrível. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Carlos narra como sofreu o acidente, que faz pequenos bicos pela região central da cidade. Lembro então dos rapazes do escritório que o chamaram pelo nome, indicando que

provavelmente ele já fez algum serviço para eles. Enquanto converso com ele, no meio-fio do bar da esquina da ocupação, ao lado do MUHCAB (Museu da História e Cultura Afro-brasileira), a vida na Gamboa segue, com o VLT anunciando a sua passagem e os passantes sempre apressados. É, no entanto, interessante notar como quase todos conhecem Carlos. Quando brinco com ele, dizendo que ele é “conhecidinho” nas ruas da Gamboa, ele responde o seguinte: “Cara, eu sou praticamente cria do Centro. Como assim? Eu conheço tudo, eu ando tudo. Fala que eu tenho que chegar lá perto andando. Eu ando para cima e pra baixo, eu ando tudo.” (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

De repente chega um outro homem e Carlos exclama: “Isso é energético, maluco? Isso é energético, bota um pouquinho aí”. O homem lhe serve um copo. Ele me oferece, mas eu educadamente recuso. “Ele é bom de coração. É uma das poucas pessoas que tem que vai te ajudar de coração, não vai te pedir nada em troca”, diz Carlos.

Eu então pergunto a Carlos como ele vê a sua condição atual e a dos seus colegas de ocupação.

Cara, como as pessoas tratam os usuários tem hora que dói, corta o coração porque nós é o usuário, nós não é questão de ser viciado, né? Você é dependente químico. Isso é uma doença aqui. Quem sabe sim. Isso é uma doença. Uma coisa que tipo assim. Se você tratasse, internasse todos os cracudos, vai parar. Mas a sociedade vê como uma ralé, se eles pudessem matava todo mundo. Se pudesse botava todo mundo junto, explodia todo mundo, é assim que a sociedade trata, infelizmente vamos botar assim, de 100 da sociedade, se 10 te tratar como ser humano normal. Entendeu normal? É muito, porque o cracudo para ele é como se fosse um bicho, um mendigo, como se fosse um bicho, ele não gosta. De 100 se tirar 10 é muito. Ninguém te pergunta se você quer alguma coisa, se você quer comer. A sociedade é hipócrita, entendeu? A sociedade ele não vê por esse lado. A gente tem que ver que eles também têm família, um dia, Deus queira que não, mas um dia escolhe passar por isso também, entendeu? E da forma que eles trata, pode me tratar de uma forma hoje, amanhã eu posso estar lá em cima e a gente pode estar aqui embaixo, aí vai vir na minha direção, tipo assim, vem até a mim, mas vai esquecer o que está com nós do passado mal, aí não é por causa disso. Tô falando uma exposição por causa disso que eu vou deixar ele para tratar ele mal, entendeu? Mas é uma coisa que essa sociedade tinha que aprender demais e falar assim, olha que eu não tenho estudo, mas sou mais educado do que muitos por aí, entendeu? Eu não xingo ninguém, não gosto de briga, não gosto de uma confusão, só vivo na minha, viu? Quando eu peço alguma coisa a pessoa me trata mal, eu peço desculpa aí pô, desculpa aí vira as costas e vou embora, entendeu? Porque uma coisa que parte coração, a gente é brasileiro, né? Então como se diz nosso país, a gente tinha que ser pelo menos umas tratado mais ou menos na dignidade. Eu sou um cara que eu sou um usuário que eu sou doente, cara. Eu não tenho não. Eu tenho uma doença, entendeu? Eu procuro sempre me ajudar mais um pouco mais. É assim que nós vivemos, cara, nessa vida. Aí a sociedade olha nós com outros olhos, né, menos favorecido, mais pobre né? Não acho que nós é a ralé da ralé. Que assim, nós vai vivendo e poucos que ajuda, não é, mas felizmente eu faço um trabalho ali, cato uma garrafa, uma pet, pede uma coxinha, entendeu? Pouquinho, antigamente eu roubava muito, hoje em dia não, parei com isso, quem me viu hoje em dia. Não sou mais. Hoje em dia nem a Polícia Militar gosta de me parar. Porque já me pararam mais de mais de 30 vezes, mais de 30 vezes, eu fui parar na 5ª DP.

Teve época que me levaram para quinta depois o delegado falou assim para eles: “Ô seu Carlos, de novo? Pegou ele flagrante? Não! Então pode mandar ele embora que não tem nada.” A última vez foi aqui ó, no meu aniversário. Amanheceu, eu bebendo, companheiro trouxe uma garrafa de José Dias, duas garrafas de cachaça e um maço de cigarro, a viatura chegou, encostou, perguntou meu nome... Chegou na Delegacia, delegado olhou e perguntou: ‘o que que houve agora? Dormi, delegado me liberou e falou pra não me levar mais lá não que eu não devo mais nada. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Carlos é mais um dos moradores da ocupação Colombo que reclama da falta de apoio do poder público e da “sociedade”. Ele se classifica como doente e assume o paradigma da dependência química como doença. Nesse sentido, diz que se tivessem o tratamento adequado poderiam se recuperar. Ele também foi mais um que reclamou da invisibilização porque passam os moradores de rua e “cracudos”. Segundo ele, se pudesse, a maioria das pessoas preferiria exterminá-los como “insetos”. Acredita que a maioria das pessoas entende que para àqueles em situação de rua, a única solução é a sua eliminação física. Carlos afirma que, como brasileiros que são, as pessoas em situação de rua merecem mais atenção do poder público.

É interessante notar que, embora não esteja explicitamente presente, a vergonha aqui aparece pelo constrangimento que expressa na maneira como é tratado pela maioria das pessoas nas ruas. Carlos diz que chega a se desculpar quando é maltratado por pedir alguma coisa, como se o ato de esmolar fosse tão indigno que ele precisa se desculpar por ser forçado a fazê-lo. Aqui, fica evidente o constrangimento de que reclama.

Por último, Carlos revela que há muito tempo abandonou o hábito de roubar. Ele está fisicamente muito limitado e isso pode ter tido alguma influência nessa decisão. Por outro lado, ele me pareceu alguém bastante machucado pelo tempo, mais amadurecido e que talvez não estivesse mais disposto a correr o risco de voltar para prisão. A propósito, brinca com o fato do delegado da 5ª DP já conhecê-lo e ser tratado como “Seu Carlos”. Aqui, no melhor estilo “carioca bonachão”, Carlos ironiza a própria condição, tentando talvez amenizar as reminiscências sempre tão duras de uma trajetória marcada por muita dor e violência. Mais uma vez, fico pensando na sua trajetória, na necessidade que teve de lutar pela sobrevivência ainda aos 11 anos de idade. Enquanto eu cursava o ensino fundamental na mesma escola onde minha mãe lecionava, Carlos vendia bala no trem para ajudar a família a colocar comida na mesa.

Consegui para Carlos uma bota ortopédica melhor. No Natal daquele ano, organizei a entrega de panetones para todos os moradores/frequentadores da ocupação que estavam

presentes no local no dia 24 de dezembro. Foi gratificante compartilhar com eles esse momento.

A última conversa que consegui gravar foi com Júlio, 32 anos. Ele me proporcionou, sem sombra de dúvidas, uma das melhores conversas que tive na ocupação. Ao longo do nosso papo, Júlio conseguiu se manter o tempo todo sentado. Havia outras pessoas por perto, mas não tivemos nenhuma grande interrupção, como em outros momentos. Basicamente, algumas pessoas me interrompiam para me pedir um cigarro ou uma bala, que eu sempre levava comigo. O pessoal da Colombo adorava balas, por isso eu sempre comprava embalagens enormes e as distribuía no local. Também fazia regularmente a distribuição de manteiga de cacau, objetivando manter a hidratação dos lábios. A respeito do ótimo diálogo com Júlio, ele começa contando o seguinte:

Eu tô na pista já têm um ano. Fico na ocupação, durmo na rua, onde dá. Mas é porque a questão é: com a minha dependência eu tive que me adaptar ao que eu tenho. Então a rua foi o mais próximo que eu pude chegar. Eu sou paulista, do litoral, do Guarujá. Já estive na “Cracolândia”, é muita gente. Lá é o famoso inferno! O inferno ali dentro é constante porque você tem droga a todo momento, tem droga até de cinquenta centavos, vinte centavos, você tem droga pra tudo. Aqui no Rio é bom porque eu tenho que correr atrás pra poder usar a minha droga. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Segundo Júlio, com o uso problemático de crack, a rua é o melhor lugar para ele, onde ele pode “circular livremente” e ter uma vida errante, sem muitos vínculos. Como veremos mais adiante, desconfio que a escolha esteja atravessada pela questão da vergonha. Júlio destaca no trecho acima a facilidade que tinha na “Cracolândia”, região central de São Paulo, para acessar o crack. Como contraponto, diz que no Rio de Janeiro o acesso é um pouco mais difícil, o que para ele é melhor, uma vez que isso diminuiria um pouco o seu consumo e o obrigaria a “correr atrás”. Aqui, entendo que Júlio buscava tergiversar, uma vez que a pedra de crack pode ser adquirida na rua ao lado, em outra ocupação, e custa cinco reais. Cabe destacar, que não foram poucas as vezes em que encontrei pessoas oferecendo crack umas para as outras. Como citei acima, eu era constantemente alvo de tais convites.

O problema é as pessoas julgam a gente, independente de você estar arrumado ou não. Eu, como usuário de crack, eu me visto bem, eu gosto de me arrumar. É rara as vezes em que eu estou sujo, porque querendo ou não eu tenho que ter uma consciência moral, do que eu aprendi, dos bons modos e bons costumes, da educação dos meus pais, que eu tenho que me manter limpo. O vício foi uma escolha errada? Foi. Mas a gente pode escolher em se manter higienizado. Eu comecei a usar cocaína com 19. Aí após ir morar junto de um amigo, ele fumava crack, e eu usava cocaína. Quando eu tinha, beleza! Aí chegou o dia em que eu não tinha cocaína e acabei optando por experimentar. O problema é aquele, quando

a pessoa fala que a primeira vez é apaixonante, é verdade, não tem erro não, você se apaixona mesmo. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

No trecho acima, Júlio fala sobre o constrangimento que sente pelo julgamento que sofre das pessoas. Segundo ele, mesmo mantendo uma aparência “limpa e arrumada”, seu uso de crack fica evidente, o que se reflete numa atitude de julgamento do outro. Aqui, nos remetemos a Cooley (1902) e Scheff (2000), quando ambos destacam como a vergonha emerge das relações sociais e, sobretudo, da percepção que tenho de como o outro me enxerga e da fragilidade na constituição dos vínculos sociais. Júlio, como outros entrevistados, destacou também a questão do prazer. Segundo os relatos colhidos, o prazer que advém do uso do crack, principalmente nas primeiras vezes que experimentou, poderia ser comparado ao prazer sexual. Outro ponto levantado foi como o uso do crack despertou também uma sensação de “poder”, entendido como vigor e/ou disposição.

Sobre a questão do uso problemático, Júlio pensa que:

Algumas pessoas mantêm o controle, tem alguns que trabalham, que correm atrás, que conseguem se manter. Eu já vi muitos ‘ricos’ vindo aqui buscar crack, playboy, ‘alta sociedade’. E têm uma vida estável. A gente como não tem o costume de ter um dinheiro muito forte no bolso, a gente acaba perdendo tudo. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Interessante perceber aqui como Júlio destaca que existem pessoas que conseguem usar crack e manter uma rotina de trabalho e outros afazeres. No entanto, para ele essas são apenas pessoas “ricas”, ou seja, que dispõem de muito dinheiro e são parte da “alta sociedade”. Assim, esta não seria uma opção para os moradores/frequentadores da ocupação, uma vez que não possuem condições financeiras de manter o consumo de crack e uma “vida estável”. Aqui, a visão de Júlio é atravessada pela questão de renda. Acredita que, se fosse “rico”, não teria problemas com crack. Essa parece ser uma questão equivocada, mas que pode ser explicada pelo estranhamento que causa em Júlio quando pessoas, provavelmente de classe média, aparecem na ocupação em busca de crack. O choque causado pela presença de pessoas bem-vestidas, de carro ou motocicleta, com crachás de empresas, que aparecem na ocupação em busca de um espaço livre para uso do crack, parece operar como marcador de uma distinção entre “nós” e “eles”. Dito de outra forma, a construção da identidade de “cracudo” não passa apenas pela questão do consumo, como também pela percepção que têm da visão do outro sobre eles. Nesse sentido, a vergonha pode atuar como uma forma de conferir sentido, aglutinando a construção de identidades sociais a partir de uma emoção que, como nos informa Scheff (2000), é um tabu na modernidade, expressando a fragilidade

na construção de vínculos e laços de sociabilidade. Para ele, a palavra vergonha se tornou um tabu talvez igual ou maior que a palavra sexo, argumentando que há muitos trabalhos que abordam a vergonha sob outro rótulo, seja pelo que ele aponta ser uma “vergonha da vergonha” ou porque os pesquisadores não têm consciência de que esta emoção faz parte ou é o tema central de seus estudos. Assim, vergonha apareceria camuflada por termos como medo, rejeição, desrespeito, estigma, honra, vingança. Para Scheff, não só o termo vergonha, mas o sentimento em si é ocultado, reprimido e evitado, o que dificultaria o entendimento do mesmo e o avanço científico sobre o assunto, apontando, dessa forma, a importância em se trabalhar a vergonha nas ciências sociais e psicologia (KOURY & BARBOSA, 2016, p.66).

Sobre seu trabalho e ainda sobre a vergonha, Júlio conta que:

Com 31 anos eu vim pra cá, pro Rio. Eu sou garçom, trabalho na área de gastronomia, como você pode ver eu falo bem, converso muito bem, eu tenho a formação do segundo grau completo. Infelizmente, a minha profissão necessita que você tenha um controle mental muito bom e no uso você não tem. O que é interessante é que eu tenho dez anos de profissão, trabalhei com o Henrique Fogaça em São Paulo, sou gerente, sou maitre, mas estou nessa vida aqui por uma opção, uma escolha. Eu sinto vergonha, às vezes eu encontro pessoas que me reconhecem, isso é o que mais dói. Independente de qualquer coisa, o uso é pessoal, mas essa droga é maldita. Ela demonstra no seu olhar que você está nela. A cocaína é sociável, mas um dia ela transparece. A maconha é sociável, um dia ela transparece. Mas a pedra não, ela transparece a partir do momento em que você usa pela primeira vez. Ela é deplorável, porém, quando eu tenho vergonha, a vergonha que sinto, às vezes eu saio de um lugar e vou pro outro. Então eu nunca tenho parada, eu sempre tô na pista. É porque num lugar onde eu sou pouco conhecido eu não vou sentir tanta vergonha, dá pra passar um tempo mais. Eu passei um tempo aqui, fui embora, fui pra Botafogo, Maracanã, depois voltei pra cá, entendeu? Por causa dessa questão. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Procurando se afirmar, Júlio destaca que fala bem, concluiu o ensino médio e que, atuando como garçom, já trabalhou para chefes renomados. É interessante sublinhar que de fato Júlio é muito articulado. Ele não estava sob efeito do crack no momento da entrevista, o que também facilitou muito o meu trabalho. No entanto, o ponto que gostaria de ressaltar aqui é sobre a relação que desenvolvemos ao longo da entrevista. Júlio se referia a mim como “seu Rodolfo”, ou “professor Rodolfo”, numa atitude que marcava claramente o meu lugar ali. Pouco importava para ele que eu tivesse a minha própria “trajetória de usuário”, quem estava ali, sentado ao seu lado, era, na sua visão, o pesquisador. Nesse sentido, procurou construir uma imagem de alguém que teve uma boa educação, uma boa formação, bons empregos e que estava em situação de rua por uma opção sua. Ou seja, se ele não tivesse tomado essa decisão, seria “como eu”, ou melhor, como ele achava que eu nos percebia.

Aqui, ele reforça a estratégia que utiliza diante da vergonha que sente. Diante da sua escolha pelo crack, decide viver de forma “errante”, vagando pelos bairros do Rio de Janeiro, numa tentativa de disfarçar seu uso. Quando passa a ficar conhecido no bairro e, segundo ele, as pessoas percebem que se trata de um “cracudo”, ainda que “arrumado e de bons modos”, ele decide sair do local e se dirigir a outro, onde não é conhecido e pode desfrutar, pelo menos por algum tempo, de certo anonimato.

Sobre sua “trajetória” de usuário, relata:

Quando eu comecei na cocaína, professor, eu tinha 19 anos. Eu sempre usei todo tipo de droga ao máximo. A cocaína, ela entrou na minha vida eu já era gerente de restaurante. Eu ganhava dois mil e quinhentos mais mil reais por fora no mês e ainda mais cento e pouco por semana. Eu usava cocaína faixa de quase dois mil por mês. Então eu usei bastante cocaína. Qualquer droga na minha vida ocasionou um ‘porradão’. Eu sei que o senhor me entende, mas hoje estar no crack é totalmente diferente do que a cocaína, porque querendo ou não ele derruba de vez. E o uso dela não é igual à cocaína, que uma hora você ‘empapuca’. Quanto mais você tem crack... você dorme com a crack na mão. A cocaína chega uma hora que você não aguenta mais, é exaustivo demais. O crack, pra alguns, é sexual (prazer), pra outros é ‘satisfatório’, pra outros é ‘neurótico’. Pra mim é tranquilo, eu curto a minha droga. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

No trecho acima da entrevista, Júlio destaca como se deu sua “carreira de usuário”. Segundo ele, o uso de cocaína já começou de forma intensa, sempre o levando a consumir quantidades consideráveis, gastando boa parte de seus proventos com o uso. Júlio também faz uma distinção entre a cocaína e o crack. Enquanto a primeira “empapuca” – uma categoria nativa que significa que você não aguenta mais usar, está fisicamente incapaz –, a segunda não, o que explicaria porque ele não consegue cessar o seu uso, uma vez tendo começado.

Júlio também retoma a ideia de que o crack provoca uma sensação muito parecida com a excitação sexual, como também pode causar o que chamou de “satisfação” – outra categoria nativa que denota um prazer “tranquilo” que o usuário sente ao consumir o crack –, ou a “neurose” – categoria muito utilizada também entre usuários de cocaína, referindo-se aos momentos de descontrole e tensão em que alguns usuários ficam ao usar a droga.

Finalmente, Júlio busca reforçar como é uma pessoa que se destaca pela inteligência e perspicácia:

Eu sou um cara que eu gosto muito de forçar a minha mente, então eu tenho um monte de palavra cruzada na minha bolsa, eu tenho sempre que fazer alguma coisa pra forçar a minha mente. O crack me ajuda a continuar pensando. Eu tenho que forçar a minha mente, eu tenho sudoku, palavra cruzada, numerix, eu leio, gosto muito de livro, principalmente do Dan Brown, eu já *O Inferno*. Eu gosto muito de ler porque, querendo ou não, eu sei que um dia eu saio dessa vida. Todo mundo

tem o direito de ter uma segunda chance, por que que eu não tenho? Independente de qualquer coisa, daqui a pouco tudo pode mudar, da água pro vinho. Deus não disse ‘vigiar e orar’? Então, você vigia primeiro que você sai disso. E continua orando, que é o que faço. Muito obrigado, seu Rodolfo. (Caderno de campo. Dezembro de 2022).

Para Júlio, o crack o ajudaria a “forçar a mente” ou “exercitar o cérebro”. Para tanto, ele mostrou uma série de revistas de palavras cruzadas, sudoku, entre outras, que carrega consigo na mochila. Também destacou como gosta de ler e me revelou que seu autor preferido é Dan Brown. Dessa forma, explica Júlio, ele procura se manter “ativo”, pois acredita que um dia vai deixar de usar crack, uma vez que entende que todos devem ter direito a uma segunda oportunidade.

Júlio procura me mostrar como é preparado. Para mim, foi muito nítido como ele tentava o tempo todo interferir no julgamento que achava que eu fazia dele. Dessa forma, a questão da vergonha emerge, mais uma vez, como uma forma de construção de vínculo, na qual a percepção que ele acha que tenho dele acaba contribuindo para a construção de sua própria autoimagem. Também gostaria de destacar o aparente paradoxo de alguém que julgava o crack um “inferno” ao mesmo tempo em que admitia que existem pessoas capazes de consumi-lo sem que isso necessariamente afete as outras áreas de suas vidas. Aparentemente, portanto, Júlio incorpora uma visão ainda hegemônica no Brasil, uma construção social sobre o conceito de drogas de que elas são extremamente perigosas.

Ao expressar seus sentimentos, sobretudo o de vergonha, Júlio e outros entrevistados falavam de si para mim, mas também falavam para eles próprios, dando uma importância destacada ao que achavam que eu estava pensando deles. Não acredito que esta afirmação tenha a condição de “borrar” suas falas. Pelo contrário, acredito que reforcem a noção de que as emoções estão intimamente ligadas à vida social “com os sentimentos sendo, a um só tempo, facultados e engendrados pelo lugar ocupado pelo sujeito na sociedade (...)” (Coelho & Rezende, 2011, p. 18). É o que pretendo discutir a seguir.

3.2 Juntando as pontas

Vimos na etnografia como a vergonha surge como afeto central, seja para incorporar a noção do senso comum sobre a construção do “cracudo” – caracterizado por um tipo de corporalidade específica –, seja também para atuar no sentido da construção de uma subjetividade alicerçada no sentimento de pertencimento ao grupo.

Segundo os moradores/frequentadores me contaram, a condição de moradores de uma ocupação ou de pessoas em situação de rua, usuários de crack estigmatizados sob a pecha de “cracudos”, os coloca diante de toda sorte de preconceitos e humilhações. Assim, as pessoas nas ruas os tratam com “nojo e desprezo, atravessando a calçada para nos evitar”. O nojo, portanto, surge como uma categoria que pretende estabelecer uma distinção entre mim e o outro, contribuindo inclusive na construção de uma autoimagem pela diferença. A alteridade, nesse caso, surge com uma condição da identidade. Segundo Miller:

Quando o desprezo convencional das classes altas se torna incerto de sua garantia, quando as classes mais baixas não são mais invisíveis ou seguramente desatendidas, quando constituem fontes bastante intrusivas de preocupação e ansiedade, então, como acabei de indicar o desprezo se reconstitui em uma forma diferente. Não é mais capaz de uma indiferença complacente, move-se em direção ao horror, medo, ódio e nojo. (MILLER, 1997, p. 237, Tradução minha).

Dito de outra forma, quando o desprezo pelo outro não é mais suficiente. Quando o outro, que julgo inferior por suas maneiras, hábitos e costumes (ELIAS, 2011), não se contenta em manter-se a uma “distância segura” e ameaça com seus gestos e modos “grosseiros e agressivos” o “meu lugar”, o nojo vem à tona, transubstanciado em discurso de ódio (WALDROM, 2012).

Atendendo a critério para obtenção de grau numa disciplina do curso de Doutorado em Ciências Sociais, apresentei como trabalho final um artigo intitulado “*Beautiful People* e as ‘sementes do mal’: nojo e abjeção a partir de uma ‘etnografia virtual’ em um grupo de bairro na internet” (no prelo), no qual desenvolvi uma pesquisa sobre a percepção que os moradores do meu bairro (Copacabana) têm dos menores vindos da periferia e que circulam pelo bairro, sobretudo em dias de sol nos finais de semanas.

Os menores são chamados de “sementes do mal”, assim definidos porque são diferentes. Não são humanos, são “sementes”, e por isso devem ser extirpadas. Ao mesmo tempo despersonalizados e demonizados, são o “mal” que impossibilita o pleno gozo da vida, uma volta a um passado imaginário e glamoroso de outrora. São “feios e sujos”, emporcalham o lugar e por isso devem ser evitados. Copacabana é nobre e acolhedora, mesclando graça e sofisticação, mas ao mesmo tempo frágil. Por isso, devemos estar atentos contra o “mal”.

Gostaria de problematizar a questão da violência praticada por menores e pessoas em situação de rua. Ao investigar com bastante atenção e cuidado as postagens do grupo, notei que a maioria faz menção à “possibilidade” de violência praticada por esses menores. Seria contraproducente aqui tentar argumentar que não existe qualquer tipo de violência ou ato

infracional praticado por esse grupo. No entanto, é interessante apontar como na maior parte das postagens o que há são “alertas” para a possibilidade de um ato infracional e não o relato de um ato em si. Se compararmos o número de “alertas” com o número de relatos de eventos em que efetivamente ocorreu algum tipo de ato infracional praticado por esses menores, perceberemos que o número de “alertas” é bem maior, o que indica não que não haja crimes, mas que a quantidade efetiva de atos desse tipo pode ser significativamente menor do que é divulgado no grupo. Dessa forma, a questão central aqui é procurar entender como o nojo e a abjeção se constituem a partir de um determinado contexto e como são compartilhados por membros de uma mesma comunidade.

Na gramática dos afetos, nojo e abjeção operam então como marcadores de distinção e poder, demarcando fronteiras e estabelecendo diferenciações entre moradores do bairro e “arruaceiros”, que enxergariam ali uma oportunidade para auferir ganhos fáceis. Sobre a questão de menores em situação de rua, Milito e Silva nos dizem que:

Aí está a chave de tudo: os símbolos mudaram. Pouco importa o que foi a Cidade Maravilhosa, tantas vezes celebrada em músicas populares como uma mulher sensual. Ora, os símbolos, as jóias da Falecida extraviaram-se nos rituais do velório. A Diabólica ora em cena adorna-se com jóias faiscantes, corrosivas, cortantes, símbolos do novo tempo. Não o tempo real lá fora a escorrer, mas o tempo lógico (um mais simples e familiar que o laciano) da verificação de que a arquitetura da belle époque, a varanda, o cercado, o quintal, o bonde, a igreja, a praia já não contêm mais os nítidos limites de outrora, e que o “outro” múltiplo da miséria nacional aprendeu a pular a cerca, pisar em areias sagradas, vomitar no adro da igreja. O que fazer? (MILITO & SILVA, 1995, p. 38).

Não se trata de negar o problema, mas de refletir como dele tratamos enquanto sociedade, como nos mobiliza enquanto coletividade e, mais, que afetos provocam. As “sementes do mal” seriam futuros marginais que ainda não “brotaram”.

O nojo então demarca uma distinção entre nós e eles. Milito e Silva prosseguem:

Pode-se, no entanto, dizer que esses sujinhos serão os infratores de amanhã. Esta é, sem dúvida, uma possibilidade, mas a relação medrosa ou Julio de qualquer relação podem estar a contribuir mais para a formação do futuro infrator que todo o trabalho de todas as instituições que ‘alimentam bandidos’. Até porque, já que estamos no território do lugar-comum, ódio e indiferença talvez conformem mais facilmente a psicologia do tipo delinquente que amor e atenção. (MILITO & SILVA, 1995, p. 51).

Obviamente, esses meninos e meninas também têm sonhos e expectativas, mas suas vidas são atravessadas quase sempre por episódios marcantes de violência e/ou abandono. Nesse sentido, estariam, a princípio, privados de “flertar” com a normalidade. Estariam interditados. No entanto, segundo Gregori:

(...) não surpreende que meninos e meninas explicitem sonhos convencionais. Se eles têm uma vida fora dos padrões mais usuais, isso não significa que tomem o não-convencional como princípio. Ao contrário, exatamente por estarem distantes desses padrões tradicionais, tendem, em determinadas situações, a atribuir-lhes uma ênfase ainda maior. Não há relação entre a transgressão de regras aceitáveis socialmente – que caracteriza boa parte de suas experiências – e o que eles consideram certo ou errado. O que interessa é tentar aprofundar e entender qual o sentido que vai se estabelecendo entre o cotidiano desses meninos – bem distante dos padrões – e suas representações mais tradicionais. (GREGORI, 2000. pp. 129-130).

Penso que o raciocínio acima, com relação aos menores em situação de rua, pode ser perfeitamente transportado para a situação dos usuários de crack. São pessoas que devem ser evitadas a todo custo. O desconforto que a presença “deles”, os “cracudos”, causa nos “outros”, os “cidadãos”, contribui fortemente na construção de sentimentos de desprezo, de nojo, de ódio. Dormem na rua, fazem suas necessidades nas calçadas, atrapalham o sono com barulhos e brigas durante a madrugada, assaltam e importunam.

São constantemente desafiados a manter a própria sobrevivência. Para tanto, se utilizam das “armas” que estiverem à disposição. Isso não significa, como vimos, que não expressem sentimentos genuínos de viver numa situação de “normalidade”, na qual almejam trabalhar, ter uma família, enfim, incorporar papéis socialmente identificados com “pessoas de bem”. É, portanto, nesse quadro, que acabam incorporando aquilo que Milito e Silva (1995) definem como “cultura da evitação”, elaborando em si próprios a construção de uma subjetividade na qual a vergonha emerge como afeto central.

Assim, gostaria de propor que a vergonha pode ser entendida como a maneira pela qual os moradores/frequentadores da ocupação acabam por internalizar essa “cultura da evitação”. Nos depoimentos colhidos, a vergonha surge associada a um certo “ressentimento” pela forma como são vistos e tratados pelos “outros” e se reflete na própria “construção de si”. A citação a seguir é longa, porém necessária, por trazer importantes pistas para o ponto que proponho:

O sentimento de vergonha é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social, ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas. Mas é uma forma de desagrado ou medo que ressurgem caracteristicamente nas ocasiões em que a pessoa que receia cair em uma situação de inferioridade não pode evitar esse perigo nem por meios físicos diretos nem por qualquer forma de ataque. Essa impotência ante a superioridade dos outros, essa total fragilidade diante deles, não surgem diretamente da ameaça de superioridade física que os demais representam – embora, sem dúvida, tenha suas origens numa compulsão física, na inferioridade corporal da criança frente aos pais ou mestres. Nos adultos, porém, a impotência resulta do fato de que as pessoas cuja superioridade se teme estão de acordo com

o próprio superego da pessoa, com a agência de autolimitação implantada no indivíduo por outros de quem ele foi dependente, que exerciam poder e possuíam superioridade sobre ele. De conformidade com isso, a ansiedade que denominamos de ‘vergonha’ é profundamente velada à vista dos outros. Por forte que seja, nunca é expressa em gestos violentos. A vergonha tira sua coloração específica do fato de que a pessoa que a sente ou está prestes a fazer alguma coisa que a faz entrar em choque com pessoas a quem está ligada de uma forma ou de outra, e consigo mesma, com o setor de sua consciência mediante o qual controla a si mesma. O conflito expressado no par vergonha-medo não é apenas um choque do indivíduo com a opinião social prevalecente: seu próprio comportamento colocou-o em conflito com parte de si mesmo que representa essa opinião. É um conflito dentro de sua própria personalidade. Ele mesmo se reconhece como inferior. Teme perder o amor e o respeito dos demais, a quem atribui ou atribuiu valor. **A atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo.** E é isso que o torna tão impotente diante de gestos de superioridade de outras pessoas que, de alguma maneira, deflagram nele esse automatismo. (ELIAS, 1993 p.242, grifo meu).

Podemos relacionar o excerto acima com o que entendemos ser o processo de internalização por parte dos próprios usuários da condição de “marginais”, e de como, na gramática das emoções, a vergonha opera como importante marcador dos laços sociais, nos quais se evidencia a dimensão micropolítica das emoções, uma clivagem entre eles, “pessoas normais” e nós, “os cracudos”.

Durante minhas incursões na ocupação, tive a oportunidade de conversar com José²², 34 anos, ex-morador de Copacabana e atualmente vivendo na ocupação. Segundo ele, seu envolvimento com o crack se deu desde muito cedo, ainda adolescente. José me contou que chegou à ocupação após ser expulso de casa por sua família. Sua esposa não mais compactuava com seu “estilo de vida” e por isso desfez o casamento. José informou que tinha uma relação muito intensa com o crack e que estava muito triste. Relatou ainda que buscava um tratamento para largar o crack. Para ele, a sociedade discrimina muito os usuários e está certa em fazê-lo. Disse que sentia muita vergonha por ser usuário de crack e que não consegue deixar de usar.

É interessante destacar como José não apresentava, naquele momento, uma corporalidade atribuída aos usuários de crack. Estava limpo e bem-vestido, e me relatou que trabalhava no centro da cidade do Rio de Janeiro, desempenhando pequenos “bicos”, como vender bala no sinal, lavagem de carros, reciclagem de material, entre outros. José não me pareceu assim tão arrependido pelo seu envolvimento com o crack, mas pelas consequências que seu uso provocou: o abandono da família, o afastamento dos amigos e, segundo ele, os

²² A conversa com José foi realizada no dia 12 de abril de 2022. Caminhávamos em direção ao bar próximo da ocupação, onde José iria adquirir uma refeição. O seu nome foi trocado para preservar o seu anonimato, como o de todos os demais entrevistados.

“olhares atravessados” das pessoas. Dessa forma, relatava uma profunda tristeza e vergonha por estar nessa situação pela qual, segundo ele, a responsabilidade era sua, já que a sociedade estaria “certa em recriminá-lo”. Volto aqui então ao trecho destacado da citação acima de Elias, no qual este afirma que a “a atitude dessas pessoas precipitou nele uma atitude dentro de si que ele automaticamente adota em relação a si mesmo” (ELIAS, 1993 p.242). A maneira como José relata se sentir tem relação com a forma como internaliza uma determinada visão de mundo, ou com a própria “construção de si”. Segundo Snow:

De um ponto de vista sociológico, ser morador de rua é, entre outras coisas, ser o detentor de um papel básico ou de um status modelar. Esses termos se referem a status que são centrais ao modo como somos vistos e como nos vemos. Papéis básicos ou status modelares são em geral altamente visíveis, são relevantes para a interação na maioria das situações e são em geral repositórios de valor moral e dignidade. Dignidade e valor moral, então, não são primordialmente características individuais mas, ao contrário, brotam dos papéis que desempenhamos (...) **Papéis ou status estigmatizados, por contraste, conferem má reputação a seus detentores. Está implícita na maioria desses papéis uma imputação de defeito de caráter.** (SNOW,1998. p. 26). Grifo meu.

A vergonha, portanto, deve emergir pelo reconhecimento da ocupação de um “papel ou status estigmatizado”, no qual existe a percepção pública de grande responsabilidade pela condição de “cracudo” e de que essa condição representa uma “ameaça” à coletividade. A maneira como essa questão é incorporada pelos moradores da ocupação acaba por se refletir na construção de autoimagem marcada pela ideia de “defeito de caráter”.

George Herbert Mead propõe que o “self”, entendido aqui como “Eu”, “autoconsciência” ou “experiência de si”, seria um fenômeno social. Segundo ele, a consciência surge a partir da incorporação de “papéis”, de ver as coisas do ponto de vista dos outros, bem como do próprio ponto de vista. Dessa forma, a categoria “o outro generalizado” traz como premissa básica a ideia de um “outro significativo”, que nos marca como sujeito. É nesse espaço em que o “self” emerge e se constitui, se estruturando a partir da linguagem. Para Mead:

Uma pessoa é uma personalidade porque pertence a uma comunidade, porque assimila as instituições dessa comunidade à sua própria conduta. Ela considera a linguagem dessa comunidade um meio pelo qual adquire sua personalidade e, então, por meio de um processo em que adota diferentes papéis proporcionados por todos os outros, ela chega a incorporar a atitude dos membros dessa comunidade. Essa é, em certo sentido, a estrutura da personalidade da pessoa (...). Assim, essa estrutura sobre a qual o self é construído é essa resposta comum a todos, pois a pessoa tem de ser membro de uma comunidade para ser um self. (MEAD, 2021, p. 161).

Portanto, segundo essa visão, somos o que somos ao adquirirmos, ao longo da vida e por meio das interações que estabelecemos com outros indivíduos, alguns traços da “construção de si”, do nosso “self”. A “autoconsciência”, então, seria o despertar em nós de respostas que pertencem também a outros integrantes do grupo. (MEAD, 2021, p. 162).

Um aspecto que merece destaque é a distinção que Mead estabelece entre o “Eu” e o “mim”. Nessa perspectiva, penso, são conceitos que se referem a momentos na ação do indivíduo. O “Eu” faz referência ao instante de ação do sujeito, quando ele é o sujeito da ação na sua experiência imediata. Já o “mim” faz referência ao instante em que o sujeito observa, lembra e avalia o que fez em relação aos outros. “O ‘eu’ é a resposta do organismo às atitudes dos outros, o ‘mim’ é o conjunto organizado das atitudes dos outros que a própria pessoa assume. As atitudes dos outros constituem o ‘mim’ organizado e, então, a pessoa reage a isso como ‘eu’”. (MEAD, 2021, p. 171).

Dessa forma, para Mead, o termo *self* faz referência ao processo de “constituição de si”, no qual o sujeito se situa, atua como um “eu” e se percebe reflexiva e conscientemente. Retomando a fala anterior de José, vemos como sua preocupação era muito maior com aquilo que os “outros” pensam do seu envolvimento com o crack do que com o seu envolvimento propriamente dito. Tanto é verdade, que buscando recuperar a esposa e amigos, bem como a aceitação social, chegou até mesmo a cogitar um tratamento. De todas as emoções que relatou, a que mais reforçou foi a vergonha. Sentia vergonha por achar que não correspondia às expectativas criadas pelos “outros”, sua esposa principalmente, mas também a sociedade como um todo que, segundo ele, estava certa em recriminar o seu comportamento. Então, a ideia de uma “construção de si” passa também pelo contínuo monitoramento do ponto de vista do “outro”. Segundo Cooley:

Uma ideia desse tipo parece ter três elementos principais: a imaginação de nossa aparência para a outra pessoa; a imaginação de seu julgamento dessa aparência e algum tipo de sentimento próprio, como orgulho ou mortificação. A comparação com um espelho dificilmente sugere o segundo elemento, o julgamento imaginado, que é bastante essencial. O que nos leva ao orgulho ou à vergonha não é o mero reflexo mecânico de nós mesmos, mas um sentimento imputado, o efeito imaginado dessa reflexão sobre a mente do outro. Isso fica evidente pelo fato de que o caráter e a carga daquele outro, em cuja mente nos vemos, faz toda a diferença com o nosso sentimento. Temos vergonha de parecer evasivos na presença de um homem simples, covardes na presença de um corajoso, grosseiros aos olhos de um refinado, e assim por diante. Sempre imaginamos, e ao imaginar compartilhamos, os julgamentos da outra mente. Um homem vai se gabar para uma pessoa de uma ação – digamos alguma transação afiada no comércio – que ele teria vergonha de confessar a outra. (COOLEY, 1902, pp. 179-185. Tradução minha).

Helen Lynd (1958) foi uma das principais referências teóricas de Thomas J. Scheff e sua principal influência no tema da vergonha. Segundo ela, os estudos sobre a vergonha foram durante muito tempo escamoteados sob a égide da culpa e por outras formas de sentido de construção do eu. Para ela, isso se deveu ao fato de a vergonha ser muito pouco enunciada e, portanto, muito pouco estudada. Ela apareceria de forma velada, sob outros nomes.

Obviamente, são apenas uma das fontes de tais pistas, mas pensei que poderiam revelar-se particularmente significativas. Com o nosso aparato de investigação psicológica, a vergonha é relativamente pouco estudada porque, na nossa sociedade, está tão facilmente ligada ou subsumida à culpa. (LYND, 1958, p. 19. Tradução minha)

Por outro lado, para Lynd, a vergonha poderia servir como “experiência reveladora”, que ajudaria a despertar para uma autoconsciência, como explicitado a seguir:

(...) não é por acaso que as experiências de vergonha são chamadas de autoconsciência. Estas experiências são caracteristicamente dolorosas. São geralmente consideradas como algo que deve ser escondido, evitado, encoberto – mesmo, ou especialmente, de si próprio. Mas é possível que as experiências de vergonha, se confrontadas de frente, possam lançar uma luz inesperada sobre quem somos e apontar o caminho para quem nos podemos tornar. Se for encarada de frente, a vergonha pode tornar-se, não primariamente algo a ser coberto, mas uma experiência positiva de revelação. (LYND, 1958, p. 19. Tradução minha).

Aqui, a vergonha ganharia um novo sentido, operando como catalizador de uma experiência positiva. Lembrei imediatamente da conversa com Júlia, a menina homossexual da Cidade de Deus, que detestava a maneira como era tratada pela família, mas que adorava ficar na ocupação porque “aqui ninguém me julga e abraça igual”.

No campo das Ciências Sociais, Thomas J. Scheff é um dos expoentes na condução de estudos que relacionam aspectos psicológicos e emocionais aos institucionais e sociais. Scheff destaca fortemente a importância de especificar conceitos e proposições teóricas e de atender ao rigor metodológico, precisão e verificação. Argumenta que em toda pesquisa social reside uma teoria do comportamento. Ele aciona uma emoção humana – a vergonha – em seu centro.

Todos os seres necessitam estabelecer e manter laços sociais, vistos por Scheff como vitais para sobrevivência dos indivíduos e sociedades. No entanto, a segurança desses laços sociais não está dada e quase nunca é ótima, sobretudo para os indivíduos da sociedade ocidental contemporânea. O medo da desconexão é um medo humano fundamental, e a vergonha uma emoção central, sendo a resposta a uma ameaça percebida como perda de uma ligação. A possibilidade de sentir vergonha está inserida em cada encontro social, pois

monitoramos constantemente nossas interações sociais e emocionais, observando a desaprovação ou aprovação dos outros (embora esse processo não ocorra necessariamente de forma consciente). Evitar, suprimir, reprimir e processar a emoção da vergonha motiva o comportamento humano e, ao fazermos isso, acumulamos, interagimos e coletivamente geramos os padrões sociais de conformidade e estrutura. A estrutura social, por sua vez, cria os múltiplos contextos nos quais as interações – e, portanto, vergonha ou orgulho – ocorrem e são compreendidas. Fenômenos microssociais, então, são entendidos como a base para fenômenos macrossociais, e fenômenos macrossociais são observáveis nos menores detalhes microssociais.

Ampliando as recomendações de C. Wright Mills (1975), Scheff pretende desenvolver o que chamou de “imaginação interdisciplinar humana”. Dessa forma, procura desenvolver o debate de questões teóricas a partir da análise de casos empíricos específicos. O estudo de casos específicos permite ao pesquisador compreender o comportamento humano em toda sua complexidade.

Nesse contexto, com o “método parte/todo”, defende a necessidade de estudar até mesmo as pequeníssimas partes para compreender o todo. Para os sociólogos, as menores partes são palavras e gestos. Geralmente os seres humanos não dizem inteiramente o que querem dizer e, dificilmente, querem dizer o que dizem. Ou seja, embora sejamos comunicadores fascinantemente especializados e intérpretes de significado, participamos de interações sociais em níveis tão elevados e em tal velocidade e com tal complexidade que não estamos, no momento da interação, inteiramente cientes do que os outros e nós mesmos queremos dizer. Nesse quadro, a única maneira de realmente entender o que acontece em qualquer interação humana é reunir as menores partes (gestos e palavras), congelar o quadro e revisar repetidamente – “microanalisar” – transcrições literais, sempre articuladas com a teoria.

Pode-se questionar se esse modelo de análise não eliminaria muito da subjetividade dos atores pesquisados. Scheff argumenta que não. Segundo ele, o significado de uma troca só pode ser capturado plenamente se o pesquisador questionar os motivos, intenções e sentimentos dos participantes. Deve submeter sua análise ao exame “microscópico”.

Scheff apresenta a hipótese de que a vergonha está aumentando nas sociedades modernas, ao mesmo tempo em que nossa consciência dela está diminuindo. Para ele, a vergonha, embora deliberadamente presente nas sociedades modernas, vem sendo camuflada e reprimida ao ponto de ter se tornado um tabu. Dessa forma, a “vergonha da vergonha”

levaria muitos autores a “camuflar” esse sentimento por termos como medo, rejeição, desrespeito, estigma, honra, vingança.

Aqui, dois pontos são centrais para a compreensão dessa emoção. O primeiro se refere à necessidade de conceituar a vergonha e traçar um histórico sobre os seus diversos significados ao longo do tempo, tanto nas sociedades tradicionais como nas modernas. Em segundo lugar, identificar na sociedade moderna o processo de repressão da vergonha. O autor então aciona Elias, buscando respostas para os seus questionamentos. Para Scheff, Elias “mostra como a vergonha passou para a clandestinidade nas sociedades modernas” (KOURY & BARBOSA, 2016, p. 84), e de que forma a repressão da vergonha, entendida como instrumento de controle social, regulou a vida cotidiana das pessoas. Assim, Scheff defende a centralidade dos estudos sobre vergonha no que tange aos estudos sociais das emoções. A vergonha, então, seria o nosso “giroscópio moral”, sinalizando uma ameaça a um vínculo social.

Dessa forma, a vergonha pode ser vista como um afeto central na construção de sociabilidades. Para ele, a vergonha seria uma presença ou uma ameaça constante nos contatos humanos, ainda que apareça de forma velada. Constitui-se num tabu na modernidade, por ser pouco ou quase nunca enunciada, e estaria muito próxima de outras emoções, tais como constrangimento, timidez e humilhação. “Por vergonha quero dizer uma grande família de emoções que inclui muitos cognatos e variantes, principalmente constrangimento, humilhação e sentimentos relacionados, como timidez que envolve reações à rejeição ou sentimentos de fracasso ou inadequação” (SCHEFF, 2000, p. 96. Tradução minha).

Para Scheff, uma pesquisa sobre a vergonha poderia permitir aos pesquisadores tornar visível aquilo que normalmente é invisível ou escamoteado. Dessa forma, acessar as emoções dos usuários/moradores da ocupação a partir de uma perspectiva contextualista das emoções pode também permitir perceber em que sentido este afeto pode operar como uma forma de controle social ou como reforço para a baixa autoestima. Nesse contexto específico, relaciono a autoestima a um sentimento que diz respeito à nossa relação com uma espécie de “autoavaliação” dos laços sociais. Assim, monitoramos constantemente o nosso eu para sabermos se estamos ou não mantendo conexões sociais. O constrangimento seria a expressão externa e a vergonha a expressão interna de um vínculo social que se partiu.

Scheff, portanto, propõe que é preciso pesquisar sobre o tema, a fim de aprofundarmos a reflexão sobre a importância da vergonha na sociedade ocidental moderna

como um de seus afetos centrais. Voltando à questão do tabu, para ele isso teria relação com o individualismo moderno.

O individualismo é o tema dominante de todos os relacionamentos nas sociedades ocidentais. Esse foco disfarça a teia de relações pessoais e sociais que sustentam todos os seres humanos. O mito do indivíduo autossustentável, por sua vez, reflete e gera a supressão e ocultação da vergonha e do orgulho. Como orgulho e vergonha, ou pelo menos sua antecipação, são as emoções predominantes na interação social, a supressão sustenta o *status quo*, o mito do indivíduo autossuficiente. Mas o inverso é que, à medida que nos tornamos conscientes das enormes quantidades de emoções e do disfarce de emoções que ocorrem na interação social, podemos tornar visível o que de outra forma seria invisível, o estado de qualquer relacionamento. (SCHEFF 2000, p. 04. Tradução minha).

Dessa forma, para Scheff, manifestações de constrangimento e vergonha poderiam servir como marcadores para o estado de vínculos interpessoais. Enquanto marcadores de “orgulho legítimo” – que não devem ser confundidos com arrogância, chamada por ele de “false pride” (orgulho falso) – indicariam vínculos sociais seguros e fidedignos, marcadores de vergonha constituiriam uma ameaça aos vínculos sociais.

Seriam uma ameaça aos vínculos sociais porque a vergonha está inserida num contexto social que lhe confere, na maior parte das vezes, um sentido pejorativo. As emoções em geral e a vergonha especificamente estão socialmente datadas e localizadas, situadas num contexto específico, obedecendo a normas sociais estabelecidas. Numa sociedade marcada por padrões individualistas de convivência como a nossa, a vergonha pode ser considerada como um sinal de fraqueza.

Não é de se surpreender, portanto, que em nossas conversas com os moradores/frequentadores da ocupação Colombo, a vergonha ande de mãos dadas com a culpa. Dessa forma, o uso de crack é internalizado como um “defeito de caráter”, reprovável sob todos os aspectos.

No entanto, se por um lado os moradores/frequentadores da ocupação Colombo identificam o seu uso como uma “falha moral”, por outro, ao entrarem em contato com a própria história e narrarem os episódios de violência e privação que sofreram, parecem promover o “encontro” que Lynd (1958) chamou de “experiência positiva de revelação”. A vergonha, então, passaria a operar como um afeto que confere sentido e promove um senso de pertencimento, a ideia de que, “aqui, não seremos julgados”, como revelou Júlia anteriormente. O uso de crack, assim, seria mais um aspecto das suas vidas, não sendo suficiente para defini-los totalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de começar a escrever as considerações finais, resolvi assistir novamente ao documentário “Diz a ela que me viu chorar”²³, de 2019 e dirigido por Maíra Bühler. O documentário narra a experiência de usuários de crack vivendo num dos Hotéis Sociais, parte integrante do programa “De Braços Abertos” criado na gestão Haddad da Prefeitura de São Paulo e interrompido na gestão Dória²⁴. O documentário me serve de inspiração para encerrar esta jornada. É, sem sombra de dúvidas, uma das obras mais sensíveis e delicadas sobre o tema a que já assisti.

A câmera tem sempre como referência, ao fundo, a imponente cidade de São Paulo, como se fosse um quadro a compor o cenário. Ao acompanhar, sempre mantendo uma certa distância, os moradores do Hotel, a diretora revela suas rotinas que são atravessadas pelo uso de crack, mas também os seus sonhos, dores, amores e desejos. O documentário é de uma sensibilidade única, pois a diretora consegue captar o cotidiano dessas pessoas com poucas interações, ocupando com a câmera o papel de “observador da cena”.

Durante o período em que filmou, a diretora do documentário foi capaz de captar momentos diversos do dia a dia dos moradores do Hotel Social, alternando cenas de afeto de extrema sensibilidade com momentos de conflitos muito tensos. Mas o motivo pelo qual acionei as lembranças desse documentário foi porque enxergo nele a dimensão artística do que gostaria de ter feito nesta tese.

Assim como o documentário, procurei, antes de tudo, (re)humanizar essas pessoas. Os moradores do Hotel Social, assim como os moradores da ocupação Colombo, são pessoas, são humanos! Repetir isso pode parecer desnecessário, óbvio, piegas ou “lugar comum”. No entanto, penso que se trata de um ato de afirmação política, no sentido mais amplo do termo, afirmação com a vida e com princípios de garantia da dignidade humana.

Em “Diz a ela que me viu chorar”, a intenção da diretora é muito próxima da minha, ou seja, dar voz àqueles que parecem ter perdido esse direito. Há uma cena “síntese”, quando uma moradora responde a uma personagem de novela que diz que ninguém a escuta. Ela, então, responde: “ninguém me ouve também”.

²³Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-273140/>

²⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-fecha-hotel-do-antigo-programa-bracos-abertos-e-transfere-dependentes-para-abrigos.ghtml>

Ao longo do texto busquei refletir sobre a vergonha, que aparece como afeto central nas conversas que tive com meus interlocutores. Tendo em vista o referencial teórico da Antropologia das Emoções na sua perspectiva contextualista – a partir da qual as emoções são vistas num contexto específico, capturadas num viés pragmático-discursivo e acionando a noção foucaultiana de discurso –, entendo as emoções em geral e a vergonha em particular na sua dimensão intersubjetiva, ou seja, na relação concreta entre os atores da cena pesquisada.

Procurei demonstrar como a dinâmica na ocupação Colombo, que à primeira vista parece ser completamente caótica, na verdade obedece a uma lógica interna que segue os princípios da economia do varejo de drogas da cidade do Rio de Janeiro, mas não somente. Há aqui também uma “economia dos afetos”, originada nas relações que se estabelecem entre os moradores/frequentadores da ocupação, que podem ou não ter o uso de crack como referencial. Assim, vimos como existe todo um sistema de trocas não só de droga, mas também de alimentos, roupas, acessórios e até mesmo de espaços – chamados pelos moradores de “casa” – que alimentam essa rede. Essa “economia dos afetos” evidencia a dimensão micropolítica das emoções, sobretudo na fluidez das hierarquias que se estabelecem em função da posição que se ocupa, naquele momento, nessas relações.

Ao acompanhar o cotidiano dos moradores da ocupação Colombo, pude perceber como as suas trajetórias estiveram, na maior parte das vezes, atravessadas por episódios de violência e exclusão social. Esse foi um dado que surgiu tanto nas conversas quanto na observação participante desenvolvida no campo. Ali, ficou evidente como se trata de indivíduos que estão numa situação marginal e que, não fosse a ocupação Colombo, estariam fatalmente em situação de rua, em condições de vulnerabilidade ainda maior.

Nesse contexto, percebemos como a vergonha opera num duplo sentido. Por um lado, surge como resposta ao que consideram “fracasso” aos olhos dos outros, internalizando uma certa “cultura da evitação” (MILITO & SILVA, 1995), em que eles mesmos assimilam uma noção de “inferioridade”, “animalidade” ou “despessoalização”, presente no senso comum.

A vergonha atuaria como um marcador da alteridade que opõe os diferentes, os excluídos, os *outsiders* (ELIAS, 2000), aqueles que estão “fora dos padrões” do “cidadão de bem”, independentemente de sua conotação político-ideológica.

Por outro lado, é também em função desse processo que acabam por construir um novo sentido, um sentimento de pertencimento no qual novas relações de sociabilidade se desenvolvem. Na ocupação Colombo não serão julgados ou estereotipados, pelo menos não

como acontece nas ruas, onde são vistos como “desagradáveis” e “indesejados”. Lá, dizem, somos todos iguais, sofremos das mesmas mazelas e, por isso, precisamos e ajudamos uns aos outros.

Percebi essa relação de “intropatia” mesmo antes do trabalho de campo na ocupação Colombo, principalmente nas vezes em que visitei a região conhecida como “Cracolândia”, no centro de São Paulo. Diferentemente da visão ameaçadora do local e das pessoas, tudo que eu recebi foram abraços. Nas ocasiões em que lá estive, estava acompanhado por membros de Narcóticos Anônimos ou da ONG “A Craco Resiste”. Em ambos os casos o trabalho desenvolvido, embora com perspectivas diferentes, visa mitigar os danos provocados pelo uso problemático de drogas. Ao circular pelo local, as pessoas me agradeciam por estar ali, ainda que eu não tivesse feito nada além de parar e conversar, ouvi-las e acompanhar o trabalho das instituições que me guiavam pelo local. Foi sem dúvida alguma uma das experiências mais impactantes que tive ao longo desse processo.

Na ocasião, estive também presente na sede do programa “De Braços Abertos”, da Prefeitura à época. Pude conversar com assistentes sociais no local, visitar a estrutura oferecida, com sanitários e mictórios, chuveiros, espaço para repouso e televisão e atividades que lá aconteciam, organizadas pelo poder público ou por ONG atuante. Fiquei bastante impressionado com o fato de existir uma estrutura como aquela no meio do “fluxo” e não demorou para entender que se tratava de um equipamento voltado para a garantia de um mínimo de dignidade para aquelas pessoas. Foi nesse local que assisti aos membros de Narcóticos Anônimos convidarem as pessoas a frequentarem as suas reuniões. Ficou claro para mim como é tênue a linha que separa perspectivas diferentes, pelo menos na prática. Como mencionei anteriormente, acredito que o mais importante aqui seria a garantia de direitos fundamentais básicos que assegurassem a dignidade desses indivíduos.

Na minha visão, o cuidado ao usuário problemático de drogas é um tema de vital importância para a saúde coletiva. Por seu caráter intersetorial e transdisciplinar, é preciso ampliar o debate com entidades da sociedade civil na formulação de políticas que funcionem como alternativas ao que temos feito. Que possamos também refletir sobre o impacto que tem provocado a “guerra às drogas” sobre territórios periféricos e corpos vulnerabilizados e vitimados por uma política pública que já se demonstrou ineficaz no tratamento dessa questão. Os anos de infância na periferia, bem como outros tantos lecionando nas “margens” e nas comunidades, me qualificam a afirmar categoricamente que a “guerra às drogas” fracassou de maneira retumbante. À cada nova operação, mais vítimas inocentes sofrem o

reflexo de uma guerra insana que mancha de sangue os corpos dos nossos jovens, como no caso do meu aluno Rodrigo Cerqueira. Dito de outra forma, quem decide que corpos vivem ou não? Podemos contar todos como humanos? Ou, que vidas são dignas de serem vividas? (BUTLER, 2023).

O debate acerca dos direitos humanos na Antropologia traz visões contraditórias. Se por um lado há quem enxergue os direitos humanos como uma extensão do poder do Estado-nação – numa busca de submissão do mundo aos valores ocidentais, alicerçados na visão do ser humano como um “universal concreto” –, por outro lado há quem perceba sob a “bandeira” dos direitos humanos a possibilidade de reverberar lutas locais, que passam a ganhar ressonância quando observadas por essa lógica (SOUZA, 2001).

A ideia de um sujeito cognoscente, capaz de explicar a ordem do mundo, de tradição cartesiana, foi se deslocando para uma perspectiva na qual, segundo Souza:

O deslocamento do sujeito epistêmico coincide com (ou proporciona) – dentre outros movimentos teóricos e/ou práticos – a crítica pós-colonial, levada a cabo por intelectuais identificados com minorias e países periféricos. A diferença é utilizada como reivindicação legítima de autonomia no processo de subjetivação, e produção de significações próprias dos grupos minoritários ou países do Terceiro Mundo. Esta luta por determinar os valores sobre os quais se pautará sua identidade cultural e/ou individual se dá através da recusa da legitimidade das pretensões metropolitanas de domínio político e ideológico, isto é, o suposto direito civilizatório do qual se investiam os impérios colonizadores, e através do qual impõem suas visões de mundo e seus valores como única possibilidade de ser humano. (SOUZA, 2001, p. 58).

Então, o questionamento desse “sujeito universal” passa a responder pela emergência de uma série de novas lutas e por novos espaços de significação que resvalam na esfera dos direitos. Tanto o feminismo, como o multiculturalismo e o discurso pós-colonial guardam entre si, como ponto em comum, o direito à diferença e a busca de direitos que assegurem a manutenção desta diferença. O surgimento de uma política por reconhecimento, que tem como fundamento as lutas de grupos considerados subalternos pelo direito de formação de uma identidade coletiva, tornaram urgente o debate sobre a categoria “direitos culturais” como indispensável à salvaguarda dos direitos humanos.

No que tange à questão das drogas, é interessante notar como os direitos humanos podem também servir como ferramenta de manipulação e manobra para a garantia de interesses outros. A política proibicionista, assim, assegura que sua existência se deve a fins “humanitários”, para garantir:

A defesa e tutela da saúde pública, ou mesmo a proteção de um bem abstrato/genérico, que é a própria integridade da organização social que seria

ameaçada pela suposta epidemia proporcionada pelo abuso de substâncias entorpecentes; entretanto, as funções que não assume ou explica é a irracionalidade da seletividade primária a justificar a seleção de algumas drogas em detrimento de outras, independentemente do seu potencial lesivo; ou ainda que essa política serve ao processo de limpeza social e controle desmedido de determinados segmentos sociais – novamente a seletividade, neste momento secundária (LEAL & ROSA, 2019, p. 93).

Como vimos na introdução deste trabalho, a pesquisa realizada pelo CESEC demonstrou de forma inequívoca a quantidade absurda de recursos que são gastos com uma guerra que se pretende “humanitária”, como nos lembra a citação acima. Enquanto escrevo essas linhas, está em discussão, pelo atual prefeito e secretário de saúde da cidade do Rio de Janeiro, a possibilidade de internação compulsória de usuários de drogas que estejam em situação de “vulnerabilidade”. Apesar de reconhecer a existência de situações de uso extremo, quem nos garante, a julgar pelo histórico de políticas públicas semelhantes, que não se trata de mais uma medida que visa retirar do convívio social os “indesejáveis” e “cracudos”?

No debate sobre as drogas, passamos a viver um dilema interessante e paradoxal. Por um lado, temos drogas “horríveis e mortais”, capazes de transformar pessoas em zumbis e de “destruir a sociedade”. Por outro lado, somos cercados por outras drogas que nos prometem a “felicidade ao alcance das mãos”. Existe todo tipo de comprimidos, desde aqueles que melhoram o sono, aos que promovem um melhor desempenho sexual, drogas que nos ajudam com a depressão ou auxiliam na concentração, estudos e memória. A diferença está no nível da normatização e no caráter simbólico que possuem determinadas substâncias, já que o tabaco e o álcool jogam por terra a ideia de que níveis de segurança à saúde sejam sempre os motivos de tais interdições. Segundo Carneiro:

As acusações às drogas (generalizadas indevidamente neste plural impreciso) de “destruírem a personalidade” por criarem “mundos interiores” que isolariam os seres humanos dos seus semelhantes são refutadas por toda evidência antropológica que nos mostra o papel agregador de formas de consumo de álcool e de drogas em inúmeras sociedades, inclusive a ocidental. (CARNEIRO, 2018, p. 61).

Mais uma vez, gostaria de frisar que não se trata de negar o uso destrutivo que se pode fazer de certos tipos de drogas, mas de perceber que casos extremos podem ser exacerbados pelo proibicionismo. Numa lógica proibicionista – além de se alimentar um exército de grandes fornecedores e varejistas ilegais, que protagonizam cenas de guerra como tenho visto desde a minha infância na periferia do Rio de Janeiro –, cria-se um mercado ilegal que, além de inflacionar o preço de substância, não garante a procedência e qualidade

(pureza) do produto, sujeitando usuários ao uso das mais variadas substâncias, diferentes daquelas que originalmente se deseja usar.

É necessário que se formule uma nova política de drogas, uma proposta que garanta informação e educação, esclarecimento para que futuras decisões sobre uso ou não de determinadas substâncias sejam informadas, esclarecendo todos os riscos implicados e possíveis consequências, assegurando que adultos tenham o direito de escolher como desejam viver as suas vidas e tenham o pleno controle sobre os seus corpos. Obviamente, isso implica na garantia de procedência de substância e no direito ao tratamento para situações de uso extremado.

No que diz respeito aos meus interlocutores, acredito que suas possibilidades de escolha foram drasticamente reduzidas em função da sua própria trajetória, atravessada por episódios de violência e privação que, provavelmente, acabam por obscurecer a sua capacidade de tomada de decisão. Portanto, imagino um cenário no qual as condições mínimas de dignidade sejam garantidas: o direito a um teto, à alimentação e a garantias individuais básicas que poderiam lhes dar o estofo necessário para superar as vicissitudes que experimentaram, resultado de um modelo excludente que nega a alguns dos seus o direito de explorar plenamente todas as suas potencialidades humanas.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. *A escrita do mundo de mulheres: histórias beduínas*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens edições, 2020.

ALVES, Ygor. A Cracolândia como “Communitas” e o frade craqueiro. Publicado em Ramminger, Tatiana & Silva, Martinho (Organizadores). *Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de crack*. 1ª Edição. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

_____. *Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo*. Salvador: Edufba: Cetad, 2017.

ARAUJO, Erick. *Funcionamentos de instituições em cenas de uso de crack: um estudo etnográfico*. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e0019529, 2019.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000200505&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

ASSUMPÇÃO, Erick Luiz Araújo de. *A vida em cenas de uso de crack: ensaio de análise institucional e bioética*. Niterói: 2016. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Medicina, 2016.

BATESON, Gregory. The Cybernetics of “self”: a theory of alcoholism. Reprinted from Psychiatric, 34, 1-18, 1971. In: *Steps to an ecology of mind*. Disponível em <http://www.idemployee.id.tue.nl/g.w.m.rauterberg/lecturenotes/Bateson-1972.pdf>.

BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

_____. *Whose side are we on?* California. University of California Press, 1967.

BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis, RJ, Vozes. 2017.

_____. *Modernidade, Pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis, Vozes, 2012.

_____. *O imperativo herético: possibilidades contemporâneas de afirmação religiosa*, Petrópolis, Vozes, 2017.

_____. *Somos pluralistas graças a Deus*. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/560159-somos-pluralistas-gracas-a-deus-artigo-de-peter-berger> (s/d). Acesso em 10/01/2020.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, Pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre et al. *O Ofício de Sociólogo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

BUTLER, Judith. *Vida Precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CALDEIRA, Z. F. *A Produção “Mães do crack”: desconstruções e deslocamentos*. 2019. 197f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) –Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CAMPOS, Edemilson Antunes de. *Nosso remédio é a palavra: uma etnografia sobre o modelo terapêutico de Alcoólicos Anônimos*. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2010.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. O Novo Nem Sempre Vem: Lei de Drogas e encarceramento no Brasil. *Boletim de Análise Político-Institucional* | n. 18 | dezembro 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8219-181206bapi18cap3.pdf>. Acesso em 07/08/2022.

CARNEIRO, Henrique. *Drogas: a história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

COELHO, Maria Claudia. In: LUTZ, Catherine. Antropologia com emoção. *Mana* [online]. 2012, vol.18, n.1 [cited 2014-09-24], pp. 213-224.

_____. Narrativas da Violência: a dimensão micropolítica das emoções, In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*, 16 (2), outubro de 2010.

_____. Sobre tropas e cornetas: apresentação à edição brasileira de Writing Culture. In: Clifford, James; Marcus, George E. (orgs.). *A escrita da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2016.

_____. As emoções e o trabalho intelectual. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p.273-297, maio/ago.2019.

_____. *O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COELHO, Maria Claudia & REZENDE, Claudia Barcellos. *Cultura e sentimentos: ensaio em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2011.

COOLEY, Charles Horton. Human Nature and the Social Order. New York: Scribner's, 1902, pp. 179-185. Disponível em: <https://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4111/Blumer/Charles%20Horton%20Cooley%20-%20Looking%20Glass%20Self.htm>. Acesso em 31/07/2022.

CONSIGLIERE, Stefania; GUERCI, Antonio. Por uma Antropologia da Dor. Nota preliminar. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, p. 57-72, jan. 1999. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14444>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução – O Império da Emoção. In: *História das Emoções*. Vol. 3 – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

CESEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania). *Relatório Drogas, quanto custa proibir*. 2021. Disponível em: <https://drogasquantocustaproibir.com.br/>

Da MATTA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological blues”. In: NUNES, Edison de O. *A Aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DARWIN, Charles. *A expressão das emoções nos homens e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUALIBI, Lígia Bonacim; RIBEIRO, Marcelo; LARANJEIRA, Ronaldo. Profile of cocaine and crack users in Brazil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 4, p. s545-s557, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001600007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume I: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *O Processo Civilizador. Volume II: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *História da antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERNANDES, Adriana. Arte do Contornamento e ocupação de Moradia no Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, n. 40, abril de 2014, pp. 311-333.

IORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: *Álcool e drogas na história do Brasil*. Renato Pinto Venâncio, Henrique Carneiro. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2005.

_____. *Substâncias, sujeitos e eventos: uma autoetnografia sobre uso de drogas*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo. Ed. Loyola, 1970.

_____. *Os Anormais*. São Paulo, Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Carlos. Adeus, secularismo! Bem-vindo, pluralismo! Rumo a um novo paradigma da modernidade? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2018, pp. 329-339.

FROMM, Deborah (1992). *O "fim da Cracolândia": etnografia de uma aporia urbana /* – Campinas, SP: [s.n.], 2017. Orientador: Ronaldo Rômulo Machado de Almeida. Coorientador: Taniele Cristina Rui. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

FRUGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. Networks and territorialities: an ethnographic approach to the so-called cracklandia ["crackland"]. In *São Paulo. Vibrant, Virtual Braz. Anthr*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 550-579, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412011000200027&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de maio de 2019.

GARCIA, Angela Maria. ALCOÓLICOS ANÔNIMOS: CONVERSÃO E ABSTINÊNCIA TERAPÊUTICA in: *Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. N. 1 (2. sem. 95). Niterói: EdUFF, 1995.p.41.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Ed. LTC – Livros Técnicos Científicos, 1989.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

_____. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Bruno Ramos e ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo, *Etnográfica* [Online], vol. 15 (3) | 2011, posto on-line no dia 23 outubro 2011, consultado no dia 19 maio 2013. URL: <http://etnografica.revues.org/1076>; DOI: 10.4000/etnografica.1076.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. Embarrassment and Social Organization. *American Journal of Sociology*, Volume 62, Issue 3 (Nov., 1956), 264-271.

HARI, Johann. *Na Fissura: uma história do fracasso no combate às drogas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HART, Carl. *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

_____. *Drogas para adultos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

JAMES, William. *As Variedades da Experiência Religiosa: Um estudo sobre a natureza humana*. São Paulo: Cultrix, 1995.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro & BARBOSA, Raoni Borges. *A vergonha no self e na sociedade: a sociologia e a antropologia das emoções de Thomas Scheff*. Recife: Bagaço, 2016.

LEAL, Jackson da Silva & ROSA, Alex. DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA DE DROGAS: UMA ANÁLISE DO USO FUNCIONAL DO IDEÁRIO TRADICIONAL DE DIREITOS PARA JUSTIFICAR A POLÍTICA DE DROGAS DE SÃO PAULO. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*. V. 7, n. 1, junho de 2019.

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

LE BRETON, David. *Desaparecer de si: uma tentação contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em 10/01/2020.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública* 6.2 (2012).

LUTZ, Catherine. Engendered emotion: gender, power, and the rhetoric of emotional control in American discourse. In: LUTZ, Catherine e ABU-LUGHOD, Lila (orgs.) *Language and the Politics of Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 69-91.

Lutz, Catherine & Geoffrey M. White. The Anthropology of Emotions. *Annual Review of Anthropology*, vol. 15, 1986, pp. 405-36.

LYND, Helen Merrell. *On shame and search for identity*. New York, Harcourt, Brace & World, Inc. 1958

MAAS, Mateus Henrique Zotti. Quando o “nativo” é pesquisador, *Ponto Urbe* [On-line], 17 | 2015, post on-line no dia 15 dezembro 2015, consultado em 19 abril 2019. URL:<http://journals.openedition.org/pontourbe/2896>; DOI: 10.4000/pontourbe.2896.

MACRAE, Edward, [et al.]. *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: EDUFBA: CETAD, 2013.

MARIZ, Cecília. O Estrangeiro e o Homem Moderno. In: *Cadernos de Estudos Sociais*—Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, 1998 (vol.1).

_____. “EMBRIAGADOS NO ESPÍRITO SANTO”: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA PENTECOSTAL E O ALCOOLISMO. In: *Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*. N. 1 (2. sem. 95). Niterói: EdUFF, 1995.p. 67.

MATTAR, Marina. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo, *Horizontes Antropológicos* [on-line], 50 | 2018, posto on-line no dia 03 abril 2018, consultado em 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/horizontes/1928>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

MAUSS, Marcel. *Antropologia*. São Paulo, Ática, 1979.

_____. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MEAD, George Herbert. *Mente, self e sociedade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MENEZES, Palloma Valle. Monitorar, negociar e confrontar: as (re) definições na gestão dos ilegalismos em favelas “pacificada”. *Tempo Social* 30 (2018): 191-216.

MILITO, Cláudia & SILVA, Hélio R.S. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

MILLER, William Ian. *The Anatomy of disgust*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In: *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOTTA, Leonardo de Araújo. *A Dádiva da Sobriedade: a ajuda mútua nos grupos de Alcoólicos Anônimos*. São Paulo: Paulus, 2004.

NA. *MIRACLES HAPPENS. THE BIRTH OF NARCOTICS ANONYMOUS IN WORDS AND PICTURES*. Narcotics Anonymous World Services Califórnia, 2002.

NA. *TEXTO BÁSICO DE NARCÓTICOS ANÔNIMOS*. Narcotics Anonymous World Services, Califórnia, 2015.

RAMBO, Lewis R. *Understanding Religious Conversion*. Ed. Yale University, 1993.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n.5, p. 2613-2622. Maio 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011000500031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

REZENDE, Claudia Barcellos & COELHO, Maria Claudia. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010 (versão digital).

ROSALDO, Michelle Z. 1984. Toward an anthropology of self and feeling. In: Shweder, Richard A.; LeVine, Robert A., *Culture theory. Essays on Mind, Self, and Emotion*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 137-157.

RUI, Taniele, 1982. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Campinas, SP: [s. n.], 2012. Orientador: Heloisa Andre Pontes. Co-orientador: Simone Miziara Frangella. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. Da deriva pela Avenida Brasil à fixação numa esquina na Maré: usuários de crack, refugiados da “pacificação.” In: LEITE, Márcia et al. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*, p. 57-68. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

_____. Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua, *Anuário Antropológico* [On-line], v.46 n.3 | 2021, posto on-line no dia 28 setembro 2021, consultado em 09junho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/aa/8925> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.8925>

SANT’ANNA, Maria Josefina Gabriel & XIMENES, Luciana Alencar. A Luta pela Moradia Popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos. *INTERSEÇÕES* [Rio de Janeiro] v. 20 n. 2, p. 473-496, dez. 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo; Brasiliense 1999.

SNOW, David A. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Direitos humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. In: *Antropologia e Direitos Humanos*. Regina Reyes Novaes e Roberto Kant de Lima (org). Niterói: editora da Universidade Federal Fluminense, 2001, pp. 47-80.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Crack na cidade de São Paulo: acessibilidade, estratégias de mercado e formas de uso. *Rev. psiquiatr. clín.*, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 212-218, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832008000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 maio de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE: *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas*. Tradução: Dorgival Caetano, 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

PEDROSA, Sheila Mara et al. A trajetória da dependência do crack: percepções de pessoas em tratamento. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 69, n. 5, p. 956-963, out. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672016000500956&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 05 de maio de 2019.

Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

SCHEFF, Thomas J. *Microsociology: Discourse, emotion, and social structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

_____. Shame and the Social Bond: A Sociological Theory. *Sociological Theory*, vol. 18, no. 1, 2000 (1), pp. 84–99. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/223283>. Accessed 31 Jul. 2022.

_____. Shame as the master emotion of everyday life. *Journal of Mundane Behavior*, 1(3), 2000. <https://doi.org/info:doi/>. Acesso em 31/07/2022.

SILVA, Rodolfo Ferreira da. Memória, trauma e identidade :trajetórias na Irmandade de Narcóticos Anônimos. *Rev. Sem Aspas*, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 74-87, jan./jun.2019. ISSN: 2358-4238.DOI: 10.29373/sas.v8i1.12476.

_____. *Uma Nova Maneira de Viver: trocas simbólicas e mecanismos de subjetivação na irmandade de Narcóticos Anônimos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ). Defesa em fevereiro de 2020.

_____. *Caderno de Campo*. (fevereiro de 2021 - agosto de 2023).

SIMMEL, GEORG. O Estrangeiro. *RBSE*. Vol. 4. nº 12. dezembro de 2005. ISSN 1676-8965. pp.265-271. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury.

TELLES, Vera da Silva. Em torno da Cracolândia Paulista: apresentação. *Revista Ponto Urbe* (On-line). São Paulo, USP, pp.1-12, 22 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3602>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

VARGAS, Eduardo Viana. Os Corpos Intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Observando o familiar. In: Nunes, Edson de Oliveira (org.). *A aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

VIGARELLO, Georges. CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. Introdução Geral. In: *História das Emoções*. Vol.1 – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

VIGARELLO, Georges. A emergência do termo “emoção”. In: *História das Emoções*. Vol.1 – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

WALCH, Agnes. Da alma sensível ao advento do estudo científico das emoções: a densificação das emoções na esfera privada. In: *História das Emoções*. Vol.2 – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

WALDROM, Jeremy. *The harm in hate speech*. Cambridge/London, Harvard University Press, 2012.

WHITE, William. *Slayon the dragon: the history of addiction treatment and recovery in America*. Illinois, Chestnut Health Systems Publications, 1998.

WORLD HEALTH ORGANIZATION AND UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *International standards for the treatment of drug use disorders: revised edition incorporating results of field-testing*. Geneva: World Health Organization and United Nations Office on Drugs and Crime; 2020. License: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331635>

ZALUAR, Alba; VALIM, Danielle & SAMPAIO, Christiane. Uma etnografia das cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários. In: *Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas*/ Orgs. Mirna Teixeira, Zilma Fonseca – 1ª. Ed. – São Paulo: Hucitec, pp.1-21, 2015.